

Júlia Rabahie e Rafael Faustino

CONTRACORRENTE

A história de Raimundo Rodrigues Pereira



Júlia Rabahie e Rafael Faustino

CONTRACORRENTE

A história de Raimundo Rodrigues Pereira

Diagramação e arte: Mariana Metidieri

Revisão de textos: Paula Fazzio
e Carlos Roberto da Costa

Orientação: Carlos Roberto da Costa

Trabalho de conclusão de curso para
a Faculdade Cásper Líbero

São Paulo, 2013

Sumário

Apresentação 5

Uma história que ainda não acabou 11

Adeus sertão, adeus baião 17

A vida na Cidade Paraíso 31

A grande ironia 65

Ascendendo à Lua 97

Na frente ampla de oposição 165

O jornalista, o militante, o delegado e a advogada 249

Para sempre alternativo 293

Epílogo 361

Lista de entrevistados 365

Referências bibliográficas 367

Apresentação

Depois de concluir, em 2008, a biografia do escritor Paulo Coelho, Fernando Morais disse que nunca mais escreveria livros desse tipo, sobre pessoas ainda vivas. O autor conta ter entrado em um conflito ético consigo mesmo, pela possibilidade de publicar passagens da vida de seu biografado que o desagradariam, já que acabaram ficando amigos durante a produção do livro. Mas Fernando publicou, e Paulo Coelho não só não censurou, como ainda colaborou com o trabalho.

Nós também tivemos “sorte” com o biografado que escolhemos. No caso, sorte de Raimundo Rodrigues Pereira achar “uma bobagem esse negócio de biografias”, como chegou a dizer em uma das entrevistas realizadas, e não estar exatamente preocupado com o resultado deste trabalho. Foi difícil convencer Raimundo a colaborar, mas não porque ele ameaçasse qualquer tipo de censura. E sim porque teria que interromper algumas vezes sua atribulada agenda para sentar com dois estudantes de jornalismo e relembrar histórias do passado, atividade em que nunca enxergou muita serventia. Mas, uma vez dobrado pela nossa insistência, o jornalista foi gentil conosco, nos recebendo em sua casa e nos confiando boa parte de seu arquivo pessoal, com

materiais publicados sobre ele ao longo do tempo.

Para produzir um livro minimamente completo, escolhemos não deixar de lado nenhum ponto sensível da vida de Raimundo. Nem mesmo a sua infância em Pacaembu, cidade a 600 km de nossas casas, para onde viajamos por um final de semana praticamente sem nenhuma informação prévia, e de onde voltamos com um volume de documentos e entrevistas que provavelmente surpreenderá o próprio biografado. Resgatamos a história familiar a partir de seu pai, o mascate Joaquim, ainda na pernambucana cidade de Exu, seguimos pelo crescimento de sua linhagem no interior de São Paulo, passamos pelo conflito de Raimundo com a irmã, Leonora, e terminamos com o falecimento de alguns dos familiares nos anos mais recentes. A tarefa de desvendar o passado pessoal de Raimundo foi facilitada pela disposição e paciência de Laízio, seu irmão que mora em Berlim, de trocar conosco dezenas de e-mails durante o ano, com longos relatos que ele escreveu durante a vida no exílio.

Mas, como não poderia deixar de ser, a maior parte do trabalho trata da carreira profissional de Raimundo. Foi a dissecação de sua vida jornalística que trouxe até nós os maiores desafios. Sintetizar quase 50 anos de atuação profissional em algumas centenas de páginas nos exigiu dupla capacidade: de não deixar de fora nenhum ponto importante, fosse pela repercussão que gerou ou pela representatividade na construção do perfil psicológico do biografado;

e a de mostrar a importância dos colegas profissionais de Raimundo em seu desenvolvimento sem substituir a história do biografado pela dos veículos em que trabalhou, em especial nas fases de *Opinião* e *Movimento*. Pode-se dizer que o protagonista desse livro entregou-se completamente ao jornalismo a partir de certo ponto da vida, tornando a segunda tarefa mais difícil.

Quem conhece o estilo de Raimundo trabalhar sabe que mergulhar a fundo em seus projetos não é algo simples. Até porque, dificilmente alguém foi mais profundo do que ele em algum assunto que o jornalista se propôs a investigar. Raimundo é obcecado pela exatidão das informações e se recusa a deixar de fora de seus trabalhos qualquer uma que julgue razoavelmente relevante. Gerou, assim, materiais bastante extensos, cuja leitura e identificação dos pontos chave nos tirou dias de descanso e noites de sono. Uma experiência exaustiva, ainda mais para ser levada a cabo no prazo inferior a um ano que foi estipulado.

Chegamos, então, a uma obra dividida em oito capítulos. Com exceção do primeiro, que apresenta um perfil do biografado a partir de nossa perspectiva atual, todos são iniciados por citações do próprio Raimundo, retiradas das quatro entrevistas dadas aos autores. O trabalho que segue nas próximas páginas exigiu a leitura de incontáveis páginas de acervos jornalísticos; pesquisa do contexto histórico e político em cada fase da vida de Raimundo, para compreender a natureza do seu trabalho e de suas ações; e entrevistas

com 30 pessoas que conviveram com ele ao longo dos anos, entre familiares, amigos e colegas profissionais. Um esforço que seria ainda maior se houvesse mais tempo. Mas que, acreditamos, conseguiu dar conta do que era mais necessário para relatar, com alguma riqueza literária e a devida precisão jornalística, a história de Raimundo Rodrigues Pereira. Nossa maior preocupação foi a de mostrar a importância do trabalho do biografado sem cair em clichês e na bajulação. E, ao mesmo tempo, de expor suas contradições e o efeito, muitas vezes negativo, de suas ações sobre as pessoas próximas sem ofendê-lo ou caracterizá-lo como vilão.

Por último, não temos a mínima intenção de “matar” Raimundo com o presente trabalho. Ficaremos felizes se necessária for uma atualização da obra num futuro próximo, em razão de outras aventuras suas. Raimundo Pereira esbanja saúde e vontade de construir coisas novas. Por isso, não acreditamos que aqui estarão todas as suas contribuições deixadas ao mundo quando sua vida terminar. Ao final de nossa experiência, que consideramos extremamente positiva, ficamos felizes por discordar de Fernando Moraes quanto à produção de novas biografias de pessoas ainda vivas.

Agradecemos imensamente a todos que colaboraram com nossa produção. Em especial ao próprio Raimundo, pelo tempo gasto e confiança depositada, e ao nosso professor e orientador na Faculdade Cásper Líbero, Carlos Roberto da Costa, pela inestimável ajuda ao longo do ano. Mas também aos que nos auxiliaram, sempre de forma

competente e atenciosa, com a diagramação, revisão de textos e transcrição de entrevistas. E a todos os entrevistados, que compreenderam, sem exceção, a importância deste trabalho e não nos negaram informações que lhes eram caras.

Esta obra nasce como um trabalho de conclusão de curso de dois jovens jornalistas que buscam se formar na faculdade. Mas a nossa intenção é que, de alguma forma, vá além disso, levando a história de Raimundo Rodrigues Pereira ao maior número possível de pessoas, nesta e nas próximas épocas. E que muitos outros jornalistas possam ter experiências semelhantes à nossa, seja com a anuência do biografado, como nós obtivemos, ou sem ela, ao contrário do que desejam alguns artistas, ontem defensores e hoje cerceadores da liberdade de expressão. A produção de biografias é uma forma singular de contar a história do mundo, e o direito dos leitores de conhecê-las precisa ser garantido em termos legais, independentemente do incômodo que as obras venham a causar em algumas poucas pessoas.

Dito tudo isso, nos resta apenas desejar uma boa leitura.

Uma história que ainda não acabou

Em curtos passos, Raimundo Rodrigues Pereira vem atender ao chamado da campainha. Quando chega ao portão, o semblante sério dá, por um rápido segundo, lugar a um leve esticar dos lábios, cumprimentando os dois visitantes. Sem cerimônias, estende a saudação a um apressado aperto de mãos e indica o caminho para dentro de casa, onde se realizará a entrevista. A terceira das quatro que deu a estes repórteres, e a primeira nos recebendo em sua própria residência.

Embora situada na maior cidade do país, a casa de Raimundo, na Freguesia do Ó, íngreme bairro da zona norte paulistana, lembra um típico lar interiorano. Começando pelo baixo portão de madeira, passando pela cozinha espaçosa com uma longa mesa horizontal e terminando no quintal arborizado. Talvez tenha sido essa a intenção dele ao planejar aquela construção, no final dos anos 1970, para dar um lar confortável aos pais. Pois foi no interior do Estado que dona Lindanora e seu Joaquim, vindos da seca e pernambucana cidade de Exu três décadas antes, criaram ele e mais quatro irmãos. Com os progenitores e dois desses

irmãos já falecidos, coube ao homem, agora com 73 anos de vida, ocupar a residência.

Mas Raimundo não leva uma vida pacata de interior, nem uma que normalmente tem um senhor com a sua idade. Na verdade passa, geralmente, menos da metade dos dias do mês na casa da Freguesia. Circula também por Brasília, onde residem sua esposa, Sizue, e Raquel, uma de suas quatro filhas; pelo Rio de Janeiro, onde estão mais duas filhas, Lia e Rute, e três netos; e por Belo Horizonte, onde fica a sede da Editora Manifesto, empresa que publica a revista *Retrato do Brasil*, sua mais recente empreitada jornalística. Ana, a filha mais velha, mora nos Estados Unidos.

A *Retrato* é mais um capítulo da carreira quase quinquagenária de Raimundo, iniciada em 1965 na revista *O Médico Moderno*. A partir de então, seguiu-se uma ascensão meteórica, com seu auge nas investigações mais marcantes dos primeiros anos na revista *Veja*, em 1969, e na premiadíssima edição especial *Amazônia de Realidade*, dois anos depois. A trajetória profissional do jornalista teve aí seu ponto de inflexão. Na década seguinte, ele se dedicaria a um trabalho militante de oposição à ditadura militar, nos jornais *Opinião* e *Movimento*. Esse foi também o marco inicial da fase em que Raimundo escolheu ser patrão de si mesmo. Com raras e pontuais exceções, desde 1975 ele criou todos os projetos jornalísticos em que trabalhou, incluindo as primeiras tentativas, em fascículos e jornal diário, de *Retrato*

do Brasil, a *Oficina de Informações* e a revista *Reportagem*. Além dos livros fruto de extensas investigações suas, como *O escândalo Daniel Dantas: duas investigações* e *A outra tese do Mensalão*. Mas a preferência por lançar seus próprios trabalhos não quer dizer que o jornalista esteja sozinho. Raimundo tem à volta de si um grupo de novos e antigos amigos que contribuem financeira e jornalisticamente nos seus projetos. É, na verdade, um adepto do coletivismo, e avesso ao corporativismo conservador que enxerga nos principais veículos do país.

A espaçosa casa da Freguesia do Ó tem três andares. Se entra pelo do meio, onde estão sala e cozinha, e se pode subir para os quartos ou descer para onde o jornalista montou sua mesa de trabalho. É para baixo que Raimundo nos conduz, acomodando-nos em rústicas cadeiras de madeira à frente de uma larga mesa, onde estão esparramadas dezenas de jornais e revistas, atuais e antigos. Do outro lado, senta-se ele. E começa a conversa.

É quando o septuagenário jornalista começa a discutir política que fluem as expressões de seu normalmente sisudo rosto. Falando de sua cobertura sobre o Mensalão, episódio de corrupção política que é assunto recorrente na mídia desde 2005, Raimundo gesticula intensamente. Quando explica uma situação complexa, desenha esquemas geométricos nos papéis à sua frente, mostrando o estilo metódico com que enxerga suas investigações. Sorri quando lembra das contradições que vê no julgamento do caso e

deixa escapar até palavrões bem humorados. Discutir e fazer política por meio da imprensa é o que mais lhe dá prazer desde 1960, quando deu seus primeiros passos no jornalismo estudantil, dentro do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Naquela época, a irreverência e o anarquismo eram características – hoje quase invisíveis – marcantes em Raimundo.

Ao longo da vida quase sempre confundida com o próprio jornalismo, ele se tornou um estudioso dos fatos. Sempre procurando fazer dos poucos recursos disponíveis grandes trabalhos de fôlego, ele desenvolveu uma técnica para aproveitar a “indústria de notícias” da grande mídia como ponto de partida de suas coberturas e análises, sem se deixar influenciar pelas marcas editoriais dos veículos que desaprova. Um método quase matemático que consiste em separar informações de interpretações, tratando textos com exatidão científica. Só acha isso estranho quem desconsidera o passado de Raimundo, formado em física, engenheiro *honoris causa* e por anos professor de matemática em aulas particulares. Se os escritos longos e cansativos deram a ele muitas vezes o rótulo de chato e doutrinário, o rigor com as informações lhe trouxe um reconhecimento que mesmo seus desafetos não lhe negam: de um dos mais competentes jornalistas brasileiros em toda a História.

Raimundo não encarna o saudosismo generalizado que muitas vezes acomete os homens com sua idade. Enxerga relevância em fatos atuais, como as manifestações

populares que tomaram as ruas em junho de 2013, e vê nelas uma contradição a ser resolvida pelo partido que, há 10 anos no poder, costumava monopolizar a militância política: o Partido dos Trabalhadores, reduto de muitos amigos do jornalista. Mas, embora não saudosista, Raimundo se tornou um cético. Não acredita que desse novo movimento surgirá qualquer agente capaz de mudar os rumos da política, e não hesita em dizer que considera a época atual de pouco avanço nessa área e na cultural. Outra característica o difere de muitas pessoas que envelhecem de corpo e alma: ele não perdeu a maioria das convicções que tinha quando mais jovem. Raimundo ainda luta pela melhoria das “condições materiais e intelectuais do povo”, como tantas vezes repete. E, em um horizonte mais distante, pelo socialismo.

A conversa é interrompida por um súbito cheiro de queimado vindo do andar de cima. Após alguns segundos de estranhamento, ele lamenta: “O arroz. Queimou”. E, para Raimundo, isso significa praticamente não jantar. Sua dieta, restrita pela intolerância de seu organismo a lactose e glúten, inclui basicamente o grão e uma carne em acompanhamento. Para beber, água ou uma taça de vinho, a única bebida alcoólica que ele toma com alguma frequência. Tirando esse problema e algumas limitações naturais que a idade trouxe, a saúde e a forma física do jornalista estão intactas. O suficiente para que ele vá trabalhar todos os dias a pé e de transporte público, não se importando em, no

caminho de volta, subir as cansativas ladeiras que separam sua casa do ponto de ônibus.

Quando volta, Raimundo muda o tom. Está impaciente, pois precisou começar novamente o preparo do jantar. Agita-se na cadeira e ameaça iniciar uma despedida a cada final de resposta às perguntas que fazemos. A sinceridade aflora quando pedimos, inocentemente, o telefone de Sizue em Brasília, para entrevistá-la. Explica que, embora não vá se opor ao nosso trabalho, se sente desconfortável com os dois jovens repórteres que resolveram fuçar sua vida inteira, e que não quer interferir, nem para ajudar nem para atrapalhar. Responde rapidamente a mais duas ou três perguntas e ensaia o fim da entrevista, novamente: “Então é isso?”. Compreendemos, nos levantamos e somos acompanhados gentilmente até o pequeno portão de madeira.

Aos 73 anos de idade, Raimundo Rodrigues Pereira ainda tem muito o que fazer. A começar pelo arroz.

Adeus sertão, adeus baião

“Meu pai não veio pobretão, como o Lula.
Ele veio de vapor, queria fazer negócio.”

- Hoje é dia de mascate!

Era assim, em tom de comemoração, que os moradores do sertão nordestino se preparavam para a chegada dos folclóricos vendedores ambulantes, na primeira metade do século 20. Em cidades sem um centro comercial desenvolvido, reduzidas a pequenos povoados movidos a trabalho rural e pequeno comércio, com difícil acesso entre si, cabia a esses comerciantes promover o intercâmbio de produtos de diversas utilidades. Escovas de dente, pentes de cabelo, bijuterias, tecidos... para aquelas pessoas carentes, era um pequeno mundo de novidades o que cabia na mala do caixeiro-viajante, sempre disposto a oferecer sedutoras promoções para sair de cada residência com os bolsos um pouco mais cheios.

Assim era na cidade pernambucana de Exu, no final da década de 1920. O lugarejo estabelecido na base da Serra do Araripe sofria dos típicos problemas de regiões negli-

genciadas pelo poder público, como tantos outros vilarejos nordestinos da época. A falta de serviços básicos para os exuenses somava-se às duras condições impostas pela natureza, concretizadas pela estiagem que atinge o sertão década sim, década sim.

Mas, como qualquer lugar que tem dificuldades, Exu carregava também a esperança da melhora, e por isso era uma cidade feliz. Especialmente nessa época, quando vivia o florescimento dos bailes de pé de serra, que tantas noites vararam, na base do baião, os armazéns, bares e praças do interior de Pernambuco. Em Exu, um dos mais populares animadores das noitadas era Januário José dos Santos, sanfoneiro e pai de Luiz Gonzaga, o filho que também seguiria o amor do pai pela sanfona e a música.

Mas nessa época Gonzaga estava longe, servindo o Exército, enquanto Januário José tocava e cantava sozinho nos palcos improvisados de Exu. Um desses foi o armazém de Joaquim Rodrigues de Oliveira, um dos mascates que levavam bugigangas e curiosidade às casas dos sertanejos. Baixinho, moreno e sempre festeiro, Joaquim se orgulharia por toda a vida do músico ilustre que frequentara e animara seu estabelecimento, mas ele saiu do sertão antes que pudesse sediar também os bailes de Luiz Gonzaga.

Nascido em 1904, Joaquim ficou órfão de pai e mãe com apenas dez anos de idade. Muito por causa disso, se acostumou rapidamente a se virar sozinho. Nunca estudou,

mas aprendeu a ler e escrever por conta própria. Com esse instinto de sobrevivência, ele criou, por vezes, suas próprias soluções para ganhar algum dinheiro, não dependendo de patrões. Foi assim que assumiu o trabalho de mascate nos arredores de Exu. Depois de muito bater nas casas das pessoas, Joaquim conseguiu abrir seu pequeno armazém na cidade, onde vendia mantimentos básicos e as bugigangas que costumava carregar. Sustentava, assim, a si, à esposa Maria Torres de Alencar e à filha Antônia Torres Rodrigues.

Joaquim trabalhou de vendedor em toda a sua vida adulta e nunca mostrou por isso qualquer arrependimento. Ele gostava de ter fregueses, transformá-los em amigos, e, assim, ter sempre com quem bater papo. A confiança de Joaquim em seus clientes chegou a um ponto que, quando já morava no interior de São Paulo, duas décadas depois de começar a trabalhar em Exu, ele permitiria aos fregueses manter cadernetas com compras “penduradas”. O famoso fiado. A diferença era que as anotações das despesas não ficavam no armazém, mas com os próprios devedores, que pagavam a conta ao fim de períodos variados. Joaquim fazia do comércio um modo de sentir prazer na vida e de estabelecer relações sociais duradouras.

A vida dura mas feliz de Joaquim foi abalada com a morte de sua esposa. Maria Torres deixou Antônia órfã ainda nos seus primeiros anos de vida, situação que o pai conhecia muito bem. Ele criaria a menina, mas não era ho-

mem de ficar sozinho. O pai gostaria que ela tivesse uma mãe de criação, além de irmãos e irmãs. Casou-se novamente, em 1936, com Lindanora Simplício Pereira, uma doce exuense de apenas 18 anos na época, quatorze a menos que Joaquim. Apesar da pouca idade, Linda, como era chamada, pouco ou nada hesitou em aceitar um homem mais velho e acolher sua filha para si. E, talvez pelo casal ter se adaptado bem à nova realidade, o segundo filho de Joaquim e primeiro de Lindanora, Lairton Rodrigues de Oliveira, chegou logo, em 18 de agosto de 1937. E também o terceiro, a primeira mulher, Leonora Rodrigues de Oliveira, em 27 de março de 1939, e o quarto, Raimundo Rodrigues Pereira, em 8 de setembro de 1940. O nome de Raimundo seria o único entre os irmãos – tanto os já nascidos quanto os que ainda nasceriam – a não começar com a letra L e levar o sobrenome da mãe.

Surpreendeu aos pais esse filho ter nascido mais claro, de pele e de cabelo, do que os outros irmãos. Por isso, desde os seus primeiros anos, Raimundo se tornou Lorinho para a família. Como já amamentara Leonora apenas um ano antes, Lindanora trouxe à sua casa Maria Pedro, uma mulher já perto dos 40 anos de idade, para que Raimundo tivesse bom leite à disposição. Maria Pedro, uma negra muito simpática, não seria apenas a ama de leite de Lorinho, mas também ajudaria em toda a sua criação nos apenas três anos em que ele permaneceu em Exu. Era muito bem quista por Linda, Joaquim e os ou-

tros filhos, tornando-se parte da família.

As outras crianças também tinham seus apelidos. Lalá era o do mais velho da prole de Linda, Lairton. Nora o de Leonora, filha do meio. Já Antônia, irmã de ambos por parte de pai, seria chamada por todos de Titei.

Ao pé da serra, uma cidade problemática

Erguida na sombra da Chapada do Araripe, a cidade de Exu assistiu de perto ao processo de desmatamento e queimadas que castigou a caatinga nordestina durante praticamente todo o século 20. Só não foi também a cidade desertificada por causa da própria Chapada, cuja floresta fora transformada em reserva ecológica em 1946. Foi a bela paisagem da Serra do Araripe, com florestas, vales e elevações, que atraiu os primeiros colonizadores de Exu, ainda no século 18. Naquela época, a área onde seria fundada a cidade era povoada por índios da tribo Ançu. O solo fértil e o clima agradável daquela região arborizada geraram rumores que chegaram até as margens do Rio São Francisco, onde morava a família Alencar, que arrendava terras de donatários portugueses.

Os quatro irmãos Alencar foram até a base da Chapada do Araripe com a promessa de boas terras para plantar e criar gado, e por lá se estabeleceram. Não tiveram problemas com os índios e logo chegaram lá também os padres

jesuítas. Em 1734, foi fundada a freguesia de Bom Senhor dos Aflitos de Exu, já adotando o nome que ficaria para fundação da cidade, ocorrida em 1893. Não se sabe com precisão a origem do nome do município, mas sabe-se que não há relação com o orixá das religiões de matriz africana. Exu seria uma corruptela de *Ançu*, a tribo dos primeiros ocupantes da cidade, ou de *enxu*, um tipo de abelha bastante comum na região naquela época. Ou, talvez, de ambas as coisas¹.

A cidade se desenvolveria pouco e lentamente nos dois séculos seguintes à sua colonização. Por estar bem próxima à fronteira com o Ceará, sempre foi com esse Estado que Exu estabeleceu a maior parte de suas relações comerciais. Em especial com as cidades de Crato e Juazeiro do Norte. A estrada que ligou a cidade a Recife só ficou pronta em 1926, e a desertificação da terra entre ambas dificultou que uma relação mais próspera ocorresse por aquele caminho. Exu permaneceu uma cidade isolada de grandes centros, crescendo de forma precária e assolada pela seca. Foi esse cenário que motivou a retirada de Joaquim e de sua família do local, rumo ao sudeste do país em 1942.

Joaquim e sua família não ficaram em Exu para presenciar a sua fase mais sombria. Não pelas condições naturais ou pela carência de infraestrutura, como se poderia imaginar, mas por um conflito entre seus próprios moradores e cidadãos. A família Alencar, a mesma que fundou a

cidade, protagonizou, junto com os Sampaio, um confronto que derramou sangue por três décadas no seco solo da cidade. Em 1949, José Aires “Zito” de Alencar assassinou o coronel Romão Sampaio Filho por suposta traição de sua mulher, dando início a uma guerra entre os dois clãs familiares que durou até 1981. Trinta e três pessoas, entre Alencares e Sampaio, morreram assassinadas no período, incluindo três prefeitos da cidade em pleno exercício de mandato. A briga só foi definitivamente apaziguada quando o filho mais ilustre de Exu, o rei do baião Luiz Gonzaga, desesperado com o que se tornava a sua terra natal, pediu para que o governo militar de João Figueiredo interviesse na contenda.² Enquanto, em 1981, Raimundo Pereira admitia a extinção de seu maior projeto jornalístico, o jornal *Movimento*, o vice-presidente de Figueiredo, Aureliano Chaves, acionou o governador de Pernambuco, Marco Maciel, para que recolhesse as armas de Sampaio e de Alencares. Um interventor foi nomeado prefeito até 1983, quando José Peixoto de Alencar assumiu a administração de Exu. Esse Alencar acabou sendo o primeiro prefeito eleito da cidade a terminar o mandato sem o registro de mortes ligadas ao histórico conflito. Hoje, ao menos sob esse aspecto, a paz perdura em Exu e os Sampaio e os Alencares convivem em paz, embora o assunto ainda seja um tabu para os moradores da cidade. Ninguém comenta nada, pois há o medo de que, se falarem muito sobre o tema, a guerra pode voltar.

Mudança, nascimentos e luto

Com todas as suas dificuldades, Exu estava ficando pequena e insuficiente para aquela família que já era de seis pessoas em 1940. Os pais sabiam que o sertão, castigado pela seca, seria insuficiente para a vida que desejavam levar. O marido relutava em abandonar sua terra natal, mas Dona Linda o convenceu de que deveriam ir mais ao sul para conseguir melhores oportunidades para si e para os filhos, como tantos outros nordestinos fizeram aquela época. Os pais da mulher já haviam decidido partir, juntamente com seus irmãos, e eles não iriam ficar para trás. Em 1942, Joaquim, Lindanora e as quatro crianças partiram rumo a Petrolina, ainda em Pernambuco, de onde desceriam o Rio São Francisco com um barco a vapor até o sul de Minas Gerais. Dali, rumariam para o extremo oeste do Estado de São Paulo, lugar em que um dos irmãos de Lindanora adquirira um pedaço de terra. Para aquela viagem decisiva, a família guardara algum dinheiro, e a venda do armazém de Joaquim completou os fundos para o sustento inicial que seria necessário na nova morada. Ficou no Nordeste somente Maria Pedro, a ama de leite de Raimundo. Receosa da longa viagem e apegada à terra em que sempre morara, a mulher decidiu permanecer em Pernambuco.

Os parentes de Linda desejavam terras para lavar e de lá tirar o seu sustento. E foi o que começaram a fazer



No mapa, estão marcadas a cidade de Exu, de onde saiu a família de Joaquim e Lindanora, e o local onde se estabeleceram cinco anos depois, o Distrito de Explanada. Um trajeto de cerca de 2.700 km percorrido em barco a vapor e depois andando.

tão logo encerraram o itinerário e se estabeleceram em uma pequena propriedade na margem do Córrego dos Macacos, um estreito leito de água que corre na bacia do Rio Paraná, próximo a Mirandópolis. Amélia Maria da Conceição e Antônio Simplicio Pereira, pais de Lindanora, e os quatro irmãos que com eles saíram de Exu eram os familiares que acompanhavam a mulher de Joaquim, o próprio e seus filhos na nova empreitada no interior de São Paulo. Ali todos levaram uma vida mansa, de hábitos rurais, coisa que nunca foi o maior desejo de Joaquim. O trabalho de mascate estava encerrado, mas ele logo abriu um novo armazém e todos prosperaram razoavelmente. Em Córrego dos Macacos, Lindanora engravidou do quarto filho, que seria o

quinto do marido. Leônidas Rodrigues de Oliveira nasceu ainda em 1942.

O novo integrante da família, no entanto, chegara demasiadamente frágil ao mundo. Leônidas não viveu mais do que três anos de idade, e seu falecimento gerou imensa tristeza em toda a família.

Perambulações e novos integrantes

A morte prematura do menino em 1945 jogou uma sombra sobre aquela vida tranquila à beira do Córrego dos Macacos. A ocasião coincidiu com a notícia de melhores terras do outro lado da fronteira com o Mato Grosso, que ainda não tinha sua parte sul emancipada – o Mato Grosso do Sul (MS) só seria declarado unidade federativa em 1977. A família de Lindanora resolveu partir, indo morar em terras mais fartas nas proximidades da cidade de Dourados, hoje no MS.

Abatidos pelo luto, Linda, Joaquim e os filhos também saíram, mas não chegaram a cruzar a divisa entre os Estados. Foram cerca de 50 quilômetros mais para o oeste, parando no povoado de Monte Serrat, nas proximidades do município paulista de Andradina. A mãe de Lairton, Leonora, Raimundo, e, por que não, Antônia, estava grávida novamente quando Leônidas faleceu. Esse fato, somado ao luto e à pequena viagem, gerou um sentimento misto

de lamentação e esperança na família. Em Monte Serrat, nasceu Laízio Rodrigues de Oliveira, no dia 16 de setembro de 1945. Por ter vindo ao mundo uma criança maior que a média dos recém-nascidos, Laízio foi chamado de Nenenzão, ou Nenzão, apelido que carregou a vida inteira entre os familiares.

O único que não acompanhou a mudança foi o primogênito Lairton. Ele foi enviado para iniciar os estudos em Mirandópolis, morando ali com parentes mais distantes da mãe. A viagem do irmão mais velho foi um baque para Raimundo, então com 5 anos. Ele acabara de perder o irmão mais novo e tinha no mais velho sua mais constante companhia. Lairton era quem ia todos os dias, ainda com o sol por nascer, a uma fazenda vizinha trazer o leite para o café da manhã da família. A tarefa foi herdada por Raimundo, que assumia sua primeira responsabilidade. Ele ainda se lembraria, mais de seis décadas depois, do frio e do medo que passava enquanto caminhava, sozinho, com o balde de leite em mãos, tendo consigo somente as lembranças do irmão falecido e do que agora estava longe. Por mais que fossem igualmente amadas, Antônia e Leonora eram garotas, e garotas não suprem a falta que um irmão mais velho e protetor, como era Lairton, fazia a um garoto novo, como Raimundo.

Mas a estadia em Monte Serrat seria relâmpago. O negócio de Joaquim não emplacou por lá, e nem o nascimento recente de Laízio impediu a família de decidir

mudar-se uma vez mais. A essa altura, Joaquim já analisava terrenos e imóveis em cidades um tanto mais distantes ao leste, além do Córrego dos Macacos. Mas seria novamente nessa vila que ele, Lindanora e os filhos mais novos voltariam a morar, pouco mais de um ano após a saída. Sabiam que a estadia seria mais uma vez provisória, mas ali estariam mais próximos de Lairton. Joaquim também aproveitaria para olhar mais de perto outros povoados que cresciam de forma intensa, prometendo boas freguesias para seu futuro negócio, um investimento que esperava ser definitivo. E, novamente, tão logo a família se mudou, ganhou um novo membro. No mesmo povoado em que Leônidas falecera um ano antes, outro Leônidas nasceu, também com o sobrenome Rodrigues de Oliveira, no dia 12 de dezembro de 1946. E o Córrego dos Macacos não traria mais apenas lembranças tristes à família, que ganhava seu segundo integrante paulista. Zico seria o apelido de Leônidas em casa.

Os dois filhos mais novos nem chegariam a criar lembranças de Córrego dos Macacos. As conversas do pai com amigos e vizinhos próximos renderam frutos, e o velho mascate já se preparava para investir em um lugar mais promissor. Havia um grupo de povoados cerca de 60 km ao sul, não muito longe de Adamantina, que se desenvolvia de forma promissora, empurrado pela imigração japonesa intensa daquela época. Já se discutia, na região, a unificação dos pequenos bairros em um único município. Joaquim previu a expansão da região e comprou o terreno onde construiria

seu armazém e a casa de sua família. Explanada era o nome da vila para onde a família Rodrigues de Oliveira, também com seu único Pereira, se mudaria em meados de 1947. E, dessa vez, para criar profundas raízes.

Notas

- 1 O IBGE admite as duas explicações para o nome da cidade.
- 2 Ver “Povo clama pela presença do Rei do Baião para pacificar o Exu”, reportagem de autor desconhecido no site do jornal *Folha de Pernambuco*, e “Brigas entre famílias no Brasil Colônia duram até hoje”, texto de Moacir Assunção no site da revista *Aventuras na História*.

A vida na Cidade Paraíso

“Minha infância foi futebol e escola.
O futebol pra mim era uma coisa incrível.”

Em 1947, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro avançava pelo noroeste de São Paulo. O crescimento da malha ferroviária favoreceria a povoação de uma região até então predominantemente desocupada do Estado. Explanada era um dos seis povoados que se formaram com a aproximação dos trilhos da fronteira com o Mato Grosso. O trem ainda não chegava lá, mas já ia muito mais perto do que dez anos antes, facilitando a colonização por agricultores brasileiros e estrangeiros. Os outros cinco aglomerados eram Sumatra, Iracema, Marajoara, Jardim Marajá e Guaraniúva. Este último era, junto com Explanada, o mais desenvolvido, fato que gerou uma disputa entre as duas regiões vizinhas. Com a inevitável aproximação entre os núcleos urbanos dos dois povoados, os distritos de Explanada e Guaraniúva se fundiram. Pela lei estadual nº 233, em 24 de dezembro de 1948 ambos se tornaram um só município, chamado Pacaembu.

Há diferentes versões para justificar a escolha do

nome da cidade. Uma delas, já desmentida por moradores presentes na época da fundação, foi que a região era frequentada por pacas, pequenos roedores silvestres, e possuía muitos exemplares da fruta umbu. Ter-se-ia optado, então, por uma corruptela do segundo nome para juntá-lo ao primeiro. Mas a história que conta o primeiro prefeito da cidade, Orlando de Souza, é outra. A decisão pelo nome Pacaembu se deu na própria reunião da Assembleia Legislativa de São Paulo que criou o município. Representantes dos distritos que formariam a nova cidade não chegavam a um consenso para o nome, gerando uma intensa discussão. No meio da celeuma, chegou o deputado Antônio Henrique da Cunha Bueno, perguntando: “Que futebol é esse aqui? Um chuta pra lá, outro chuta pra cá. Isto não é o Pacaembu! É uma Assembleia Legislativa!” Pois os representantes dos distritos decidiram que aquilo seria, sim, Pacaembu. E optaram por homenagear o Estádio Municipal do Pacaembu, inaugurado em 1940 e motivo de orgulho para os paulistanos e paulistas da época.

Pacaembu é a expressão perfeita da típica cidade interiorana presente no imaginário dos paulistanos. É pequena, silenciosa e praticamente sem ruídos, tem apenas uma avenida e uma praça principal. Quase todos residentes dali se conhecem, e todos os dias parecem domingo. Separada de São Paulo por 630 quilômetros e uma viagem que, de ônibus, leva nove horas, Pacaembu tinha, em 2010, 13,3

mil habitantes na contagem oficial¹. Mas, na cidade em si, a sede da comarca, são menos de 11 mil. Os outros quase 3000 estão nas duas penitenciárias estaduais, à margem da rodovia que dá acesso à cidade.

A Penitenciária de Pacaembu foi inaugurada em 1998 e conta com 1.347 presos, quando sua capacidade é de 792 detentos². O outro presídio pacaembuense é o Centro de Progressão Penitenciária, destinado para presos em regime semiaberto. Inaugurado em 2001, soma 1.092³. Quase o dobro de sua capacidade, que é de 627 pessoas. E, por mais irônico que pareça, as prisões foram o que salvou a economia de Pacaembu de estagnação total em anos mais recentes. Da década de 70 em diante, um êxodo rural e a consequente despovoação deixaram a cidade bem menos promissora do que a encontrada por Joaquim, Lindanora e a família em 1947. Três anos depois da chegada deles, o número de habitantes do município era de aproximadamente 24 mil⁴, o que dá uma ideia da debandada ocorrida nas décadas seguintes. E foram as penitenciárias que reduziram significativamente os índices de desemprego na cidade. Mas é pouco, e o movimento que se observa em Pacaembu, principalmente entre os jovens, aponta para duas alternativas: a saída em busca de melhores condições de estudo e trabalho, ou o desemprego. Pode-se dizer que, com uma década e meia corrida de século 21, Pacaembu se tornou uma cidade com uma população predominante de aposentados.

A despovoação de Pacaembu, simbolizada pelo processo de êxodo rural, foi resultado do encontro de fatores de natureza distinta num mesmo período, como incidentes naturais – uma geada que prejudicou fortemente a produção agrícola da região; incidentes nem tão naturais assim – houve um incêndio na principal fábrica de óleo vegetal da cidade; e um movimento de crescente demanda de cidades próximas que cresciam e se industrializavam com mais fôlego nos anos de 1970. A maioria dos pacaembuenses ainda estava no campo naquela época. Saíram de lá, como é natural ocorrer em qualquer processo de desenvolvimento, mas não em direção à zona urbana da cidade, e sim para outros municípios que se mostraram mais promissores, diante dos infortúnios de Pacaembu.

Os dois maiores desastres da cidade aconteceram no mesmo ano, 1975. A “geada negra”, como ficou conhecida pelos pacaembuenses, ocorreu no dia 17 de julho. Seu resultado foi uma mudança drástica na configuração do cenário social e econômico da cidade, extremamente dependente da produção agrícola. Naquela noite, pessoas que foram dormir ricas acordaram pobres, e vice-versa. Os donos de armazéns, que estocavam café, eram conhecidos como “atravessadores”, e compravam sacas e mais sacas para serem estocadas e depois vendidas em outras cidades. Num dia compraram o café por um preço. No outro, com a inesperada escassez do produto, as mesmas sacas valiam dez vezes mais. Mesmo aqueles produtores cujas lavouras

rendiam boas safras e, conseqüentemente, bom rendimento, não eram grandes proprietários rurais. As terras eram, em sua maioria, pequenas, seus donos, vários e, a agricultura, familiar. Com a tecnologia rural engatinhando naquela época, as plantações demoravam anos para atingir altos níveis de produção e rentabilidade. Por causa disso, a geada danificou a produção dos agricultores, que tiveram de pensar em como sustentar a família não dali a anos, mas sim dali a dias. A saída encontrada pela maioria dos habitantes da zona rural, que representavam cerca de 75% dos pacaembuenses, foi migrar para centros maiores, como Andradina, Dracena, Presidente Prudente e, também, para cidades mais próximas da capital, como Santo André e São Bernardo. Em 1980, a população de Pacaembu já se reduzia a 15.721 pessoas⁵, ainda com a maior parte na zona rural.

Poucos meses antes ocorrera a outra desgraça. A fábrica Pacaembu, de óleos vegetais de amendoim, ficava no centro da cidade e era, junto com a outra fábrica com o mesmo tipo de produção, a Santa Maria, a principal geradora de empregos da zona urbana. Até ser completamente devastada por um incêndio. O acidente tirou a vida de sete trabalhadores e essa proximidade com cenas de horror chocou a cidade. O incêndio na fábrica ficou marcado na memória de qualquer morador que presenciou o fogaçu. Quando a Pacaembu pegou fogo, a região central foi evacuada e os habitantes levados para o ponto

mais alto da cidade. Lá de cima, bolas de fogo que saltavam da explodida caldeira da indústria eram observadas com espanto pelos pacaembuenses. A geadada, meses depois do incêndio, contribuiu para o fechamento da fábrica e impulsionou o esvaziamento da cidade. A criação de gado passou a ser mais forte que a plantação de amendoim, e a indústria, que necessitava dessa matéria-prima pra produzir, começou a enfrentar dificuldade. O êxodo rural que se deu com o processo de industrialização dos maiores centros urbanos da região, combinado com a geadada, foi determinante para que as duas fábricas de óleo saíssem de Pacaembu.

Mas não se pode dizer que não houve oportunidade para uma retomada. Em 1977, empresários de Flórida Paulista, cidade fronteiriça de Pacaembu, propuseram montar uma grande indústria de álcool no município, como estímulo para que novas plantações de cana se desenvolvessem. Mas o prefeito da época, Kouitiro Sato, possuía viveiros de café, sobreviventes à geadada, e vendia grandes quantidades para as cidades vizinhas. A escolha foi não abrir espaço para a indústria de álcool, muito menos para as plantações de cana, que poderiam diminuir o alcance do seu negócio. A indústria acabou sendo montada no município vizinho de Flórida Paulista, que hoje processa a cana que vem de Pacaembu, apresentando uma economia maior e com mais oferta de empregos.

Babão e Maria Célia: a história viva

Há, em Pacaembu, um casal que conta a história da cidade. Mário Thiago Ruggieri, ou Mário Babão, chegou em Pacaembu com 20 anos de idade em 1955, o último ano que Raimundo, o filho Lorinho de Joaquim e Lindanora, morou nessa cidade, concluindo ali os estudos do ginásio. Natural de Botucatu, Mário Babão era professor e foi para Pacaembu em busca oportunidades para lecionar. Veio com garantia de trabalho de seu irmão, Antônio Pompeu, que chegara dois anos antes na cidade. Pompeu também lecionava e teve Raimundo como um de seus melhores alunos naqueles anos. Quando chegou em Pacaembu, Mário já namorava a futura esposa, Maria Célia, desde a viagem de trem que era parte do caminho para a cidade. Ela viera de Bauru com o mesmo propósito, ensinar. E Babão se tornou figura fácil no pequeno município, na medida em que foi jogador de futebol, professor, diretor de escolas e ainda secretário de Educação da Prefeitura na década de 90. Depois, passou a escrever uma coluna fixa no único jornal da cidade, *O Pacaembuense*. Certo é que ele nunca recusou um bom papo sobre os problemas de Pacaembu, sendo reconhecido por isso até mesmo no livro que conta a história dos primeiros sessenta anos da cidade, de Nivaldo Marangoni. Assim, com o passar dos anos Mário Thiago passou a ser considerado uma espécie de historiador da cidade.

Mário vivenciou e ainda tem na memória a ascensão e o declínio de Pacaembu. Ele conta que na melhor época da cidade – justamente as décadas de 50 e 60, quando Joaquim e sua família moravam lá – os pequenos proprietários de terra que constituíam a maioria da população de Pacaembu viviam bem de suas terras, como verdadeiros fazendeiros. A zona rural era o que engrandecia Pacaembu. Bem distribuída entre pequenos proprietários, dispensava qualquer reforma agrária, como se pedia, e ainda se pede, em outras regiões.

A prosperidade entre eles era intensa, apesar da precariedade das condições de infraestrutura testemunhada por Babão e sua esposa na época em que lecionavam na zona rural de Pacaembu. Maria Célia nunca se esqueceu das condições em que vivia enquanto exercia esse trabalho. Morava em uma casa com solo arenoso e sem drenagem, que afundava quando chovia, dormindo no estrado de uma cama sem colchão e convivendo com ratos que a mordiam enquanto dormia. Em uma dessas noites, a mulher uniu coragem e esperteza para matar doze deles com uma única ratoeira. Depois dessas batalhas, pela manhã ela era transportada de jardineira até os sítios onde as crianças se reuniam, para dar aulas em condições não muito diferentes. Quando vinham à cidade para algum compromisso, como os bailes que aconteciam nos finais de semana, era na carreta de um caminhão, sentada em cima de toras de madeira que Maria Célia e suas amigas se locomoviam. E, por andarem dessa

forma sem a companhia de maridos, ainda eram consideradas vulgares, chamadas até de biscates pelas outras mulheres menos corajosas, que permaneciam na cidade.

Na área urbana, o progresso chegava de forma desigual. Pacaembu fora elevada a sede de comarca em 1953, possuindo fórum, juiz de direito e delegado próprios, mas ainda não dispunha de esgoto nem rede de luz elétrica. A energia que iluminava a cidade e tocava as trilhas dos bailes frequentados por Mário e Maria Célia era fornecida das sete às dez da noite por um carro-gerador, pago pelos próprios moradores. Nessas noites de festa, acrescentava-se um adicional para que a energia durasse até as 2 da manhã. Posto telefônico era um só, que levava horas para completar uma ligação, deixando, muitas vezes, a população isolada do seu entorno e sem notícias dos familiares. Eram tempos de luta e insalubridade em Pacaembu, mas também tempos de maior bonança e empregos para a maior parte dos habitantes. Curiosamente, quando chegou maior desenvolvimento urbano, o dinheiro e as oportunidades já estavam de saída, juntamente com a população rural.

Joaquim e sua família chegaram a Pacaembu oito anos antes de Mário Babão e Maria Célia. O ano era 1947 e o local ainda era conhecido por Distrito de Explanada. Lairton se reintegrou à família pouco antes da chegada ao novo lar, pois havia onde estudar naquela região. E, àquela altura, Leonora e Raimundo já tinham a mesma necessidade. Todos se instalaram na Rua Iracema, número 466,

onde Joaquim construía previamente o imóvel que serviria tanto de casa quanto de armazém. Especializada na venda de secos e molhados, a Casa Oliveira se tornou rapidamente um dos mais movimentados comércios de Explanada, e posteriormente de Pacaembu. A casa onde a família morava ficava nos fundos da loja. Era uma construção grande, de madeira e possuía ainda um espaçoso quintal. Quadrado-na, nada bonita, mas aconchegante. Havia espaço para os pais, as crianças e ainda para os amigos, que eram frequentemente recebidos no lar.



Anúncio da Casa Oliveira, o comércio de Joaquim, na edição de 19 de outubro de 1948 do jornal *O Bandeirante*, que circulava no antigo Distrito de Explanada.

Tudo vai se encaixando

Pequena e rodeada de verde, Pacaembu recebeu de seus próprios cidadãos o apelido de Cidade Paraíso. A justificativa era seu povo “alegre, ordeiro, unido e de grande coração”, que ainda sentia “o espírito pioneiro daqueles que, na

década de 40, chegaram bem à frente da estrada de ferro, derubaram a mata, construíram as primeiras casas, sentaram-se às sombras das árvores e sonharam com o futuro”. O nome glorificador acabou virando uma marca usada oficialmente pela cidade. E a Cidade Paraíso possibilitou à família Rodrigues de Oliveira (e Pereira) estudo para os filhos, emprego, alguma renda, e vários bons amigos.

O espírito pioneiro e desbravador talvez não estivesse tão presente no íntimo de Seu Joaquim e Dona Lora, como Lindanora passou a ser chamada na cidade. Mas a vontade de garantir estudo e condições de vida melhores para os filhos, sim. E, afinal, eles vieram de Exu, quase 2.700 km ao norte, o que já era desbravamento para toda uma vida. Enquanto Joaquim montava seu armazém, com duas portas, um balcão e várias sacas de feijão, arroz, peixes salgados, carne seca, além de velas e outros suprimentos não alimentícios, sua esposa procurou e achou emprego, como inspetora de alunos no Ginásio Estadual de Pacaembu, mesma escola que seus filhos estudariam.

A figura materna era dominante na casa. O pai estava presente, mas passava tempo cuidando do negócio e não desperdiçava uma boa oportunidade de tomar uma, ou algumas bebidas com os amigos que fizera em Pacaembu. Era Dona Lora quem figurava como autoridade na casa, embora não precisasse atuar como general na maior parte do tempo. Com exceção de Lairton, que desenvolveria certa rebeldia com o passar dos anos, todas as crianças criadas

sob aquele teto cresceriam com boas notas na escola e sem grandes problemas de comportamento.

Em cidades pequenas, é comum que novos moradores atraiam para si a curiosidade dos antigos. E que com poucos meses de convivência, já estejam acostumados com os rostos de todos os habitantes. Em Pacaembu não foi diferente. Para a sorte de todos que chegavam de uma viagem de cinco anos, desde Pernambuco, aquela era também uma região hospitaleira. Raimundo foi o primeiro dos irmãos a arrumar companhias no novo lar. Logo depois de se estabelecer, Lorinho conheceu seu melhor amigo de infância, Mohammed Mustafá. O menino de ascendência árabe mostrou ao recém-chegado as diversões que aquela pacata cidade cheia de subidas e descidas tinha para as crianças. Mohammed e Lorinho frequentemente jogavam futebol junto com outros garotos, além de escaparem da cidade para nadar e pescar nos córregos próximos. Mas as brincadeiras só começavam depois que Dona Lora visse as tarefas escolares de Raimundo resolvidas. Na maior parte das vezes, o bom aluno era liberado.

Desde os primeiros anos em Pacaembu, Lindanora também se tornou uma disputada quituteira da cidade. O sucesso começou com alguns salgados e doces que ela vendia na cantina da escola onde trabalhava e seus filhos estudavam. Quando era aniversário de alguém mais endinheirado da cidade, era ela a fazer o bolo, a ser escolhido da sua coleção de artes confeiteiras. Quando surgiu o time

de futebol de Pacaembu e havia jogos todos os domingos, Dona Lora preparava uma bandeja repleta de doces e coxinhas para a torcida. Qualquer garoto que estivesse disposto a ganhar uns trocados para vender umas guloseimas na pequena arquibancada era escolhido para o trabalho. No fundo, seja por influência do marido ou por um instinto próprio, o comércio era algo que também corria nas veias de Lindanora.

A renda extra da quituteira, somada à da Casa Oliveira, era o suficiente para que ninguém ali tenha passado necessidades nos anos em Pacaembu. Na verdade, permitiu até agregar novos membros à família, que parecia ter a sina de crescer eternamente. Ainda em 1947, chegou à casa de Joaquim e Dona Lora a menina Francisca Mancin Rodrigues, a Francisquinha. Era uma garota então com 5 anos de idade, sobrinha de Joaquim por parte de um irmão chamado Antônio. A esposa de Antônio e mãe de Francisquinha acabara de falecer no Nordeste, de complicações pós-parto, deixando órfãs a menina e a irmã recém-nascida Terezinha. Sem condições de criar as duas filhas sozinho, Antônio enviou Francisquinha à casa de Joaquim, para que pudesse ali estudar e ter uma vida com mais oportunidades. Já Terezinha foi morar com um terceiro irmão, também no interior de São Paulo. Como sempre acontecia na casa daquela família, a nova integrante foi aceita, criada e amada por todos. Ela juntou-se a Antônio, Lairton, Leonora, Raimundo, Laízo e Leônidas.



Da esquerda para a direita: Raimundo, Lairton, Laízio (na frente de Lairton), Vó Amélia (mãe de Dona Linda), Leonora e Leônidas.

Embora Antônia já tivesse idade para ajudar dentro de casa, Lindanora somava agora sete filhos para criar. Como trabalhava na escola e ainda tinha suas atividades culinárias, precisava de alguém que cuidasse da casa e das crianças enquanto estivesse ocupada. Mas teria que ser alguém realmente confiável, responsável e com afeto pelas crianças. Veio a lembrança imediata de Maria Pedro, que amamentara Raimundo e tanto se afeiçoara à família, mas havia decidido ficar no Nordeste cinco anos atrás, quando todos saíram de

Exu. Depois de alguma insistência, Maria Pedro cedeu e foi trazida a Pacaembu por uma pessoa enviada por Joaquim. Ao chegar, matou a saudade de Lorinho e da outras crianças mais velhas, e conheceu também as mais novas, de quem cuidaria de forma especial nos anos seguintes. Laízio e Leônidas pegaram amor por Maria Pedro, a ponto de considerá-la uma segunda mãe. Tanto é que “Manhê” virou o apelido da mulher entre Nenzão e Zico, que até dormiam com ela em algumas noites. A verdadeira mãe não tinha ciúmes. Pelo contrário, Lindanora estava agradecida e aliviada pela ótima companhia que arranjava para seus filhos.

Assim, no segundo ano de vida na Cidade Paraíso, a residência de Joaquim e Lindanora já contava dez moradores. Naquela cidade que acabara de nascer, poucas casas eram mais felizes que aquela construída de madeira, nos fundos de um armazém.

Futebol e a primeira vez que Raimundo Pereira falou ao público

O futebol era atividade marcante na rotina de Pacaembu. No fim da década de 1940, os meninos da cidade já se reuniam no campinho para fazer a bola rolar. Não demorou para que, em 1953, fosse fundado o primeiro time do município, o Pacaembu Esporte Clube, também conhecido como PEC⁶. Seu primeiro presidente foi Orlando de Sou-

za Rebolo, que não deve ser confundido com o primeiro prefeito da cidade. Já em 1955, o PEC se preparava para disputar seu primeiro campeonato amador estadual. Por meio de eventos e jogos para angariar fundos, o time conseguiu mais recursos para crescer. Depois de ganhar alguns torneios e campeonatos locais como time amador, chegou a disputar a Terceira Divisão de Profissionais da Federação Paulista de Futebol, em 1966 e 1967. Atualmente o clube atua apenas no amadorismo.

As cores do Pacaembu Esporte Clube são as mesmas da seleção brasileira: primeiro uniforme com camisa amarela e calção azul, e o segundo com camisa azul e calção branco. Poucos sabem, mas o time revelou jogadores para o futebol nacional. Um deles foi Zuíno, um baixinho e habilidoso ponta-direita que, depois de ser observado no PEC, jogou em clubes tradicionais como o Botafogo de Ribeirão Preto, o América do Rio de Janeiro e o Atlético Goianiense. Quando atuava no Botafogo, em 1964, Zuíno teve a honra de jogar contra o Santos de Pelé em sua fase mais esplendorosa. Esse talvez seja o único olhar otimista que se pode ter sobre uma derrota humilhante, por 11 x 0, como a que sofreu o time de Zuíno naquele dia. Mas ao menos ele pôde contar para o resto da vida que esteve no mesmo campo que o Rei do Futebol. E ainda que assistiu, de lugar privilegiado, os oito gols que Pelé marcou na partida.

Os filhos de Joaquim também criaram suas histórias futebolísticas na cidade. Raimundo, junto com seu insepa-

rável amigo Mohammed, entrou para o time infantil do Pacaembu Esporte Clube tão logo a equipe foi criada. Mesmo que fosse um estudioso convicto e obediente, quando estava em alguma disputa, Lorinho deixava, se necessário, os bons costumes de lado. Em um treino do PEC, ele teve uma discussão com um colega de time chamado Jesuíno que resultou em pesada pancadaria, até que o resto da turma chegasse para separá-los. Do lado de fora, o irmão Laízio assistia tudo, assustado com o arranca-rabo, mas feliz pela valentia do irmão, que não levava desaforo para casa. Nenzão admirava Lorinho e o teve como exemplo durante toda a infância e boa parte da juventude.

O futebol também proporcionou o primeiro contato de Raimundo com uma atividade próxima da jornalística, quando ainda era uma criança. Ele tinha 12 anos quando surgiu um serviço de alto-falantes na cidade. Até então, qualquer coisa parecida com rádio ou televisão não havia passado nem perto de Pacaembu.

O sistema de som fora trazido pelo mesmo Rebolo que fundou o PEC. Ele era o homem das mil e uma ideias da cidade. Sua engenhoca se resumia a alguns alto-falantes fixados no telhado do prédio onde hoje funciona a Câmara Municipal da cidade. Informes de utilidade pública para os pacaembuenses, como missas de sétimo dia e notas de falecimento, eram transmitidos por ali.

Rebolo abriu um espaço na programação para o noticiário esportivo, que tratava dos campeonatos ama-

dores da cidade. Depois de ouvir a novidade, os meninos boleiros, fascinados pela dimensão que o esporte ganhava, pediram para participar das transmissões também. Lorinho, Mohammed e outros amigos do time infantil do PEC narravam jogos e comentavam os resultados, certos de que prestavam um importante serviço público. Não havia pauta, técnica de locução ou programação definida, mas a experiência nos alto-falantes marcou a memória de todos que participaram do serviço. Inclusive do futuro jornalista, Raimundo Pereira.

Irmãos opostos

O irmão mais velho de Raimundo, Lairton, tinha 16 anos quando o PEC foi fundado, e foi direto integrar o time juvenil da nova equipe. Lá era bom de bola e melhor ainda na briga. Diferentemente de Lorinho, não precisava ser provocado para entrar em uma confusão. Fosse no futebol, nas bebedeiras que arriscava ou num dia completamente normal, remediava o tédio mental com algum entrevero. Dos filhos do casal Oliveira, foi o que mais mostrou efeitos que, aos olhos da família, pareciam sinais da rebeldia sem causa, típica da adolescência. Em alguns anos, todos perceberam que a característica não estava relacionada com a idade, mas era inerente à sua própria personalidade. Não se sabe a quem Lairton puxou nesse sentido, mas seu gênio

destoava daquilo que os pais esperavam para os filhos. De qualquer forma, Lalá nunca foi menos amado pela família, não importava o tamanho da confusão que arrumasse.

O primogênito de Dona Lora tinha o cabelo mais crespo do que os irmãos, e sua estatura sempre foi elevada para a idade, enquanto criança e adolescente. Essa característica fazia crescer também o seu atrevimento, que não poupava nem os próprios pais. Houve um episódio em que Lindanora engordava alguns perus para preparar um de seus banquetes, e os bichos perambulavam pelo quintal da casa. Não se sabe se por fome, inconsequência ou pura rebeldia, ou talvez por tudo isso somado, Lairton pegou uma das aves na surdina. Acompanhado de alguns amigos, matou o peru e o levou para a mãe já depenado. Pedia, sorridentemente, para que Dona Lora o preparasse para a janta. Sem saber de que peru se tratava, ela cozinhou com todo o capricho que sabia exercer na cozinha. Só depois, no meio da digestão, soube que a ave que estivera ali em cima da mesa era, na realidade, o seu peru. O gênio calmo, de alguém que preferia sempre fugir das brigas ao invés de procurá-las, fez Lindanora respirar fundo e engolir a seco a desfeita. Foi uma das poucas vezes em que a mãe se omitiu em dar uma lição nos filhos. Mas Lalá, àquela altura, já era um problema recorrente em casa, e até por isso Dona Lora evitou uma confusão maior. Em outra ocasião, o menino foi encontrado dormindo dentro de um balaio que usavam para estocar a roupa suja, num pequeno cômodo que ficava

nos fundos da casa. A calma da daquela cidade minúscula gerava notável inquietude em Lairton.

Ele era também o único entre os meninos com problemas nos estudos. Não quis cursar o ensino médio quando a idade veio e se matriculou na Escola Normal de Pacaembu, uma espécie de Magistério, que abandonou no meio do curso. Cansado daqueles rostos todos conhecidos, Lalá decidiu, então, estudar contabilidade em Dracena, uma cidade próxima e de proporções maiores. Ao que parece, as mesmas pessoas de sempre não eram o verdadeiro problema, já que o curso foi logo abandonado e o filho à casa dos pais retornou.

Mas Lairton queria, de alguma forma, alçar voos maiores. Perto dos seus vinte anos de idade, quando Raimundo já saíra de Pacaembu para fazer o ensino médio, o primogênito chegou em casa e, decidido, anunciou:

- Vou para Brasília!

A ideia veio ao rapaz após ouvir uma série de comentários e propagandas sobre os muitos empregos que estariam surgindo no Distrito Federal, onde estava sendo construída a nova capital do Brasil. Lairton decidiu que alguma oportunidade encontraria em uma terra tão florescente de oportunidades, e assim decidiu tentar a vida por lá. O filho já era maior de idade e dono de seu próprio nariz, o que deixou Joaquim e Dona Lora sem escolha. Deram sua benção e o prepararam, inclusive financeiramente, para sua viagem e o futuro incerto que lhe aguardava. No cerrado, o melhor que conseguiu foram alguns bicos como

garçom em bares e restaurantes.

Essa foi a saída definitiva de Lairton de Pacaembu, ao menos em termos de moradia. Quando voltou para uma visita à família, Lalá não estava lá muito bem de vida financeira, mas assim queria parecer. Aos olhos ainda infantis de Laízio, que sonhava com o dia em que seguiria os exemplos dos irmãos mais velhos e sairia para cidades maiores, Lairton era um desbravador e exemplo de sucesso na vida. Os próprios munícipes de Pacaembu também se impressionaram com o homem que havia, na cabeça deles, quebrado os muros do provincianismo. Para seus pais, que sabiam da realidade, restava aceitar o caminho incerto que o filho escolhera e cuidar para que Lalá fosse feliz. Mas, em confiança, o que havia era lamentação.

Se o filho mais velho trazia para casa um problema após o outro, com o segundo a história foi diferente. Raimundo sempre foi o melhor exemplo de casa. Em 1951, foi matriculado no Ginásio Estadual de Pacaembu, onde estudaria nos quatro anos seguintes, sempre de maneira exemplar. Pelo que mostra o seu histórico escolar, ainda à disposição na secretaria da instituição, Raimundo só não tinha as melhores notas da sala se estudasse com um verdadeiro gênio à frente de seu tempo. Era na matemática que ele melhor demonstrava seus conhecimentos: fechou a última série do ginásio com um vistoso dez. Em História Geral e do Brasil, os conceitos nunca ficaram abaixo de nove, durante os quatro anos de ginásio. Quem visse, à época, que seu



Raimundo durante
o Ginásio

desempenho era um pouco mais vacilante nas disciplinas de línguas, incluindo a portuguesa, não poderia imaginar que aquele garoto se tornaria jornalista, e não engenheiro. Apesar de que, anos mais à frente, a engenharia teria, sim, papel relevante na vida de Raimundo.

Uma peculiaridade de seus registros escolares era um documento que dava ao aluno a escolha de cursar ou não o ensino de religião. No caso, a única disponível eram os “ensinamentos da Igreja Católica Apostólica Romana”, nesses termos. As aulas religiosas foram descartadas por Lorinho, com a anuência e assinatura do pai Joaquim. Mas

(Distribuição)

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	DISCIPLINAS
8,7	862	797	6,9	PORTUGUES
9,6	974	942	8,9	LATIM
8,0	332	911	8,9	FRANCS
8,5	886	941	-1-	INGLES
20,00	936	633	7,4	MATEMATICA
9,9	994	-1-	-2-	CIENCIAS NATURAIS
9,2	932	979	-1-	HIST DO BRASIL CIVIL
9,1	-1-	-1-	9,3	HISTORIA GERAL do Brasil
-1-	-1-	877	7,5	GEOGRAFIA GERAL
9,4	943	-2-	-1-	GEN DO BRASIL
-1-	-1-	810	6,9	TRAB MANUAIS
9,5	882	884	7,7	DESENHO
9,7	971	907	9,3	SANTO OFENSIVO

PRIMEIRO CICLO

Alc. Pereira
(Instituto)

O histórico de notas de Raimundo no ginásio. A facilidade com a matemática seria decisiva para determinar seu futuro.

a religiosidade, como todo o resto na casa da família, era guiada por Dona Lora. Desde criança ela teve formação católica, e por isso todos os seus filhos foram batizados e crismados. Além de garantir que todos fossem à Igreja aos os domingos, ela ainda ajudava na manutenção do templo e na organização das festas religiosas da cidade. Provavelmente Raimundo teria sido compelido a estudar, sim, os mistérios da fé, não fosse a conversão de sua mãe ao protestantismo pouco tempo antes.

Raimundo sempre teve um respeitável senso de responsabilidade. Definia, com base no que observava, valores

CONTRACORRENTE

Eu, Raimundo Rodrigues Pereira, Diretor
que não desejo assistir às aulas de Inglês.

Raimundo Rodrigues Pereira
(Assinatura do Diretor)

CONCORDO

Luiz Rodrigues de Oliveira
(Assinatura do pai, mãe ou responsável)

NOTA - PREENCHER SÓ UMA DAS DECLARAÇÕES SUPRAS.

Senhor Diretor

Prefero, se possível, frequentar as aulas no período da manhã
(manhã ou tarde)

Pacaembu, 7 de Setembro de 1955

Raimundo Rodrigues Pereira
(Assinatura do aluno)

CONCORDO

Luiz Rodrigues de Oliveira
(Assinatura do responsável)

Raimundo dispensa as aulas de religião, com o consentimento do pai.

que considerava certos e errados, e desde cedo adotou posições enfáticas para defender princípios em que acreditava. Era, assim, o irmão mais protetor de Leonora, a única menina entre os mais novos. Houve uma noite em que, voltando para casa junto da irmã, ele passou por um bar que tinha alguns rapazes à porta. Algumas gracinhas foram cantadas para a menina por eles, e Raimundo, que não admitia desrespeito, deu uma lição de moral nos atrevidos. Não foi necessário equiparar forças físicas, o que tornava ainda maior o orgulho de Leonora pela demonstração de caráter de Lorinho. Assim como ela, os pais e os irmãos sempre admiraram a retidão do garoto, que manteria tal característica em sua atividade jornalística posterior.

Mesmo tão diferentes um do outro, Raimundo e

Lairton sempre foram bons amigos. Brigavam por causa de futebol, já que Lorinho era palmeirense e, Lalá, são-paulino, e também por outros assuntos. Mas mantinham uma relação de cumplicidade que se prolongou com o passar do anos, para além de Pacaembu.

Casos de família

Lindanora se declarou presbiteriana em 1954. Alegou estar seguindo a sua família, que ficara no Mato Grosso e também se convertera. Com a nova crença, ela se antecipou a um movimento protestante que ganharia mais força em Pacaembu na década de 80. Mas, naquela época, a cidade ainda era reduto da padroeira Nossa Senhora das Graças. Dona Lora não obrigou os filhos a seguirem sua nova crença, fato comemorado pelas crianças. Não por apego ao catolicismo, mas por aquela mudança ter tirado deles a obrigação de assistir a missa todos os domingos. Em um ambiente de livre escolha, pelo menos dois de seus filhos não escolheriam religião alguma, tornando-se ateus convictos: Raimundo e Laízio.

Mas Lorinho não pode dizer que nunca passou por tentações religiosas. Além do catolicismo dos primeiros anos de vida, ao qual nunca se apegou muito, ele chegou a se converter à pentecostal Assembleia de Deus quando tinha entre 13 e 14 anos. Isso aconteceu pela influência de um

treinador que teve no time infantil do PEC. Zé Sapateiro era o apelido do técnico, que também trabalhava na confecção de calçados. Às vésperas da decisão de um campeonato, Sapateiro entrou para a igreja evangélica e se retirou do time de futebol, que passara a considerar uma tentação do demônio. Ato contínuo, tentou também arrebanhar algumas das crianças para o Reino dos Céus. Raimundo se deixou levar pelas palavras e também abandonou o time. Estava crente de que iria para o inferno no dia seguinte ao primeiro jogo



Da esquerda para a direita, na parte superior da foto: Maria Pedro com Leônidas nos braços, amiga da família com o filho nos braços, Antônia (segurando o copo), amigas da família. Parte inferior, da esquerda para a direita: Raimundo, filho de amigos da família, amiga da família, Dona Linda (com bebês de conhecidos nos braços), Laízio (segurando a árvore), filha de amigos da família, Francisquinha (olhando para o lado) e Leonora (de cabelos presos).

que fizesse, agora que sabia da verdade divina.

Raimundo, no entanto, não conseguia ignorar a importância da partida decisiva que seu time enfrentaria nos próximos dias. Decidiu jogar e implorar, depois, pelo perdão do Senhor. Mas quando foi a campo, venceu a partida e saiu de lá em êxtase, Lorinho percebeu que nada havia de errado naquilo. Também não acordou queimando no inferno no dia seguinte, o que não considerou nenhum milagre divino. Cansado daquela conversa que o deixava em constante conflito consigo mesmo, Raimundo largou a igreja e voltou definitivamente ao time. Separou-se, para sempre, de qualquer dogma religioso.

Comerciante de conversa boa e negócio fácil, Joaquim fez vários amigos em Pacaembu. Gente rica ou pobre, praticamente todos os pacaembuenses da época compraram algum mantimento no armazém da Rua Iracema, 466. E algumas amizades se prolongavam, tomando as mesas do bar da esquina, onde ele tomava seus tragos de cachaça. Enquanto isso era sua esposa quem zelava pela casa e pelos filhos, quando esses não estavam na escola. Ela perdia, às vezes, os passos de Joaquim, que, apesar dos 14 anos a mais, de velho tinha muito pouco. À boca pequena, os pacaembuenses comentavam que o velho mascate gostava de “biscatear” pelos entornos da cidade.

Não era segredo para a maioria dos habitantes que houvesse algumas “zonas” em cidades muito próximas a Pacaembu. Essa era a denominação dada às regiões onde se

concentravam casas de prostitutas da época. Embora Joaquim nunca tenha sido visto passeando por ali, um de seus amigos mais próximos, o paraibano Sebastião “Pedreiro” Vieira, certa vez foi pego por sua esposa enquanto analisava em qual porta da zona entraria. Já desconfiada do marido, ela pediu para um amigo que possuía um táxi para seguir o carro de Sebastião. O homem chegou ao seu destino, mas sua mulher também. A filha de Pedreiro, que tinha esse apelido graças ao seu ramo de trabalho, era Tereza Cristina Vieira, com menos de 10 anos de idade naquela noite. Ela foi acordada pelos pais chegando de carro e ouviu os gritos da mãe quando os dois entraram pela casa.

Joaquim não chegou a tal ponto, mas também dava as suas escapadas de casa. Não foram poucas as duras que ele levou de Lindanora por chegar tarde e cheirando a bebida. Em algumas ocasiões houve até ameaça de separação por parte da esposa, mas tal fato nunca chegou a ser consumado. Talvez não faltasse vontade a Linda, mas seu forte senso de mãe de família não permitiu que levasse a cabo seus pensamentos de viver sem o marido. E, a bem da verdade, Joaquim podia dar nos nervos de Dona Lora, mas não deixava de ser carinhoso com a esposa e a família.

Ao lado do caçula Leônidas, Leonora era a criança mais apegada a à mãe. Como única filha com o sangue de Lindanora, recebia carinho especial em suas necessidades. Por isso e por ter amadurecido um tanto rapidamente, foram raros os nãoos que Nora recebeu dos pais. Francisquinha, a

sobrinha de Joaquim criada junto com ela e as outras crianças, tinha uma admiração grande pela irmã postiça. Reparava no jeito gracioso e sempre simpático de Leonora e procurava imitar a quem os irmãos viam, com um tanto de ciúme, como a princesa da casa. A grande felicidade de Chiquinha era quando Nora descartava alguma peça de roupa, fosse por não caber mais ou por ter enjoado. Era então Francisca quem as usava, pensando em ficar bonita como ela.

Com uma beleza exótica, Leonora desenvolveu até mesmo dons artísticos, embora não os tenha trabalhado mais à frente. Certa vez houve uma comemoração que era tradicional da colônia japonesa em Pacaembu, e que abria espaço para performances musicais em homenagem à cultura oriental. Como não eram poucos os amigos de Joaquim e Lindanora entre os japoneses da cidade, a mãe conseguiu que sua filha fizesse uma apresentação. A ocasião era importante. A menina recebeu um quimono, treinou movimentos de danças orientais e alguns versos de uma canção. Com seus trejeitos delicados, Leonora se apresentou com excelência, causando grande furor entre os moradores orientais de Pacaembu. Aquela foi uma grande noite para a pequena artista e para a orgulhosa mãe.

Mas o caminho escolhido por ela no futuro seria totalmente oposto. Assim como o irmão Lorinho, Nora era das mais inteligentes da escola. Quando chegou a hora, saiu do interior para cursar primeiro História e depois Direito na Universidade de São Paulo. Concluiu as duas gradua-

ções sem dificuldades, e foi como advogada que trabalhou boa parte da vida.

Hora de partir

Raimundo e a família já sabiam que, assim como fez Leonora, seria necessário buscar outros ares para ele em breve. Pacaembu oferecia estudo apenas até o ginásio e, para fazer o curso científico, equivalente hoje ao ensino médio, o agora adolescente Lorinho precisaria se mudar para uma cidade maior. Foi o que fez ao final de 1955. Após quase nove anos na Cidade Paraíso, Raimundo encontrou, com a ajuda dos pais, uma pensão para morar em Araçatuba, a 200 km de Pacaembu. Segundo os comentários da época, a cidade oferecia o melhor preparo para o estudo universitário naquela região. Digna de um aluno com notas altíssimas, como era Lorinho.

Os dois anos em Araçatuba correram sem sobresaltos para o filho exemplar de Dona Lora e Joaquim. Mas foram de grande aprendizado. Era a primeira experiência de Raimundo, já com 16 anos de idade, longe de sua família, ainda que a distância fosse relativamente curta e as visitas ocorressem com certa frequência. Quem esperava ansiosamente para ver o irmão era Laízio, admirador fiel de Lorinho e que, mais à frente, seguiria seus passos nos estudos em Araçatuba. Quando ia visitá-lo na nova casa, Nenzão ficava impressionado com aquela cidade que, comparada à

recém criada Pacaembu, era quase uma metrópole. Fundada em 1908, Araçatuba já possuía certo desenvolvimento nos anos 50, quando se intensificou no município a cultura da pecuária. Na década seguinte, verificado o sucesso dessa atividade, a cidade receberia a alcunha de Capital do Boi Gordo⁷.

Raimundo seguia uma rotina difícil de ser alterada em Araçatuba. Assim como em Pacaembu, o tempo de Lorinho se dividia entre os estudos e o futebol com os amigos. O que começava a mudar eram os assuntos que lhe interessavam, agora que, longe dos pais, Raimundo estava em um processo de acelerado amadurecimento. Ainda um craque na matemática, o jovem exuense teve, nesse período, seu primeiro contato com a política, ainda que de forma superficial. Para os que conhecem hoje a trajetória de esquerda tomada por Raimundo Pereira, é irônico saber que a primeira figura política admirada por ele foi Carlos Lacerda.

Antigo militante do Partido Comunista Brasileiro, Lacerda já tinha, àquela altura, “virado a chave” em sua carreira política. Isso é, guinado à direita. Membro destacado da União Democrática Nacional, ele era um dos maiores opositores ao governo de Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil na época. Já havia defendido a intervenção militar para impedir a posse de JK e se dedicava, em 1956, a discursar contra a construção de Brasília, que tiraria de sua cidade natal, o Rio de Janeiro, a condição de capital do país. Para angariar seguidores em sua cruzada, Lacerda viajava a diferentes regiões do Brasil com seus discursos inflamados e

denuncistas. Foi num desses comícios, em Araçatuba, que Raimundo se deparou com sua figura, que o impressionou.

Depois de observar a intervenção do udenista, Raimundo chegou a escrever uma carta para o pai relatando o episódio. Embora o documento tenha se perdido, ele lembraria décadas depois, com uma espécie de vergonha bem humorada, que escrevera elogiando a assertividade e a contundência dos posicionamentos políticos de Lacerda. E, no interior de São Paulo, onde proliferavam pequenos e grandes fazendeiros às custas da erradicação dos indígenas da região, era quase que um caminho natural que um jovem, em seu primeiro contato com a política, escolhesse o caminho do conservadorismo. Raimundo não tem pudor em admitir, quase 60 anos depois, que, passasse muito mais tempo com a família no interior, teria enveredado à direita.

Mas o destino já estava traçado àquela altura. A intenção de Lorinho, matemático cada vez mais competente, era passar no vestibular do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, criado em 1950 e que já ganhava, com poucos anos de existência, status de referência no ensino da engenharia. E uma das causas dessa fama era a dificuldade da prova de admissão para os alunos.

Essa dificuldade motivaria a ida de Raimundo, ao fim de 1957, para São Paulo, onde havia cursos preparatórios específicos para o ITA. Se aprovado nos exames, seria necessária uma nova mudança, agora para São José dos Campos, cidade a 94 km da capital. Fica ali, até hoje,

a faculdade. A única experiência anterior de Lorinho em São Paulo tinha sido quando ainda morava em Pacaembu, quando ele veio, acompanhado de Lairton, assistir um jogo do Palmeiras justamente no estádio que ajudou a batizar a cidade em que os irmãos cresceram. Para aquela viagem, Lorinho economizara moedas e juntara dinheiro dando aulas de matemática para alunos mais novos. Agora ele iria, em caráter definitivo, se virar na cidade grande.

E, assim, o sonho de uma vida melhor idealizado por Joaquim ainda na década de 30, no sertão pernambucano, culminava na ida de seu terceiro filho para um destino promissor. Depois de Lairton e Leonora, Raimundo se despediu definitivamente da proteção da família.

Notas

- 1 Censo demográfico IBGE de 2010
- 2 Dados da Secretaria de Administração Penitenciária atualizados em setembro de 2013.
- 3 *Idem*
- 4 Censo demográfico do IBGE de 1950
- 5 Censo demográfico do IBGE de 1980
- 6 A história do Pacaembu Esporte Clube é contada no livro *Pacaembu 60 anos*, de Nivaldo Marangoni, edição do autor, 2008.
- 7 Ver publicação no site do Governo do Estado de São Paulo, no endereço <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=214657>

A grande ironia

“A juventude precisa ter liberdade para fazer um pouco de anarquia. Se não, ninguém aguenta.”

A data era 8 de abril de 1964. E Raimundo Pereira, o filho exemplar de Lindanora e Joaquim, o aluno promissor que saíra do interior para completar os estudos em São Paulo, estava preso pelas forças de segurança nacional.

Naquela manhã, Raimundo foi tirado de sua sala de aula no ITA, onde já fazia o último ano do curso de engenharia aeronáutica, e levado à presença do diretor geral do CTA (Centro Técnico de Aeronáutica), braço de desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas dentro do qual está inserido o ITA¹. Lá, escutou do brigadeiro Casimiro Montenegro que seria enviado a São Paulo para ser ouvido em um inquérito policial-militar. Sem maiores explicações sobre o motivo da viagem, ou mesmo sobre qual era sua condição naquele inquérito, Raimundo foi colocado em uma Kombi da Aeronáutica rumo à capital paulista.

Junto com ele seguiam outros colegas do ITA, incluindo Gilcio Martins, um de seus amigos mais próximos

na faculdade, Sílvio Roberto de Azevedo Salinas e João Yutaka Kitahara, que estavam um ano abaixo nos estudos. O traço comum entre eles: todos eram integrantes ativos do Centro Acadêmico Santos Dumont com tendências esquerdistas. Por isso, quando foram enviados a São Paulo uma semana após o golpe civil-militar que depôs o então presidente da República, João Goulart, Raimundo e os outros já imaginavam do que poderia se tratar o episódio. E o que era uma possibilidade se tornou certeza quando a Kombi que os levava chegou ao seu destino: a sede do DOPS, o Departamento de Ordem Política e Social, em São Paulo, no Largo General Osório, região central da cidade.

Sete anos após abandonar a tranquilidade do interior, a vida de Raimundo Pereira tinha virado de ponta-cabeça.

Em São Paulo, começa a transformação

Após sair de Araçatuba e chegar em São Paulo, entre o final de 1957 e o começo de 1958, Lorinho instalou-se em uma pequena pensão. Ele estudaria o terceiro e último ano do curso científico na Escola Estadual Brasília Machado, bairro da Vila Mariana. Seus pais o ajudariam com o aluguel e demais necessidades financeiras para que ele se concentrasse nos estudos e entrasse, como desejava, no ITA. Não porque quisesse ferrenhamente ser um engenheiro.

Mas porque era o caminho que lhe parecia natural, dada a sua aptidão para as ciências exatas.

Na pensão, Raimundo tinha como colega de quarto um espanhol, de cujo nome ele se esqueceria com o passar dos anos. Mas foi ele, um anarquista convicto, quem despertou no futuro jornalista o desejo por expandir seu conhecimento para além dos números e das escassas noções políticas. Raimundo aproveitaria o acervo literário do colega para entrar de cabeça em leituras mais intelectuais. “Passei a ler um livro por dia. Comecei a ler filosofia, Nietzsche, Schopenhauer. Não entendi porra nenhuma, mas li tudo isso. Continuo não entendendo, mas passei a entender um pouquinho mais”, admitiria, com bom humor, décadas mais tarde. O apetite por livros não era novo para ele. Mas, em Pacaembu e Araçatuba, suas leituras se resumiam às aventuras de Sherlock Holmes e coleções juvenis como a *Terra, Ar, e Mar*, da Companhia Editora Nacional, e até mesmo a coleção *Menina e Moça*, da Livraria José Olympio Editora, direcionada a jovens garotas.

Não somente pelas leituras, a visão de mundo de Raimundo se transformaria no período passado em São Paulo. Distante quase 700 km de seus pais, o adolescente descobriu nesse período o prazer do álcool e das noitadas. Somou ao futebol com os amigos outro *hobby*: a sinuca acompanhada de uma cerveja gelada. O garoto antes católico, por um curto período evangélico, decidira que seria ateu dali em diante. Queria entrar em todas as

discussões possíveis, mesmo sem subsídios para tanto, e buscar todo conhecimento que julgasse estar a seu alcance. Nessa altura, embora não abandonasse o projeto de entrar no ITA, Lorinho desejava se tornar escritor, inspirado pela literatura com que tivera contato e pelo ar de boemia que envolvia a profissão.

O período de descobertas seria prolongado ao fim daquele ano. Raimundo fez como planejado e prestou o vestibular para o ITA. A dificuldade da prova não foi obstáculo para o aluno de currículo invejável, e Lorinho passou no teste. Fez, e concretizou, os planos de se mudar para São José dos Campos. Além do ensino superior em si, a mudança seria benéfica para Raimundo sob o ponto de vista financeiro, já que não seria necessário alugar uma moradia na nova cidade. A escola da Aeronáutica, onde só homens eram admitidos naquela época², oferece apartamentos para os alunos compartilharem em duplas. E dá, ainda, uma mesada para o estudante arcar com a alimentação e outras despesas básicas. Assim, bastou organizar as roupas e demais pertences pessoais e o futuro estudante estava pronto para a viagem.

Tudo ia bem até que, já nos primeiros meses de 1959, um obstáculo intransponível se colocou entre Raimundo e sua graduação no ensino superior. A escola Brasílio Machado não aprovou a formatura do aluno no curso científico, e ele precisaria cursar o terceiro ano novamente. O problema não eram as notas, como Raimundo já sabia

antes de organizar sua viagem a São José dos Campos. Mas as faltas. As aulas trocadas pelas leituras incansáveis e a sinuca com os amigos cobravam agora seu preço: se Lorinho quisesse mesmo cursar o ITA, seria necessário esperar mais um ano. E passar, pela segunda vez, em um vestibular em que muitos não conseguiam ser aprovados uma vez sequer.

E essa foi a decisão de Raimundo, que comunicou à família a inesperada surpresa e o prolongamento de sua estadia em São Paulo. Mais um ano se passaria sem que ele alterasse sua rotina: leituras variadas, cerveja, discussões políticas e filosóficas e estudos continuaram a ser as principais ocupações do jovem que completara, àquela altura, 19 anos de idade. Mas, dessa vez, ele tomaria o cuidado de estudar, também, dentro da escola.

Chegou o fim do ano e a mesma prova se colocou em frente ao estudante. E novamente foi obstáculo vencido. Raimundo foi aprovado pela segunda vez no Instituto da Aeronáutica e recomeçou o curso de engenharia. Dessa vez, nem a frequência escolar afastaria o aluno de passar os próximos 5 anos em São José dos Campos, a partir de 1960.

Ao final do curso, no entanto, o atraso para entrar na faculdade se tornaria a maior ironia em toda a vida de Raimundo. Tivesse ele entrado na instituição um ano antes, como originalmente previsto, Lorinho se formaria em 1963. E já estaria com o diploma em mãos quando, entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, os militares tomaram à força o poder no Brasil. Não foi o que aconteceu. Mais

tarde, Raimundo perceberia que as ausências indevidas na escola mudariam completamente, ainda que de forma indireta, o rumo de sua vida.

Lorinho vira Dana Key

Além de fazer girar o destino de Raimundo em direção à política, a entrada tardia no ITA permitiu a ele fazer na faculdade algumas amizades que se mostrariam duradouras no futuro. Uma delas, Gilcio Roberto do Amaral Martins, que seria detido juntamente com ele em 1964, se gaba, quase cinquenta anos depois, de ter sido o primeiro a conhecer Raimundo na instituição. “Estávamos entrando nos alojamentos. Aí eu acabei batendo num apartamento em que ele estava. E logo Raimundo me contou que, na verdade, já tinha feito vestibular no ano anterior, mas não pôde cursar. Pensei: ‘Esse cara deve ser excepcional’. Porque passar uma vez no concurso do ITA já é difícil. Ele passou duas. Aí já entrou no meu radar”. Luís Maria Esmanhoto, Ezequiel Pinto Dias e Raymundo de Oliveira completariam o círculo de amigos mais próximos de Raimundo em sua turma. Os três também viriam a ter problemas com o regime militar cinco anos mais tarde.

Também foi Gilcio quem, já nos primeiros dias de faculdade, deu a Raimundo o apelido que o acompanharia durante todo o período que passou no ITA: Dana Key.

Ou, simplesmente, DK. Na verdade, o apelido foi gerado a partir da pronúncia incorreta do nome de Danny Kaye, um aclamado humorista, ator e cantor norte-americano que passou pelos palcos da Broadway e pelo cinema de Hollywood entre as décadas de 1930 e 1960. Mas, seja por mau conhecimento ou pela dificuldade dos colegas com a língua inglesa, Raimundo ficaria conhecido pelo nome errado.

Curiosamente, existe um Dana Key, cantor e músico gospel, também dos Estados Unidos. Mas as referências dadas pelos amigos de Raimundo da época deixam claro que o apelido se referia ao comediante. Até porque o verdadeiro Dana Key nasceu apenas em 1953, e é pouco provável que uma criança, àquela altura com 7 anos de idade, tivesse seus traços comparados aos de um jovem de



Danny Kaye, o humorista norte-americano que, segundo Gilcio e outros amigos, era a cara de Raimundo. Imagem retirada do endereço www.doctormacro.com

19, idade de Raimundo quando entrou no ITA³.

A motivação para o apelido de Raimundo na faculdade era a semelhança física, mas poderia também ser o bom humor. Ele se notabilizou entre os amigos por, entre outras coisas, ser dono de um ar despojado e de um humor ácido e escrachado, características permeadas pelas influências recebidas nos dois anos que passou em São Paulo. A companhia do espanhol anarquista na pensão fizera de Raimundo alguém que desafiava paradigmas, regras e instâncias superiores para colocar suas ideias. Esse aspecto ficaria evidente na atuação do aluno na companhia de teatro dos alunos do ITA, uma das atividades extracurriculares a que Raimundo, na companhia de Luís Esmanhoto, se dedicou enquanto cursou engenharia. Assim recorda Gilcio Martins. “Ele era um escracho completo, tinha esse lado anarquista. Uma vez ele fez uma encenação de um ‘pátio dos milagres’ na cidade. E ele representava ninguém menos que Jesus Cristo, fazendo milagres a torto e a direito. Mas era uma de uma forma absolutamente hilária”. Liderado por Raimundo, que, além de atuar, dirigia e escrevia peças, o teatro iteano não se limitava aos muros da instituição. Algumas intervenções, como foi o caso do pátio dos milagres, eram levadas para as ruas de São José dos Campos, tornando os alunos do ITA conhecidos também pelos moradores locais.

E, assim, o contido e exemplar Lorinho ficava para trás, dando lugar a um novo Raimundo: o anarquista Dana Key.

Radicalizando

Não era tradição dentro do ITA, naqueles 11 anos de existência completados em 1960, abrigar manifestações de cunho político e cultural. Conforme contam os ex-alunos dessa época, a dificuldade imposta para entrar na instituição estabelecia um “filtro” sobre os aprovados, que eram geralmente estudiosos de classe média muito interessados pelo aprendizado técnico e pouco pelas questões políticas internas e externas à faculdade. Isso atrapalhava os planos dos integrantes do Centro Acadêmico Santos Dumont, entre os quais Raimundo Pereira, Raymundo de Oliveira, Ezequiel, Esmanhoto e Gílcio, que eram exceções ao perfil médio dos estudantes. “Como é uma escola difícil, uma boa parte não queria de saber de conversa, de reunião de diretório, de porra nenhuma, queria mais era estudar. Os caras diziam ‘Vai fazer reunião em outro lugar, porque aqui nós temos que estudar’”, reclama, 53 anos depois, Ezequiel Pinto Dias, que dirigiu o Departamento de Imprensa e Divulgação em uma das gestões do CASD.

Um episódio emblemático dessa situação envolveu, em 1963, a possibilidade da filiação do CASD à União Nacional dos Estudantes, na época um dos principais atores políticos do Brasil. Os membros do Centro Acadêmico desejavam a união entre as entidades e, por isso, promoveram uma série de debates para gerar discussão entre os alunos do ITA. Devido à “alienação” da maior parte dos

estudantes, era necessário explicar o que era a UNE, como ela funcionava e, só então, os possíveis desdobramentos de uma filiação do CASD à agremiação. Para isso, foram convidadas personalidades com diferentes pontos de vista para palestrar sobre o assunto aos alunos. Semanas antes dos eventos, uma delegação do Centro Acadêmico, com Raimundo incluso, já havia acompanhado o XXVI Congresso Nacional dos Estudantes, realizado no Rio de Janeiro.

Uma das palestras ficou marcada na memória dos amigos de DK. Fora convidada a também estudante Sônia Seganfredo, da Faculdade Nacional de Filosofia⁴. Ela lançara, poucos meses antes, o livro “UNE: instrumento de subversão”, uma coletânea de 14 reportagens que a própria Sônia produziu a convite de Paulo Vial Corrêia, de “O Jornal”⁵. Os textos dedicavam-se a reforçar um discurso politicamente conservador, retratando a União Nacional dos Estudantes como uma entidade “cuja finalidade é a de difundir o marxismo”, composta por “estudantes profissionais que não estudam, mas que agitam e atrapalham aqueles que desejam fazer da Universidade uma instituição educacional”.

Uma das denúncias feitas por Sônia sobre a UNE relatava o uso da sensualidade feminina para “catequizar” novos integrantes homens à entidade. A filiação garantiria ao novo integrante, segundo a autora, facilidades com as mulheres e a participação em “noitadas alegres”. Em outro

trecho, foram citados, ainda que vagamente, “bacanais” realizados entre os alunos. As afirmações não passaram despercebidas por Raimundo, que, com a fanfarronice que lhe era característica, interveio na palestra:

- Miss Sônia, nós queremos confirmar essa informação que você dá, de bacanais nos congressos dos estudantes. Porque eu fui com a delegação do ITA e a gente só fez trabalhar o tempo todo. Ninguém avisou a gente de nenhuma sacanagem, e eu estava louco para entrar numa!

Além de ruborizar a palestrante, a fala de DK encheu de risos o auditório onde ocorria o debate. Mas não foi o suficiente para convencer a maioria dos alunos do ITA. Ao final das discussões, venceu na assembleia geral dos iteanos o voto pela não filiação do Centro Acadêmico à UNE. A Raimundo, Gílcio, Ezequiel e demais desejosos da vitória do “sim”, sobraram as piadas e as lamentações.

O jornalismo anarquista

O episódio envolvendo a UNE já é um exemplo da atuação do Centro Acadêmico em um tempo de maior radicalização política. Quando entraram no ITA, em 1960, Raimundo e companhia já eram mais politizados que a maioria dos alunos, mas foi a partir do ano seguinte que as discussões começaram a se acalorar. A renúncia de Jânio Quadros à presidência da República após sete meses no

cargo e a resistência dos militares em permitir a posse de seu vice, João Goulart, deixaram o Brasil à beira de uma crise política-institucional, que só foi evitada – ou adiada – pela adoção do parlamentarismo no país. Era difícil que estudantes em processo de amadurecimento não sentissem a tensão daqueles dias. São José dos Campos, embora não fosse foco das principais disputas políticas, está no meio do caminho entre São Paulo e o Rio de Janeiro e, por isso, não escapava de ser ventilada pelos rumores das mudanças. Gilcio Martins, que chegou a ser vice-presidente do CASD, ainda se lembra de como aquele tropeço das instituições brasileiras mexeu com os estudantes que estavam no seio de uma grande instalação militar.

Apesar de estarmos morando em São José dos Campos numa época em que não havia comunicações como hoje, nós estávamos dentro disso. Especialmente com a luta do Brizola. A rede de legalidade que o Brizola fez⁶ provocou uma conscientização violentíssima e uma radicalização na juventude. E nós partimos pra opções cada vez mais radicais. Isso dentro do ITA, uma ilha de civis cercada por militares de todos os lados, dando uma feição mais radical ainda.

Foi em 1963 que a turma de Raimundo tomou posse na administração do Centro Acadêmico Santos Dumont. O momento ficou registrado no jornal interno dos alunos do ITA, *O Iteano*. A publicação fora criada dez anos antes

como um mero informativo das atividades corriqueiras do campus universitário. Mas, ao parar nas mãos dos alunos assumidamente esquerdistas, o enfoque mudara. Assinado por Ezequiel Pinto Dias com suas iniciais, o editorial da edição nº 65, que circulou no mês de abril, já dava mostras de faíscas revolucionárias no íntimo daqueles estudantes da instituição militar. Na direção do discurso das esquerdas da época, o texto faz uma apologia à cultura popular e a um trabalho voltado para suprir as carências dos mais pobres:

1963 - perspectivas novas para o CASD, com a posse de uma diretoria idealista e operante, aberta para o meio, na objetivação de uma consciência de nossas realidades e de uma atuação no concreto.

Ano marco de uma renovação que se iniciou timidamente há cerca de 4 anos, tomou corpo e agora dá seus primeiros frutos. De uma abertura que se concretiza em um movimento de cultura popular, em uma Rádio Escola Santos Dumont, e que faz com que o CASD participe dos destinos mesmos da coletividade que nos hospeda. Ano em que a consciência de nossos privilégios nos faz sentir mais pesados os encargos e responsabilidades que assumimos como parcela de um povo subdesenvolvido.

Nessa visão, em que se busca explicitar nossa verdadeira função social, é que se fundamenta agora a nova orientação de trabalho de O ITEANO. Trata-se de aproveitar e potenciar as experiências positivas das gestões anteriores, mas na procura de novos valores, combater a inibição e apatia que caracterizaram



O nº 65 de *O Iteano*, que marcou a entrada dos amigos de Raimundo (e do próprio) no Centro Acadêmico. Na capa, uma reprodução de *Retirantes*, pintura de Cândido Portinari

grande parte dos números de nosso órgão oficial.

Com uma diretoria heterogênea nas ideias, mas uniforme no ideal de promover o Brasil-povo, não pretende O ITEANO ser o veículo de esquemas pré-formulados, mas uma tribuna de debates.

Sensível aos anseios do meio estudantil, está ele ciente de sua importância como órgão livre, desvinculado de interesses econômicos.

A partir da experiência do passado, mas na vivência do presente, nasce o novo O ITEANO⁷

Trechos como “responsabilidades que assumimos como parcela de um povo subdesenvolvido” mostram a preocupação com os aspirantes a engenheiros se aliarem a setores mais carentes da população. Na página seguinte, Raimundo Pereira – o único Raimundo presente no expediente – esmiúça essa forma de pensar no texto “Primeira Noite de Cultura Popular em São José dos Campos”, que aborda os primeiros frutos colhidos da “União Operário-Estudantil” promovida na cidade. O escrito é uma mistura de informe estudantil dotado de orientações políticas com o relato de um evento cultural, descrito como uma “promoção conjunta da Prefeitura, Sindicatos locais e Centro Acadêmico Santos Dumont”, que teve apresentações de grupos populares de teatro, mímica e poesia.

O início do texto de Raimundo mostra que a

“verdadeira função social” dos engenheiros, citada por Ezequiel Pinto Dias no editorial, se refere à adoção de parâmetros mais populares em suas atividades estudantis e culturais. DK explica ali que a tese foi definida pelo Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, em um congresso realizado em outubro de 1962, e “adotada como linha de ação do CASD”. As deliberações eram:

1 - Que no setor de teatro sejam criados nos Centros Acadêmicos, em conjunto com outros centros, uniões e federações, Centros Populares de Cultura com o sentido de promover uma arte popular revolucionária;

2 - Também no setor de música e cinema ter outras promoções nesse mesmo sentido, como conjuntos melódicos que se apresentariam para estudantes, operários e camponeses. (...)

3 - Que os Centros Acadêmicos desenvolvam uma ação no sentido de uma união entre alunos e professores e entre ESTUDANTES, OPERÁRIOS E CAMPONESES. (grifo do próprio Raimundo)

Depois, uma nota explica aonde os estudantes do Rio Grande do Sul, com os quais estavam em linha os do ITA, gostariam de chegar com a referida aliança:

Entende-se, por “revolução”, a implantação de uma nova ordem social, isenta de pontos de dominação, onde nenhum homem seja objeto, mas todos sujeitos, onde as relações entre eles se processem em termos de reconhecimento de consciências autônomas.

Neste ponto, se torna inegável a mudança da postura ideológica daquele Raimundo que entrara no ITA em 1960. Embora o CASD fosse composto por mais algumas dezenas de pessoas, os amigos mais próximos da época não negam que era Dana Key o maior expoente do pensamento considerado subversivo dentro da faculdade. Gilcio, que ocupava a vice-presidência do CASD, não hesita em apontar hoje que “já sabia que se uma pessoa fosse expulsa ali, seria o Raimundo”. Afinal, DK não era apenas subversivo, era um anarquista que encontrara na linguagem sua forma de desmontar as instituições burguesas que lhe incomodavam. Estava ali o protótipo do jornalista que fundaria, na década seguinte, *Opinião* e *Movimento*, dois dos principais jornais de combate à ditadura militar brasileira.

Essa atuação ficaria mais evidente nos exemplares de outro veículo interno dos alunos, o jornal *O Suplemento*. Como o nome indica, tratava-se de um apêndice de *O Iteano*, que circulava no bloco de apartamentos dos estudantes. Era em *O Suplemento* que Raimundo destilava seu humor escrachado e anarquista, não se importando com as autoridades que estavam próximas. Embora os exemplares do jornal tenham aparentemente se perdido, duas histórias, confirmadas por Raimundo, ficaram marcadas na memória dos estudantes da época. Em um artigo intitulado “Considerações éticas sobre a vida sexual do iteano”, DK ironizou a falta de mulheres no ambiente da faculdade, o que motivava um trote recorrente dos alunos veteranos

nos novatos que chegavam à instituição. Eles se vestiam de mulher para que fosse *eleita*, então, a “Miss ITA”. Após tecer alguns comentários eschachados sobre a política antimulheres da faculdade, Raimundo fechou o texto com um PS, em que dava um recado às mulheres do CTA, as poucas e únicas que eventualmente circulavam pela instituição de ensino: se estivessem interessadas, a chave do quarto de DK estava à disposição, debaixo do tapete na entrada de seu apartamento. “Isso aí irritou muito os militares”, lembra Ezequiel, “chefe” do autor do texto nos veículos estudantis.

O outro episódio ocorrera dois anos antes, quando começaram as tensões políticas com a renúncia de Jânio Quadros. Raimundo conta ter lido um texto da União Estadual dos Estudantes de São Paulo e, por ter gostado, republicou em *O Suplemento*. Mas talvez não tenha sido claro na identificação do autor, pois acabou sendo considerado pelos amigos o dono daquelas palavras. E o artigo era nada menos que uma simulação bem humorada de Emenda à Constituição que possuía como primeiro item a dissolução das Forças Armadas do Brasil. Dava, também, um destino ao porta-aviões Minas Gerais, embarcação adquirida pelo Estado Brasileiro ainda na década de 1950, e que estava sob cuidados da Força Aérea: seria usado para levar os mineiros, homenageados no batismo do barco, para conhecer o mar, já que as condições geográficas não lhe permitiam. Raimundo, Ezequiel, Gílcio e Raymundo Oliveira são

unânicos em classificar o episódio como um dos que mais enfureceram os militares durante aqueles quase 5 anos de ITA.

Os desafios de DK nos jornais estudantis não passavam exatamente impunes. Por duas vezes, foram usados pela direção do ITA artifícios acadêmicos para evitar a passagem do aluno de um semestre para o outro. A intenção era desligá-lo por notas supostamente baixas - fraudadas, segundo os amigos de Raimundo. Mas, além do humor desafiante, a aptidão daquele jovem para os estudos de engenharia também era conhecida pelos colegas de faculdade, e a mobilização destes impediu que o desligamento fosse concretizado.

Raimundo era figura conhecida por todos no ITA. E, já no início de 1964, quem passou a lhe fazer companhia na faculdade foi seu irmão, Laízio, que seguia os passos do mais velho com a mesma admiração por ele que já tinha nos anos de Pacaembu.

Assim, em março de 1964 parecia que, apesar dos sobressaltos, a história de Raimundo Pereira no ITA terminaria conforme o planejado. Mas o golpe mudou tudo.

Depois da subversão, a repressão

A profecia de Gílcio se concretizara. Depois da chegada dos militares ao poder, Raimundo foi o primeiro

a ser lembrado na busca aos subversivos. E o próprio Gílcio, o segundo. Agora, estavam ambos na Kombi azul da Aeronáutica que chegava ao DOPS, em São Paulo.

Embora suspeitassem da possibilidade de sofrerem algum tipo de sanção por causa de seus comportamentos nada convencionais no ITA, os dois estavam surpresos pela prisão sofrida de forma intempestiva. Em 2 de abril, um dia após consumado o golpe, os então presidente e vice do CASD, Sergio de Magalhães Bordeaux e Hermano Tavares, foram convocados pelo brigadeiro que chefiava o CTA, Casimiro Montenegro, para uma conversa. Montenegro, que não era da linha mais dura dos militares, nem da ala que tomara a iniciativa do golpe, disse-lhes para que ficassem tranquilos, continuassem os estudos e, assim, nada aconteceria. O recado foi dado e todos se tranquilizaram. Mas quando chegou o dia 7, Bordeaux e Tavares foram novamente chamados à presença do brigadeiro. Desta vez, Montenegro avisou que, a despeito de seus esforços, não seria possível evitar punições. Circulavam boatos de que um grupo de estudantes planejava dinamitar uma ponte na Via Dutra, a rodovia que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. E, se havia qualquer boato de irregularidades envolvendo estudantes, os primeiros a gerar desconfiança eram Dana Key e seus amigos. Na manhã seguinte, Raimundo e Gílcio foram levados, juntamente com colegas de outras turmas. Deixou os alunos ainda mais preocupados o fato de haver também dois professores entre os detidos.

No ITA, Laízio e os outros estudantes se enfureceram, mas a ameaça de uma reprimenda ainda maior evitou grandes manifestações. A partir daquele dia, a Kombi azul da Aeronáutica ficou conhecida entre os estudantes como “Carrocinha”. Tanto pela semelhança com o veículo que recolhe animais na rua quanto pelo fato de ambos os carros levarem seus passageiros a destinos nada agradáveis.

Quando foi separado dos amigos e colocado em uma cela fria, decorada apenas com uma cama de madeira, sem colchão, e uma latrina, Raimundo passou a temer. Ainda não se sabia exatamente qual seria a extensão daquela intervenção militar no poder, e o quão longe o novo governo iria para desmanchar as supostas conspirações comunistas que afirmava existir. Paralelamente a esse, outro pensamento que não saía da sua cabeça era: como concluíram que o grupo estudantil do ITA, que nem filiado à UNE era, seria capaz de planejar um ato de grandes proporções como explodir uma ponte? Como hoje admitem os ex-alunos, embora valente, o movimento de estudantes da escola militar era débil, desconectado de organizações maiores e limitado a poucas ações na própria cidade de São José dos Campos. Além disso, seus integrantes estavam mais interessados em ironizar os militares nos jornais internos do que em construir um projeto de país.

A consciência de Raimundo vagava entre seus possíveis destinos quando ele foi chamado por um soldado a se levantar. Seria interrogado. Seu estado de

espírito, que já não era dos melhores, ficou o pior possível quando o soldado, um japonês baixinho, o levou à sala de interrogatório e, apontando algo à frente, ironizou:

– Ó, o seu amigo ali já se ferrou!

Jogada em cima de uma mesa, a cueca de Gílcio denunciava que algum abuso seu amigo havia sofrido. Deixado sozinho na sala à espera do interrogador, Raimundo via suas pernas tremerem sem que pudesse controlá-las. Visse aquele sinal de insegurança de sua parte, ele pensou, o militar desconfiaria de que esconde informações importantes. Foi um lance de sorte ter tomado um susto quando a porta se abriu novamente, interrompendo o frenesi de seus membros inferiores. E também de azar, pois pela entrada vinha o oficial mal encarado, a caminho de interrogar Dana Key, o maior subversivo comunista do ITA.

Torturado

As primeiras denúncias de tortura de presos políticos pelo regime militar apareceriam apenas em dezembro de 1969. Curiosamente, pelas mãos de Raimundo Pereira, que coordenou a equipe da revista *Veja* responsável por um dossiê sobre os abusos, entregue depois ao presidente Emílio Garrastazu Médici. Nesse trabalho, Raimundo e equipe denunciaram a prática que depois seria provada como instrumento institucional – e não de exceção – do

regime militar. Mas ele também pode afirmar que foi, em menor escala de trauma físico, um dos primeiros presos políticos torturados pela repressão.

Então com 24 anos, o jovem se assustou quando seu interrogador o mandou tirar suas roupas, somando sua cueca à de Gilcio. E mais ainda quando, sentado na mesa, viu o algoz tirar do bolso um estilete e aproximá-lo de seus testículos. Cada vez que o militar encostava a lateral da lâmina na pele de Raimundo, ele se perguntava se ainda teria a chance de gerar descendentes na Terra. Quando parava com a técnica do estilete, o torturador lhe dava alguns tapas e bofetões, que pouco machucaram o preso. Mas a sensação de pânico já fora criada. A sorte de Raimundo é que não precisou mentir nas perguntas que lhe foram feitas. Quando mostradas fotos de importantes comunistas procurados, ou feitas perguntas sobre atos terroristas supostamente planejados, o preso não tinha nada, de fato, a acrescentar, a não ser negar de forma sincera sua relação com aquilo que lhe questionavam.

Depois da tortura, que pouco machucou, mas surtiu efeito aterrorizante em Raimundo, ele e os demais foram mantidos como que em modo de espera. Enquanto os militares desenrolavam a implantação do regime militar, cassando e perseguindo os políticos opositores e encaminhando o marechal Humberto Castello Branco à presidência do Brasil, os estudantes se tornaram cada vez menos lembrados. Uma semana após a prisão, por volta do

dia 15 de abril, Raimundo e os outros detidos do ITA foram enviados a uma base militar no Guarujá, onde aguardariam o desfecho do Inquérito Policial-Militar em que estavam arrolados.

Muito tempo depois, olhando para trás, Raimundo daria risada da tensão por que passou nas “catacumbas do DOPS”. Hoje, ele pensa, a prisão foi uma espécie de blefe da Aeronáutica. “Eles não sabiam de nada, nos jogaram lá pra dar um susto. Pegaram os que consideram mais perigosos para ver se descobriam alguma coisa”. Mas fato é que algum estrago já estava feito àquela altura: Como Raimundo viria a descobrir em breve, todo seu esforço em quase 5 anos de faculdade fora jogado no lixo. O anarquista Dana Key foi expulso do ITA e não obteria o diploma de engenheiro.

Férias inesperadas

O lugar para onde Raimundo, Gílcio e os outros foram enviados se revelaria muito mais confortável que as pequenas celas do DOPS. A base aérea de Santos – que fica, na verdade, no Guarujá – não era uma prisão, mas uma instalação militar que hospedava suboficiais ainda em formação. Lá, ele descobriu que as detenções entre os estudantes do ITA foram mais numerosas do que pareciam. Outros amigos, como Raymundo Oliveira, Frederico Magalhães Gomes e José Roberto Arantes de Almeida

também foram enviados ao Guarujá, mas sem antes passar pelo terror do DOPS. Esse era um privilégio dos comunistas *realmente* perigosos da faculdade.

Lá, os detidos podiam receber visitas da família. A de Raimundo, que em 1962 mudou-se para São Paulo devido a dificuldades enfrentadas pelo comércio de Joaquim, já havia sido avisada por Laízio da prisão de Lorinho logo que o episódio se passou. Dona Lora e os outros ficaram absolutamente surpresos, já que não faziam ideia do tipo de atividade e de pensamento que Raimundo vinha desenvolvendo longe de casa. Quando ia visitá-los nas férias da faculdade, Lorinho parecia a mesma pessoa tranquila e de poucas palavras que deixara Pacaembu, em 1955, e Araçatuba, dois anos depois. O maior choque foi justamente em Laízio, que iniciava seus estudos no ITA e demorou para assimilar a gravidade do episódio como parte de uma situação política maior e transcendente ao instituto militar, cuja existência ele ignorara até então. A prisão de Raimundo despertaria na vida do irmão mais novo uma mudança de prioridades. E, dali a não muito tempo, o número de filhos de Lindanora e Joaquim com problemas envolvendo a ditadura cresceria mais um pouco.

Enquanto esperavam a finalização do inquérito, os estudantes detidos decidiram aproveitar o tempo como podiam naquela base militar. A rotina não era de prisão como no DOPS e eles possuíam certa liberdade de movimentação. Assim, arrastavam os beliches do cômodo

grande em que dormiam para jogar futebol, organizavam campeonatos de xadrez e outras competições ainda mais inusitadas. Certa vez, Raimundo apostou com seu xará, Raymundo Oliveira, que era capaz de decorar todo o poema “Novo canto de amor a Stalingrado”, que Pablo Neruda compusera em homenagem aos vencedores da batalha que freou o avanço da Alemanha nazista na União Soviética, na Segunda Grande Guerra. O texto estava em uma coletânea de poemas que um deles tivera tempo de incluir na bagagem antes de ser levado pela carrocinha. Bastaram algumas passadas de olho sobre o poema de 25 estrofes e 113 linhas para que Raimundo estivesse pronto para recitá-lo e ganhar a promessa de um jantar pago pelo amigo.

Dessa forma, cantando poesias de um comunista em uma prisão militar, Dana Key e os outros debochados estudantes passavam seus dias de liberdade privada no Guarujá.

Sorte, exílio e paz

“Um escroto”. É assim que Raimundo se lembra do capitão Melo, o oficial da Aeronáutica encarregado de conduzir o inquérito de investigação sobre os estudantes do ITA. O único, segundo ele, que lhe tentava complicar a vida na prisão litorânea. Se passaram dois meses até que o militar decidisse convocar o agora ex-aluno para dar

seu depoimento. Um dia antes, para quebrar o clima de colônia de férias que prevalecia na base área, Raimundo foi enviado a uma cela “solitária”, com escassa alimentação e sem direito a se comunicar com mais ninguém. Passado o período, foi levado à sala do capitão Melo, que dormia.

A situação parece surreal, mas ajuda a explicar fatos que viriam à tona mais tarde. O capitão Melo adormeceu durante a tarde em que deveria colher os depoimentos de Dana Key e Kitahara, o amigo oriental de Raimundo que fora junto dele e de Gilcio para o DOPS. Sem conseguir despertar o superior, o suboficial que trabalhava de escrivão chamou Raimundo e pediu para que relatasse todas suas experiências subversivas praticadas na instituição de ensino. Nem era necessário que o estudante proscrito escondesse muitas coisas, já que suas ações da época não envolviam nenhuma grande conspiração. Mas Raimundo tratou de contar histórias pouco significativas, assim como fez, depois, Kitahara. Para efeitos oficiais, a história estava contada, e ambos foram soltos poucos dias depois.

Raimundo e Kitahara sabiam que a liberdade não duraria muito se ficassem onde poderiam ser facilmente encontrados. A trapalhada do capitão Melo não seria facilmente engolida por seus superiores. Por isso, quando veio a apelação da Aeronáutica no tribunal militar para reaver as prisões dos estudantes proscritos, eles se refugiaram rapidamente. O esconderijo era um sítio que um amigo de Raimundo oferecera para que ele e Kitahara

se escondessem. E lá esperaram por mais dois meses até que um *habeas corpus* fosse aceito pelo Supremo Tribunal Militar e liberasse, definitivamente, os dois de investigações naquele inquérito. Quem prestou auxílio jurídico aos estudantes foi Sobral Pinto, advogado que se notabilizou durante o Estado Novo e toda a ditadura militar pela defesa de direitos humanos dos presos políticos no Brasil.

Em agosto, Raimundo e Kitahara estavam livres, por hora, da repressão. Mas perderam sua promessa de diplomas de engenheiros e não poderiam mais entrar no ITA. O mesmo ocorrera com Gilcio Martins, Raymundo Oliveira e Sílvio Salinas, liberados do Guarujá pouco depois dos dois. Os dois professores presos perderam os postos de trabalho. Ezequiel Dias e Luis Maria Esmanhoto, ambos da turma de Dana Key, foram poupados em um primeiro momento, mas no segundo semestre enfrentariam processo semelhante, sendo suspensos da faculdade por um ano. Em 1965, os dois voltariam e seriam expulsos definitivamente, desta vez a poucas semanas de pegarem os diplomas. Uma série de possíveis carreiras de engenheiros foi interrompida pelos desmandos políticos no ITA, que teve mais outros alunos expulsos em 1975. Todos esses abusos só seriam reconhecidos em 2005, quando Ezequiel e Esmanhoto receberiam o diploma de engenheiros com 40 anos de atraso, e Raimundo e os demais ganhariam reconhecimento *honoris-causa*, além do direito de concluir o curso, se assim desejassem⁸.

No fim de 1964, Raimundo estava transformado,

mas ainda sem perspectiva de seguir uma profissão. Por isso, ia se virar fazendo o que já era acostumado: dar mais aulas de matemática.

Notas

- 1 Ainda na década de 1960, o CTA passou a se chamar Centro Técnico Aeroespacial. E, em 2009, passou a ser designado como DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial), denominação adotada atualmente.
- 2 Apenas em 1996 o ITA passaria a aceitar mulheres em seus cursos.
- 3 Informações sobre Danny Kaye e Dana Key obtidas a partir dos artigos a eles dedicados na Wikipedia norte-americana.
- 4 Criada em 1939 por Getúlio Vargas, a Faculdade Nacional de Filosofia fazia parte da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e foi extinta pelo regime militar 29 anos depois. Seus cursos ainda estão presentes em diversas graduações da UFRJ.
- 5 O livro completo está disponível digitalmente no endereço <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/une.html>
- 6 Na época governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola foi um dos líderes da “Campanha da Legalidade”, que defendeu a posse de João Goulart em 1961 em face da resistência dos militares.
- 7 A edição nº 65 de *O Iteano*, assim como algumas do mesmo e de outros anos, está disponível digitalizada no portal da Associação dos Engenheiros do ITA.
- 8 A história do período mais truculento do Instituto Tecnológico de

Aeronáutica, os anos de 1964 a 1975, é lembrada no livro *Histórias para contar, amigos para encontrar*, da Associação dos Engenheiros do ITA. Raimundo Pereira ajudou a escrever um dos volumes que compõem a obra, lembrando as prisões de 1964-1965.

Ascendendo à Lua

“A capa das torturas foi um oportunismo nosso.”

No segundo semestre de 1964, a resistência ao governo militar brasileiro estava praticamente dissipada. O presidente deposto João Goulart se refugiava no Uruguai, assim como seu principal apoiador, Leonel Brizola. A União Nacional dos Estudantes, com sua sede no Rio de Janeiro tomada e queimada logo após o golpe, cambaleava em direção à inexistência. Seu presidente, José Serra, conseguira fugir primeiro para a Bolívia e depois para a França. Também não havia mais o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹ para sustentar intelectualmente as demandas esquerdistas e reformistas, nem qualquer outra organização para prestar o mínimo suporte que fosse a essas causas.

Sobravam, assim, os “pequenos” oponentes: estudantes fragmentados, alguns poucos empresários nacionalistas e políticos que reivindicavam direitos de forma comedida. O novo governo se sustentava em seu primeiro Ato Institucional² para evitar a ascensão de qualquer força oposicionista, removendo direitos políticos e cerceando

possíveis focos de agrupamento. Tarefa facilitada pelo apoio aos militares dos principais veículos da mídia, uníssonos em aplaudir a ação que, segundo os próprios, freara o avanço do comunismo no Brasil. A resistência civil à tomada do poder fora praticamente nula, e a tensão silenciosa que pairava no ar indicava que, mesmo para quem não concordava com o novo cenário, o melhor era esperar que as peças se espalhassem e novos laços de resistência fossem gerados.

Se nem as personalidades com maior representatividade ousavam se manifestar contra o governo, o que dizer de um jovem de 24 anos que perdera a promessa do diploma e, com ela, sua moradia e única fonte de renda, após quatro anos de estudos? Essa era a situação de Raimundo Pereira nos últimos meses daquele fatídico 1964. Liberado pelas autoridades, ele não precisava se esconder, mas já estava nos registros oficiais dos inimigos políticos. Precisando definir um rumo para sua vida, o ex-quase engenheiro deveria andar na linha até que um novo horizonte se abrisse.

Ao menos ele tinha o apoio próximo da família. Dois anos antes, Joaquim e Lindanora se mudaram para São Paulo e trouxeram consigo Leônidas e Laízio, este último agora um aluno do ITA, mesma instituição que expulsara seu irmão mais velho. Também vieram Maria Pedro, a ama de leite de Lorinho, e Francisquinha, a prima que morava com sua família desde pequena. A eles somaram-se Terezinha, irmã mais nova de Francisca, também acolhida

por Joaquim e Dona Lora quando Raimundo já morava em São Paulo, e o primogênito Lairton, que não tivera muita sorte ao abandonar os estudos precocemente e precisara voltar para o auxílio dos pais. Todos, com exceção de Laízio, que estava em São José dos Campos, moravam em uma pequena casa alugada na rua Ministro Godói, no bairro das Perdizes. Àquela altura, Leonora era a única entre os já adultos que conseguira de fato a emancipação definitiva do resto da família. E Raimundo, mesmo fora do ITA e sem emprego fixo, decidira ser o próximo, até pela superlotação que o pequeno apartamento dos pais já enfrentava.

Para essa nova etapa de sua vida, Lorinho se juntara com amigos em situação semelhante, a fim de dividir as dificuldades. Ele, João Kitahara e José Roberto Arantes, colegas também expulsos do ITA, alugaram em conjunto um pequeno apartamento, que sustentavam fazendo trabalhos eventuais. A parte de Raimundo era garantida pelas aulas de matemática, atividade que seu talento permitira desenvolver desde os anos em Pacaembu. E foi de uma dessas aulas que a solução para seu futuro apareceu.

Ele não desconfiava que isso aconteceria quando teve como aluno Ítalo Tronca, um jornalista que passara os últimos 4 anos no diário *Última Hora*, um dos poucos que se opuseram à ação militar desencadeada no dia 31 de março. O jornal criado por Samuel Wainer em 1951 para defender os ideais getulistas era admirado por praticamente toda a esquerda brasileira. Inclusive por Raimundo, que

citou³ posteriormente o periódico como uma de suas grandes influências políticas, naqueles anos na companhia do anarquista espanhol e, depois, dos amigos do ITA. Era uma pena para ele que a sede do jornal tivesse sido invadida tão logo deu-se o golpe, afugentando os jornalistas mais engajados na defesa de suas causas.

Era o caso de Ítalo, que saíra do *Última Hora* naquele ano e trabalhava agora na revista *O Médico Moderno*, criada em 1961 pela editora Lund para divulgar, aos próprios profissionais da medicina, as novidades da profissão. E, para a sorte de Raimundo, havia naquele momento uma vaga em aberto na publicação. Após conhecer o breve histórico daquele professor de matemática no jornalismo estudantil, Ítalo, que partilhava de muitas de suas ideias políticas, lhe ofereceu a chance de concorrer ao emprego. Um trabalho que pagava bem e oferecia tranquilidade naquele momento de conturbação política. Raimundo não hesitou e aceitou a oferta, feita já nas últimas semanas de 1964.

Havia um só problema: jornalista profissional, na década de 60, escrevia em máquina de escrever. E Raimundo, que até então só usava as próprias mãos, canetas e lápis, teria que se adaptar ao instrumento a tempo de fazer o teste com outros concorrentes. Em uma entrevista dada em 1975, quando já era jornalista de projeção nacional e se preparava para lançar o semanário *Movimento*, ele recordou o episódio:

Eu levei a máquina dele pra casa e peguei aquele Manual da Boa Datilógrafa, com a, s, d, f, g. Fui da sexta-feira até segunda. Cheguei a ficar com os dedos machucados. No teste, na hora que os outros paravam, para não ficar evidente que meu ritmo era diferente dos outros, eu parava também e simulava. Mas, com a boa vontade do Ítalo, eu fui aproveitado. ⁴

Ou seja: Raimundo não ficou íntimo da máquina em tempo recorde. Mas a predileção de Ítalo Tronca por aquele jovem que, além de esquerdista como ele, lhe tinha dado boas aulas de matemática, decidiu a questão. Depois de um 1964 traumatizante e cheio de frustrações, o ano seguinte de Raimundo começaria em um emprego estável e fazendo aquilo que tinha aprendido a gostar no ITA: escrever. Exatamente no 1º dia de 1965, teve início a carreira de jornalista profissional de Raimundo Rodrigues Pereira.

O novo emprego não seria a única novidade na vida de Raimundo naquele ano. A saída conturbada do ITA anulava sua possibilidade de se formar ali, mas não o esforço que já tinha feito até então. O ex-aluno foi impedido de entrar no campus, mas, liberado do inquérito policial-militar que lhe arranjaram, ainda não tivera a expulsão da instituição formalizada. Raimundo aproveitou aquela janela para, antes que ela se fechasse, usar os créditos das aulas de engenharia já concluídas para cortar caminho em outra faculdade. Dessa forma, ele foi aceito pela Universidade de São Paulo

no curso de Física, junto com outros companheiros de ITA: José Roberto Arantes e Sílvio Salinas seguiram o mesmo caminho. Com as matérias já cumpridas na engenharia, Raimundo se formaria rapidamente na USP, concluindo o curso em 1968.

Militante responsável

Na USP, Raimundo encontrou um novo grupo de estudantes intelectualizados e dispostos a retomar a militância estudantil dos anos pré-golpe. Naquela época, o curso de física integrava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade – que mais tarde, sem essa graduação, se tornaria a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)⁵ –, e o contato direto com o pessoal das ciências humanas intensificou o processo de politização que o novo aluno iniciara no fim da década anterior. Na Universidade, ele teve contato direto com integrantes do Partido Comunista Brasileiro, posto na ilegalidade em 1964, e assistiu de perto a formação de dissidências que dariam origem a novas organizações, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella.

Raimundo chegou a se aproximar de uma dessas organizações. A Política Operária (Polop) nascera ainda em 1961, fora enfraquecida pelo golpe e voltava a ganhar corpo

anos depois. O agrupamento discordava das orientações do Partidão, o PCB, de que seria necessário formar alianças com a burguesia descontente com o regime militar para superá-lo. A Polop defendia transformações socialistas imediatas no Brasil e para isso se propunha a conscientizar a massa trabalhadora, defendendo também a luta armada. Raimundo tinha conhecidos na organização, como Ceice Kameyama, ex-estudante do ITA como ele, mas que largara a faculdade pelo menos dois anos antes da intervenção militar para dedicar-se à ação política.

Mas, apesar de algum “namoro” com a Polop e da ascensão política de seus colegas, Raimundo desejava fazer uma militância que não fosse tão abertamente arriscada e que não colocasse em risco suas recentes conquistas. Nos dois primeiros anos como jornalista ele crescera na profissão, chegando ao maior grupo editorial do país. Depois de pouco menos de um ano em *O Médico Moderno*, Raimundo fora convidado para a revista *Máquinas e Metais*, que compunha o portfólio de publicações técnicas da Editora Abril. E, em 1966, ele acumulou ainda outro emprego, no jornal *O Dia*, que pertencia ao governador de São Paulo na época, Ademar de Barros. Ademar havia apoiado o golpe militar em 1964, mas dois anos depois, antes que seu mandato se encerrasse, foi deposto pelo presidente Castello Branco por denúncias de corrupção. Em *O Dia* estavam outras figuras esquerdistas da época, como Paulo Cannabrava, que pouco tempo depois fugiria para Cuba.

...e apaixonado

Outro motivo para a cautela de Raimundo em sua militância era que, desde 1965, ele estava casado. Na USP, ele conheceu Sizue Imanishi, uma estudante de ciências sociais com ascendência japonesa, e os dois se apaixonaram rapidamente. Em pouco tempo já estavam morando juntos em um apartamento comprado pelo pai da mulher no Copan, o edifício cheio de curvas projetado por Oscar Niemeyer e que acabara de ser construído no centro de São Paulo.

Mas não foi fácil para Raimundo estabelecer o relacionamento com Sizue. Nascido no Japão, o avô da moça era dirigente de uma importante associação nipo-brasileira, e queria zelar pela linhagem “pura” entre seus herdeiros. Para ele, a união de Sizue com aquele brasileiro era “uma afronta ao imperador japonês”, como lembrou Raimundo décadas depois⁶. Mas a universitária, desprendida dos dogmas culturais que sua família tanto presava, não se curvou às tradições: Sizue saiu de casa à revelia da família e foi morar com Raimundo, o nordestino sem posses que teve problemas com o governo do próprio país. O pai de Sizue comprou o apartamento no Copan para que o casal tivesse boas condições de vida, mas a relação da família estava estremeçada. E, para completar o estrago nas pretensões do avô de Sizue, ela e Raimundo logo teriam outra novidade: em 1967 nasceu Ana, a primeira das quatro filhas do casal.

Curiosamente, foi o nascimento de Ana que ajudou a normalizar as relações entre pai e filha. Naquele mesmo ano, veio ao Brasil o príncipe herdeiro do império japonês, Akihito, idolatrado pelo avô de Sizue. Como importante membro da colônia nipônica no país, ele queria uma audiência com Akihito. E usou a família como trunfo. Na argumentação do bisavô de Ana, a recém-nascida era a quarta geração de uma linhagem japonesa no Brasil – ainda que a primeira mestiça – e representava a boa relação existente entre as duas culturas. Raimundo não reclamou. Afinal, aquele encontro com o futuro imperador do Japão encerrou os atritos com a família de Sizue.

A fim de ajudar na criação de Ana, já que os pais trabalhavam e estudavam, Raimundo trouxe para seu apartamento a prima Terezinha, a irmã de Francisquinha que foi morar com Lindanora e Joaquim no fim da década de 1950, em Pacaembu, e veio para São Paulo com eles 1962. Terezinha veria de perto as várias reuniões que Raimundo fez em sua casa com os colegas que o acompanhariam em sua nova aventura jornalística: o jornal *Amanhã*.

De volta ao jornalismo estudantil

No ano de 1967, a despeito de mais três atos institucionais publicados pelo governo que endureciam o regime militar⁷, as forças oposicionistas voltavam a operar,

e parte importante delas era o movimento estudantil. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que funcionava na rua Maria Antônia, era um dos grandes catalisadores de ideias esquerdistas da época, sendo o Grêmio de Filosofia o principal executor das ações dos estudantes. No biênio 1966/67 o grêmio tinha como presidente José Roberto Arantes, amigo e ex-colega de quarto de Raimundo que chegara com ele no curso de física. Arantes, que desde os primeiros meses na universidade despontara como forte liderança estudantil, alcançou em 1968 a vice-presidência da UNE. Ele seria morto nos porões do regime militar apenas três anos depois.

Arantes foi também um dos articuladores políticos do jornal *Amanhã*, que extrapolaria os muros da faculdade e do próprio jornalismo estudantil e iria às bancas de jornal em 6 edições publicadas em 1967. O semanário bancado pelo Grêmio de Filosofia da USP reuniu participantes que, assim como Raimundo, trocariam suas carreiras de formação universitária para se dedicar ao jornalismo a partir dessa experiência. Foi o caso de Bernardo Kucinski, amigo de Raimundo no curso de física, e Antônio Carlos (Tônico) Ferreira, então um estudante de arquitetura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, que seria encarregado da diagramação do jornal. Tônico entrou no time após a desistência de Claudio Tozzi, estudante da FAU, que se tornaria, mais à frente, um famoso artista plástico. Tozzi fez o projeto gráfico de *Amanhã*, mas não

queria participar do cotidiano da redação. E, apesar das noções de comunicação visual adquiridas na arquitetura, Tônico nunca tinha mexido com publicações editoriais. Para aquela experiência, ele conta ter feito algumas aulas emergenciais com George Duque Estrada, que, no ano seguinte, seria o primeiro chefe de arte da revista *Veja*. Já Raimundo Pereira foi escolhido para chefiar o jornalismo de *Amanhã* tanto pela amizade com José Roberto Arantes quanto pela sua experiência de dois anos na profissão⁸. Outros que participavam eram Luiz Eduardo Merlino – mais um que seria torturado e morto, em 1971 – e Ítalo Tronca, o jornalista que levava Raimundo para seu primeiro emprego na área.

Já nos anos 2000, Tônico Ferreira relembrou com bom humor o primeiro encontro que teve com Raimundo Pereira na USP: “Uma figura meio estranha, com aquelas pernas de Garrincha, sempre mal arrumado, o que faz o estilo dele. Aquele jeito muito brincalhão, sempre dominando a cena”. Percebe-se, pelo depoimento, que Raimundo não abandonara seu jeito irônico da época do ITA, que exercia certa sedução sobre os demais militantes políticos. A vestimenta desleixada é outra característica pela qual o jornalista seria lembrado pelos conhecidos desde os tempos de juventude até os anos mais recentes. Já a comparação com Garrincha, devido às pernas tortas, seria frequente para Raimundo nos jogos de futebol organizados por ele e seus amigos, a partir dessa época. “Fora um intervalo ou

outro”, como conta Tônico, ele e Raimundo trabalhariam juntos por 14 anos consecutivos.

Logo que conheceu Raimundo, as referências que chegavam a Tônico, por outros integrantes do movimento estudantil, era a expulsão do quase engenheiro do ITA, e sobre as acusações de tentativa de explosão de pontes. O que mais marcou o estudante de arquitetura, no entanto, foi a pose simples de Raimundo, contrária àquela adotada por grande parte dos intelectuais atuantes na época, embora fosse considerado como um pelos companheiros de *Amanhã*.

Mas, apesar de também comandado pelo irônico e brincalhão Raimundo, *Amanhã* teve uma política editorial bem diferente de *O Suplemento* e *O Iteano*, jornais em que o anarquista Dana Key fazia piada até sobre a vida sexual dos alunos. O semanário foi criado pela militância da USP para, além de fazer ressurgir a voz das esquerdas na imprensa, dar maior alcance às demandas do operariado em meio às mudanças trabalhistas que ocorriam no início do regime militar. Assim lembra Bernardo Kucinski:

Nós compramos uma briga com o sindicato dos metalúrgicos do estado de São Paulo, que era importantíssimo. A primeira manchete, acho que já foi contra o Fundo de Garantia⁹. Os estudantes se colocavam como se fossem a vanguarda do operariado pra fazer a luta operária contra a ditadura. Então as primeiras manchetes eram “Não caia no fundo” e a denúncia do

*Joaquinzão*¹⁰, que era o interventor no sindicato.

A redação de *Amanhã* funcionava na Avenida Paulista, na mesma sede do Tusp, o Teatro da Universidade de São Paulo. Na época, o corpo de teatro era dissociado da USP em si, apesar de conduzido pelos alunos da instituição¹¹. O Tusp, nascido no seio do movimento estudantil, funcionava como uma espécie de concorrência ao TUCA, Teatro da Pontifícia Universidade Católica (PUC), cujos estudantes eram muito ligados à Ação Popular. A AP, um grupo político de esquerda com origem na Juventude Católica (JUC), na década de 1970 seria absorvida pelo Partido Comunista. Tônico, à época, fazia parte da Dissidência do Partido Comunista (DI). Além da DI, no *Amanhã* havia militantes da Polop, como era o caso de Luiz Eduardo Merlini.

O andar de cima do sobrado na rua Haddock Lobo era ocupado pela redação do jornal, enquanto a parte de baixo era usada pelos integrantes do Tusp. Tônico circulava pelos dois andares, já que participava de peças do grupo de teatro integrando a equipe de produção e, às vezes, até como ator figurante. Raimundo, conta Tônico, fazia algumas piadas com a atuação teatral do colega. “Na época, cultivava-se um pouco a ideia de que se você fosse de esquerda, tinha que ser um pouco grosseiro, e o pessoal da redação fazia algumas piadas com isso”. Havia também alguns “desentendimentos elegantes”, como classifica

Tonico, entre o pessoal do teatro e o do jornal. Quando o barulho na redação era considerado excessivo pelos integrantes do Tusp, amigos e colegas de FAU do iniciante jornalista subiam o andar para reclamar e provocar alguns bate bocas.

A impressão de *Amanhã* era feita na gráfica de *O Dia*, no bairro do Bom Retiro. O jornal em que Raimundo trabalhara no ano anterior estava entregue às moscas desde a cassação do governador Ademar de Barros, seu dono, ainda em 1966. Como conta Bernardo Kucinski em seu livro *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, *Amanhã* era vendido em bancas selecionadas no centro de São Paulo, em outras poucas no Rio de Janeiro e também na porta do Sindicatos do Metalúrgicos da capital paulista. Já na primeira edição do jornal, datada de 30 de março, foram vendidos 7 mil exemplares.

No mesmo livro, Kucinski resume como era a linguagem proposta no jornal, produzido no formato tabloide:

Amanhã foi produzido por estudantes ativistas políticos para ser lido por uma classe operária desarticulada pela repressão. Adotou uma linguagem facilitada, para esse público alvo, sob clara influência do estilo do Jornal da Tarde, surgido um ano antes. Com frases curtas e fluentes, idiomáticas, sem o ranço que caracterizaria tantos jornais alternativos, as manchetes do Amanhã fazem perguntas ao leitor, ou convidam ao diálogo

direto. (...) Amanhã tinha seções de esporte, cultura, notas internacionais e uma seção de popularização da ciência.

Amanhã recebia ainda contribuições de jornalistas do Rio de Janeiro, como Nelson Werneck Sodré e Otto Maria Carpeaux, e ilustrações dos humoristas Jaguar e Fortuna, que não cobravam nada pelo uso de seus materiais.



A capa do primeiro número de *Amanhã*. Chamadas simples e convidativas para o leitor operário. Tudo em preto e branco, com exceção do título do nome do jornal, que era impresso em cor vermelha. Reprodução obtida do livro *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, de Bernardo Kucinski.

Apesar de possuir existência legal, *Amanhã*, que contava com militantes dos movimentos políticos de esquerda em sua organização e redação, vivia sob constante medo da repressão. Além dos integrantes do Tusp, apenas os participantes do periódico e conhecidos mais próximos sabiam onde ficava a sede do jornal e onde era impresso. Assim, somente os artigos mais amenos eram assinados, e não se sabia até quando aquele projeto duraria.

E realmente não durou muito. Já na sexta edição, agentes do Dops localizaram a gráfica no Bom Retiro e impediram a impressão do jornal. Neste número, foi produzido por Ricardo Maranhão, estudante de História e amigo de Raimundo na época, um encarte sobre guerrilhas de resistência a regimes ditatoriais no terceiro mundo. Na reportagem, era reproduzido um discurso de Fidel Castro que previa a chegada de Che Guevara para ajudar essas guerrilhas na América Latina e em outras regiões. Aquilo foi demais para o regime militar brasileiro, que interditou a impressão de *Amanhã* e prendeu Antônio Martins Rodrigues, um dos articuladores políticos do jornal, presente na gráfica no momento da chegada dos agentes. Funcionários da gráfica de *O Dia* avisaram então a sede do jornal, no Tusp, e a direção do teatro pediu para que a redação se movesse para outro lugar antes que a repressão baixasse por lá também. A sobrevivência do jornal a partir de então resumiu-se à impressão clandestina de alguns exemplares da sexta edição, feita por Martins Rodrigues

em outra gráfica de São Paulo. E com isso *Amanhã* estava morto.

E provavelmente morreria no mesmo ponto ainda que não houvesse a intervenção policial, segundo alguns dos integrantes do jornal. Maranhão e Kucinski contam que a ideia do encarte sobre as guerrilhas foi dos militantes da Polop e irritou a ala dissidente do Partido Comunista, que preconizava o enfoque nas questões trabalhistas e operárias. Raimundo, apesar de próximo ao pessoal da Polop, procurava se manter distante das decisões politizadas da organização, focando seus esforços na militância jornalística, sem descuidar do trabalho que ainda mantinha na Editora Abril. Mas o episódio gerou acirrados debates no movimento estudantil, e caracterizou uma das primeiras brigas e cisões entre facções políticas que marcariam a esquerda sob o regime ditatorial. O episódio das guerrilhas em *Amanhã* acelerou a formação de divisões internas no Partidão, que geraria posteriormente a Aliança Libertadora Nacional (ALN), atuante nas guerrilhas urbanas, e, mais tarde, o Movimento de Libertação Popular (Molipo), que teve como integrante, na década de 70, José Dirceu.

Na época em que era publicado *Amanhã*, Dirceu fazia o curso de direito na PUC paulista e, como presidente da União Estadual dos Estudantes, já era reconhecido como uma das grandes lideranças estudantis de São Paulo. Por isso, tinha estreito contato com muitos alunos da USP, como o amigo de Raimundo, José Roberto Arantes.

O próprio Raimundo também desenvolveu afinidades com o estudante que, após ser preso em 1968, seguiria para exílio em Cuba e voltaria clandestino, com outra identidade. Lairton, o irmão mais velho de Lorinho que vivia de empregos variados e temporários na época, chegou a trabalhar como uma espécie de segurança particular de Dirceu, em 1967. E foi o estudante da PUC, como conta Tonico Ferreira, o responsável pelo único pagamento que os profissionais de *Amanhã* receberam nos quase dois meses que o jornal durou:

A gente falava: Raimundo, não iam pagar um negócio aqui pra nós, precisamos de grana, estamos trabalhando aqui. Aí fomos lá reclamar com o José Arantes, e ele falou: “pode deixar que dou um jeito”. Aí, um dia, nós estávamos lá em cima, e aparece o José Dirceu carregando um saco de dinheiro. Parece que ele tinha feito um pedágio na rua Maria Antônia pra pedir dinheiro pros motoristas dos carros, juntou um dinheiro, pagou minha parte e a dos outros, porque teoricamente aquilo seria uma redação profissional.

Mesmo com apenas seis números de existência, o jornal *Amanhã* conseguiu sacudir, de certa forma, a militância esquerdista ao fim da década de 1960. Aquele seria o marco inicial de uma reação jornalística ao regime militar que se impunha no Brasil. E também da amizade entre Raimundo Pereira com Bernardo Kucinski e Tonico

Ferreira. Esses laços gerariam, junto de outros construídos nos próximos anos, dois dos três principais jornais de combate à ditadura brasileira: *Opinião* e *Movimento*¹².

Inseparáveis

De todas as amizades feitas no período de USP, a que desenvolveram Raimundo Pereira e Bernardo Kucinski foi a que mais gerou frutos e polêmicas. Desde os primeiros preparativos para fazer *Amanhã*, ambos notaram entre si afinidades que os tornariam quase inseparáveis nos anos seguintes. Assim como Raimundo no ITA, Kucinski já flertara com manifestações políticas antes de entrar no curso de física. Judeu, participou, em sua adolescência, de um organismo sionista de esquerda em que produzia jornais mimeografados, depois distribuídos para a comunidade judaica.

Kucinski era também assíduo frequentador da casa de Raimundo e Sizue no centro de São Paulo. Ele alega ter escolhido o nome de Ana, a filha então recém-nascida do casal, e também das três irmãs que ela ganharia mais tarde: Lia, Rute e Raquel. Todas com nomes bíblicos e filhas de um ateu convicto, o que sugere veracidade na versão dada pelo amigo de Raimundo. Porém, décadas mais tarde, pai e mãe das meninas negariam, ou pelo menos não se recordariam de que fora Kucinski quem lhes dera o nome. De qualquer

forma, era grande a cumplicidade entre aqueles dois amigos que se encontraram na militância estudantil.

A amizade também se desenvolveria em relações profissionais. Kucinski trabalhou junto com Raimundo em *Máquinas e Metais*, também a convite de Ítalo Tronca, e os dois produziram, juntos, uma matéria para a revista abordando a disputa entre as indústrias de plásticos e metais por mercados produtivos nos EUA. Eles assinaram, em novembro de 1967, a reportagem “Plásticos versus metais, uma guerra de guerrilha”. O título, certamente influenciado pelo momento político vivido por ambos na USP, marcou o último trabalho que Raimundo fez para a revista técnica da Editora Abril¹³. Mas era apenas o início de uma colaboração jornalística entre ambos que duraria mais dez anos.

Kucinski e Raimundo também integrariam “A Corja Fedorenta”, nome irônico do grupo de amigos formado por um negro – Joel Rufino, então um estudante carioca da Universidade Federal do Rio de Janeiro que militava também em São Paulo –, um judeu – o próprio Kucinski – e vários comunistas – além de Raimundo e Kucinski, Ítalo Tronca, Luiz Eduardo Merlino e Tônico Ferreira faziam parte. Ou seja: toda sorte de pessoas desprezadas em certo momento da História pelo status quo hegemônico. Mas que não se engane quem ache que o título foi conferido com preconceito, por terceiros. A ideia foi dos próprios fedorentos.

A Corja jogava bola, tomava cerveja e comia feijoada reunida. Como grande parte dela integrava o expediente de *Amanhã*, a vida pessoal de cada um se misturou rapidamente à coletividade criada na redação. Nas mesas de bar não se jogava conversa fora, mas se construíam discussões que formatavam projetos políticos, econômicos e sociais de país. E que se desdobrariam em outras ideias para o jornal. Da mesma forma, a amizade entre o grupo e as brincadeiras tornavam o clima no jornal menos tenso. Frequentemente as reuniões aconteciam na casa de Raimundo que, desde esse momento, sempre ofereceu seu lar para ser palco de conspirações políticas e jornalísticas. “Raimundo era muito carismático, um cara engraçadíssimo e que praticamente não tinha vida pessoal. A vida dele era uma vida pública, a gente ia na casa dele, convivia muito”, rememora Kucinski.

A mesma equipe do *Amanhã* ainda faria outro jornal dentro da universidade. O *Grêmio Informa* teve sua primeira edição publicada no início de 1968 e era vendido em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas apenas nas faculdades, e tratava apenas das questões envolvendo o movimento estudantil. Para imprimir esse periódico foi usada a estrutura da gráfica do Grêmio de Filosofia, onde eram produzidas as apostilas do cursinho pré-vestibular mantido pelo órgão estudantil. As aulas para os interessados em entrar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras eram a maior fonte de renda do Grêmio naquele período. Por usar os mesmos padrões das apostilas, as edições do *Grêmio*

Informa tinham tamanho de papel ofício e apenas as cores preta e branca. Para aproveitar essas limitações, foi utilizada uma técnica de alto contraste que conferia uma “estética proletária” ao jornal, como se lembra Bernardo Kucisnki.

A impressão do jornalzinho, porém, era bastante avançada para a época e o meio em que circulava. Os jornais de então eram mimeografados a álcool, em um dos primeiros sistemas de impressão de cópias em série. Para ter uma ideia, o primeiro mimeógrafo foi inventado na década de 1880. O *Grêmio Informa* inovou e foi impresso em Offset, processo mais moderno que agilizava a impressão de grandes tiragens. Os fotolitos, filmes das imagens impressas utilizados nas máquinas, eram produzidos numa gráfica no bairro da Liberdade, que fazia publicações de desenhos orientais. O dono era um coreano que entendia pouco e mal o português e nunca entendeu o risco que passava produzindo aqueles filmes subversivos.

As limitações de venda às faculdades e de abordagem às questões estudantis não tornavam *Grêmio Informa* menos importante que seu antecessor. Acompanhar o movimento dos estudantes em 1968 era testemunhar sua volta ao protagonismo da luta contra a ditadura. No dia 28 de março daquele ano, o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto no Rio de Janeiro motivou a ida de 50 mil universitários às ruas do país em protesto. A tensão prolongada culminaria na prisão, em outubro, de mais de 700 estudantes no congresso da UNE realizado



No segundo jornal do Grêmio de Filosofia, o incentivo às manifestações dos estudantes nas ruas.

clandestinamente em Ibiúna, interior de São Paulo. José Dirceu e José Roberto Arantes estavam entre os detidos. Dois meses depois, a imposição do Ato Institucional nº 5, que removia direitos individuais dos cidadãos e permitia a intervenção do Executivo nos demais poderes, funcionou como uma institucionalização do regime de exceção, e iniciaria o período mais violento da ditadura militar. Como fruto desse processo de recrudescimento do sistema

político e social do país, muitos estudantes caíram na clandestinidade e recorreram à luta armada para combater o regime. Foi o que fizeram José Roberto Arantes e Luiz Eduardo Merlino. Mas não era o caso de Raimundo, que, apesar de insatisfeito, escolhera o caminho da legalidade e da militância jornalística.

Além de *Amanhã* e *Grêmio Informa*, Raimundo, Tônico e Kucinski ainda fizeram alguns números de uma publicação especial para a União Estadual dos Estudantes, a pedido de José Dirceu, então presidente da entidade. A iniciativa, porém, não teve vida longa.

Na mídia tradicional

Paralelamente às atividades no jornalismo estudantil, Raimundo mantinha sua vida no Copan com Sizue e a filha Ana, e um salário na revista *Máquinas e Metais* capaz de satisfazer suas necessidades. Com quase dois anos completados no veículo, sua carreira profissional vinha em trajetória tranquila, mas teria uma ascensão acentuada a partir dos últimos meses de 1967. Em outubro desse ano, Lima Santana, um colega das publicações técnicas da Abril, indicou Raimundo para Jorge Miranda Jordão, jornalista que vinha organizando, a convite de Octávio Frias, o relançamento da *Folha da Tarde*. Criado em 1949, o jornal vespertino da Folha da Manhã S.A. parou de ser publicado

10 anos depois, mas a criação do *Jornal da Tarde* pelo Grupo Estado, em 1966, e o sucesso desse diário obrigaram a empresa concorrente a reagir. A empresa Folha da Manhã fora comprada em 1962 por Frias, juntamente de Carlos Caldeira e, naquela época, a *Folha de S. Paulo*, criada com esse nome em 1960, era um jornal de menor expressão em relação a *O Estado de S. Paulo*.

Para a volta da *Folha da Tarde*, eles montariam uma equipe majoritariamente de esquerda, esperando não ficar atrás do jornalismo considerado inovador que o JT implementou um ano antes. Para isso foram chamados jornalistas militantes de diversos veículos. Da equipe de *Amanhã*, além de Raimundo, foram chamados Ítalo Tronca, Tônico Ferreira e Luiz Eduardo Merlino. Da revista *Realidade*, a de maior prestígio no Brasil naquele período, foi Frei Betto. E, do *Última Hora*, jornal ainda comandado por Samuel Wainer no exílio, foram João Ribeiro, que seria o chefe de redação da *Folha da Tarde*, e Ciro Queiroz. O próprio Miranda Jordão também veio do jornal de Wainer, tendo sido demitido poucos meses antes do convite de Frias. No vespertino, Raimundo foi editor de texto e da primeira página do jornal.

Mais à frente, quando Raimundo já estava fora do jornal, quem comandou a *Folha da Tarde* foi o jornalista Antônio Pimenta Neves, que já trabalhara no *Última Hora*, no *Estado de S. Paulo* e na própria *Folha de S. Paulo*. Pimenta Neves ficaria definitivamente famoso quarenta e cinco

anos depois, mas não por seu currículo ou por sua atuação jornalística. Mas sim por ter assassinado sua namorada, a também jornalista Sandra Gomide, em agosto de 2001.

Enquanto trabalhava na *Folha da Tarde*, Raimundo teve também a oportunidade de realizar trabalhos sem compromisso fixo para a revista *Realidade*, da Abril. A publicação criada em 1966 se tornara rapidamente um sucesso editorial, combinando longas reportagens com um estilo de texto ousado e ensaios fotográficos que encantavam os leitores. A equipe composta por Narciso Kalili, Sérgio de Souza, Hamilton Almeida Filho, José Hamilton Ribeiro e outros, e chefiada por Paulo Patarra, revolucionava a imprensa do país com a introdução das técnicas do *New Journalism* norte-americano. Em 1975, no editorial de lançamento do jornal *Movimento*, Raimundo lembraria dessa equipe de *Realidade* como “o templo dos grandes repórteres, uma espécie de Olimpo da profissão”.

Foi Paulo Patarra quem chamou Raimundo para fazer um teste como *free lancer* na revista, após ler um texto do *Grêmio Informa* assinado por aquele estudante de física. O repórter foi designado para duas reportagens. A primeira, sobre novas invenções no Brasil, não fez sucesso com o pessoal da redação. Raimundo, que produziu o trabalho junto com Mylton Severiano, conhecido como Myltainho, se lembra da lamentação de Paulo Patarra ao receber o texto:

- Que pena, você é tão amigo nosso mas a matéria

tá uma bosta!

Uma nova chance foi dada, e Raimundo fez então uma investigação sobre a proliferação das casas de prostituição no interior de São Paulo, junto com Fernando Portela e Celso Kinjô. Nessa reportagem, ele atuou sob a orientação de Carlos Azevedo, um jornalista que, naquela altura, já passara pelos dois maiores jornais de São Paulo e que viabilizava sua saída de *Realidade* para entrar na militância política clandestina, pela Ação Popular. Mesmo clandestino, Azevedo construiu, entre esse momento e os próximos dez anos, uma relação de amizade e intensa colaboração jornalística com Raimundo. E a reportagem sob sua coordenação renderia a Raimundo comentários melhores que o de Patarra sobre a matéria dos inventores.

Mas tanto o trabalho na *Folha da Tarde* como na *Realidade* não teriam grande sequência na vida de Raimundo em 1968. As trajetórias foram interrompidas por um novo e mais sedutor convite no início desse ano. Já era sabido no meio jornalístico que Victor e Roberto Civita, os homens fortes da editora Abril, estavam gestando a ideia de uma nova publicação semanal de informações gerais, nos moldes da norte-americana *Time*. Essa revista prometia monopolizar as atenções do mercado editorial. Para elaborar o projeto jornalístico da publicação, os Civita contrataram Mino Carta, o italiano que já lançara com sucesso, pela Abril, a revista *Quatro Rodas*, em 1960. No início de 1966, Mino também comandou o lançamento

do *Jornal da Tarde*, o vespertino do Grupo Estado que, assim como Realidade, usou as técnicas do *New Journalism*, inovando na forma de fazer jornalismo diário.

O nome da publicação planejada pelos Civita e por Mino Carta seria *Veja*, e a revista teria uma editoria dedicada a analisar as inovações tecnológicas e científicas mundo afora. Procurando jornalistas para essa seção, Mino passou os olhos por exemplares da *Máquinas e Metais*, a publicação técnica em que Raimundo trabalhava, e gostou muito do que viu. Logo convidou aquele repórter para ser o editor de ciências da nova revista. Mesmo convicto da competência do profissional em que apostava, Mino não imaginava que, ao fazer aquele convite, seria Raimundo o responsável por salvar a própria *Veja* após um desastre inesperado de vendas nos números iniciais.

Levando todos à Lua

O nome de Raimundo consta no expediente de *Veja* desde o primeiro número da revista, que data de 11 de setembro de 1968. Como editor-assistente, ele estaria à frente da seção de Ciências até o ano seguinte, quando passou a tocar matérias de política. Formou-se na publicação semanal um time forte de jornalistas, que o acompanhariam na empreitada: Bernardo Kucinski, que estivera com Raimundo em *Máquinas e Metais*, foi chamado

por ele para comandar a subeditoria de Ciências chamada Vida Moderna. Ítalo Tronca, o outro companheiro dos dois em *Amanhã* e na revista técnica da Abril, também foi para *Veja*. Outros jornalistas já conceituados, como Elio Gaspari, Dirceu Brizola, Renato Pompeu e Luis Gutemberg formaram o grupo que esteve à frente de *Veja* nos seus primeiros anos. A cobertura sobre a chegada do homem à Lua foi considerada uma verdadeira salvação para a revista, que teve no número de vendas das primeiras edições uma grande decepção para a Editora Abril. Apesar dos grandes nomes ali presentes, os números iniciais de *Veja* não passaram de fracassos junto ao público, seja porque este estava pouco acostumado com uma revista semanal naquele formato, seja porque a própria equipe ainda estava descobrindo os rumos a serem tomados. “Quem salvou a revista foi o Raimundo”, afirma Tônico Ferreira, 45 anos depois do lançamento da publicação, época em que *Veja* é a semanal mais lida no país.

Em duas ocasiões, uma em Ciências e outra em Política, Raimundo Pereira protagonizou coberturas que marcaram a história de *Veja*. Nas primeiras edições da publicação, a cobertura sobre a ida do homem à Lua ocupou as páginas de Ciência. Em plena corrida política e espacial da Guerra Fria, com norte-americanos e soviéticos disputando para chegar primeiro ao satélite natural, Raimundo pôde, de certa maneira, unir os dois assuntos sobre os quais sabia muito bem escrever. Já no segundo

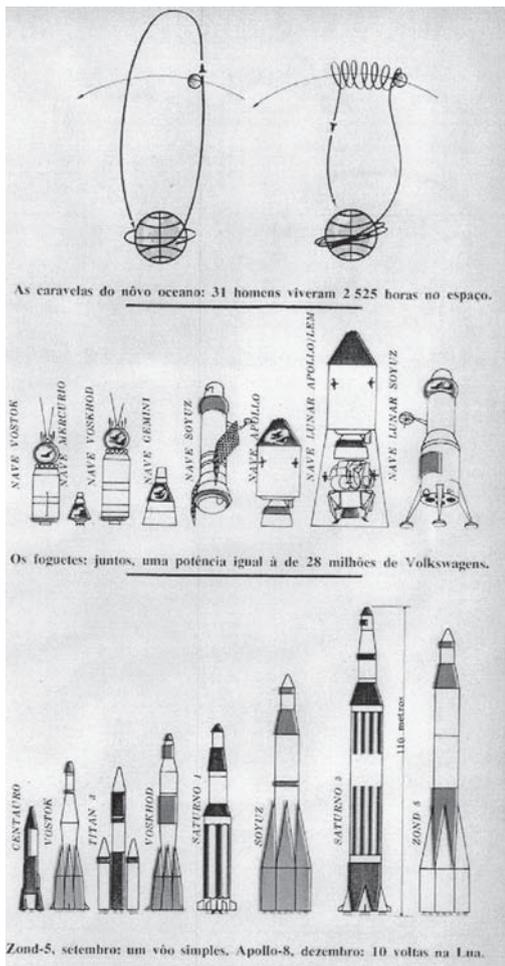
número da revista, é descrito o processo de formação do embate entre os Estados Unidos e a União Soviética na luta por espaço extraterrestre. A reportagem “Na Lua, na Primavera” explica didaticamente as pressões políticas que lançariam as duas nações ao espaço. Ambos prometiam o feito para antes do final de 1968. E, de fato, três norte-americanos dariam voltas na Lua em dezembro daquele ano. Eles fincariam sua bandeira no solo do satélite sete meses depois.

Na edição 4 de *Veja*, a reportagem “À lua” explica os preparativos norte-americanos e soviéticos para a viagem que então se aproximava. A matéria possui um trabalho gráfico que Raimundo não conhecera em suas experiências anteriores, mas que seria comum naqueles anos passados na grande mídia. Já na abertura, uma grande ilustração colorida mostra os avanços russos ocorridos até então nas viagens em direção à Lua. Outros desenhos ao longo do texto mostram o funcionamento dos foguetes que seriam mandados ao espaço, fazendo uma comparação de sua potência com aquelas de carros populares da época. Entre outros artifícios, este foi apontado como uma grande conquista da publicação para dialogar de forma mais direta com seus leitores. De nada adiantaria falar em satélites e rotas lunares se não houvesse o mínimo de identificação e entendimento por parte de quem lesse os textos. “Como jornalista, físico e ex-engenheiro, ele era muito inventivo, com um pensamento muito lógico para trabalhar na

imprensa. Inventou coisas como comparar à potência das cápsulas a um Volkswagen, introduziu novos elementos importantes no jornalismo”, elogia, muitos anos depois, Tonico Ferreira.

O texto da reportagem cita também o livro do romancista Júlio Verne, *A Viagem da Terra à Lua*, como forma de revelar que, aquilo que antes era um objeto de ficção, até mesmo fantasioso, se tornaria, enfim, realidade. O homem chegaria à Lua. “O Raimundo tomou conta da revista com os voos à Lua, ele tinha uma visão meio pra frente. Você enxergava até aqui e ele enxergava até ali. A conquista espacial foi o que lançou a *Veja*. E Raimundo ficou sendo um cara importante por lá”, lembra Bernardo Kucinski, que seguia então os passos do amigo.

A edição 15 da revista, do dia 18 de dezembro de 1968, explicava, mais uma vez muito didaticamente, a rota espacial da Apollo 8, nave espacial norte-americana que daria voltas na Lua dali a alguns dias. A matéria trazia também a anatomia do foguete Saturno V, que sairia da Terra acoplado com a nave, e perfis dos três astronautas designados para a missão. A reportagem “Longa Viagem para ver a Lua de Perto” mostra, com um tom animado, todos os preparativos para o episódio histórico que se aproximava. Já o último número de 1968, do dia 25 de dezembro, traz as repercussões da volta dos astronautas norte-americanos após as voltas que deram no satélite. “Lá se foi o homem ver a lua” conta também os gastos e a mão



As imagens e representações gráficas de *Veja* procuravam trazer o leitor para mais perto daquele universo pouco explorado até então, o dos foguetes espaciais.

de obra dispendidos para a missão da nave Apollo 8 ser cumprida com sucesso. O texto da reportagem tem uma narrativa leve e inventiva, que poderia até se passar como

ficcional, como no trecho em que é descrita a partida do foguete do solo terrestre.

O Saturno V tremeu, amarrado ao solo por imensas braçadeiras que agarravam suas 3000 toneladas, seus 121 metros de altura, sua potência superior à de qualquer moto já construído pelo homem. Sete horas e cinquenta e um minutos de Cabo Kennedy. Os homens, na pequena cabina de três metros no alto do foguete, já estavam lá há duas horas e quarenta minutos, prontos para a fantástica travessia em busca da Lua. Haviam acordado às 2 horas e meia da madrugada para os últimos exames médicos, os últimos avisos sobre a viagem de 147 horas, 800 000 quilômetros, a mais longa, amais ambiciosa, a mais cara de todas as viagens.

Produzidas pela equipe de Raimundo na seção de Ciências, as matérias sobre a corrida à Lua em 1968 não eram assinadas, nem por ele, nem por qualquer outro jornalista. Foi no ano seguinte que seu nome passou a estampar algumas das páginas de *Veja*. A cobertura sobre viagens espaciais continuaria neste ano, mas agora os textos seriam sobre quem pisaria primeiro em solo lunar, americanos ou soviéticos. Na edição 39, de 4 de junho, começaram a ser publicados fascículos especiais, coordenados por Raimundo, sobre a conquista da lua pelo homem. A reportagem “A lua vem chegando” foi o primeiro capítulo do especial, e trazia grandes e reais imagens reais do satélite e da nave Apollo 10 em sua superfície. A matéria

fala sobre os preparativos para a tão esperada chegada, que aconteceria no mês seguinte. No total foram oito capítulos que, ao final, formariam um “livro exclusivo dos leitores de *Veja*”, como anunciava a revista. Cada fascículo tinha a função de, semana a semana, preparar o leitor para o grande acontecimento. Com informações e dados sobre os acontecimentos e preparativos para a viagem, era como se a revista dissesse aos seus leitores: “esteja preparado para quando chegarmos lá”. Como se, de alguma forma, o homem comum e leitor da revista estivesse lá, no espaço, junto com Neil Armstrong quando deu seu passo pequeno, mas “gigante para a humanidade”.

Para a cobertura do lançamento da Apollo 11, Raimundo foi enviado por *Veja* até o Cabo Kennedy, ao sul do Estado da Flórida. Na região funcionam a base da Força Aérea Americana e o Centro Espacial Kennedy. O texto “A Terra de até onde se vai às estrelas”, assinado por ele, conta como funcionava o dia a dia dos militares que guardavam os foguetes de mísseis e antimísseis. Ele conta também os planos para o dia do voo à Lua. Oito mil VIPs (*Very Important People*), isto é, pessoas muito importantes, iriam chegar ao Cabo Kennedy nas vésperas do lançamento. Entre ele, jornalistas, congressistas, prefeitos e industriais. A maneira didática e lógica de Raimundo na formulação das ideias aparecia também em seu texto. Além de fazer uma minuciosa descrição, o jornalista trouxe também uma pequena reconstrução histórica. Pela narrativa, o leitor é

quase que levado à base espacial.

Uma ponta de terra que se desgarra da costa da Flórida e se lança ao mar como que abraçando a ilha Merrit; é assim geograficamente, o porto espacial de Cabo Kennedy, antigo Cabo Canaveral. Historicamente, os pioneiros sempre sentiram uma atração particular por este grande alagadiço, com seus patos selvagens, enormes águias americanas e estranhos tatus de chifre. Aqui foram encontrados pelos primeiros técnicos espaciais, que chegavam em 1948, restos da colonização espanhola da época de Colombo e traços de uma civilização indígena. Desta área, escolhida pelo Ocidente europeu para penetrar no Novo Mundo, três americanos sairão para a conquista de um outro novo e grande mundo.

Tanta expectativa criada precisava de um final feliz. E ele veio na edição 46 de *Veja*, publicada em 23 de julho, três dias após Neil Armstrong e Edwin Aldwin pisarem na Lua. A capa traz uma imagem de baixa resolução e má qualidade, mas com grande significado e poder de chamar a atenção de quem passasse em frente às bancas de jornal. Apenas os dois astronautas e a curta manchete: “Chegaram”. A reportagem contou, em tom emocionado, o caminho de Armstrong antes do grande passo em gravidade reduzida. Chegando ao ponto de representar a evolução de Armstrong e Aldwin de minutos em minutos. Assim, o leitor de *Veja* teve acesso privilegiado aos detalhes

da chegada do homem na lua, numa reprodução mais analítica da verdadeira transmissão em tempo real, feita pela câmara levada por Armstrong ao espaço. A sensação pode ser apreendida quando é lida a última descrição do episódio feita pela reportagem.

02h20 - A pressão do oxigênio já está em ponto ideal dentro da cabina. Os dois astronautas tiram os pesados capacetes e se libertam das roupas espaciais. Estão com fome e muito cansados. Esticam os braços, desentorpecem os músculos. Tudo está pronto para a partida (...) Quando sobem, deixam atrás os equipamentos científicos, uma desordem de molas soltas e sacos vazios, uma placa com a assinatura de Richard Nixon², mensagens microfilmadas de chefes de Estado e as pegadas dos primeiros homens a pisarem no solo da Lua.”

Na Carta ao Leitor da edição seguinte, que procurava interpretar o significado da chegada do homem à lua com artigos dos jornalistas que cobriram a História sendo feita de perto – Raimundo Pereira e Roberto Pereira, dos Estados Unidos, e Renato Pompeu e Bernardo Kucinski, de São Paulo –, o diretor de redação Mino Carta explica os sacrifícios e loucuras feitos pela redação para que a “edição histórica” chegasse às casas dos brasileiros. Conta Mino ao leitor: “A redação encerrou o trabalho contra o tempo às 3 horas da madrugada de segunda-feira. Nove horas depois, *Veja* começava a circular em São Paulo para alcançar o

Rio de tarde e logo se espalhar para todo o Brasil”. Para ressaltar a importância daquela edição para a formação do leitor, o diretor da publicação cita uma história relatada por Raimundo, sobre uma frase ouvida do relações-públicas do Marshall Space Flight Center, ligado à NASA¹⁴, no estado do Alabama. O homem teria falado a Raimundo sobre seu filho, que, já entediado de escutar histórias sobre astronautas e conquistas extraterrestres, ligou a televisão. E, ao se deparar, mais uma vez, com a cobertura sobre a chegada à Lua, resmungou:

- Ah, são os astronautas

E logo depois desligou o aparelho. A história parece ingênua, mas revela muito sobre o espaço até então vazio na mídia impressa de análise dos fatos – e porque não, previsões. O homem chegara à lua. E agora? Na edição 47, *Veja* tentaria responder às inquietantes indagações. Os artigos não são assinados, mas dão algumas pistas de marcas textuais próprias de Raimundo. São longos e explicativos, e seguem uma linha bastante lógica de pensamento. São apontadas as contradições da corrida espacial, e avaliados os impactos concretos da subida à lua para o homem comum, tanto o norte-americano (e também o soviético, agora em segundo lugar na disputa), como os de nações que não possuíam o cacife material e tecnológico para apostar no desenvolvimento de foguetes e espaçonaves.

A partir da frase do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, de que desde a criação do mundo, aquela



A capa histórica de *Veja* mostra o homem na Lua. Raimundo e sua equipe analisariam, nas reportagens, os impactos políticos do episódio.

teria sido a semana que mais o mudou, a matéria especial de *Veja* aponta que, se os astronautas deram um grande salto no espaço, a Terra não havia dado salto algum – milhares de pessoas ainda passavam fome. Os autores do texto não sugerem que a fome e a corrida espacial estejam diretamente relacionadas, ou que o dinheiro gasto pelos Estados Unidos para viabilizar a viagem espacial – cerca de 24 bilhões de dólares, então quatro vezes o orçamento anual do Brasil – sanaria o problema do mundo. Mas afirmavam que a fome é fruto da desorganização e falta

de distribuição de bens naturais, e até o momento, todos os possíveis desdobramentos da recente conquista apontados pelo governo norte-americano, como satélites que identificariam a localização de recursos naturais, não teriam o poder de distribuir estes bens.

A reportagem dá voz a um líder comunitário negro e ativista da não-violência, em Huntsville, no estado do Alabama, cidade em que se desenvolvia a tecnologia espacial através do centro de estudos da NASA. A fonte afirma que o rápido e nada planejado crescimento da cidade causara um afastamento dos mais pobres, principalmente dos negros, do centro, sendo que muitos chegaram inclusive, a perder suas casas. A questão da governança global também é tocada. A afirmação simples e até óbvia de que há *uma* bandeira de *um país* na Lua, se torna mais significativa quando lida. Há uma bandeira que não representa o planeta dos homens que a cravaram lá, mas sim uma potência que disputa, junto a outra potência, a hegemonia na ordem mundial. A matéria ainda ressalta que, naquele momento, a conquista do espaço era um produto da guerra fria. Ainda assim, segundo a equipe de *Veja*, um produto mais positivo que o pesado armamento de americanos e soviéticos, que promovia principalmente o desenvolvimento da indústria bélica. A corrida espacial incentivou melhores tecnologias nas telecomunicações, na televisão, e da computação, lembravam os jornalistas.

Enquanto isso, na Terra...

Enquanto especulava-se sobre lideranças espaciais e possíveis novos projetos para o desbravamento cósmico, os fatos referentes à Terra, em especial ao Brasil, apontavam para uma das situações sociais mais duras já vividas até então. Estudantes e movimentos políticos eram perseguidos, guerrilhas urbanas se formavam por gente que não via outra saída que não pegar em armas, trabalhadores viam seus direitos sendo reduzidos. A redação de *Veja* testemunhava essa ebulição de injustiças e de violações aos direitos humanos e individuais. Mino Carta, Raimundo Pereira, Bernardo Kucinski e todo o time de jornalistas que trabalhavam na publicação tinham como desafio transmitir aos leitores uma leitura crítica sobre os efervescentes acontecimentos. Quando promulgado o AI-5, em dezembro de 1968, a edição número 15 da revista, publicada no dia 18 de dezembro – cinco dias após a promulgação do ato – não trazia manchete alguma, mas apenas o presidente Artur da Costa e Silva sentado em uma das cadeiras do Congresso Nacional, vazio. Nesse momento, a censura prévia sobre a publicação ainda não se apresentava de forma sistemática, como faria a partir do início da década de 1970. E foi de Raimundo a “culpa” pelo endurecimento do governo em relação a *Veja*.

Inicialmente contratado para editar a seção de Ciências, devido ao currículo estudantil de engenharia e física, o jornalista então com 29 anos não demorou muito

para migrar para a política, área em que suas afinidades iam além dos aprendizados acadêmicos. Ainda quando cobria a corrida espacial, Raimundo realizou uma entrevista com João Paulo dos Reis Veloso, secretário-executivo e uma espécie de vice do ministro do Planejamento Hélio Beltrão, no governo do general Costa e Silva. Nas páginas amarelas da edição 41, o texto “Os mitos dos anos 2000” traz um pequeno perfil do entrevistado, então personagem frequente das colunas de Nelson Rodrigues, publicadas em diferentes jornais. A aparição de Veloso nos textos do dramaturgo se dava pela “ilustração” do primeiro. Piauiense, Veloso era “um dos grandes homens da terra” segundo Nelson, aquele que havia viajado para os Estados Unidos estudar na Universidade de Yale e depois virara figura importante nos quadros do governo militar.

A entrevista discorre sobre as previsões de crescimento do país nas décadas seguintes, agora guiadas pela “revolução de 1964”. Segundo Veloso, até então o país desconhecia políticas de planejamento econômico. E era justamente para isso que os militares estavam no poder, para “dar rumo” às contas e à economia do país. Veloso rebate Raimundo, que levanta as previsões de um famoso “futurologista” americano à época, Herman Kahn. Este matemático previa um caminho tortuoso e decepcionante para o Brasil. Kahn prognosticava que nos anos 2000 a renda per capita brasileira seria 20 vezes menor que a norte-americana. Em 1969, era *apenas* 12 vezes¹⁵. O ministro

interino do Planejamento rebate afirmando que o futuro dependia do esforço do governo brasileiro no sentido de aumentar o poder de competição nacional. E para isso, segundo Veloso, os *revolucionários* de 1964 se empenhariam com todas as suas garras.

Apesar das perguntas contundentes, a entrevista não adquiriu um tom provocativo, nem por parte do jornalista, nem por parte do entrevistado. Mas seria este mesmo João Paulo dos Reis Veloso, já como ministro do Planejamento do presidente Emílio Garrastazu Médici, que funcionaria como um estopim para a saída de Raimundo de *Veja* em 1970.

A emboscada sobre o governo

Raimundo já havia entrado para a história de *Veja* com a cobertura do homem na Lua, que, além de salvar as vendas da revista, trouxe novidades e inovações para o fazer jornalístico da publicação. Os fascículos, que preparavam o leitor para o grande momento da inédita viagem, junto com os didáticos desenhos, explicações e análises mais profundas do significado do episódio, foram as contribuições mais marcantes. E também a chave para a mudança de editoria.

Foi com investigação e certo tom de sarcasmo que Raimundo, já como editor de *Política*, coordenou duas das capas que entraram para a história da revista *Veja*: as das edições 65 e 66 da revista, de dezembro de 1969. A

primeira trazia uma capa vermelha com a chamada, em branco “O Presidente não admite torturas”, e uma imagem de um pai, com duas crianças brincando sobre a estátua “A Justiça”, localizada na Praça dos Três Poderes, em Brasília. A segunda trazia a chamada, em preto, “Torturas”, com um desenho representando as torturas medievais empregadas na caça às bruxas e aos hereges.

A capa “O Presidente não admite torturas” foi uma “cascata jornalística”, como o próprio Raimundo classificou mais tarde, e pode também ser considerada uma “emboscada”, como defende o então diretor da revista, Mino Carta. Mas ambos concordam que foi, antes de uma denúncia, uma provocação ao alto escalão do regime militar. Quando o presidente Costa e Silva sofreu um derrame cerebral em agosto de 1969, criou-se no meio militar uma crise institucional sobre a sucessão do general. A “linha-dura” impediu que o vice de Costa e Silva, Pedro Aleixo, assumisse. O então vice-presidente já havia se manifestado a favor de uma reforma política, por meio de emenda constitucional, que extinguisse o Ato Institucional número 5. A ideia por trás da iniciativa era que, após combatidos os principais focos revolucionários e subversivos, o regime poderia continuar com seu projeto de poder na “normalidade”, ou sem os “excessos” de restrições à liberdades democráticas contidos no ato.

O derrame de Costa e Silva caiu como uma luva para a ala dos militares que se contrapunham a iniciativa.

Aleixo foi colocado de lado e impedido de assumir seu direito constitucionalmente previsto. A Junta Governativa Provisória, composta por três ministros militares de governo, tomou a presidência até o general Emílio Garratazu Médici assumir o cargo, no final de outubro. A Segunda Junta Militar editou dois atos institucionais, o AI 13, que passou a punir com pena de banimentos os brasileiros considerados uma ameaça à segurança nacional, e o AI 14, que previa pena de morte e prisão perpétua para casos enquadrados como “guerra revolucionária subversiva”. O endurecimento em relação à resistência não era, entretanto, tão duro no trato com a imprensa, como lembra Raimundo quase trinta anos após o fim do regime. Ainda nos primeiros meses de governo Médici, o mais marcado pela violência sistemática operada por agentes de Estado contra a resistência à ditadura, havia certos espaços deixados vazios pela repressão.

“A história da censura não é bem contada, muitas vezes. Porque não foi assim, veio a ditadura e veio a censura. Houve períodos assim, de liberdade de imprensa em plena ditadura. Com o Médici fizemos a capa das torturas”, diz Raimundo. Em dezembro de 1969, quando essa capa foi publicada, os movimentos políticos de esquerda viviam ataques constantes da repressão. Os “companheiros” que “caíam”, expressões utilizadas pela resistência quando um dos militantes das diferentes organizações guerrilheiras era preso por agentes do Estado, quase que invariavelmente eram submetidos a

torturas. As condições para a atuação dos movimentos organizados eram cada vez mais precárias, e eram uma espécie de prelúdio para o início da década de 1970, em que muitas das organizações e partidos de esquerda praticamente deixaram de existir. Se os casos de tortura no ano da promulgação do AI 5 somaram 85 denúncias, o ano de 1969 teria 1.072 casos denunciados¹⁶.

Em setembro de 1969, o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, foi sequestrado pelas organizações Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), e a Aliança Libertadora Nacional, dois dos maiores movimentos de guerrilha da época, que atuavam respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Elbrick ficou detido por 3 dias e depois foi solto em troca da libertação de 15 presos políticos. Em novembro, quase como uma resposta do regime, Carlos Marighella, líder da ALN, e um dos maiores símbolos da resistência – armada ou não – à ditadura, foi morto em uma emboscada, montada por agentes do Departamento de Ordem e Política Social, o Dops, de São Paulo, que tinha como delegado Sérgio Paranhos Fleury, figura conhecida na perseguição e tortura aos opositores do regime.

A “cascata” descrita por Raimundo se refere a uma denúncia que, na realidade, representa mais uma suposição do que fatos concretos. A reportagem “O Presidente não admite torturas” foi feita pouco tempo depois de Médici assumir a Presidência do país, na primeira edição de

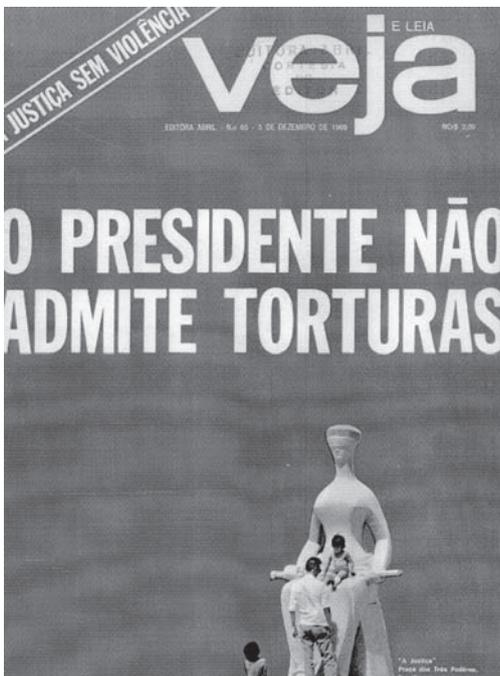
dezembro de 1969. Um repórter do jornal *O Globo* ouviu uma frase, vinda de um assessor do general, que Médici não admitiria torturas em seu governo. A informação chegou a Dirceu Brisola, um dos repórteres políticos de *Veja*, que avisou então o editor e o resto da equipe. Tratava-se de “uma mentira deslavada”, como coloca Raimundo. Afinal, o ano que entrava então no seu último mês já havia sido marcado como início da guerra a qualquer tipo de resistência ao regime. A equipe de *Veja* aproveitou essa contradição, então, para colocar o governo contra a parede. Dizia, de forma exagerada, a abertura do texto:

O presidente Garrastazu Médici determinou aos órgãos responsáveis pela segurança pública e combate à subversão (...) que devem rever imediatamente seus esquemas de repressão e pôr fim ao uso de métodos violentos. A decisão presidencial, tomada há dez dias e até agora mantida em reserva no Palácio do Planalto, foi revelada por um porta-voz da Presidência. Segundo esta fonte, o General Garrastazu Médici está bem informado e atento ao que se passa no país, sabendo de tudo sem distorções e com a máxima aproximação da verdade, até mesmo quando ela é incômoda.

O texto trazia ao leitor a mudança de posição do governo no combate à subversão. Agora, “A violência fora da Lei” – título da matéria – não seria mais tolerada. Médici, ao contrário de seus antecessores Costa e Silva e Castello

Branco, não admitia, ao menos oficialmente, que o país estivesse submerso num espécie de “guerra revolucionária”. Para o general, a subversão estava sendo, aos poucos, contida pela “muralha de aço” com que as Forças Armadas e todos os órgãos ligados à segurança nacional guardavam as instituições instauradas em 1964.

A matéria traz também uma entrevista com o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, sobre o tratamento penal dado aos crimes políticos e subversivos. O repórter Dirceu Brizola pergunta ao ministro sobre as arbitrariedades,



Levantamento de casos de torturas resultou na edição que serviu de provocação ao governo militar.

cometidas por autoridades policiais, que começavam a aparecer em denúncias da imprensa estrangeira. Sobre isso, o então ministro vai direto ao ponto: o governo de Médici havia acabado de completar um mês, mas era função do Ministério da Justiça trabalhar no sentido de preservar a ordem jurídica internacional e garantir a segurança nacional. São dados também depoimentos de advogados de defesa dos presos que respondiam a Inquéritos Policiais Militares naquele momento. As fontes reclamavam das disposições então em vigor, que cancelaram a possibilidade do *habeas corpus* e estabeleceram a incomunicabilidade dos presos por três dias. Além disso, os advogados de Frei Betto e dos estudantes presos em Ibiúna, no Congresso da União Nacional dos Estudantes em 1968, relatam casos de dificuldades impostas pelas autoridades policiais no contato com os presos, e impropriedades no tratamento jurídico dos inquéritos.

Foi com ironia que a equipe de *Veja* afirmava em seu texto que, se cumprida a nova orientação do Planalto de lidar com a subversão, sem a “violência fora da lei”, abriria-se um novo tempo para a “revolução” de 1964. A reportagem também dizia que diante das denúncias de violações dos direitos humanos no Brasil, e “herdeiro de algumas situações de fato”, o novo governo da revolução “deu um grande passo rumo ao estado de direito”. Tudo uma *cascata* para pegar o general Médici na contradição.

Serviço à Presidência

“A primeira capa foi uma tentativa que haviam montado para enganar o regime, e a segunda foi para valer, a capa sobre as torturas”, conta Mino Carta, diretor de *Veja* quando o material sobre as violações aos direitos humanos foi produzido pela revista. A histórica capa “Torturas” da revista *Veja* foi produzida sob a chefia de Raimundo, mas contou com um levantamento envolvendo sucursais do país inteiro. Foram cerca de 150 casos reunidos num verdadeiro dossiê, dentre os quais 3 seriam contados detalhadamente na matéria de capa da edição 66, já na semana seguinte à declaração do assessor de Médici. Dias depois desta edição chegar às bancas, o repórter Elio Gaspari foi até o aeroporto com a capa de *Veja* e mostrou ao ministro Alfredo Buzaid, que estava de passagem por lá.

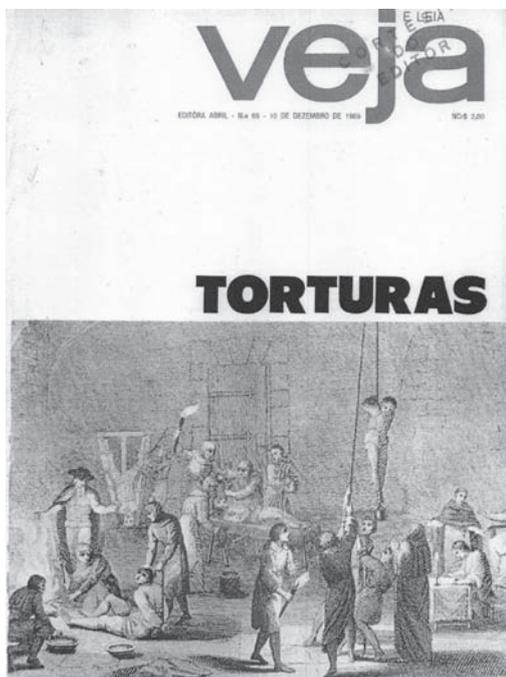
– Ministro, o que o senhor tem a dizer? O presidente disse que não admite torturas.

– Isso eu vou mandar apurar, respondeu Buzaid.

Gaspari ligou para a redação, chamou por Mino e disse “Mino, Buzaid disse que vai apurar”. Raimundo e o diretor tiveram então a ideia de fazer a apuração por conta própria, prestando assim um “serviço útil e necessário” ao governo. Um trabalho sério, mas com uma grande dose de provocação. Todas as sucursais de *Veja* passaram a levantar os casos de tortura já denunciados no país.

A edição anterior da revista, com as afirmações de

Médici sobre os novos métodos de combate à subversão, não passaria em branco pelo regime. Os dias seguinte à publicação da revista registraram repercussão sobre as bombásticas promessas do novo governo militar. Os jornais falavam no assunto, e a maioria deles recebeu “recados”, por meio de telefonemas ou de porta-vozes da repressão, para deixarem a questão da tortura de lado. O aviso de que o tema deveria ser evitado aconteceu numa sexta-feira, dia de fechamento de *Veja*. Sabendo das ligações que os outros veículos vinham recebendo, Mino



A declaração de um assessor de Médici abriu espaço para uma investigação sobre torturas.

Carta mandou desligar todos os telefones da Editora Abril, evitando assim correr o risco de recebimento do aviso. O processo de produção da edição estava em fase final, e a equipe já podia imaginar que tinha em mãos um material que entraria para a história da publicação e do jornalismo. “Na sexta-feira a noite não tinha mais ninguém lá, das outras redações, ou da administração, só nós. Então mandei desligar tudo, todos os telefones”, conta Mino. Se houve a tentativa de censura, a equipe não ficaria sabendo. A edição saiu, na segunda-feira seguinte, e foi um sucesso de vendas.

Raimundo foi o “cozinheiro” de todo o material levantado, como ele mesmo define, e os três casos detalhados na reportagem foram escritos por diferentes repórteres. O mais marcante deles é a história de Chael Charles Schreier, militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, a VAR-Palmares, que foi preso em novembro no Rio de Janeiro, e morto no mesmo dia nas dependências do quartel da Polícia do Exército na Vila Militar. Chael foi preso com Antônio Roberto Spinoza, que, assim como ele, tinha próximas ligações com Carlos Lamarca, líder da VAR-Palmares. Bernardo Kucinski foi quem redigiu a história da Chael. Judeu como o repórter, o jovem de 23 anos e estudante de medicina na Faculdade da Santa Casa, em São Paulo, participou do movimento estudantil e passou depois à luta armada. Kucinski conta a busca dos pais de Chael pelo paradeiro do filho, até a identificação do corpo no

Instituto Médico Legal. A autópsia revelou que o estudante foi vítima de uma morte violenta durante o interrogatório oficial. Ele havia sofrido contusões que só poderiam ter sido causadas por quedas violentas, pauladas e pontapés. A denúncia foi a primeira de uma avalanche que durou toda a semana. O advogado Leopoldo Heitor, preso durante duas semanas no Dops de São Paulo, citou publicamente os nomes de torturados e torturadores; a Ordem dos Advogados do Brasil denunciou arbitrariedades na prisão de três advogados e outros casos começaram a chegar nas redações de jornais.

A segunda história contava um caso de tortura psicológica sobre um dentista de São Paulo detido por dias no Dops paulista, em novembro de 1968. Ele não possuía qualquer envolvimento com o movimento de resistência à ditadura, e era acusado de participação no assassinato do capitão do exército norte-americano Charles Rodney Chandler, em outubro daquele ano. Após ser solto, ele se mudou para uma cidade no Paraná, e passou a sofrer de crises de ansiedade e depressão constantes.

O último caso era o do estudante Paulo de Tarso Wenceslau, preso em São Sebastião, no litoral paulista, e trazido para São Paulo, onde sofreu torturas por dias no prédio da Operação Bandeirantes. Raimundo Pereira provavelmente não sabe, mas ele era conhecido de seu irmão mais novo, Laízio, que colaborara com a Aliança Libertadora Nacional poucos anos antes. Wenceslau teve



O estudante de classe média paulista Chael Schreier foi morto após sofrer intensa sessão de tortura depois de ser preso, no Rio de Janeiro.

partes do corpo paralisadas por horas no “pau de arara”, a parte superior da língua cortada e em carne viva, e contínuas sessões de espancamento que só cessaram depois que confessou onde era seu “aparelho” de atuação na resistência. “Muitas algumas histórias fortes, histórias que ninguém tinha coragem de escrever. Chael eles mataram a pauladas. E dizem que Espinoza, que foi preso com ele, só ficou vivo por causa da publicação da história do Chael. Depois dessas duas capas ficamos meio pendurados na brocha, ficamos expostos porque a imprensa nacional não acompanhou”, comenta Bernardo Kucinski.

O dossiê sobre as torturas ficou guardado na Editora Abril. O “serviço” prestado aos generais não

ficou restrito somente à edição que trouxe as três histórias para o leitor. Victor Civita, então presidente da Editora Abril, foi levar uma cópia do material apurado, o dossiê completo, para o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o mesmo que havia dito que iria “mandar apurar”. “Ele foi lá e entregou, meio que dizendo ‘já que o presidente não admite torturas, fizemos um serviço a vocês’”, conta Raimundo.

***Veja* rende frutos**

O trabalho de Raimundo em *Veja* foi marcado por essas extensas reportagens e por provocações feitas aos militares nas entrelinhas. E rendeu ao jornalista um período de estabilidade financeira. A remuneração dos jornalistas que trabalhavam na Editora Abril à época era reconhecida por todos do meio como digna de respeito. Os jornalistas de *Veja*, que no final da década de 1960 começava a entrar num tempo próspero de grandes coberturas e sucesso nas vendas, gozavam de prestígio no meio jornalístico-intelectual. Com a boa remuneração, Raimundo havia se mudado do apartamento no Copan para uma casa na Lapa, na rua Teerã, e construiu outro imóvel para os pais no bairro da Freguesia do Ó. Até então, Lindanora e Joaquim ainda moravam no pequeno apartamento em Perdizes, o mesmo espaço apertado

para onde se mudaram quando vieram de Pacaembu, no início da década de 1960. A casa foi desenhada por Toshi, a arquiteta irmã de Sizue, que projetou o imóvel numa rua arborizada e silenciosa, no alto de um morro. A essa altura, os pais de Raimundo já tinham visto Leônidas sair de casa após seu casamento, e Laízio embarcar para estudar na União Soviética.

Quando a casa ficou pronta, Dona Linda e Seu Joaquim, mais a prima de Raimundo, Terezinha, se mudaram para lá. Terezinha morou com o primo desde a época de Copan e cuidou de Ana, Lia e Rute. Mas agora ia voltar a morar com os avôs das meninas, no lar recém construído. Depois da terceira experiências com os bebês, antes que Raquel nascesse, ela achou que não tinha a vocação para cuidar de crianças para o resto da vida. Foi “pedir as contas” e ouviu um suspiro de compreensão de Sizue, que já havia percebido a infelicidade da parente vivendo em função das suas filhas.

- Terezinha, que bom. Eu não ia mandar você embora nunca.

A casa da Freguesia do Ó continuava pertencendo à família de Raimundo mais de 40 anos depois. Todos os parentes próximos passaram seus momentos naquela espaçosa construção, incluindo o próprio Raimundo. Ele se mudou para lá depois da morte de Lindanora e Joaquim, no início dos anos 1990.

Porta de saída

A edição 71 de *Veja*, publicada em janeiro de 1970, trazia uma reportagem de capa com uma figura do alto escalão do governo já conhecida por Raimundo, João Paulo dos Reis Veloso, agora ministro do Planejamento. Entrevistado por ele em 1969, Veloso agora apresentava as diretrizes definidas para a economia do país. A matéria de Raimundo mostrava o recebimento do plano econômico por outros ministros, e chega a afirmar, com certo desdém, que o plano não trazia nada de inovador para o planejamento do país. Não só não era novo, como também era o “óbvio ululante”, nas palavras do cronista e teatrólogo Nelson Rodrigues. O título da matéria já abria uma grande possibilidade de ser entendido como ultrajante pelo ministro e personagem principal da matéria de Raimundo: “Veloso e seus ‘Grandes Impactos’”. O texto trazia também os tropeços dados pelo ministro na hora de apresentar seu programa. Depois da apresentação oficial, teria chamado os jornalistas novamente, pois “havia esquecido de dar alguns informes importantes”.

A matéria irritou Veloso, que entendera a reportagem como uma tentativa de desmoralização pessoal. O ministro pressionou *Veja* para publicar uma carta sua no meio da revista, e não na seção de correspondências. Raimundo viu aquilo como um desaforo, que não estava disposto a engolir. Mas, para evitar problemas com o governo

militar, o editor acertou com Mino Carta a migração para a editoria de Cultura de *Veja*, cargo que não ocupou por muito tempo. Raimundo estava desanimado com a falta de combatividade que afetava a grande imprensa, percebida quando *Veja* ficou sozinha, sem respaldo dos outros grandes veículos, no episódio das torturas. Além disso, depois do dossiê entregue a Médici, os militares endureceram em seu relacionamento com *Veja*. No início de 1970, um Decreto-Lei inseriu na Constituição Federal a censura prévia, que baixaria sobre os principais veículos do país. Sem espaço para falar de política como gostaria, Raimundo pediu as contas no meio daquele ano.

Já sem vínculo fixo, ele ainda produziria uma reportagem de capa para *Veja* sobre a Amazônia, com tratamento de edição especial. Na Carta ao Leitor, Mino Carta deu grande destaque ao trabalho de Raimundo, inserindo, inclusive, uma foto sua no espaço nobre da revista. O texto do diretor de redação dá a dimensão da reportagem produzida pelo jornalista e amigo:

Raimundo partiu para a Amazônia há seis semanas e a visitou de um canto a outro – só não esteve em Roraima. Andou por cidades esperançosas e no coração de áreas virgens subitamente penetradas pelos tratores que abrem estradas pioneiras. E navegou nos rios de águas turvas e de águas claras. (...) Da viagem, o enviado especial de VEJA trouxe 280 páginas de anotações, oitocentas fotografias, os olhos deslumbrados, o gosto de exóticos

sorvetes de frutos sequer imaginados e a sensação de uma terra bem melhor do que sua lenda.

Na Carta, Mino ainda brinca com um inusitado episódio, provavelmente relatado por Raimundo. Entre parênteses, em tom de informalidade, ele “dedura” o amigo, que passou seu aniversário de 30 anos “em companhia de uma sardinha de 30 centímetros”. E explica: “De noite Raimundo dormia numa rede quando o barco atravessou um cardume e um peixe saltou da pele da água para a rede, instalada na proa – foi um curioso encontro...”

Especialista em especiais

Famoso na Abril por sua atuação em *Veja*, Raimundo abriu uma nova porta com a reportagem na Amazônia. Entre o fim de 1970 e o início do ano seguinte, o jornalista foi chamado para coordenar uma edição especial da revista *Realidade*. Lá, acabou realizando dois marcantes trabalhos, que, assim como as coberturas da Lua e das torturas em *Veja*, entrariam para o rol de grandes reportagens da editora.

Os especiais Amazônia e Cidades levaram quase um ano, cada um, para ficarem prontos, e somaram uma quantia inimaginável de gastos para os padrões do jornalismo da época. Publicado em outubro de 1971, a edição especial Amazônia levou nove meses para ser

elaborada por uma equipe de 12 jornalistas, que ficaram por 6 meses percorrendo 135 cidades da região. Ao todo,

Carta ao leitor

Não há miséria na Amazônia, porque o homem tem peixes, pássaros, água com fartura — assim diz uma tradição habitada por lendas e mitos. Pelas ruas de Tefé, às margens do rio Negro, de águas fiéis a esse nome, Raimundo Rodrigues Pereira, enviado especial de VEJA à Amazônia, viu a miséria inimaginável de uma gente que ainda ignora o eletrodoméstico e até os móveis mais comuns, a mesa, a cadeira, a cama. É uma longa história de lendas desfeitas: a miséria da gente de Tefé, onde o índice de verminose chega a 100%, é apenas um episódio da viagem que Raimundo fez a um vasto pedaço de Brasil, na verdade ainda não anexado à nossa terra, avaliado, compreendido. O próprio som da palavra Amazônia difunde, em zonas imprecisas da nossa sensibilidade de orgulhosos moradores de recantos mais ou menos civilizados, uma vaga sensação de suave mistério, como o título de um conto fantástico, belo e satisfatório na proporção direta da sua improbabilidade.

Raimundo partiu para a Amazônia há seis semanas e a visitou de um canto a outro — só não esteve em Roraima. Andou por cidades esperançosas e no coração de áreas virgens súbitamente penetradas pelos tratores que abrem estradas pioneiras. E navegou os rios de águas turvas e de águas claras. No vale do Xingu e no vale do Tapajós encontrou muita euforia pela Transamazônica, que todos esperam; ao longo do Solimões, navegando na estação das secas, por oito dias, num barco da Campanha de Erradicação da Malária (juntamente com um médico, seis tripulantes e três estudantes do campus avançado de Juiz de Fora, MG), encontrou uma natureza de tons matizados, serena, estranhamente



Raimundo Rodrigues Pereira

bem comportada, e o seu próprio aniversário: trinta anos celebrados em companhia de uma sardinha de 30 centímetros. (De noite Raimundo dormia numa rede quando o barco atravessou um cardume e um peixe saltou da pele da água para a rede, instalada na proa — foi um curioso encontro...)

Da viagem, o enviado especial de VEJA trouxe 280 páginas de anotações, oitocentas fotografias, os olhos deslumbrados, o gosto de exóticos sorvetes de frutos sequer imaginados e a sensação de uma terra bem melhor do que a sua lenda — remota, incompreendida, abandonada (por isso apenas ainda miserável) e digna de qualquer esforço de resgate. Raimundo trouxe também uma certeza: os anos 70 têm de ser a década da Amazônia. É o que ele conta na reportagem de capa, a partir da página 54.

M.C.

Raimundo é a estrela da edição 110 de *Veja*, de 14 de outubro de 1970. Mino Carta valoriza seu trabalho e conta uma história curiosa a respeito.

foram 148 mil quilômetros percorridos de selva e rio em viagens a barco, carro e avião. Raimundo foi o chefe da equipe dos seis repórteres e seis fotojornalistas na empreitada. Para o paraense Lúcio Flávio Pinto, um dos jornalistas pertencentes à equipe, a edição contou com ensaios fotográficos do “maior grupo de grandes fotógrafos que já trabalharam juntos”¹⁷. Maureen Bissiliat, Cláudia Andujar, George Love, Amâncio Chiodi, Darcy Trigo e João Solari eram os responsáveis pelas imagens impressionantes que ilustraram as 328 páginas da edição. Lucio Flávio, que posteriormente dedicou boa parte de sua carreira às questões agrárias no norte do país, lembra que, em valores atuais, a quantia total gasta na produção da revista bateria os 3 milhões de reais. As vendas da revista superaram também todas as expectativas e parâmetros que *Realidade* conhecia até então. Foram cerca de 300 mil exemplares vendidos em uma semana. O trabalho rendeu à revista, em 1972, o Prêmio Esso de melhor contribuição à imprensa. A premiação representaria o auge da carreira de Raimundo Pereira, em termos de reconhecimento do grande público na mídia.

Já na Carta do Editor, assinada por Victor Civita, é informado ao leitor o que está por vir: a “mais longa, custosa e apaixonante reportagem” já realizada pela Editora Abril. A conclusão da editora, depois daquela longa e inédita experiência, foi de que a Amazônia era “a última grande fronteira terrestre a ser civilizada”. Era também pontuado

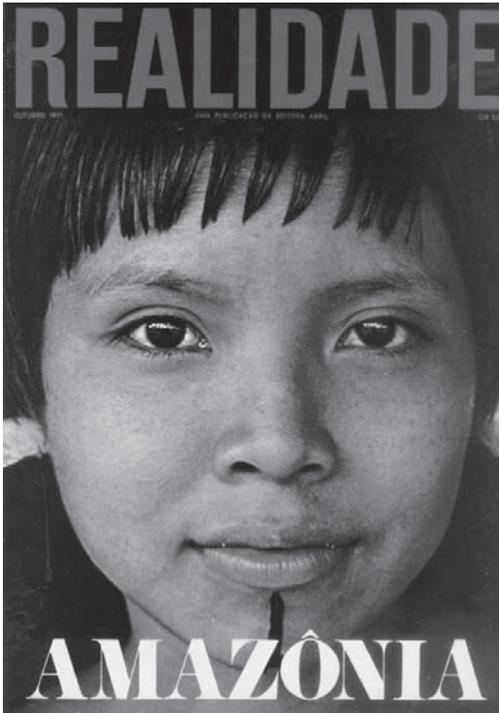
que o progresso trazido por sua ocupação deveria seguir “em harmonia com a natureza”. A edição trazia diversas reportagens sobre comunidades ribeirinhas, comunidades indígenas e sobre estrangeiros que ocupavam o espaço. “A revista era feita num tom totalmente pacifista, digamos assim, não tinha nada de militância de esquerda aparente... Era um relato, estávamos contando como as coisas estavam sendo descobertas lá”, afirma Raimundo. Depois dos seis meses em campo, o trabalho de edição, em São Paulo, durou mais três.

Produzida pelo amigo de Raimundo, Carlos Azevedo, a reportagem sobre os índios Yanomami foi uma das mais bombásticas. Juntos, o texto de Azevedo e da fotógrafa Cláudia Andujar – quem depois tomaria os Yanomami como causa pessoal na preservação dos direitos indígenas¹⁸ – traziam para os leitores de *Realidade* um mundo até então intocado e desconhecido.

Era neste momento decisivo da ditadura militar que era traçada a forma de exploração da região amazônica. No final da década de 1960 grandes projetos desenvolvimentistas começaram a ser implementados pelo governo na região. A questão do desmatamento ambiental, assim como o respeito aos direitos das comunidades tradicionais amazônicas, no entanto, não era colocada na tábua de discussões de tais projetos. A projeção da rodovia Transamazônica, pensada no início da década de 1970, representava os ideais de ocupação do território amazonense, sempre com o viés do esforço pela

maior integração nacional. As reportagens dirigidas por Raimundo contavam justamente as descobertas e projetos em andamento que possibilitariam a abertura de um novo leque de exploração, em prol do desenvolvimento e da integração. O ferro de Carajás e o Projeto Trombetas, que funcionava desde 1962 na exploração de bauxita na região, são exemplos ilustrativos de como se dava a ocupação na Amazônia que estão estampados nas páginas desta edição de *Realidade*.

Apesar de concordar sobre a importância histórica do especial Amazônia para a história do jornalismo, Lúcio Flávio Pinto teve uma visão crítica sobre o significado daquelas reportagens. “Discordei de muita coisa, o enfoque estava muito entusiasmado com o modelo de ocupação da Amazônia”, conta. Ele conhecera Raimundo em Santos, no litoral paulista, em 1970. Naquela época, era expediente comum do grupo de amigos e jornalistas de *Veja* ir para a praia jogar bola aos domingos, para respirar um pouco em meio à tensão imposta pela ditadura. Além deles, outros professores e estudantes universitários conhecidos se reuniam para chutar uma bola, tomar cerveja, e, claro, discutir política e o trabalho. Paraense e conhecedor dos dilemas vividos pela Amazônia, Lúcio Flávio também tinha planos de produzir um especial jornalístico na região, mas para a revista *Manchete*. Vendo que a estrutura oferecida pela Editora Abril era muito maior, aderiu ao projeto de Raimundo.



Os ensaios fotográficos do especial marcaram a edição da revista *Realidade*; a Amazônia desconhecida era trazida para perto do leitor.

Mais tarde, já nos jornais *Opinião* e *Movimento*, quando Lúcio Flávio contribuiria com alguns materiais sobre a região amazônica – ele atuava então como repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* – ele e Raimundo bateriam boca sobre o material produzido por lá. “O Raimundo encrascava com algumas matérias, ele achava que sabia tudo sobre a Amazônia.” Ainda sobre a edição especial de *Realidade*, em texto publicado em 2011, no *Jornal Pessoal*, de Belém do Pará, o jornalista paraense afirmou que “o

modelo externo e agressivo de ocupação está muito bem documentado na revista”, mas o leitor pode sentir também certo “tom de exotismo, de otimismo e crença na capacidade de harmonização do avanço com as exigências da natureza e do homem”. Entretanto, ele admite que aprendeu com Raimundo “um tanto que apenas dois outros jornalistas” com quem trabalhou o ensinaram: Cláudio Augusto de Sá Leal, em Belém, e Raul Martins Bastos, em São Paulo.

Incomodado com o resultado final de *Realidade Amazônia*, Lúcio Flávio decidiu se afastar e não participar da próxima grande edição chefiada por Raimundo, o especial *Nossas Cidades*, publicada em maio de 1972. Esta edição procurava traçar um perfil do acelerado ritmo com que as cidades brasileiras se desenvolviam, em um processo desigual de urbanização, consequência do chamado “milagre econômico”, período de crescimento da economia na ditadura. Enquanto o grande capital crescia, salários eram arrojados, a renda se tornava mais concentrada, e os direitos e liberdades civis quase que inexistentes. As cidades cresciam de forma desordenada, reforçando as desigualdades na sua organização do espaço. A edição especial de *Realidade* procurava mapear o processo de mudanças pelas quais passavam as cidades. “Mas não foi uma coisa espetacular como a da Amazônia”, lembra Raimundo, sobre a edição que também levou cerca de 9 meses para ser concluída. Tônico Ferreira, que não trabalhava com Raimundo desde os tempos do jornalismo

estudantil, teve parte neste trabalho, assim como sua então esposa, Maria Estela Magalhães Gomes, a Téia, também formada na Faculdade de Arquitetura da USP. Tônico foi o secretário de redação do especial, o que significava lidar com a parte prática e executora na produção da revista, principalmente no fechamento e edição de matérias. Já Téia teve uma participação pequena, fazendo uma ilustração para uma reportagem da revista que retratava as áreas de influência das cidades abordadas.

A edição especial era aberta com um texto de Raimundo, apresentando o contexto econômico no qual o crescimento das cidades estava inserido, atentando para os limites do “milagre econômico” tão louvado pelo governo. Era uma crítica “sutil”, como lembraria depois o autor, ao planejamento econômico. O texto foi apreciado por um funcionário da Editora Abril que era uma espécie de supervisor do que se publicava, palpitando sobre o que poderia ou não causar problemas junto aos militares. Em suma, um censor interno. Os comentários sobre o texto de apresentação não eram nada elogiosos. “Foram vários comentários tascando a matéria, e terminava dizendo que o texto tinha a intenção deliberada de provar que o milagre econômico brasileiro era uma porcaria e que o regime militar era uma bosta”, lembra Raimundo. O texto de abertura foi, enfim, radicalmente editado, e de fato, depois de publicado, não trouxe nenhuma reclamação por parte do governo.

Naquele momento, Raimundo Pereira estava no auge de seu prestígio, após 4 anos de trabalhos marcantes para a história do jornalismo. Poderia trabalhar onde quisesse, como lembram muitos de seus conhecidos da época, e ganhar dinheiro suficiente para sustentar com tranquilidade sua família. Mas ele não queria isso. Desde a polêmica com o ministro Reis Veloso, ele vinha decepcionado com a postura dos veículos da grande mídia frente ao regime militar. Desejava, junto com mais amigos esquerdistas, criar um novo marco na resistência da imprensa à ditadura, mesmo que isso significasse passar dificuldades financeiras. Por isso, já vinha conversando com eles sobre como viabilizar um veículo que se sustentasse fazendo oposição. De fato, seria fora da grande mídia que o exuense realizaria seus feitos jornalísticos mais inovadores e marcantes politicamente. Era hora de voltar ao jornalismo militante.

Notas

- 1 Criado em 1955 como órgão do Ministério da Cultura, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros era formado por intelectuais que pregavam o desenvolvimentismo baseado na valorização da cultura e dos recursos nacionais, em contraposição à participação do “imperialismo” estrangeiro nesse processo. Foi fechado pelo governo militar logo após o golpe, em 13 de abril de 1964.
- 2 O Ato Institucional nº 1 foi decretado em 9 de abril de 1964 e determinou

- a eleição indireta à Presidência da República, favorável aos militares. Também dava ao poder executivo a prerrogativa de cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos de opositores ao governo.
- 3 Entrevista concedida por Raimundo para a monografia *O jornalismo radical de Raimundo Rodrigues Pereira* produzida por Maria Cristina de Oliveira Gonçalves em 2007, no Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista.
 - 4 Entrevista dada ao jornal alternativo *Ex*, publicada em 12/05/1975.
 - 5 O Instituto de Física da USP só foi criado em 1970.
 - 6 A história foi contada por Raimundo na entrevista para o livro *Movimento: uma reportagem*, de Carlos Azevedo, e confirmada por Ana, sua filha, em entrevista para este livro-reportagem.
 - 7 AI 2, de 27 de outubro de 1965: extinguiu todos os partidos políticos e instaurava o bipartidarismo, composto pela Aliança Renovadora Nacional (Arena, partido do governo) e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB, de oposição); AI 3, de 5 de fevereiro de 1966: estendeu as eleições indiretas aos pleitos estaduais e determinou que os prefeitos das capitais seriam nomeados pelos respectivos governadores; AI 4, de 7 de dezembro de 1966: convocava o Congresso para a elaboração de uma nova Constituição, que seria promulgada em janeiro do ano seguinte.
 - 8 Esta é a versão dada por Raimundo Pereira e Tonico Ferreira sobre a criação do jornal *Amanhã*. Bernardo Kucinski, décadas depois, desenvolveu uma nova teoria carente de confirmações, que será contada mais à frente neste livro.
 - 9 O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi instaurado em 13 de setembro de 1966 como uma opção aos empregadores, e enfraqueceu o regime de estabilidade no emprego após 10 anos de trabalho, obrigatório até então. A mudança foi alvo de protestos dos trabalhadores, como se vê na

abordagem de *Amanhã*.

- 10 Joaquim do Santos Andrade foi um metalúrgico que se tornou o símbolo do peleguismo sindical sob o regime militar. Ajudado pela perseguição política do governo aos opositores, manteve-se na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo por 22 anos, saindo apenas em 1987.
- 11 Apenas em 1976 o Tusp foi reincorporado à USP como uma dependência da universidade.
- 12 O terceiro, não necessariamente em uma ordem de combatividade, foi O *Pasquim*, criado em 1969.
- 13 A listagem das matérias produzidas por Raimundo Pereira em *Máquinas e Metais* se encontra em uma correspondência enviada da própria revista para o repórter na década de 1970. O documento está agrupado a outros, referentes ao jornal *Movimento*, no Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- 14 Centro de pesquisa com enfoque em foguetes e sistemas de espaçonaves, no estado norte-americano do Alabama, da agência espacial americana, a National Aeronautics and Space Administration (NASA).
- 15 Em 2012, o PIB per capita do Brasil foi de 11.875 dólares norte-americanos e o dos EUA, de 49.922 dólares, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ou seja, a renda per capita brasileira, naquele ano, era cerca de quatro vezes menor que a dos Estados Unidos.
- 16 Dados do relatório parcial divulgado pela Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2013.
- 17 Declaração feita em texto publicado no *Jornal Pessoal* nº 501, da 2ª quinzena de novembro de 2011.
- 18 No final da década de 1970, Cláudia Andujar passou a se dedicar exclusivamente à luta pela preservação do povo Yanomami. Ela foi uma das fundadoras da Comissão pela Criação do Parque Yanomami.

Na frente ampla de oposição

“As grandes empresas jornalísticas tinham, quase todas, se acomodado a uma situação de censura progressiva que vinha asfixiando a imprensa brasileira.”

O final da década de 1960 foi decisivo na formação da resistência à ditadura militar. Muitos estudantes, jornalistas e intelectuais, deixaram suas aspirações prévias ao regime no meio do caminho que os levava para a luta armada. Carlos Azevedo, repórter colaborador da Editora Abril na revista *Realidade*, foi uma das figuras que viu na militância um caminho mais direto e combativo na resistência ao regime. Em 1968, ele passou a colaborar com uma publicação da Ação Popular, o jornal *Libertação*. À época, Raimundo era editor de *Veja*, e tendo conhecido Azevedo em sua primeira passagem por *Realidade*, os dois se tornaram amigos depois de conversas que procuravam entender o momento político vivido pelo país e também pelo mundo. Se o Brasil sofria de um recrudescimento nos direitos e liberdades individuais e se endividava cada vez mais com o capital financeiro internacional, a conjuntura

global apontava também para situações de limite. O Vietnã vivia uma guerra – nada fria – fruto da disputa surgida depois da Segunda Guerra Mundial, entre o imperialismo capitalista norte-americano e o comunismo. O próprio modelo do comunismo entrava em disputa com os conflitos entre a República Popular da China e a União Soviética, a partir da Revolução Cultural Chinesa.

A classe intelectual e jornalística sentia necessidade de entender o momento e se posicionar sobre ele. O movimento estudantil, depois do fracasso do Congresso de Ibiúna em outubro de 1968, via cada vez menos alternativas de espaço para atuação. Parte dos estudantes aliados a movimentos políticos de esquerda foram enviados à Cuba para se formarem guerrilheiros urbanos. José Dirceu, o mesmo que já tivera contato com Raimundo e sua “corja dos fedorentos” nos tempos de jornalismo estudantil, foi um destes estudantes. Depois de ser solto em troca da libertação do embaixador norte-americano no país, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, Dirceu, então integrante do Movimento de Libertação Nacional, a Molipo, foi um dos que seguiu para Cuba para receber treinamento de guerrilha, numa espécie de curso de preparação para militantes estrangeiros, específico para a atuação armada no exterior. Luiz Eduardo Merlini, também jornalista e participante do projeto do jornal *Amanhã*, se filiou, em 1967, a uma dissidência da Polop, o Partido Comunista Operário, e seria morto sob tortura no DOI-Codi de São Paulo, em 1971.

Raimundo tinha suas ideias esquerdistas já muito bem consolidadas a esta altura, e via a clara necessidade de uma forte e ampla atuação na luta contra a ditadura. Seu caminho, entretanto, não chegou a passar perto da militância armada. “Raimundo estava fazendo outra coisa. Um jornalismo de oposição, mas jornalismo. Ele dizia claramente para mim que não ia militar”, lembra Azevedo. A experiência da Editora Abril e algumas coincidências de conjunturas impostas pelo regime dariam a ele a possibilidade de começar a construir a história da verdadeira e mais importante imprensa de oposição à ditadura.

O sonho independente

No início dos anos 1970, Raimundo e um grupo de jornalistas que havia participado da primeira equipe da revista *Realidade*, mas que haviam saído da publicação por contradições de interesses e de ideais com os donos da Editora Abril, passaram a alimentar um sonho até então estacionado. Segundo Raimundo, o sucesso da revista que conseguia – até certo ponto – tocar em feridas abertas pelo regime de exceção iniciado em 1964, havia surtido um efeito nada positivo nos jornalistas. No número zero do jornal *Movimento*, na apresentação do semanário que seria lançado em 1975, Raimundo escreveu:

O fim da primeira equipe da revista Realidade se devia a um desses dilemas que sistematicamente chega uma equipe que cria um jornal para uma empresa e que, com o passar do tempo, e com o sucesso da publicação, começa a acreditar que a publicação é dela, não do dono. O resultado da crise foi que a equipe saiu e o dono ficou.

Estava semeada a ideia do de um “jornal dos jornalistas”. Elifas Andreato, então editor de arte da Abril, Dirceu Brisola, repórter de política de *Veja*, Tonico Ferreira, Eurico Andrade, repórter da primeira equipe de *Realidade*, Dorrit Harazin, repórter também de *Veja*, Renato Pompeu e Arlindo Mungiolli, além de Raimundo, eram alguns daqueles que começaram a pensar num projeto jornalístico independente, que seria financiado pelos seus próprios editores. *Assunto* seria o nome da publicação que, além de ser jurídica e financeiramente de responsabilidade dos produtores do jornal, seria uma alternativa à imprensa tradicional, já bastante comprometida com a censura – agora já institucionalizada. Essas reuniões se davam na casa de Raimundo, no Alto da Lapa. “Era todo mundo que tinha dinheiro, trabalhava bem e estava bem na Abril, mas estava insatisfeito com a situação da ditadura e achava que tinha de ser feita alguma coisa nova, uma nova publicação”, comenta Tônico Ferreira. O sentimento era de cansaço coletivo com as grandes empresas jornalísticas. Ainda segundo Raimundo, na edição de apresentação de

Movimento, estas empresas teriam se acomodado a uma situação de censura progressiva, “que vinha asfixiando a imprensa brasileira há um tempo”.

A ideia de superação dos conflitos entre patrão e empregados era o que regia o sonho de um jornal dos jornalistas. Era apenas desta forma que os interesses empresariais ficariam em segundo plano, submetidos à informação jornalística de qualidade. Raimundo escreve que ele e a equipe de *Opinião* – e depois, de *Movimento* – tinham a convicção de que o jornalismo independente a que se pretendiam não se faria nos quadros das grandes empresas jornalísticas, “aferradas a grandes interesses econômicos, defensoras interessadas de um modelo de desenvolvimento baseado nas grandes empresas como elas e seus anunciantes”.

A empreitada, porém, oferecia vários obstáculos. A viabilização financeira do jornal precisaria de algum apoio substancial, pelo menos no início. Os profissionais oriundos da primeira equipe de *Realidade* haviam iniciado um projeto pequeno de revistas independentes, por meio da Editora Arte & Comunicação. O *Bondinho*, revista na qual Berardo Kucinski era colaborador, foi uma das publicações da Editora A&C. Raimundo imaginava fazer então um jornal político junto à editora. O acordo não deu certo já que a A&C acabou falindo. Segundo Raimundo, ainda no texto de apresentação na edição número zero do jornal *Movimento*, a falência financeira da empresa se deu

pelo fato de os envolvidos no projeto se esquecerem das regras do mundo dos negócios.

Para mim, as coisas na A&C aconteceram como se a certa altura a equipe tivesse passado a considerar que a experiência que estava vivendo era mais importante que o mundo externo à empresa. E o fim da experiência veio disso: se curtia a vida interna da empresa mas ela estava metida no “mundo mau” das empresas, onde ou se tem lucro, ou se vai a falência – independentemente do valor da experiência interna.

O patrão e a equipe

Bernardo Kucinski estava em Londres desde 1970, quando chegou à capital inglesa com “uma mão atrás e outra na frente”, como lembra nos dias atuais. Pelas dificuldades no exercício da profissão, dada a conjuntura vivida pelo país, o jornalista foi para a Inglaterra como correspondente do *Bondinho*. Lá ele fazia também alguns *free lances* para a *Veja*, ainda sob direção de Mino Carta. No início do ano seguinte, um importante empresário brasileiro, Fernando Gasparian, chegou a Londres depois de sofrer ameaças de atentados montados pelos militares. Gasparian era ligado aos altos círculos intelectuais e nacionalistas do país, como uma espécie de articulador da então chamada burguesia nacional, grupo de empresários aliados ao governo de

João Goulart e destituídos de poder em 1964. Com o golpe, Gasparian fora retirado do seu cargo no Conselho Monetário Nacional. Kucinski lembra que conheceu uma figura amargurada – a repressão acabar de assassinar um amigo pessoal de Gasparian, o deputado federal cassado pelos militares, Rubens Paiva. Como industrial nacionalista e alvo de pressões dos militares, Gasparian tinha o desejo de fazer uma publicação no país de cunho político e de oposição à ditadura. Ao ter contato com as ideias do empresário, Kucinski pensou que conhecia o editor perfeito para a empreitada, e falou no nome de Raimundo. Ele mostrou um exemplar da edição do quarto aniversário de *Veja*, um trabalho *free lance* feito por Raimundo a convite de Mino Carta, que na carta ao leitor da edição rasgava elogios em direção ao ex-funcionário. Gasparian ficou impressionado, e entrou em contato com o jornalista.

Não foi de cara que os dois se acertaram. O jornal dos jornalistas era algo muito claro na cabeça do grupo, que não via outra saída para a independência editorial da publicação que não a participação jurídica na propriedade do jornal. A superação da contradição entre proprietários e funcionários do jornal só seria superada quando, enfim, os funcionários fossem também proprietários. O projeto de parceria com Gasparian demorou pouco mais que o planejado para começar a funcionar na prática, já que o empresário não acreditava na possibilidade de uma empresa que tivesse como donos muitos jornalistas. A equipe pedia a

detenção de 49% das ações da empresa. Gasparian insistiu no fato de ele ter a propriedade jurídica do jornal não significar que seria ele o dono das ideias que circulariam e estampariam as páginas da nova publicação. Foi decidido, por fim, fazer o jornal como proposto pelo empresário. A vontade de fazer um jornalismo de verdadeira oposição à ditadura pesou sobre o fato da contradição sobre a propriedade.

Outra exigência de Gasparian dizia respeito ao nome da publicação. *Assunto* não teria o peso necessário para chamar a atenção dos leitores para o novo tipo de cobertura dos fatos que estaria por vir. O jornal semanal seria chamado de *Opinião*, ideia que também não foi aceita de cara. Segundo Raimundo, Tônico e a maioria dos que os acompanhavam ali, o nome remeteria ao *Show Opinião*, dirigido por Augusto Boal, produzido pelo Teatro de Arena e estreado alguns meses depois do golpe de 1964. O show ganhou forma de manifesto à medida que as músicas tinham temática centrada nos problemas sociais do país, e era produzido com a ajuda do Centro Popular de Cultura da UNE, que tinha como objetivo a produção de arte engajada, que elevasse o padrão de consciência da população e principalmente dos trabalhadores. “A gente achava que ‘Opinião’ era uma coisa meio que do passado, lembrava um pouco a esquerda antiga que nós queríamos superar, a esquerda que tinha falhado, que perdeu em 1964. A gente queria fazer uma nova esquerda, uma nova

coisa, com novos intelectuais”, lembra Tonico Ferreira. Respondendo às críticas, Gasparian respondeu “[Com] o nome vocês não se preocupem, porque aquilo o que você faz é que vai construir o nome”. O jornal *Opinião* teria a sede na cidade do Rio de Janeiro, com a redação no bairro do Jardim Botânico. A cidade do Rio foi mais um fator de preferência do dono do jornal, que era ligado a setores de empresários nacionalistas cariocas.

Opinião teve seu primeiro exemplar publicado no dia 23 de outubro de 1972. O número zero trazia um texto de apresentação em que Raimundo comentava sobre a característica pioneira do semanário, que não seria apenas um simples relato dos fatos da semana. Mas iria “analisar, criticar e interpretar estes fatos para o leitor com a maior honestidade e seriedade possível”. Sob o subtítulo “Jornal de Oposição?”, Raimundo afirmava que *Opinião* não iria “fazer ‘política’” na medida em que não iria fazer propaganda de movimentos políticos ou “preservar a unidade de grupos ou igrejinhas”, mas era sublinhado que a honestidade do jornal não deveria ser confundida com omissão. “Não temos medo de ter opinião. Somos, por exemplo, contra a depredação do ambiente, a exploração do consumidor, o roubo das riquezas nacionais e temos como compromisso a defesa dos direitos do cidadão e das liberdades democráticas.” Já desde o número zero, o jornal trazia a edição semanal brasileira do *Le Monde Diplomatique*, jornal francês que trazia análises

aprofundadas sobre acontecimentos internacionais, e era dirigido pelos jornalistas que o produziam.

O expediente trazia Gasparian como diretor, Raimundo como editor, Tonico Ferreira como secretário de redação, e Bernardo Kucinski como correspondente em Londres. Arlindo Mungiolli, Flávio Pinheiro, Juraci Andrade, Mário de Almeida e Marcos Gomes eram editores assistentes. Marcos Gomes participou ativamente do movimento estudantil e foi eleito, em 1966, vice-presidente da UNE. Mineiro, chegou ao Rio de Janeiro por forças maiores que a iniciativa de produção do jornal. Ele saíra da prisão em São Paulo em 1971, após passar dois anos no Presídio Tiradentes. Antes, já tinha sido detido mais algumas vezes em Belo Horizonte, pela atuação em jornais operários durante a greve dos metalúrgicos do Estado, em 1968. Depois de militar e trabalhar em alguns jornais mineiros, chegou a São Paulo em 1968. Lá, participaria da direção da Ação Popular, na clandestinidade, até ser preso. Depois de ser solto, em 1971, decidiu não voltar para Minas Gerais e não achou prudente, tampouco, continuar na capital paulista. Estava no Rio trabalhando com uma agência de publicidade quando seu irmão, Frederico Magalhães Gomes, um dos colegas expulsos com Raimundo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica em 1964, apresentou os dois jornalistas. Marcos só estava no ramo da publicidade para “ganhar seu pão”, e o projeto de *Opinião* lhe pareceu bastante

afinado aos seus ideais. Rapidamente ele passou a integrar a equipe do jornal.

Marcos nutria uma admiração pela postura de Raimundo quando este saiu da Editora Abril, onde já era um “grande editor”, para fazer parte da imprensa alternativa, “sem todas aquelas mordomias”. “Acho que isso veio da postura política dele. Eu era mais um militante político com alguma experiência jornalística, e ele já era um grande jornalista que já tinha tido alguma experiência política.” Se Tonico Ferreira era o braço direito de Raimundo, Marcos Gomes seria o esquerdo. Sua experiência na atuação política foi um dos fatores que o tornou peça importante na relação entre a redação – e o próprio Raimundo, mais especificamente – e Fernando Gasparian.

O coquetel de lançamento de *Opinião* foi organizado pelo dono da nova publicação, que queria apresentar o jornal a seus conhecidos intelectuais que se opunham à ditadura militar. O evento foi na sede da Associação Brasileira de Imprensa, e Raimundo simplesmente não apareceu. “Eu fiquei surpreso, mas eles achavam que esse negócio de coquetel não era muito com eles, achavam que tinham que trabalhar e não ir a coquetel”, lembra Marcos Gomes, que também não foi ao evento. O episódio revelaria, mais tarde, a dimensão política que tomava a relação que se iniciava ali entre Raimundo e Gasparian. Anos mais tarde, Raimundo reconheceria em entrevista ao amigo Carlos Azevedo que

devia ter participado do lançamento. “Eu era muito purista, foi uma bobagem”¹.

Já em 1973, quase depois de um ano do lançamento de *Opinião*, Marcos Gomes apresentou um amigo do movimento estudantil de Belo Horizonte a Raimundo, Flávio de Carvalho. Ele fazia o curso de física na Universidade Federal de Minas Gerais, onde escrevia no jornal do Diretório Central dos Estudantes. Flávio passou a editar a seção de internacional do semanário, sendo responsável também pela edição brasileira do *Le Monde*, presente nas páginas de *Opinião*. Já em suas primeiras edições, o jornal foi muito bem recebido pelo movimento estudantil, e o próprio Flávio já cultivava uma boa impressão de Raimundo, por ser o editor da publicação. “Era o jornal mais importante da época, porque a grande imprensa não estava nem aí, então era um jornal de prestígio enorme.”, lembra. Parte do prestígio logo alcançado pela publicação se deu também pelos nomes de intelectuais que participavam como colaboradores ou membros do conselho editorial. Alguns eram Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Aguinaldo Silva, Nelson Werneck Sodré, Aloysio Biondi, Celso Furtado e Robert Kennedy. A equipe completa de *Opinião* contava com cerca de 60 pessoas, entre aqueles que trabalhavam na redação no Rio de Janeiro e nas sucursais, colaboradores semanais e correspondentes em outras partes do país e do mundo.

A censura fecha o cerco

Para viabilizar a produção do jornal, Raimundo e a família tiveram de se mudar para o Rio de Janeiro. O pai da família foi na frente, alugando a pagamentos diários um apartamento no bairro do Leblon. Com ele foi Tônico Ferreira, que passou a dormir no “quartinho de empregada” do imóvel. As respectivas esposas, Sizue e Teia, visitavam-nos de final de semana. Depois de algum tempo a família de Raimundo se instalou no Rio, e Tônico continuou no pequeno quarto nos fundos da casa. Na época, Teia era professora em São José dos Campos, e demorou quase um ano para se mudar definitivamente para o Rio. A experiência de moradia conjunta entre Tônico e Raimundo, que já tinham intensa convivência profissional, era tranquila e não causou nenhuma rusga entre os dois. Segundo Tônico, o sentimento de coletividade na época era muito grande, mais forte que nos dias atuais. “Todo mundo vivia junto, era muito tranquilo. Nós fomos nos individualizando com o tempo, não digo que envelhecemos e queremos isso, os jovens de hoje também são assim.”

A edição número um do tabloide foi às bancas com 24 páginas e uma diagramação que contava com muitas ilustrações, mas não fotografias. Elifás Andreato era o editor de arte e foi o responsável pelo projeto gráfico do jornal. Ele privilegiava, principalmente, o uso de caricaturas em suas ilustrações. O debate intelectual e extensas análises

dos fatos da semana caracterizariam os textos publicados.

O clima intenso de trabalho já foi percebido nas semanas que antecederam o lançamento de *Opinião*. Desde o trabalho para a instalação da redação até a procura pela gráfica. Na rotina de produção do jornal, era normal que o fechamento da edição fizesse com que os jornalistas virassem duas noites no trabalho, de quinta-feira para sexta-feira e de sexta-feira para sábado. Quando saíam dali no sábado de manhã, Tonico Ferreira, exausto, olhava para a estátua do



O número zero de *Opinião*, que marca o lançamento do jornal. Na capa, uma ilustração de Plínio Salgado de autoria de Cássio Loredano.

Cristo Redentor e pensava nas muitas tarefas que ainda teria que desempenhar, em relação à impressão dos exemplares na gráfica e na negociação com os censores. Tudo para o jornal estar nas bancas na segunda-feira de manhã.

A censura em *Opinião* foi como uma escalada. Já antes do lançamento do jornal, Gasparian foi chamado na Polícia Federal e advertido pelos futuros censores. Foram diferentes fases que, com o passar do tempo, apresentavam maiores dificuldades para a efetiva publicação do material produzido pela redação. No início, a partir da edição número 9 do jornal, uma censora interna, já senhora, ficava dentro da redação. Ela era a encarregada pela decisão do que poderia ou não ser publicado, sempre de acordo com os ideais da “revolução” em processo desde 1964. “A censura não era muito política, era um pessoal que censurava artes e diversão que fazia o trabalho”, conta Tônico. Em várias ocasiões, alguns membros da redação inconformados com os cortes feitos foram até a casa da censora, para discutir e tentar convencê-la de deixar passar um trecho ou outro cortado. À medida que as vendas aumentavam e o jornal ganhava mais prestígio, as pressões feitas pelo regime cresciam. Chefes de sucursais e do próprio Rio eram interrogados frequentemente pela polícia.

A partir de abril de 1973, *Opinião* passou a ser censurado em Brasília pela Polícia Federal. O material de toda edição tinha de ser fechado e remetido para a capital federal para, depois dos cortes, ser impresso e distribuído

nas bancas. A censura em Brasília fez o ritmo de trabalho da redação ficar ainda mais acelerado. O jornal tinha de ser fechado antes e ser submetido até às dez horas de quinta-feira à Polícia Federal. A devolução do material se dava só no dia seguinte. Com os enormes cortes feitos, era missão quase impossível que tudo estivesse pronto até a segunda-feira.

A edição número 24, primeira a ser submetida ao novo processo, rendeu detenções a Raimundo e a Gasparian. O jornal foi publicado sem os devidos cortes feitos pela Polícia Federal, por falha da própria instituição. Os originais não foram devolvidos para a redação no prazo estipulado. A equipe de *Opinião* decidiu então enviar o material para a gráfica à revelia da censura. Depois de impressos, Gasparian chegou a enviar um dos exemplares à Polícia Federal explicando o porquê da impressão, mas a edição acabou por ser apreendida nas bancas. Raimundo e Fernando Gasparian foram detidos por horas para interrogatório. A edição se valia de um subterfúgio para noticiar a missa de sétimo dia do estudante da USP Alexandre Vannuchi Leme, oficiada por Dom Paulo Evaristo Arns. Vannuchi fora morto em março em um dos porões da ditadura, após ser torturado por dois dias nas dependências do DOI-Codi. A versão oficial apresentada por agentes do governo foi que ele teria se suicidado com uma lâmina de barbear ao esperar pelo interrogatório. Depois da pressão pública exercida principalmente pelo movimento estudantil, afirmou-se a existência de um

acidente por atropelamento, numa suposta tentativa de fuga do estudante. A determinação da polícia a todos os jornais era que seu nome não fosse noticiado. *Opinião* não mencionou o nome de Vannuchi, mas publicou, em outro espaço, a nota oficial da polícia sobre sua morte, de forma que os leitores pudessem fazer a ligação entre as duas matérias. Até esta edição, *Opinião* estava perto do número dos 38 mil exemplares vendidos por semana. *Veja*, então principal semanário da mídia tradicional, vendia pouco mais que 40 mil nas bancas².

Tonico Ferreira era o encarregado de levar o malote com a edição da semana até a sede da Polícia Federal no Rio. Depois de um tempo realizando esse trabalho, ele soube quem era o major encarregado pelos riscos vermelhos que voltavam nos originais vindos de Brasília, e foi até a capital federal conversar com ele. “Soube que ele se chamava Leonardo porque em alguma matéria havia a sugestão de que Leonardo da Vinci era gay, e ele cortou este pedaço, então pensamos ‘tá explicado’”, conta, com humor. Mais tarde, quando já integrava o projeto do jornal *Movimento*, que nasceu em 1975 já sob censura prévia, Tonico trocou algumas ideias com outro major da Polícia Federal, quando foi buscar o material já censurado.

A edição estava tão cortada, tão cortada, que o próprio major falou: ‘É, cortaram muito. Agora vocês vão ter de fechar o jornal, ir para a luta armada, e nós vamos correr atrás de vocês.’ Eu

olhei bem pra ele e falei: isso é o que vocês querem, eu vou lá pra redação e vou trazer mais material para a gente fechar aqui. Fui, voltei, e conseguimos fechar a edição. A importância do Opinião, e depois do Movimento foi essa, mostrar que havia um jeito de combater a ditadura, de não ficar parado nem ir para a luta armada, que à esta altura já tinha sido praticamente derrotada.

Depois da nova orientação, dada em abril de 1973, que exigia que o material original do jornal fosse enviado a Brasília, Fernando Gasparian apelou ao Supremo Tribunal Federal alegando a ilegalidade da censura prévia, até mesmo sob a legislação autoritária. Foi impetrado um mandato de segurança por *Opinião* em maio do mesmo ano. O argumento principal era que o decreto-lei 1077, de 1970, era inconstitucional. O decreto foi baixado especialmente para reprimir o semanário *O Pasquim*, e criou a censura para periódicos e livros. *Opinião* venceu o processo, mas a alegria da vitória não duraria muito. Em junho, o presidente Médici baixou um decreto específico legalizando a censura prévia em *Opinião*, com base no Ato Institucional número 5. Foi o início de um processo que transformou a produção do jornal em uma tarefa extremamente exaustiva. A edição 55, que seria publicada em novembro de 1973, após ser remetida para a Polícia Federal voltou com metade de seu material cortado. Gasparian decidiu suspender a edição e fazer uma carta de protesto ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, com

cópia para todos os assinantes do jornal e à imprensa estrangeira, como forma de denúncia pública. À época, as vendas haviam caído para perto dos 11 mil exemplares. Das 231 edições de *Opinião*, de outubro de 1972 a abril de 1977, foram cortadas pela censura cerca de 4.800 laudas, volume quase igual ao das laudas que conseguiram passar pela censura. Ou seja, para cada número publicado de *Opinião*, tinham de ser produzidos dois³.

Grande repercussão

Longas e reflexivas, as matérias de *Opinião* promoviam acirrados variados debates para interpretação dos fatos noticiados. O jornal representava uma frente ampla nos esforços por maior participação popular democrática e maiores liberdades individuais, além de apresentar cenários sociais até então não explorados pela imprensa. As seções *Cena Brasileira* e *Gente Brasileira* traçavam perfis de diferentes grupos e classes sociais por meio de crônicas e narrativas descritivas, feitas a partir de fatos do cotidiano ou de perfis de pessoas comuns, geralmente ignoradas nas páginas da imprensa tradicional.

A edição número 54, de novembro de 1973, por exemplo, traz um texto irônico, assinado por Teodomiro Braga, sobre as finalistas no concurso de Miss Belo Horizonte, feito a partir de entrevista com as candidatas publicada no

jornal *O Estado de Minas*. O texto “No picadeiro cor-de-rosa” transcreve trechos sobre uma das concorrentes, Laila Assef. “Estudante de Psicologia, ‘plenamente realizada’, Laila enxerga de uma forma peculiar: ‘cor-de-rosa’. ‘É claro que tenho de ver tudo muito cor-de-rosa. Tenho tudo o que quero, posso me considerar feliz e realizada, amo tudo que eu faço, estou conhecendo gente legal demais, estou rodeada de atenção e afeto ... poxa, que mais eu poderia desejar?’”. Assim como outras passagens, a fala de Laila constrói, por si só, um retrato da *high society* mineira, pouco preocupada com as contradições sociais e econômicas promovidas pelo regime militar. A mesma edição de *Opinião* traz uma Cena Brasileira que perfila a Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a TFP, a partir de uma manifestação de seus militantes durante uma missa na catedral da Sé, em que alertavam para os perigos do comunismo e do terrorismo no Brasil e no mundo.

Já *Gente Brasileira* contava a história de pessoas comuns e ordinárias, que nunca chamariam a atenção de um repórter de uma revista semanal informativa nos moldes tradicionais. Certa vez, Aguinaldo Silva acompanhou por um dia um motorista de ônibus em São Paulo, relatando a rotina de Sebastião M., nome fictício do motorista, que pediu para não ser identificado.

Opinião se tornava um ponto de encontro das oposições. “Quando historiadores e sociólogos estrangeiros vinham para o Brasil ver como estava a situação da

resistência à ditadura, eles visitavam a Igreja, comandada por Dom Paulo Evaristo Arns, o Cebrap, fundado pelos intelectuais afastados da USP pelo regime e visitavam nós, o jornal *Opinião*”, conta Tonico Ferreira. O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento foi fundado por professores e estudiosos da Universidade de São Paulo, em 1969. Fizeram parte da equipe inicial do Cebrap Fernando Henrique Cardoso, Boris Fausto, Francisco Weffort e Francisco de Oliveira.



Na edição nº 5, começa a censura prévia sobre *Opinião*. Na capa, o Tio Sam aparece para lembrar os leitores da dívida externa brasileira

Muitas das pautas nascidas em discussões e reuniões feitas na redação do jornal dariam origem a bandeiras depois levantadas pela oposição mais ampla à ditadura. Uma matéria feita por Bernardo Kucinski, sobre os abusos cometidos na comercialização de medicamentos no país, teve grande repercussão e chegou a provocar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados. Outra matéria, sobre a dívida externa, produzida por Marcos Gomes já na quinta edição do jornal, estampava a capa com uma ilustração do simbólico Tio Sam, ícone capitalista e imperialista norte-americano. “Delfim Netto e a dívida como estratégia” foi uma reportagem que mostrou como o modelo baseado em importações, com poucos incentivos a indústria de base brasileira e com forte dependência do capital estrangeiro - modelo este guiado pelo projeto econômico dos militares - estava em xeque. A matéria anunciava que o país importava mais que exportava, fato que não era observado desde 1962, e que as reservas brasileiras correspondiam a um valor muito inferior àquele que alcançava a dívida externa.

“Esculhambado”, Raimundo choca os padrões

A redação de *Opinião* obedecia a um estilo de comportamento característico da maioria dos jornalistas

de esquerda dos anos 1970. Roupas nada formais e uma postura nada cerimonial, mesmo durante as horas de trabalho, eram parte de uma postura irreverente que tinha também um viés político, dado o contexto de repressão em nome da ordem e dos costumes conservadores. Na sua equipe, Raimundo poderia ser considerado o grande expoente do pouco apreço pelas burocracias sociais e formalidades nas vestimentas. Já quando trabalhava na Editora Abril, ele aparecia de bermudas e sandálias para trabalhar, o que escandalizava figurões como o dono da empresa, Victor Civita. Colegas de *Opinião* que haviam trabalharam na editora com a primeira equipe de *Realidade* também cultivavam a postura irreverente, como lembra Carlos Azevedo.

“O Raimundo era muito anarquista. Não anarquista mesmo, mas nós, jornalistas da época, a gente era muito esculhambado. Eu gostava de ir com umas calças rancheiras na redação, de sandália, o Civita ficava apavorado. E o Raimundo, o Myltainho [Mylton Severiano], Hamiltinho [Hamilton Almeida Filho], também. Era uma das formas como a gente manifestava a rebeldia, a busca de outros caminhos com essa postura. Éramos irreverentes. Hoje eu penso ‘a gente era arrogante pra caramba’ Porque a gente fazia sucesso, a Realidade fez aquele sucesso com uma equipe que tinha 25 anos de idade na média, aí ninguém se aguenta, acha que é Deus.

Fernando Gasparian, apesar de fazer frente na oposição ao regime dirigindo o semanário alternativo, era, antes de tudo, um membro da burguesia nacionalista. Um empresário. A ausência de Raimundo no coquetel de lançamento do jornal foi uma demonstração inicial da tensão que caracterizou a relação dos dois enquanto o jornalista foi o editor da publicação. Se *Opinião* tinha uma proposta e um funcionamento drasticamente distintos daqueles das revistas da Abril, seu diretor se assemelhava à Civita quando tinha de lidar com o não apreço de Raimundo pelos formalismos. Gasparian frequentava a redação sempre de terno, e não eram poucas as vezes que encontrava o editor responsável de bermudas. O espaço recebia também visitas de intelectuais que colaboravam com o jornal, como Nelson Werneck Sodré, e Aloysio Biondi – que apesar de ser jornalista, não compartilhava dos códigos de roupas da maioria da redação. Marcos Gomes, editor de economia do jornal, era o “mais arrumadinho” deles, como ele próprio define.

Além de cobrir as canelas usando calças e roupas menos “esfiapadas”, Marcos Gomes exerceu uma função decisiva na relação entre a redação e Gasparian. Como ex-militante e dirigente político, tinha ciência da importância das alianças política e de classes que faziam com o dono do semanário. Na troca de ideias e nas análises econômicas da situação do país, ele e o patrão se entendiam muito bem. A posição anti-imperialista e contra o capital financeiro de

Gasparian sempre foi um traço muito firme e constante em sua atuação contra a ditadura. Foi ele que chamou a atenção de Marcos Gomes sobre a situação da dívida externa, que resultaria depois na matéria de sucesso da edição número 5 do jornal. “Ele foi uma das primeiras pessoas que me disse ‘olha aqui, olha essa turma ganhando com a dívida pública, com o juros não operacionais, isso é o fim da picada’. Essa era uma bandeira dele”, lembra Marcos Gomes.

As discussões com Raimundo, que era editor de *Opinião*, tinham aspecto mais amplo, englobando as perspectivas e os rumos que seriam tomados pelo jornal. Como o jornalista depois escreveria na edição número zero de *Movimento*, apesar de ser o proprietário jurídico do jornal, Gasparian não era dono das ideias publicadas, e não impunha matérias ou traços editoriais de forma autoritária à redação, que tinha reuniões de pauta bastantes abertas. Algumas vezes, entretanto, o diretor chegou a reclamar de algo publicado ou tentar interferir de alguma maneira nos editoriais da publicação. Raimundo sempre freara as tentativas do diretor com sucesso, apesar de gerar discussões. “Era uma relação conflituosa, sempre achei que o Raimundo tinha esticado muito a corda com o Gasparian. Mas é a história da esquerda brasileira, é a história da divisão, e não da união”, pondera Tonico Ferreira.

No texto de apresentação do jornal *Movimento*, Raimundo cita alguns dos desentendimentos que teve com Gasparian no tempo em que ficou à frente de *Opinião*,

de outubro de 1972 a março de 1975. Em alguns dos desentendimentos, a redação chegava a assumir o erro, como foi o caso da edição que trazia uma matéria sobre um show de Chico Buarque e Caetano Veloso, reproduzindo na íntegra os palavrões ditos pelos artistas durante a apresentação. Gasparian achara um absurdo correr o risco de sofrerem represálias por um motivo tão bobo. Em outras situações, era Gasparian quem recuava, como aconteceu quando ele pediu a Raimundo para ler as matérias antes de serem publicadas, ao que Raimundo respondeu “então você põe outro editor, porque este é meu papel”⁴.

Outros dois episódios, considerados mais marcantes pelos integrantes da redação, causaram desconforto na equipe e contribuíram para desestabilizar o equilíbrio com que, até então, a relação entre patrão e empregados havia se mantido. Os chamados “autênticos” do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, partido de oposição consentido pelo regime, se articulavam desde o início da década de 1970 carregando a bandeira da Assembleia Nacional Constituinte, além de defenderem o desenvolvimento de políticas econômicas e de relações exteriores independente dos interesses norte-americanos. O grupo dos autênticos era formado por deputados federais que faziam oposição política e institucional ao regime militar. Alguns deles, como Francisco Pinto e Alencar Furtado frequentavam a redação de *Opinião* e mantinham relações próximas com Fernando Gasparian.

Em novembro de 1974 foi eleito o deputado Marcos Tito, lançado em Belo Horizonte e apoiado por uma frente política de oposição encabeçada pelo movimento estudantil da capital mineira. Ele fora eleito sobre a promessa de ser, também, um autêntico. Em dezembro, *Opinião* publicou uma matéria com perfis dos deputados eleitos do MDB, em que Marcos Tito foi classificado com uma farsa, alguém que se declara algo que não era. Isso porque logo depois de eleito, o deputado deu declarações no sentido de descaracterizar sua condição, de que não era autêntico coisíssima nenhuma. As falas de Tito frustraram os estudantes que ajudaram a o eleger, e a matéria de autoria de Luiz Bernardes, correspondente em Minas Gerais, irritou Fernando Gasparian. Depois do episódio, a redação viria a saber que o diretor do jornal participara do apoio financeiro à campanha de Marcos Tito. Apesar dos jornalistas não saberem disso até então, o diretor considerou aquilo uma provocação pessoal a ele, e exigiu que Raimundo demitisse Luiz Bernardes, autor da matéria.

O apreço de Raimundo pela apuração e exatidão das informações, sempre usado como condição básica para os trabalhos como jornalista, foi decisivo na questão. Depois de fazer suas averiguações, Raimundo concluiu que a matéria tinha informações checadas, e representava a veracidade dos fatos. Sendo assim, não teria motivos para demitir Bernardes. E, de fato, desobedeceu o patrão. “Essa independência era uma característica muito grande do

Raimundo e da redação do jornal. O Raimundo não estava ali para cumprir ordem de diretor”, afirma Marcos Gomes.

Também irritou Gasparian uma matéria crítica que comparava, de forma despojada, a careca do então senador e banqueiro Magalhães Pinto a um joelho. Aquilo foi considerado uma infantilidade desnecessária pelo dono do jornal, que mantinha relações amigáveis com o senador. Pinto ajudara Gasparian recentemente, descontando duplicatas da Editora Inúbia, coisa que outros bancos não fariam. Afinal, não era apenas por meio da censura que o governo boicotava os jornais de oposição. Instituições estatais, como o Banco do Brasil, já haviam se recusado a aceitar as duplicatas da empresa. “O Gasparian achou que isso era outra molecagem, e depois o Raimundo achou que de fato tinha sido uma coisa desnecessária. Mas, objetivamente, o Magalhães Pinto era uma figura do regime”, lembra Marcos Gomes.

A polêmica da distensão

Episódios que aumentaram o desconforto e as faíscas no espaço de convivência de *Opinião* não teriam o mesmo impacto que a distensão proposta por Ernesto Beckmann Geisel, presidente da República desde março de 1974. O general assumira com um discurso de promessa de abertura política “lenta, gradual, e segura”. Gasparian comprou o

discurso, e acreditava que o general representava uma linha nacionalista dos militares, que de fato queriam a abertura do país com a retomada das liberdades democráticas. A redação de *Opinião* foi para outro lado: o da dúvida e cuidado em relação às promessas do presidente. Para os jornalistas, o motivo do racha com a direção do jornal é muito claro: a divergência em relação ao novo governo. “Nós não daríamos a entender no jornal que Geisel era o início da volta a democracia, que ele era democrático”, lembra Marco Gomes.

O momento político era delicado, em que a esquerda e a oposição, de forma mais ampla, não sabiam quais eram os próximos passos a serem tomados, justamente por não saber o que representava, de fato, a distensão anunciada pelo regime. Alguns parlamentares do MDB viram uma oportunidade, e acharam que tinham de integrar uma composição ao regime, para lutar pela democracia de dentro do sistema repressivo. Outros não viram qualquer sinal de verdadeira abertura democrática, e, assim, como a maioria da redação de *Opinião*, assistia com desconfiança o momento vivido. “Na hora que o país anunciou o processo de abertura todo mundo começou a se dividir”, lembra Tônico Ferreira. Bernardo Kucinski, que morou em Londres até 1974, não participava do dia a dia da redação, mas via o rompimento gradativo entre os jornalistas e Gasparian. Hoje, ele vê o rompimento como um episódio que mostra a falta de flexibilidade de Raimundo.

O Raimundo é um sujeito muito maleável, muito prático, muito pragmático. Ele é um sujeito que fazia acordos, a história dele mostra isso. Talvez ele tenha provocado ali a briga, porque nós estávamos num momento de radicalização, de certo preciosismo ideológico dos vários grupos, tentando achar o caminho da revolução. Eu tenho a impressão que de qualquer maneira, ainda que ele não tenha provocado a briga ali, de que ele não privilegiou um talento dele próprio, que é de temporizar, de fazer acordos. Tal contrário, radicalizou.

A radicalização mencionada por Kucinski se deu quando Gasparian chegou à redação e avisou a todos que o jornal publicaria, de graça, anúncios da Petrobras. Era uma tentativa de ganhar pontos com Geisel, que havia sido presidente da estatal durante o mandato presidencial de seu antecessor, Emílio Garrastazu Médici. A redação rebateu a notícia com protestos e disse que não aceitaria as propagandas nas páginas do jornal. Eles não acreditavam que aquele presidente produziria qualquer mudança significativa no regime.

Em agosto de 1973, quando Geisel ainda era candidato à presidência, Raimundo e equipe já tinham produzido uma investigação que expunha o militar como mais um adepto da “linha dura”. A matéria de capa da edição 39 de *Opinião* mostrou os votos de Geisel quando ministro do Superior Tribunal Militar. O repórter Dirceu Brisola pesquisou todos seus posicionamentos, publicando



Na edição 39, uma investigação sobre as contradições de Geisel.

o que o levantamento revelara: ele era um dos ministros que votava sistematicamente negando habeas corpus a qualquer preso. O texto “O rigor do general Ernesto Geisel no STM” trazia sugestões sobre a “personalidade política” do candidato à presidência. Outra matéria, de autoria de Marcos Gomes, mostrava a política de exploração do petróleo da Petrobras enquanto ele estivera à frente da empresa.

Aliança rompida

Com tantas diferenças ideológicas, era inevitável que Raimundo e Gasparian entrassem em rota de colisão. No dia 18 de fevereiro de 1975, o patrão demitiu o editor-chefe de *Opinião*. Na edição 122 do jornal, publicada na semana seguinte à demissão, ele a atribuiu a “problemas pessoais” entre ambos, e nada mais. Apegada a seu líder jornalístico, a redação julgou a atitude de Gasparian arbitrária e antidemocrática. Contrapropostas chegaram a ser feitas pela equipe, como a criação de uma comissão para editar o jornal. Sem acordo, grande parte dos jornalistas de *Opinião* pediram demissão em solidariedade ao editor.

Quatro meses depois, na edição número zero de *Movimento*, Raimundo deixou claro que se esforçou ao máximo que pôde para reverter a decisão do chefe. Todas as tentativas, entretanto, foram infrutíferas. Ele ainda ressaltou que enquanto Gasparian insistia nos motivos pessoais para a demissão, e que não haveria compatibilidade de gênios entre os dois, a redação via com clareza os entraves políticos que contribuíram para a decisão do diretor. Sobre o sentimento de traição que pairou entre os jornalistas quando foi demitido, Raimundo escreveu:

Ele não consultou a equipe, e assim – no entender de toda a redação – violou a prática democrática de decisões que

julgávamos fundamental para a manutenção do jornal. Era como se, num projeto que pertencia de fato a várias pessoas, uma das partes tomasse uma decisão fundamental unilateralmente. Essa parte assumia um poder político hegemônico em detrimento das outras. (...) Outro fator que inquietava a redação era o fato de a substituição do editor se dar num momento da conjuntura política nacional particularmente delicado, com realinhamento de várias correntes políticas, em que forças democráticas se viam ameaçadas e seduzidas. Naquele momento, julgava a redação, as práticas democráticas de decisão deveriam ser fortalecidas e não abandonadas.

O diretor do jornal foi pego de surpresa com a demissão coletiva, já que se viu, subitamente, sem editor-chefe, editores assistentes nem repórteres. Houve ainda a tentativa de deixar Marcos Gomes, com quem tinha uma relação menos conflituosa, como novo editor do jornal. Gasparian não entendia “esse negócio”, a fixação da equipe em torno de Raimundo. Mas o jornalista mineiro respondeu sem hesitar que a unidade política na redação era muito grande, e que não se disporia, de forma alguma, a ser editor de *Opinião*. “Disse que acompanharia o Raimundo tranquilamente, até porque eu tinha feito parte das decisões. Não era o Raimundo que decidia tudo sozinho, eram decisões coletivas”, lembra.

Agora sim, o jornal sem patrão

Apesar de polêmica, a demissão de Raimundo Pereira de *Opinião* não pegou o editor e a equipe do jornal exatamente de surpresa. Quando aceitaram trabalhar no veículo convivendo com a figura do capitalista proprietário, eles já imaginavam que, cedo ou tarde, jornalistas e dono entrariam em conflito. Assim, a consequência da decisão de Fernando Gasparian de demitir Raimundo – o pedido coletivo de dispensa de boa parte da equipe – não acontecera apenas em solidariedade ao editor, mas também para seguir com um plano que esses profissionais já gestavam antes do convite do empresário, em 1972: fazer um “jornal dos jornalistas”, sem patrão.

Esse pensamento ficou exposto no editorial do número zero de *Movimento*, o jornal que a equipe lançaria cinco meses depois da saída de *Opinião*. O folheto de 8 páginas foi distribuído nas ruas e em universidades para propagandear e atrair leitores para a publicação que nasceria. O texto é de Raimundo:

Decidimos fazer Opinião nas bases propostas por Gasparian, para formar uma equipe e adquirir experiência até onde fosse possível. Depois, se a experiência fosse interrompida – uma possibilidade que já se antevia pelo fato de a redação não ter nenhum mecanismo de controle sobre o jornal –, prosseguir com o projeto de ter uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem, de fato e de

direito, ou seja, também juridicamente, tivessem o poder de decisão para garantir a observação de suas ideias.

Mas, antes das discussões em torno do novo veículo, a primeira polêmica que se colocou no caminho dos ex-integrantes de *Opinião* foi: que posição tomar em relação ao jornal, que continuou sua vida sem eles, e a Gasparian, que motivara sua saída? Muitos dos jornalistas dissidentes ainda estavam furiosos com o que consideravam uma decisão política do dono de *Opinião*, e desejavam, além evitar qualquer apoio à publicação no futuro, ir buscar na Justiça indenizações devido aos baixos salários pagos pelo proprietário. Contra essa proposta, Raimundo, Tonico Ferreira e Marcos Gomes, entre outros, defendiam um afastamento amigável de Gasparian, buscando inclusive o apoio do empresário no novo jornal que viria.

Essa indefinição tornou claras as cisões que já sofria aquele grupo de jornalistas após dois anos e meio de discussões políticas em *Opinião*. Além da questão do tratamento a Gasparian, havia certa insatisfação com a postura sempre politizadora de Raimundo Pereira e Marcos Gomes, que comandavam as formulações teóricas do jornal. Desse núcleo insatisfeito faziam parte principalmente integrantes da equipe de cultura, liderados por Júlio César Montenegro, e o editor de arte, Elifas Andreato. Segundo eles, Raimundo vinha mostrando “desprezo pelas questões de cultura” e, junto com Gomes, transformando *Opinião*

num jornal de partido¹. Outra diferença entre os grupos era o poder dado aos editores. Enquanto Raimundo defendia um jornal centralizado, com a possibilidade do editor-chefe vetar matérias que não se adequassem à linha editorial, Montenegro queria que cada editor fechasse sua seção, e o superior leria o conteúdo apenas depois de publicado.

Para resolver os impasses e delinear o programa do veículo que nasceria, foi criada uma comissão composta por 16 integrantes, com representantes das duas alas e outros

MOVIMENTO

O PROGRAMA DE MOVIMENTO

- 1) apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana;
- 2) descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira;
- 3) acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros:
 - pelas liberdades democráticas;
 - pela melhoria da qualidade de vida da população;
 - contra a exploração do país por interesses estrangeiros;
 - pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo;
 - pela defesa dos nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.

Depois de muita discussão, sai o programa de *Movimento*. Quem o redigiu foi Marcos Gomes. Gomes diz que que o último item, relativo aos recursos naturais, foi incluído por Bernardo Kucinski.

neutros. Ao final das discussões, venceram as propostas do grupo de Raimundo: o editor-chefe, que seria ele próprio, teria poder de corte, e o jornal conviveria amigavelmente com Gasparian e *Opinião*. Definido o resultado, Montenegro e outros 5 insatisfeitos decidiram se retirar do projeto que se criava.

Esse conflito foi a síntese do que seriam os 6 anos de vida que teve *Movimento*: discussões coletivas e demoradas para decidir cada passo dado pelo jornal. E, no meio delas, brigas, acusações de autoritarismo e a saída de grupos discordantes da linha política adotada.

Passando o chapéu

A primeira decisão tomada pela equipe após a saída de *Opinião* foi que o novo jornal seria feito em São Paulo, e não no Rio de Janeiro. A maioria daqueles jornalistas tinha sua residência na capital paulista e se mudara para produzir no Rio o veículo de Gasparian. Agora, queriam voltar para perto de casa, e também para onde as discussões políticas e a resistência ao regime ganhavam maior força.

Mas as reuniões de planejamento começaram ainda na casa de Raimundo no Rio. Lá, ele chamou amigos que residiam na cidade para explicar o projeto de jornal que tinha em mente e solicitar algum apoio. Entre eles estavam os velhos conhecidos da faculdade de engenharia no

Instituto Tecnológico da Aeronáutica, quando Raimundo era anarquista e chamado de Dana Key: Gílcio Martins, Ezequiel Dias, Raymundo de Oliveira e Frederico Magalhães Gomes – irmão de Marcos Gomes – atenderam ao chamado do amigo e foram os primeiros financiadores de *Movimento*. Eles bancaram por três meses, a partir de fevereiro de 1975, as atividades de Raimundo, Tônico e Marcos Gomes para articular a equipe que faria o novo jornal. A partir daí, os três movimentaram grande parte da esquerda brasileira para colaborar com a criação do veículo que representaria a *frente ampla de oposição* ao regime militar.

O primeiro passo para viabilizar *Movimento* seria criar a empresa que o administraria. Um esforço custoso, que nem mesmo os amigos do ITA podiam financiar naquele momento. Quem veio com a solução foi Chico de Oliveira, sociólogo que colaborou com *Opinião* e integrava a equipe que planejava o novo jornal. Ele apresentou a Raimundo e aos outros Sérgio Motta, um ex-militante da Ação Popular que presidia a Hidrobrasileira, S.A., empresa de consultoria a projetos de engenharia que emprestaria profissionais e sua estrutura contábil ao jornal. Durante a década de 1970, Motta abrigou na companhia diversos militantes clandestinos perseguidos pela ditadura. Mais de vinte anos depois, seria ministro das Comunicações no governo de Fernando Henrique Cardoso, outro colaborador de *Opinião* que também apoiava *Movimento*. Para administrar as finanças de rotina do jornal, ele indicou o engenheiro

Francisco Marsiglia.

Com a ajuda da Hidrobrasileira, Raimundo e os outros criaram Edição S.A., sociedade anônima que arrecadaria, formalmente, recursos dos interessados em viabilizar a existência de *Movimento*. Mas, na prática, quem correria atrás do dinheiro seriam os próprios jornalistas. Em especial Raimundo, Marcos Gomes e Luiz Bernardes, que se dividiram para procurar apoio entre antigos e novos amigos, jornalistas e até mesmo deputados do Movimento Democrático Brasileiro. Enquanto isso, Tonico Ferreira se fixou novamente em São Paulo para viabilizar a estrutura física do jornal. Com ele moraria Flávio Carvalho, ex-editor de internacional de *Opinião* e que ocuparia o mesmo cargo em *Movimento*, e as esposas de ambos: a de Tonico era Maria Stella Magalhães Gomes, conhecida como Teia, que se formara junto com ele em arquitetura na USP e também colaboraria com o novo jornal; já Flávio era casado com Cecília Magalhães, irmã de Marcos e Frederico Gomes, que seria a chefe do departamento de pesquisa. Localizada bem próxima de onde ficaria a redação de *Movimento*, no bairro de Pinheiros, a casa dos quatro seria o grande ponto de encontro, descontração e também de discussão dos integrantes do jornal.

A campanha de financiamento correu e a resposta foi mais positiva do que se esperava. Muitos jornalistas das grandes redações, que não queriam ou podiam largar seus empregos na mídia que pagava bem, não relutaram

em ajudar financeiramente o novo projeto. Menos trabalho ainda tiveram com os intelectuais e militantes de esquerda e com os políticos de oposição, que mal esperavam para ter nas bancas um novo veículo que sustentasse e trouxesse mais argumentos à luta contra o regime. Foram cerca de 200 cotas de ações vendidas nos meses que antecederam o lançamento do jornal.

Assim, funcionou a ideia de financiar coletivamente um semanário de oposição ao governo. No dia 7 de julho de 1975, *Movimento* foi às bancas em formato tabloide, com 28 páginas e custando 5 cruzeiros. O destaque da primeira capa foi uma reportagem de Aguinaldo Silva, repórter policial de prestígio na época, e que depois faria sucesso como autor de novelas na Rede Globo, sobre a desordem no transporte sobre trilhos no subúrbio do Rio de Janeiro.

Bens adquiridos:	
Móveis e utensílios	69.000,00
Linhas telefônicas	72.000,00
TOTAL	141.000,00
Despesas efetuadas ou a efetuar antes da entrada do jornal em operação:	
Aluguéis	16.400,00
Impressos	8.750,00
Despesas telefônicas	11.500,00
Compra de publicações	10.000,00
Material de escritório	4.000,00
Viagens	17.000,00
Reformas	10.000,00
Salários e encargos sociais	188.330,00
Campanha de lançamento	100.000,00
Outros	10.000,00
TOTAL	375.980,00
Capital de giro e para imprevistos	483.020,00
TOTAL GERAL	1.000.000,00

No folheto de lançamento do jornal, a preocupação com a transparência nos gastos do dinheiro investido pelos acionistas.

Movimento sacode oposição

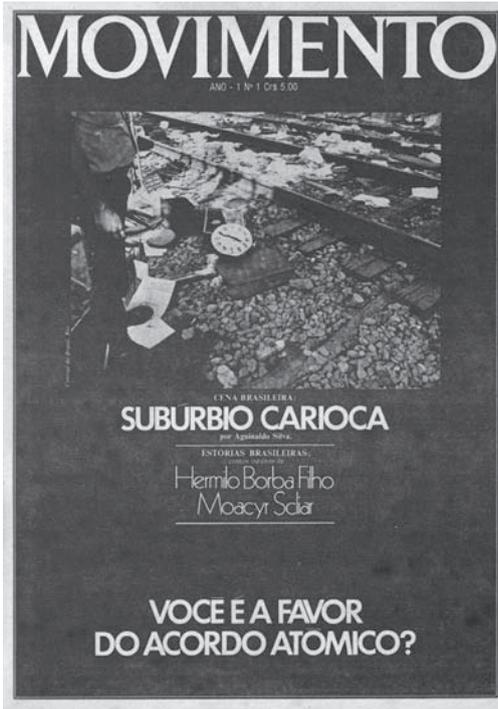
A expectativa pelo lançamento de um novo jornal de oposição atingiu todas as camadas da esquerda brasileira da época. Essa representatividade pode ser observada ao se analisar os nomes que compuseram o Conselho Editorial de *Movimento*, um órgão de notáveis intelectuais identificados pelo jornal como “personalidades democráticas”, que iriam “discutir e analisar a linha editorial e verificar a sua aplicação prática pelos editores”. Faziam parte desse conselho o deputado do MDB Alencar Furtado, o intelectual André Forster, o então presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, Audálio Dantas, o cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda, o acadêmico Edgar da Mata Machado, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o escritor Hermilo Borba Filho e o indigenista Orlando Villas-Boas.

Outro órgão, o Conselho de Redação, foi institucionalizado para representar todos os proprietários do jornal – que remetiam ao grupo 51% das ações compradas – e para tomar as decisões rotineiras do veículo. A composição inicial desse conselho, que se reuniria semanalmente, seriam os 11 remanescentes da comissão de 16 que tomou as primeiras decisões na formação do novo jornal, mais o deputado do MDB Francisco (Chico) Pinto. Os jornalistas integrantes eram Aguinaldo Silva, Antônio Carlos (Tonico) Ferreira, Bernardo Kucinski,

Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Francisco (Chico) de Oliveira, Jean Claude Bernadet, Marcos Gomes, Maurício Azedo, Raimundo Pereira e Teodomiro Braga. Todos egressos de *Opinião*.

A equipe que fizera sucesso no jornal de Fernando Gasparian ganhou vários reforços para a nova empreitada. Constam 87 nomes no expediente do primeiro número de *Movimento*, entre jornalistas fixos, colaboradores ocasionais e funcionários administrativos e do departamento de pesquisa. Dos que vieram de fora, se destacariam como editores e articuladores do jornal Sérgio Buarque de Gusmão, editor de nacional, a quem Raimundo conhecera no Pará em meio às reportagens para *Realidade Amazônia*, e Flávio Aguiar, de cultura, então professor de literatura na Universidade de São Paulo. Entre os repórteres, além de Teodomiro Braga, que já integrava a equipe de *Opinião*, se sobressaiu rapidamente Murilo Carvalho, egresso da área publicitária, que escreveu a maior parte dos textos da seção Cena Brasileira. A equipe tinha ainda jornalistas já renomados na época, como Percival de Souza, Dirceu Brisola, Ricardo Kotscho e Carlos Alberto Sardemberg. E, no time responsável pela arte arte, chefiados por Elifas Andreato, trabalhariam os irmãos Chico e Paulo Caruso, Jayme Leão, Cássio Loredano, Laerte e outros, além do fotógrafo Juca Martins.

Todos trabalhariam em um sobrado no nº 675 da rua Virgílio de Carvalho Pinto, no bairro de Pinheiros, em



Menos elaborada do que seria a maior parte das próximas, a primeira capa de *Movimento* destaca a realidade carioca e o acordo nuclear Brasil-Alemanha.

São Paulo. Essa foi a sede central de *Movimento* durante os 6 anos de vida do jornal.

Mas não a única. *Movimento* teria também apoiadores e movimentadíssimas sucursais em todas regiões do Brasil. A de maior protagonismo foi a de Minas Gerais, onde trabalhou Luiz Bernardes e que, chefiada por Alberto (Betinho) Duarte, teria grande participação nos debates – e nos rachas – internos do jornal. No Rio de Janeiro ficou Marcos Gomes, que dirigiria a equipe com Aguinaldo Silva,

Maurício Azedo e Genilson Cezar, enquanto a sucursal de Brasília seria formada a partir do deputado Chico Pinto e do repórter Teodomiro Braga. Havia ainda sedes em Campinas, onde trabalhava Álvaro Caropreso, em Salvador, com Tibério Canuto e Emiliano José, e correspondentes em Recife, Belém, Porto Alegre, Curitiba e Londrina. Isso sem contar a equipe de vendas, de que participaram figuras ilustres da militância política e social, como o seringueiro Chico Mendes, no Acre. E muitos que, recém saídos ou na iminência da prisão, precisavam de qualquer trabalho remunerado. Foi o caso do dirigente do Partido Comunista do Brasil, Antônio Neto Barbosa, o Barbosinha, e da feminista Amelinha Telles, que se integraram à equipe de *Movimento*.

Murilo Carvalho, que percorreria boa parte do país em suas matérias para a Cena Brasileira, pôde reparar na influência que *Movimento* exerceu, a partir de São Paulo, em aglutinações políticas de diversos cantos do Brasil:

Eu via que o jornal estava se constituindo como um instrumento muito bom no interior do país. (...) E talvez as pessoas de São Paulo não percebessem a importância disso que nós estávamos fazendo, nas pequenas comunidades do interior do país, nas cidades pequenas, grupos de discussão, pessoas que iriam ter alguma influência no futuro. (...) O jornal teve um papel fundamental para levar informações para jovens que não tinham acesso a nada (...) Ajudou a criar lideranças, não tenho dúvidas disso.

Centralizador?

Essa teia de relações emanava a partir do Conselho de Redação, com 12 pessoas. E, dentro dele, de Raimundo Pereira, que foi eleito pelo pequeno órgão o editor-chefe de *Movimento*. Sua autoridade foi questionada desde as primeiras conversas que projetaram o jornal, como no



Parte da equipe de *Movimento*, da esquerda para a direita: Márcio Bueno, Izalco Sardenberg (atrás), Sérgio Buarque de Gusmão, Bittencourt (de barba longa), Flavio Carvalho (atrás de Bittencourt), Silvia Campolim (à frente dos dois anteriores), Luiz Bernardes, Cecília Magalhães (atrás de Bernardes), Chico Caruso, Paulo Barbosa, Raimundo Pereira, Eduardo Macedo, Tonico Ferreira (à frente), Maria das Graças Rodrigues, Flavio Aguiar, Maria Rita Khel e Teresa Ferreira. Autor da fotografia desconhecido.

caso com Júlio César Montenegro. Mas, em geral, era reconhecida a aptidão quase natural que Raimundo tinha para comandar aquele empreendimento. Tônico Ferreira, que ficou como secretário gráfico de *Movimento* e diretor responsável pela editora Edição S.A., se lembra que “todos sabiam que o Raimundo estava muito acima de todos na capacidade de fazer aquele jornal”. Bernardo Kucinski, editor especial do jornal até 1977, quando sairia em um racha político, destaca o “enorme talento pra fazer política de redação” de Raimundo.

Mas, conforme avançaram as divergências em torno da linha editorial do jornal, cresceriam as acusações de autoritarismo sobre Raimundo e seu “núcleo duro” de jornalistas mais próximos. Traduzindo em termos políticos, o editor seria taxado de stalinista muitas vezes no futuro.

O primeiro grande impasse em *Movimento* ocorreu antes que fosse completado o primeiro ano de vida do jornal. Como relata Carlos Azevedo no livro que conta a história do veículo, “em 29 de maio de 1976, o redator Murilo Albernaz enviou uma carta ao Conselho de Redação criticando duramente seus colegas e chefes da sucursal de Belo Horizonte”. Ele acusava Betinho Duarte, o chefe da sede mineira, e outros de criarem um movimento político usando a estrutura de *Movimento*, mas que atuava às margens das decisões da direção do jornal.

Dias depois, Albernaz ligou para a redação central e disse que Betinho lhe ameaçara com a expulsão da equipe,

como punição pelo protesto feito diretamente a São Paulo. No jornal dos jornalistas, era de se esperar que uma demissão unilateral como essa não fosse permitida pelo corpo coletivo. Exatamente por isso, surpreendeu a todos a decisão de Raimundo de apoiar a expulsão de Albernaz, gerando revolta na redação. Decepcionado, o editor Sérgio Buarque Gusmão chegou a pedir demissão de *Movimento* após a decisão, que motivou longas reuniões do Conselho de Redação. Finalmente, dois meses depois, Raimundo explicou sua posição de apoiar Betinho Duarte na demissão de Albernaz, em um texto afixado nas paredes da redação chamado “Aprendendo com a crise”. O editor-chefe alegou que “é mais correto fazer as críticas primeiramente aos próprios companheiros com quem se trabalha e, só depois de esgotada esta fase da discussão, tentar levá-la a uma instância superior”. As explicações foram aceitas por Gusmão e boa parte dos descontentes, acalmando os ânimos. Albernaz foi afastado do jornal nesse momento, mas voltou depois que a sucursal mineira se desfez com o racha de 1977.

Do início ao fim, *Movimento* seria foco de conflitos jornalísticos e políticos. E, pelo seu caráter coletivista, as contendas afetariam sempre um grande número de pessoas, motivando reuniões e assembleias. A proposta inovadora do jornal, assim como o fato de abrigar diversas tendências ideológicas, pede que a dinâmica das relações ali dentro seja compreendida em dois contextos políticos:

o primeiro, e mais óbvio, é o da oposição esquerdista ao regime militar, fator que unia as centenas de pessoas que faziam o jornal, do editor-chefe aos vendedores. E o segundo é justamente o das divisões políticas que marcaram a oposição ao governo durante a ditadura. Se a esquerda brasileira muito discutiu entre si para aprovar ou não a luta armada contra o regime, por exemplo, a mesma proporção de debates e discordâncias podia ser encontrada dentro do jornal. Situação igual ocorreria em relação à Anistia e à convocação da Constituinte, entre outros temas. À luz da evolução democrática ocorrida após 1984, *Movimento* pode ser enxergado como um partido político no momento em que existiu, mas que se expressava no jornal, e não no Congresso.

Mostrando a realidade

O caráter político de *Movimento* não impedia que o rigor jornalístico fosse usado no semanário tanto quanto era nos veículos da grande imprensa. Ou até mais. Dessa forma, o jornal se diferenciou de *Opinião* desde o primeiro número. Enquanto a publicação de Fernando Gasparian privilegiava os artigos de intelectuais, *Movimento*, embora não os abandonasse, deu maior espaço às reportagens, o que pode ser interpretado como consequência da maior ascendência de Raimundo Pereira sobre sua equipe, sem

a presença do padrão. Nas seções fixas *Cena brasileira* e *Gente brasileira*, eram mostradas as condições de vida da população nos pontos mais carentes do país. E, mesmo em nos espaços internacional, de cultura e de economia, era utilizada uma linguagem mais compreensível e voltada à conscientização do leitor, conversando diretamente com ele. Na primeira edição do jornal, já se destaca em letras garrafais a pergunta: “Você é a favor do acordo atômico?”, remetendo a uma parceria feita pelo Brasil com a Alemanha Ocidental para desenvolver sua indústria nuclear. Nas páginas internas do mesmo número, outros títulos eram “E na Esso, você pode confiar?” e “A quem adianta o progresso da ciência?”. *Movimento* desejava conversar com seu leitor e criar novos opositores ao regime, não apenas alimentar os que já existiam.

Memoráveis reportagens foram produzidas em *Movimento* revelando as dificuldades por que o povo passava naquela época. Jovens repórteres da equipe, como Murilo Carvalho e Teodomiro Braga, mostravam notável disposição em elaborar grandes e explicativas matérias sobre problemas sociais brasileiros. Destacou-se, no nº 19, de 10 de novembro de 1975, um especial de 4 páginas escrito por Teodomiro sobre a fome no Brasil. O ponto de partida da reportagem foi o anúncio, pelo governo, do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (Planan), que pretendia investir mais de 30 bilhões de cruzeiros na compra, produção e distribuição de alimentos para camadas pobres

da população. A reportagem é praticamente um guia da nutrição e desnutrição no Brasil, mostrando, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as carências sociais e alimentares da população. Contrapõe o problema da desnutrição dos mais pobres ao da nutrição exagerada dos mais ricos, que, além de desigualdade, já vinha gerando problemas de saúde nas pessoas com maior poder de consumo. O texto não deixa escapar as multinacionais do setor, como a citada Nestlé, para criticar a baixa qualidade de muito alimentos comercializados no país. E questiona o alcance do programa governamental por não tocar em pontos que poderiam alterar fundamentalmente a produção alimentícia no país, como a reforma agrária.



O BRASIL PODERIA SUPER-ALIMENTAR TODOS OS SEUS HABITANTES	
<p>9 que o Brasil produz atualmente (1)</p> <p>2,4 bilhões de quilos de carne bovina, 800 milhões de quilos de carne de porco, 23,7 milhões de quilos de carne de frango, 37 milhões de quilos de carne de aves, 500 milhões de quilos de carne de frango e 500 milhões de quilos de peixe (3)</p> <p>6,3 bilhões de litros de leite</p> <p>7,2 bilhões de quilos de feijão e soja</p> <p>7,2 bilhões de quilos de arroz</p> <p>2,1 bilhões de quilos de batata inglesa e doce; 14,1 bilhões de quilos de milho (4)</p> <p>1,7 bilhão de quilos de café</p> <p>37,9 bilhões de bananas (5); 24,8 bilhões de laranjas, 1,9 bilhão de mangas, 1,4 bilhão de pêssegos, 2,5 bilhões de laranjas, 4 bilhões de uvas, 1,6 bilhão de tomates, 500 milhões de abacates, 347 milhões de cocos, etc.</p> <p>6,8 bilhões de quilos de açúcar</p> <p>26,8 bilhões de quilos de mandioca</p> <p>1,8 bilhão de quilos de sal</p> <p>1 bilhão de quilos de tomate, 34,1 milhões de quilos de cebola (6)</p>	<p>Quantidade de alimentos necessária para que cada um dos 100 milhões de brasileiros tenha carne a nível essencial estabelecido pelo decreto nº 398, de 1968, em vigor (2)</p> <p>7,2 bilhões de quilos de carne (de todos os tipos) e 900 milhões de quilos de batata</p> <p>9 bilhões de litros de leite e 900 milhões de quilos de manteiga</p> <p>5,4 bilhões de quilos de feijão</p> <p>3,6 bilhões de quilos de arroz</p> <p>7,2 bilhões de quilos de batata</p> <p>600 milhões de quilos de café</p> <p>100 bilhões de frutas</p> <p>3,6 bilhões de quilos de açúcar</p> <p>1,8 bilhão de quilos de farinha</p> <p>600 milhões de quilos de sal</p> <p>10,8 bilhões de quilos de legume</p>

(1) Dados de 1973. Fontes: IBGE; International Sugar Corporation; Departamento Nacional de Produção Mineral; Ministério das Minas e Energia; Departamento Nacional do Sítio.
 (2) O decreto-lei 398 estabelece uma ração essencial ao trabalhador de, por exemplo, 4,9kg de feijão e 2kg de arroz.
 (3) A produção brasileira de carne poderia ser maior, considerando-se só o rebanho bovino, de cerca de 130 milhões de cabeças. De qualquer forma, a carne pode ser substituída pela soja (o produto vegetal que mais contém proteína), cuja produção este ano excederá em muito as necessidades de consumo da população (mais de 8,5 bilhões de quilos, segundo as estimativas do governo).
 (4) Batata e milho estão no mesmo quadro, porque a batata é mencionada no decreto nº 398. Mas sua produção é inferior ao consumo. O milho vende-se aqui em 3 batatas em termos nutritivos, segundo o nutricionista Maria Inês Porto.
 (5) Considerando-se, por baixo, a média de 120 bananas por cacho.
 (6) Já existem dados sobre a produção de alguns legumes.

Na edição 19 de *Movimento*, Teodomiro Braga mostra como o Brasil poderia acabar com o problema da fome. A ilustração na capa é de Jayme Leão.

No fim, Teodomiro mostra, em um quadro explicativo, como o Brasil poderia, apenas usando seus próprios recursos naturais, alimentar todos os 100 milhões de habitantes que tinha naquele momento. A reportagem é um bom exemplo de como *Movimento* não se dedicava apenas a combater o autoritarismo militar, mas principalmente a reivindicar melhores condições de vida para a população, independentemente da condição política estabelecida.

Era difícil, porém, seduzir o leitor menos culto com textos enormes em letras bastante pequenas. Embora a diagramação de *Movimento* fosse competente em deixar clara a separação de assuntos no jornal, e houvesse o advento das fotografias, que eram raras em *Opinião*, a visualização dos artigos e reportagens já era cansativa por si só. E, por mais que se tentasse usar uma linguagem acessível à toda população, a complexidade dos assuntos políticos, científicos e econômicos abordados tornavam a missão do jornal difícil.

Talvez por isso as vendas não tenham ocorrido, desde os primeiros números, como a equipe planejava. Na edição inaugural, foram tirados 50 mil exemplares, com a expectativa de vender pelo menos 30 mil. Mas apenas 21 mil acabaram nas mãos dos leitores. No mês de agosto, as vendas variaram entre 14,6 mil e 15,5 mil, e, em setembro, o patamar mínimo caiu para 13,1 mil⁶. A essa altura, as edições de *Movimento* já tinham perdido 4 páginas, a tiragem caído de 50 mil para 35 mil exemplares,

jornalistas haviam sido demitidos, e os remanescentes tido seus salários reduzidos.

A censura de volta

Não há como explicar a dificuldade de vendas de *Movimento* sem considerar a censura. Diferentemente de *Opinião*, o jornal foi censurado pelos militares desde o seu lançamento. Muitas edições saíram com um bloco preto, dentro do qual escrevia-se apenas “Leia Movimento”, para tapar o buraco deixado pelos censores. Já na segunda edição, foram censuradas totalmente 14 matérias e parcialmente outras 12. Sem contar as ilustrações vetadas. Até mesmo a capa teve que ser substituída às pressas, e não pela única vez. Quando isso acontecia, a primeira página do jornal saía apenas com um índice das principais – e autorizadas – matérias da edição, acompanhada algumas vezes de uma ilustração genérica.

Mas a reação governamental era algo que a redação já esperava. O que os surpreendeu, no entanto, foi a apreensão total do nº 15, que traria uma análise completa sobre os contratos de risco da Petrobrás com multinacionais para a exploração do petróleo no Brasil, o que romperia o monopólio estatal sobre a atividade petrolífera no país. Pior: a partir daí, *Movimento* seria proibido pelo regime de sequer tocar no assunto do petróleo, e também não poderia

se manifestar publicamente sobre essa restrição. A resposta de Tônico Ferreira, que era quem levava os jornais para a avaliação da Polícia Federal, ao receber a ordem, denota o absurdo da situação: “Mas isso é impossível! Quando eu for avisar à redação sobre a apreensão do jornal estarei violando a ordem”. Dessa forma, muitas vezes o jornal se viu alijado da possibilidade de conscientizar o leitor sobre questões fundamentais que incomodavam o governo.

Outra proibição semelhante ocorreu com a morte Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975. A *Movimento* não foi permitido sequer citar o nome do jornalista que supostamente se suicidara. Ao contrário, por exemplo, de *O Estado de S.Paulo*, que, desde que não ofendesse nem acusasse diretamente os militares, poderia cobrir toda a reação que houve ao episódio. Restou aos jornalistas de *Movimento* juntarem-se ao clamor popular para não deixar o caso passar totalmente em branco. E Raimundo Pereira teve papel ativo nesse processo, segundo lembra Tônico Ferreira:

A ordem do Partido Comunista, que dominava os sindicatos, era de ficar quieto, que tudo era provocação (...) E o pessoal do Partido Comunista tinha sido preso junto com ele [Herzog]. E quando teria o enterro, eles deixaram os caras [do PC] saírem para passar o recado, não fazer nada. Mas o pessoal estava indignado. (...) O Raimundo ajudou muito a virar o jogo, junto com o Dom Paulo Evaristo Arns. Ele foi fazer a missa, fazer o Audálio Dantas⁷

engolir goela abaixo que ele tinha que lutar por isso. O papel ali foi mais do Raimundo como pessoa do que do jornal Movimento.

Na ocasião, 8 mil pessoas foram à Catedral da Praça da Sé, no centro de São Paulo, primeiro em silêncio, e depois protestando pela volta da democracia. Foi a primeira grande manifestação civil contra o governo desde o AI-5, que endurecera o regime.

Além de já nascer sob censura, *Movimento* foi o último grande veículo jornalístico a se livrar desse obstáculo. Isso só ocorreu após quase três anos de jornal, quando a edição nº 154, de 12 de junho de 1978, saiu com a faixa vermelha “sem censura!” abaixo do logotipo. Como relata Carlos Azevedo, “houve fogos de artifício e até champanhe, na sede do jornal e em algumas das sucursais”.

E, mostrando que esperava ansiosamente por esse momento, a equipe coloca, já na edição 154, um especial de 8 páginas sobre os 3 anos de repressão sobre o jornal. Na primeira delas, está o retrato de Vladimir Herzog feito por Elifas Andreato que seria capa da edição nº 18, após a morte do jornalista, acompanhado de um carimbo da censura com a inscrição “vetado”. Abaixo do desenho, um bilhete escrito à mão para a viúva de Vladimir, Clarice Herzog, na época do ocorrido, explica porque aquela ilustração não saiu no jornal: “Clarice, fizemos a matéria sobre a morte do Wlado mas a censura cortou. A redação achou que não deveria ficar com os originais. O desenho é do Elifas Andreato.

ESPECIAL: A HISTÓRIA DA CENSURA PRÉVIA EM MOVIMENTO

TRÊS ANOS DE RESISTÊNCIA

A suspensão da censura prévia: uma vitória. E um longo caminho pela frente até a liberdade

MOVIMENTO

(A publicação em circulação)



A MORTE DE VLADIMIR HERZOG

Cherubim

Plano e sonho, não a busca de liberdade, mas a criação de um mundo novo, de um mundo novo em um mundo velho. O sonho de um mundo novo em um mundo velho. O sonho de um mundo novo em um mundo velho.

Rebelde

Foto de Vladimir Herzog e Chelubim, autor de Vladimir Herzog

... distribuição gratuitamente entre todos os pontos de venda de jornais e revistas. A edição e a impressão são gratuitas. Não há cobrança de circulação. A publicação é feita em um sistema de produção em massa, com o objetivo de atingir o maior número de leitores. A publicação é feita em um sistema de produção em massa, com o objetivo de atingir o maior número de leitores. A publicação é feita em um sistema de produção em massa, com o objetivo de atingir o maior número de leitores.

O retrato de Vladimir Herzog, impedido de circular na ocasião de sua morte, é publicado quando a censura deixa Movimento.

Era a capa da edição”.

O texto, que não é assinado, discorre sobre casos curiosos e absurdos das proibições impostas ao jornal. Conta que, em abril de 1976, uma Cena brasileira, de Murilo Carvalho, teve todas as palavras “não” censuradas. Em outra matéria, do nº 42, todos os nomes de pessoas – nenhuma do governo – foram cortados. As ilustrações também não escaparam de ações inusitadas: um passe de trem, um latão de leite e até a bandeira do Brasil, em um contexto específico, foram vetados. Movimento chega a ironizar a falta de coerência

dos censores em suas ações no jornal:

Evidentemente, os critérios da censura obedecem a alguma lógica, mas os motivos que levaram a censura a proibir a publicação de centenas dos 3093 artigos vetados desafiam qualquer inteligência. Por exemplo, a censura vetou diversas declarações do presidente Geisel e, há duas semanas, uma coletânea de artigos do chefe do SNI, general João Baptista de Figueiredo. Estaria a censura a favor da candidatura do general Euler Bentes?⁸ (...) A censura está subordinada ao ministério da Justiça mas nem por isso as declarações do ministro Armando Falcão escaparam do veto.

Ainda que comemorando o fim da censura prévia, Movimento se mostrou cético, nessa ocasião, quanto aos efeitos positivos que a liberação traria ao jornalismo nacional. Afinal, ainda estavam em vigor o AI-5, a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, todas dotadas de dispositivos autoritários para punir quem ameaçasse as pretensões do governo. E continuou:

Para que as correntes democráticas de opinião possam se manifestar livremente, é necessário que exista no país um governo democrático. Na vigência do atual regime militar, bandos de fascistas clandestinos têm cometido atentados contra jornais e jornalistas e realizado perseguições contra pessoas da imprensa, além de artistas, religiosos e intelectuais. E Movimento, especialmente, tem sido vítima desses bandos: recentemente, enviamos dois pedidos de esclarecimento

públicos ao Ministro da Justiça, cobrando providências no sentido de punir violências cometidas contra nós. A falta de censura prévia também não impediu que o jornal carioca O Repórter fosse apreendido recentemente por ordem do ministro da Justiça, mas sem justificativas. A imprensa brasileira tem, portanto, um longo caminho a percorrer até a liberdade.

Os atos violentos citados substituiriam a censura prévia nos danos causados ao jornal. Nos últimos anos de vida de *Movimento*, diversas bancas de jornais foram explodidas em atos terroristas para intimidar os jornalheiros que vendessem publicações “subversivas”. Diante disso, muitos dos donos dos estabelecimentos se recusaram a continuar vendendo *Movimento* por medo de que fossem os próximos alvos. O veículo, que após o fim da censura teve sua maior alta de vendas desde os primeiros números, seria duramente afetado por esse fator, um dos que ajudaram a decretar o fim do jornal em novembro de 1981.

Trabalhando em casa, descansando no trabalho

Sempre no centro das discussões em *Movimento*, Raimundo tinha que conciliar as longas reuniões, que varavam madrugadas, e a intensa rotina do jornal com a vida de homem casado e pai de 4 filhas. Isso tudo com um baixíssimo salário em comparação ao que ganhava nos

tempos de *Veja*, e até mesmo de *Opinião*. A manutenção do lar e dos filhos era garantida pela esposa Sizue, na época concursada em um órgão do Governo do Estado de São Paulo. Situação semelhante viviam Tonico Ferreira e sua esposa Maria Stella, a Téia, que trabalhava com Sizue e, assim como ela, levava a maior parte do sustento às duas filhas que tinha com o secretário de redação de *Movimento*. Já nos últimos anos do jornal, entre 1980 e 1981, Téia passou a trabalhar no jornal, organizando o arquivo.

Com a intrincada relação entre vida pessoal e profissional, Raimundo encontrava formas inusitadas de conciliar as coisas. Em certo momento, Ana e Lia, as filhas mais velhas, passaram a ir para o trabalho com o pai, e lá ajudavam também na organização do arquivo, recortando matérias e separando-as por assunto. Isso não era um problema para as meninas, que, ainda sem entender direito a quem o trabalho do pai incomodava, achavam excitante a tensão que envolvia a rotina do jornal. Mas quando a repressão sobre *Movimento* endurecia, Raimundo precisava encontrar formas delicadas de explicar às filhas o perigo em que estava envolvido. Ana ainda se recorda de situações em que o pai teve que passar dias fora de casa porque “a situação política está difícil”. E também de quando, com os atentados às bancas de jornais que vendiam a publicação, Raimundo teve que mantê-la longe da redação, por medo de que alguma bomba explodisse também na sede do jornal. Somente anos mais tarde, já adolescentes, ela, Lia,

Rute e Raquel entenderam a real dimensão política em que *Movimento* estava envolvido.

O pai jornalista fez questão de gerar nas filhas, desde cedo, o hábito da leitura. Todos os domingos, Raimundo levava as meninas para tomar o café da manhã de domingo fora de casa. Depois de comer, ele as levava até uma banca de jornal, onde comprava seus jornais e uma revista para cada criança. Chegando em casa, o pai as ensinava seu método mais eficiente de se informar sem ser enganado: identificar o que é fato e o que é interpretação nas notícias publicadas. O aprendizado das filhas, além da observação do trabalho de Raimundo, resultou em brincadeiras que certamente o deixaram orgulhoso: as quatro meninas faziam, a mão, seu próprio jornal. “O Olhudo” tinha reportagens que imitavam as de *Movimento* e outros veículos, e era entregue ao pai das autoras, que acumulava mais um cargo de editor-chefe. No futuro, apenas Lia, a segunda filha mais velha, se tornaria jornalista como Raimundo. Mas, mesmo em outras profissões, Ana, Rute e Raquel colaborariam eventualmente com o pai em alguns trabalhos na área.

Também se confundia dentro e fora das redação a relação de amizade de Raimundo com os colegas de jornal. Em especial com Tonico Ferreira, Bernardo Kucinski, Flávio Carvalho e Marcos Gomes, cujas esposas eram todas amigas entre si e de Sizue, todas muito próximas. Com esses quatro e mais alguns, o editor-chefe de *Movimento* ainda mantinha o que já eram tradições no seu relacionamento com os

amigos: o futebol no final de semana – mas só depois do café da manhã com as meninas – e as confraternizações em sua casa, onde, mesmo em clima de descontração, o principal assunto eram sempre as questões do jornal.

Com a vida tão agitada, mesmo descansar se tornou uma atividade custosa para Raimundo. Restava aproveitar os curtos períodos disponíveis que sobravam no lugar onde passava a maior parte do tempo: a redação de *Movimento*. Lá, o jornalista iniciou um hábito que mantém até os dias atuais, nas épocas de trabalho mais intenso: deitar sobre uma mesa *de trabalho e dormir* com uma folha de papel sobre o rosto, furada na altura do nariz para permitir a respiração. Poucas horas descansando dessa forma e Raimundo estava pronto para outra jornada extenuante de jornalismo e oposição à ditadura.

Com ou sem um regime opressor, Raimundo manteria boa parte dessa rotina em seus empregos e projetos seguintes. Fazendo pouca questão de separar as coisas, ele tomou por hábito misturar trabalho com amigos e família. Ele tornaria tudo e todos à sua volta parte do que tem como uma espécie de missão no mundo: conscientizar as pessoas e lutar pela melhoria das suas condições de vida.

Os Ensaios da discórdia

Desde o seu primeiro número, *Movimento* teve em

suas páginas a seção Ensaio Populares. O espaço abrigava artigos explicativos e opinativos que pensavam a política em termos simplificados, sendo parte da tentativa do jornal de chegar a camadas menos esclarecidas da população. Na edição de estreia, o texto falava das propostas de revisão do Código Civil e do Código Penal enviadas pelo governo ao Congresso em regime de urgência, sem que antes fossem discutidas com a sociedade. O ponto principal escolhido para a crítica era a prevalência dos maridos sobre as esposas nas questões familiares. O Ensaio explica como seria a tramitação daquelas peças no Legislativo e faz uma abordagem histórica da evolução dos direitos civis no Brasil. Só na parte final, com os principais elementos já postos, é que emite a opinião sobre aquela proposta. Em geral, eram didáticos e leves os textos da seção, apesar dos temas espinhosos que abordava.

Geralmente posicionados nas primeiras páginas de *Movimento* e sem nenhuma assinatura, os Ensaio Populares ganharam, aos poucos, status de editoriais do jornal. Pressupunha-se, então, que eram de autoria de Raimundo Pereira, embora o estilo do texto diferisse em muito do que costumavam ler do editor-chefe. Raimundo nunca foi bom em sintetizar complexas questões em poucas palavras, e tampouco possuía o embasamento teórico e historicista que os artigos da seção traziam. Conforme um Ensaio Popular ou outro desagradava parte da redação, e se percebia a diferença entre aqueles textos e os de

Raimundo, cresciam, na equipe do jornal, rumores de insatisfação por aqueles artigos nunca serem colocados à prova dos conselhos Editorial e de Redação. Os principais críticos eram Bernardo Kucinski e Chico de Oliveira. Mas todos, em geral, queriam saber: quem escrevia os Ensaios Populares?

A perguntaria ficaria sem resposta por mais de um ano. Só quando o Conselho de Redação decidiu discutir a questão, nos últimos meses de 1976, é que Raimundo foi obrigado a abrir o jogo: o autor dos Ensaios Populares era Duarte Lago Brasil Pacheco Pereira, um ex-militante baiano da Ação Popular que fora vice-presidente da União Nacional dos Estudantes na gestão de José Serra. Duarte também era jornalista – trabalhou na revista *Realidade* poucos anos antes da primeira passagem de Raimundo pela publicação, na década de 1960. Em 1975, Duarte estava isolado politicamente, após ficar de fora do processo de integração da AP com o Partido Comunista do Brasil. Procurado pelo regime, ele estava clandestino, mas precisava de algum trabalho para se manter.

Ainda na fase embrionária do jornal ele foi apresentado a Raimundo por Francisco Marsiglia, o administrador financeiro de *Movimento*. Assim lembra Marsiglia, conforme relatado no livro de Carlos Azevedo:

Fui procurado por um amigo comum, que me relatou como é que o Duarte estava. (...) [Esse amigo] me procurou e disse: “O Duarte

está numa situação incrivelmente ruim, isolado, não está em partido nenhum, tem que sobreviver, está morando na casa de um cara, tem que sair todo dia de manhã para dar uma de professor que vai trabalhar, e não vai (...) Fica girando em ônibus. Um negócio, assim, absolutamente incrível, kafkiano. (...) Aí, encontrei com ele algumas vezes e comentei com o Raimundo: ‘tem um cara assim, assado...’ [Raimundo respondeu] ‘Quem, da Realidade? Puta vida, traz ele aí!’

Raimundo conheceu Duarte e combinou com ele, sem que ninguém mais soubesse, os termos de sua colaboração para o jornal, que seriam os Ensaios Populares. Como relata Carlos Azevedo, “Duarte Pereira foi encontrar uma janela para expor seus pontos de vista. Sua colaboração, pelas posições políticas que apresentava, pela qualidade formal e pela repercussão que causava entre os leitores e na área política, teria em qualquer oportunidade produzido polêmica”. Mas a aqueles textos seduziram, de certa forma, Raimundo, que teve em Duarte seu grande mentor político na época de *Movimento*. O clandestino ajudava o editor a fundamentar certos posicionamentos, o que mais tarde seria entendido, por Bernardo Kucinski e outros que saíam do jornal em breve, como diretrizes partidárias trazidas diretamente do PCdoB. O partido exercia, na visão deles, um controle sobre o jornal. Duarte, porém, nunca esteve nos quadros do PCdoB, embora fosse próximo de pessoas de lá.

Poucos desconfiavam que era ele quem conduzia os Ensaio. Um era Marcos Gomes, que militara ao lado de Duarte na Ação Popular na década de 1960 e, mesmo distante, na sucursal carioca, identificou as marcas textuais do colega nos Ensaio. Mas, assim como Raimundo, não comentou com ninguém mais, nem mesmo com o próprio editor. Hoje, Gomes admite que a estratégia foi um erro: “Eu acho que aquilo foi errado da nossa parte. Porque tudo era muito discutido coletivamente, amplamente. E esses Ensaio Populares parece que caíram de paraquedas”. Já Raimundo se defendeu com base na clandestinidade de Duarte Pereira, e do perigo para ele que representaria a revelação de sua identidade.

Movimento racha

A divergência em torno dos Ensaio Populares acirrou os conflitos políticos que já se desenhavam em *Movimento*, como ficou mostrado no caso *Murilo Albemaz* e em outros episódios subsequentes. O editor de cultura, Flávio Aguiar, sugeriu que a seção fosse transformada em um espaço de debates, preservando, assim, “diferentes linhas de pensamento dentro do jornal”. Raimundo refutou a ideia, afirmando que “um programa, por mínimo que seja, deve ser um todo articulado e suficientemente demarcador; por isso, nas posições básicas que tome não

comporta mais de uma interpretação (...) Na realidade, sob a aparência de ‘várias interpretações’ o que pode ocorrer são vários programas”.

Para ele, era importante definir uma unidade política e editorial em *Movimento*. Mas os seus críticos viam essa forma de pensamento como mais uma demonstração de autoritarismo de Raimundo. Segundo Kucinski, o editor “não transigia em nada porque, se transigisse, era uma demonstração que o jornal não era mais do PCdoB”. E a conversa caminhava, então, para conflitos que transcendiam os limites do jornal. Como lembra Flávio Carvalho, o editor-chefe e alguns outros, como Tônico, eram chamados de stalinistas por alguns insatisfeitos. Muitos integrantes da sucursal mineira, que formaram um grupo trotskista autointitulado Centelha, chamavam o grupo central de “bigodões”, em referência a Stalin. Tomava corpo no jornal uma dissidência, não apenas jornalística, mas política, e acirravam-se os anos para a convenção anual dos acionistas de *Movimento*, que ocorreria nos dias 29 e 30 de abril de 1977.

No nº 92, que circulou em 4 de abril, o jornal analisou, em dois textos, a nova política de direitos humanos dos Estados Unidos proposta por Jimmy Carter, presidente norte-americano da época, após o insucesso na Guerra do Vietnã. A intenção era tirar o estigma de país agressor que os EUA carregavam, colocando o país como defensor dos direitos humanos mais básicos em todo o mundo. O Ensaio Popular publicado na página 3, no entanto, criticou essa

política, colocando-a como uma nova forma de imperialismo e preservação da hegemonia norte-americana. Ao lado, na página 4, Bernardo Kucinski assinou com suas iniciais outro artigo, em que abordava a Emenda Reuss, também norte-americana. Ela condicionava a concessão de empréstimos pelos EUA a outros países pelo critério do respeito aos direitos humanos na nação que receberia as verbas.

Kucinski levanta que essa política contraria as normas convencionais do capital financeiro, que se locomove sempre “das regiões e setores que pagam menores juros para aquelas onde os juros são maiores”. Esses países com juros maiores seriam, segundo o texto, aqueles que “usufruem de taxas mais elevadas de lucro na exploração da mão-de-obra (...) provavelmente, portanto, em economias onde os padrões de respeito aos direitos humanos são inferiores”. E, como a emenda tratava apenas dos empréstimos intermediados por organismos intergovernamentais, o autor ressalta que ela seria de pouco efeito, já que essas transações representariam, naquele momento, apenas “de 15 a 20 por cento dos empréstimos negociados atualmente no mundo capitalista”. Embora menos crítico que o da página 3, o artigo de Kucinski também é pouco esperançoso com a iniciativa norte-americana que analisa, ficando, dessa forma, em sintonia com o Ensaio Popular.

No entanto, Kucinski escreveu carta de protesto a Raimundo, criticando a posição do Ensaio Popular de ignorar “uma oportunidade histórica”, segundo ele,

representada pela política de Carter. E reclamou dos cortes feitos pelo editor em seu texto sobre o capital financeiro, além do seu posicionamento ao lado de um texto do qual ele discordava, mas que fazia parecer que concordava. Raimundo retrucou com outra carta, em que classificou como vagas as reclamações de Kucinski: “a (sua) carta não contribui para o debate porque faz afirmações, mas não as fundamenta”.⁹

Com dois anos de *Movimento*, os outrora amigos inseparáveis estavam em rota de colisão. Dois meses antes, Kucinski já havia pedido a retirada de seu nome do Conselho de Redação do jornal, após saber que Raimundo se correspondia secretamente com Carlos Azevedo, militante clandestino do PCdoB, por intermédio das esposas de ambos. Sizue e Maria Lúcia, companheira de Azevedo, se encontravam periodicamente para passar recados de um para o outro. Para Kucinski, a situação era mais um indício de que *Movimento* estava sob controle do partido. Mas, mesmo assim, ele continuou sua colaboração com semanário pelos meses seguintes, embora fosse clara sua insatisfação e cada vez mais iminente a sua saída do jornal.

Azevedo era amigo de Raimundo desde que ambos trabalharam juntos em *Realidade*, em 1968. Sete anos depois, nos preparativos para lançar *Movimento*, ambos combinaram uma forma para que o clandestino mandasse contribuições ao jornal, que seriam os encontros entre as esposas de ambos. Mas, diferentemente do caso de Duarte

Pereira, essa relação era conhecida por alguns integrantes do jornal, como Marcos Gomes e Elifas Andreato. Mas não por muitos outros, incluindo Kucinski, que considerou o episódio mais uma ingerência do PCdoB sobre o jornal consentida por Raimundo. Segundo Azevedo, os contatos entre os dois não eram para levar determinações do partido a *Movimento*, mas sim sugestões e contribuições jornalísticas de alguém que, afinal, lutava contra o mesmo “inimigo” do jornal, o regime militar. “Era uma coisa de você procurar espaço para se manifestar, enquanto profissional, político e com opinião. Mas ele aceitava ou não, era livre pra concordar ou não com aquilo”, afirmou quase 40 anos depois.

Em abril, Bernardo Kucinski já se reunia recorrentemente em sua casa com outros que estavam insatisfeitos com o rumo que *Movimento* tomava. Entre eles Ricardo Maranhão, que fazia parte da antiga turma de *Amanhã*, na USP, e o sociólogo Chico de Oliveira, além dos trotskistas da sucursal mineira. O grupo levaria à Assembleia dos Acionistas dos dias 29 e 30 uma proposta de reforma do programa do jornal, mas já discutia a formação de um novo periódico, caso aquela tentativa falhasse. “Eu fiquei meio que sendo o líder jornalístico do racha”, admitiu depois.

Se as reuniões rotineiras de *Movimento* já eram longas e cansativas, a Assembleia que marcaria os quase 2 anos de jornal foi a mais exaustiva em toda sua existência. Mais de 500 pessoas marcaram presenças, entre jornalistas

fixos, colaboradores ocasionais, pesquisadores, vendedores e acionistas em geral. A programação era extensa, com apresentação informes políticos, financeiros e relatórios de vendas e assinaturas. E, no segundo dia, os debates.

A oposição liderada por Kucinski apresentou sua proposta de renovação para *Movimento*, sugerindo “um amplo movimento interno de discussão e debate” no jornal, para o “desenvolvimento da democracia interna”. Recolocava, também, a sugestão recente de Flávio Aguiar, de abrir os Ensaios Populares à participação coletiva por 90 dias. Os textos no espaço seriam definidos explicitamente como editoriais de *Movimento*, mas, ao mesmo tempo, seria obrigatória a assinatura dos autores.

Já a direção liderada por Raimundo propôs “a instituição de uma Sociedade de Colaboradores, que receberia as ações do Conselho de Redação, para ampliar o número de proprietários e dos que podiam participar da democracia interna” do veículo. Além disso, admitiu mexer nos Ensaios Populares, que passariam a ser assinados pelo editor-chefe. Mas, paralelamente, seriam criados novos espaços para editoriais não assinados, que seriam previamente definidos por uma Comissão de Editoriais.

Como a maioria esperava, venceu a proposta da direção. E, já no dia 1º de maio, 38 membros da equipe de *Movimento* assinavam uma carta de demissão coletiva. Entre eles, 4 integrantes do Conselho de Redação: Bernardo Kucinski, Chico de Oliveira, Flávio Aguiar e Jean-Claude

Bernardet. Saíram do jornal 18 jornalistas da redação de São Paulo, 9 de Belo Horizonte e 7 de Salvador, incluindo nomes que se tornariam conhecidos mais à frente, como Maria Rita Kehl, Guido Mantega e Emiliano José. E, com o afastamento de Kucinski e Ricardo Maranhão, da equipe que iniciara o jornal *Amanhã* em 1967 sobrariam apenas Raimundo Pereira e seu fiel escudeiro, Tônico Ferreira.

Vida que segue

A saída de 38 jornalistas de *Movimento* gerou grandes debates internos no jornal. A eleição da nova diretoria, que estava marcada para o mês de abril, foi adiada para outubro de 1977, para que as divergências restantes dentro da equipe fossem melhor discutidas e assimiladas no novo programa de atuação do veículo. Quando chegou o momento, cerca de 500 pessoas reelegeram Raimundo Pereira para o cargo de editor-chefe, e ele cumpriu sua promessa de abrir a tomada de decisões a um número maior de pessoas. Foi criada a Sociedade de Colaboradores de *Movimento*, que incluiria os mesmos quase 500 membros e seria a nova proprietária dos 51% das ações de todos os acionistas, assumindo a função do Conselho de Redação, que tinha apenas 12 integrantes. O próprio Conselho foi substituído por outro, o Conselho de Direção, que seria renovado a cada 12 meses e englobaria 35 participantes, entre jornalistas, colaboradores, trabalhadores da administração do jornal

e vendedores. Na nova formação estariam nomes que vinham se destacando e ganhando ascendência da rotina de *Movimento*, como o repórter Murilo Carvalho e Armando Sartori, que começara sua participação na publicação como revisor, passara pela diagramação e naquele momento já alcançara o posto de editor gráfico.

Mas as finanças, que já não eram saudáveis, pioraram após o racha. Em abril de 1977, *Movimento* já tinha seu preço elevado de 5 para 10 cruzeiros, e antes do final do ano passaria a custar 15. Os salários foram reduzidos para que novos profissionais pudessem ser contratados para o lugar dos que saíram, e as vendas caíam mês a mês. Em fevereiro de 1978, elas foram a apenas 4,2 mil exemplares semanais, reforçados por outras 5,5 mil assinaturas.¹⁰ Mesmo para o jornal que nunca vendera os 30 mil pretendidos em seu início, aquela era uma quebra brusca.

Dessa forma, é provável que *Movimento* logo chegaria a um ponto insustentável e fecharia as portas, não fosse pelo fim da censura prévia em junho de 1978. Sem aquele obstáculo, o jornal conseguiu exercer sua oposição ao regime da forma como sempre quis, publicando denúncias e aproveitando as cisões que aos poucos se multiplicavam no governo militar. A nova condição atraiu leitores e as vendas se recuperaram rapidamente. Ajudou também nessa retomada a contratação de jornalistas experientes, como Perseu Abramo, renomado profissional havia sido demitido da *Folha de S.Paulo* após a greve dos jornalistas de 1979. E também o trio Hamilton Almeida Filho, Mylton

Severiano e Sérgio Fujiwara, membros da equipe inicial de *Realidade*, que ajudaram a implementar um novo estilo nas reportagens de *Movimento*. As imagens passaram a ser mais valorizadas, os textos foram remodelados e os títulos ficaram mais chamativos, até mesmo sensacionalistas em alguns casos. Na edição nº 171, de outubro de 1978, Almeida Filho reproduziu para uma reportagem, na própria sede de *Movimento*, o “pau-de-arara”, instrumento de tortura usado pelos militares que já fora denunciado por presos políticos anteriormente. O texto nas páginas internas, escrito em tom irônico, foi criticado por algumas



Uma as edições de maior sucesso de *Movimento*, a de nº 171. Denúncia de corrupção no governo militar e a reprodução do pau de arara.

alas dentro do jornal.

A mesma edição trouxe uma relevante denúncia de corrupção no governo militar. O “mar de lama” em que estaria envolvido o presidente Ernesto Geisel acabou atraindo ao jornal a nova estratégia do regime para combatê-lo: depois da censura, seria usada a Lei de Segurança Nacional para processar os jornalistas. Como diretor responsável por Edição S.A., Tônico Ferreira enfrentou longa ação judicial, que só se encerraria com a promulgação da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979. *Movimento* deu ampla cobertura do caso em suas páginas, prestando apoio a Tônico.

Nova polêmica

O racha de 1977 não eliminou as discussões entre diferentes correntes políticas em *Movimento*. Ao longo do tempo, várias outras se formaram. A principal delas em torno da discussão sobre a Guerrilha do Araguaia¹¹, encerrada ainda na primeira metade da década de 1970 e cuja estratégia dividia a esquerda. Em especial o Partido Comunista do Brasil, que protagonizara o conflito e, além dos militantes mortos na selva amazônica, tinha perdido boa parte de sua direção no famoso Massacre da Lapa¹², em dezembro de 1976. *Movimento* publicou, em abril de 1979, um documento de Pedro Pomar, dirigente do PCdoB morto no Massacre, apontando erros e acertos do partido na Guerrilha. A publicação gerou intensa polêmica no jornal

e no partido. Não apenas opondo ambos, mas também criando novas fissuras e discussões internas nos dois grupos. Luiz Bernardes, que se tornara o chefe da sucursal de Belo Horizonte após o racha, fez veementes críticas à escolha do jornal de publicar o documento. Consta no livro de Carlos Azevedo trecho de uma carta sua enviada a Tonico Ferreira, em que dizia não concordar “em hipótese alguma que se use o jornal para se intrometer em questões internas de partidos clandestinos e, muito menos, ao fazer isso, tomar claramente partido de um dos lados. (...) Acho uma política perigosa, errada e estreita, longe de contribuir para unir, contribui para dividir”.

Em meio ao debate, Raimundo publicou, na edição 226, de outubro de 1979, “O que os leitores não podem saber?” texto em que refutava as críticas sofridas pelo jornal. Para ele, as inibições sofridas por *Movimento* após a publicação do documento do PCdoB eram tentativas de impor “um novo tipo de censura”. Além de responder aos críticos, o texto é um bom retrato do pensamento de Raimundo Pereira sobre a função social exercida por *Movimento* e pelo jornalismo como um todo. Diz ele:

O conjunto de crenças e opiniões iniciais que temos deve ser utilizado para pesquisar e divulgar o que é novo, determinar os seus aspectos negativos e positivos, exatamente a fim de que o maior número possível [de pessoas] analise o novo de forma multilateral e facilite a tarefa de tomar o melhor partido diante

dele, a fim de transformar a realidade. Omitir os aspectos relevantes ou descrever uma realidade desfavorável com palavras bonitas não facilita, antes dificulta, o trabalho de transformá-la [a realidade] a nosso favor.

Raimundo tece críticas inclusive à imprensa de regimes políticos que admirava na época, como o cubano. Na ilha, a mídia oficial não divulgou nada sobre a guerrilha contrarrevolucionária que tentara tomar o poder de Fidel Castro em seus primeiros anos de governo. Para o editor-chefe, “esse tipo de imprensa constitui, no fundo, um desvio idealista: tentar educar o povo a partir das ideias do partido e não principalmente de sua participação e conhecimento da realidade concreta em que vive”. E conclui:

Mais do que qualquer outro tipo de imprensa, a imprensa verdadeiramente popular, se não pensa na informação pela informação, se não debate apenas por debater e nem tem o sestro da busca da verdade absoluta, também não tem medo da verdade e não omite os fatos relevantes, mesmo que não esteja preparada para compreender o seu exato significado. Nosso papel é o de divulgar as informações relevantes, perseguir a verdade e os debates que sirvam ao povo para que ele, por seu próprio esforço, entenda o que ocorre ao seu redor e possa libertar-se. Esse é o papel a que Movimento sempre se propôs. A censura do general Geisel não nos afastou dele. E o espírito de seita de alguns setores das correntes oposicionistas também não terá sucesso nesta tarefa.¹³

O artigo de Raimundo serve também à intriga que levou ao racha de 1977. De fato, havia estreitos laços entre Movimento e o PCdoB. Tanto é que, segundo o livro de Carlos Azevedo, o documento sobre o Araguaia foi publicado por sugestão de dirigentes do partido críticos à Guerrilha. Mas esse episódio e a explicação de Raimundo tornam mais clara a versão de que a aliança entre ambos era programática, de afinidade de interesses, e não de prestação de serviço de um a outro. Estivesse *Movimento* mais interessado em cumprir as determinações do PCdoB do que em expor a realidade brasileira aos leitores, como acusaram Bernardo Kucinski e outros, teria estimulado a cizânia na agremiação clandestina com a publicação da crítica de Pedro Pomar? De uma forma ou de outra, a polêmica sobre o Araguaia elevou novamente o jornal ao status de grande tribuna de debates da esquerda sob o regime militar, como fora nos primeiros anos e como era *Opinião*. E, dessa vez, sem o obstáculo da censura.

***Movimento* no meio do povo**

No fim da década de 1970, novos fenômenos sociais abriram ainda mais o leque de debates promovidos por *Movimento*. E, dessa vez mais que em qualquer outra na vida do veículo, no campo popular. As grandes greves do ABC, lideradas por Luís Inácio “Lula” da Silva, foram tema de várias análises e reportagens do jornal, que

encontrava finalmente um caminho para chegar às camadas mais pobres da população. Com o número de aderidos crescendo exponencialmente em diferentes pontos da região metropolitana, as greves exigiram esforços especiais de *Movimento*. O próprio Raimundo Pereira iria a campo como repórter.

Nas primeiras paralisações dos metalúrgicos, em junho de 1978, Raimundo conseguiu entrar na fábrica da Caterpillar quando a imprensa era proibida de cobrir as greves dentro das fábricas, e lá “entrevistou mais de 50 trabalhadores”, segundo a reportagem publicada na edição 155. Escrito em primeira pessoa, o texto do editor-chefe e repórter de *Movimento* é um dos raros exemplos de jornalismo com traços literários da publicação. E talvez o único exemplo da carreira profissional de Raimundo. Ele descreve cenas, pessoas e expõe impressões, sem deixar de informar o leitor sobre as reivindicações dos trabalhadores e os abusos cometidos pela empresa. E ele conta como foi que conseguiu entrar na Caterpillar, após ter sua primeira tentativa interceptada pelo segurança da fábrica:

Sem muita convicção contornamos a cerca de arame alta diante dos dois enormes blocos da fábrica. Na outra portaria, me adianto um pouco ao fotógrafo que chama muito a atenção. Inconscientemente, tento um truque: mostro minha carteira de jornalista no mesmo instante que vários operários não uniformizados chegavam. Milagre: estou dentro da fábrica!

Da mesma forma que as greves, o Movimento Custo de Vida (MCV) recebeu intensa cobertura do jornal em 1978. Nascido nas periferias paulistanas, o movimento era liderado pelo metalúrgico Santo Dias e sua esposa Ana Maria do Marco, e protestava contra o aumento dos preços gerais em relação aos salários e a consequente tentativa do governo de esconder esse cenário injusto. *Movimento* foi o veículo que mais ajudou a dar maior visibilidade ao MCV, em especial com as abordagens em *Assuntos*, o suplemento criado em 1977 para tratar de questões ligadas diretamente à população mais pobre. O caderno de 8 páginas foi, em sua época de maior sucesso, coordenado por Roldão Arruda, então um jovem jornalista que viera da sucursal de



Raimundo Pereira fura o bloqueio da Caterpillar e consegue entrevistar os grevistas dentro da fábrica.

Londrina para trabalhar na redação principal de *Movimento*.

A cobertura sobre o MCV também gerou uma grande amizade entre Raimundo Pereira e Santo Dias, além das respectivas famílias. A relação entre ambos era próspera, mas foi brutalmente interrompida pelo assassinato do metalúrgico. No dia 30 de outubro de 1978, o segundo da greve convocada pelos operários de São Paulo, Santo foi morto com um tiro de um policial militar quando tentava ajudar colegas grevistas que eram agredidos pelos repressores. No dia seguinte, uma passeata com pelo menos 10 mil pessoas tomou o centro da cidade, e toda a cobertura do caso esteve na edição nº 227 de *Movimento*.

Mas, além das insurreições dos trabalhadores nas ruas, uma mudança no cenário político tomava forma, já perto de 1980. E ela seria, ironicamente, decisiva para o fim do jornal. Na época, o governo começara a sinalizar, via declarações oficiais, uma reforma partidária que romperia o duopólio político de Arena e MDB. Embora democratizante, a iniciativa visava enfraquecer a oposição, dividindo-a em grupos menores e esperando que eles entrassem em conflito, amenizando a pressão sofrida pelo regime e facilitando a transição para um sistema democrático em que os militares não fossem os grandes vilões. Essa foi a leitura feita pelo jornal na edição 206, de junho de 1979, cuja capa destacava a “corrida” oposicionista por novos partidos.

Os anos seguintes mostraram que o jornal estava correto. A organização dos sindicalistas em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), dos brizolistas sobre o Partido

Democrático Trabalhista (PDT) e dos varguistas pela volta do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além da volta à legalidade do PCdoB, amainou a pressão oposicionista sobre o governo e deu sobrevida do regime militar, que só cairia com as grandes manifestações populares de 1984, na campanha pelas Diretas.

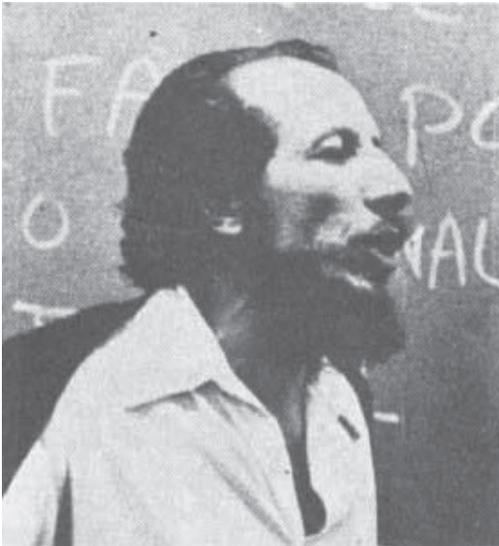
Mas a reforma partidária também fez vítimas inesperadas, dentro do próprio campo oposicionista. Pode-se dizer que ela encerrou, de vez, as pretensões da imprensa alternativa de continuar existindo de forma relevante em um regime democrático. Como recorda Carlos Azevedo, “o



A capa da edição de 206 de *Movimento* brinca com a “corrida” dos oposicionistas pelas novas legendas.

PCdoB vai fazer o jornal para a luta operária, o MR8 faz a Hora do Povo, o pessoal que sai do Movimento vai fazer o Em Tempo. Então as forças políticas foram se afastando, pois elas precisam ter seus próprios jornais com suas posições explícitas e assinadas. E isso enfraquece a imprensa democrática de frente que tinha existido até então”. O próprio Azevedo, que colaborava clandestinamente com Movimento até a promulgação da Lei de Anistia, se afasta do jornal depois dela para fazer a *Tribuna da Luta Operária*, jornal lançado PCdoB em novembro de 1979. E, se os partidos têm seus próprios veículos, os respectivos militantes também passam a apoiá-los, em detrimento de Movimento, que representava uma *frente ampla* que aos poucos ia deixando de existir.

Assim, por uma evolução democrática, começa o



Raimundo Pereira em uma das últimas reuniões do jornal.

processo de esvaziamento do jornal que nasceu lutando contra a censura do governo. Com a fragmentação da esquerda e a conseqüente queda nas vendas, *Movimento* precisava, entre 1980 e 1981, novamente se reinventar, mas em um ambiente muito mais complexo do que aquele em que existiu a maior parte do tempo. Para complicar ainda mais, os setores militares contrários à abertura política radicalizavam e promoviam atentados em bancas de jornais que vendiam os jornais mais combativos, como o editado por Raimundo. Explosões nesses locais e a prisão de jornalheiros tiraram muitos dos pontos de venda de *Movimento*, que não conseguiu contrabalançar esse prejuízo com o estímulo de assinaturas.

Além de tudo isso, havia o desgaste pessoal e profissional das relações internas ao jornal. Depois de quase 8 anos – 2 em *Opinião* e mais de 5 em *Movimento* – de enfrentamentos políticos e jornalísticos ao lado do editor-chefe, Tonico Ferreira, que sempre prestara apoio a Raimundo nos debates internos, decidiu pedir as contas em abril de 1981. Extenuado, ele desejava aproveitar os novos ares políticos para trabalhar de forma mais tranquila. No fim daquele ano, ele já estaria empregado na grande mídia, como repórter da TV Globo. E nunca mais faria qualquer contato com Raimundo e demais colegas de imprensa alternativa, a não ser para conceder entrevistas sobre o tema.

Outro que se afastou foi Marcos Gomes. Antes chefe de sucursal no Rio de Janeiro, ele veio para São Paulo após o racha, tornando-se editor de economia. Gomes foi um dos

que se opôs a Raimundo na divulgação do documento da Guerrilha do Araguaia, e, irritado com o episódio, passou a colaborar cada vez menos na rotina diária. Ainda fazia parte do Conselho de Direção e comparecia a reuniões, mas, em 1981, já não figurava entre os jornalistas que produziam *Movimento*. Também naquele ano Duarte Pereira, que continuou escrevendo os Ensaios Populares após o racha, primeiro sob pseudônimo de Alfredo Pereira e, depois da Anistia, com seu próprio nome, pediu afastamento.

Estava totalmente rompido o núcleo que sustentou politicamente o jornal desde seu início, restando apenas Raimundo, que não desistiria. Na edição nº 332, de novembro de 1981, um quadro na segunda página pedia, encarecidamente: “pague *Movimento!*”. A súplica se referia a 3 milhões de cruzeiros que o jornal possuía em notas promissórias vencidas, impossibilitados de serem usados.

O efeito do chamado foi aparentemente nulo. Pois, duas semanas depois, a capa do nº 334 anunciava a última edição de *Movimento*. Nesse número, foram lembradas as principais coberturas do jornal e publicados depoimentos de diversas personalidades sobre a sua importância. Políticos como Lula, Miguel Arraes e Fernando Henrique Cardoso, intelectuais como Fernando Morais e Jacob Gorender, e pessoas que ajudaram a construir a história do veículo, como Aguinaldo Silva e Chico Pinto, publicaram louvores e agradecimentos à contribuição dada na luta pela democracia.

Democracia que estava para renascer. Enquanto *Movimento* morria.

Notas

- 1 Declaração para o livro *Movimento, uma reportagem*, de Carlos Azevedo.
- 2 Consta no livro *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, de Bernardo Kucinski.
- 3 Idem.
- 4 Entrevista para o livro *Movimento, uma reportagem*.
- 5 Os números constam no livro *Movimento, uma reportagem*.
- 6 Livro *Movimento, uma reportagem*.
- 7 Audálio Dantas era o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo na época.
- 8 Dissidente do Arena, o general Euler Bentes candidatou-se pelo MDB à presidência da República nas eleições indiretas de 1978, mas foi derrotado por João Figueiredo. sua candidatura foi apoiada por *Movimento*.
- 9 Livro *Movimento, uma reportagem*.
- 10 Livro *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*.
- 11 A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de luta armada empreendido pelo partido Comunista do Brasil na região amazônica, entre os últimos anos da década de 1960 e os primeiros da de 1970.
- 12 Em 16 de dezembro de 1976, o Exército invadiu a casa em que se reunia o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, no bairro do Alto da Lapa, em São Paulo, e matou dois de seus integrantes na mesma hora. Outros cinco ainda foram presos e torturados.
- 13 Texto “O que os leitores não podem saber?”, da edição 226 de *Movimento*.

O jornalista, o militante, o delegado e a advogada

“A minha irmã tinha outros sonhos, outras ambições, não tinha nada a ver comigo.”

Cinco anos após a partida de Lorinho para São Paulo, Pacaembu se desenvolvia lentamente. E crescia muito mais na zona rural do que na urbana, para a infelicidade do dono da Casa Oliveira. Joaquim não era homem de plantar, mas de vender. Àquela altura, o fato do seu comércio ser conhecido por todos na cidade já era mais motivo de preocupação do que de orgulho para a família, dado o baixo crescimento da população urbana. E parecia pouco provável que muita coisa fosse mudar nos próximos anos.

A casa dos Oliveira também tinha menos moradores do que Joaquim gostaria. No início de 1962, Lairton, Leonora e Raimundo estavam longe, em São Paulo, e vinham ver a família apenas nas férias de cada um, em curtos períodos. Laízio, o próximo na fila dos estudos, seguia o caminho de Lorinho: fez os dois primeiros anos do curso científico em cidades vizinhas no interior e, agora, para o

último, preparava a ida à capital paulista. Para o caçula Leônidas, era hora do primeiro salto: procurar em um município maior o ensino que Pacaembu não oferecia. Até mesmo Antônia, filha do primeiro casamento de Joaquim, e Francisquinha, sua sobrinha órfã de mãe, tinham deixado o lar na cidade. Titei se casou e morava – ainda mora, em 2013 – em Penápolis, cidade quase 200 quilômetros a nordeste de Pacaembu. Já Francisquinha conseguira um emprego em São Paulo e tentava ganhar a vida. A única cara nova na residência era Terezinha Mancin Rodrigues, irmã de Francisquinha. Ela era criada por outro parente de Joaquim, e chegou para ficar aos cuidados dele e de Lindanora com 13 anos de idade.

Ou seja: todos os filhos do casal estavam distantes, com exceção de Leônidas, que agora também precisava se ausentar. Preocupados, os pais já estudavam novos caminhos para seguir com a vida, após quase 15 anos em Pacaembu. Até porque aquela terra já não parecia tão promissora quanto na época em que chegaram na Vila Explanada. Por mais que prezassem os amigos da cidade, Dona Linda e Joaquim não desejavam viver ali longe dos filhos em um lugar que pouco oferecia para o futuro.

A decisão de se mudar teve também um componente financeiro. Pois em 1961 houve eleição para prefeito em Pacaembu e, como é de costume nas pequenas cidades, donos dos estabelecimentos contribuía financeiramente com o candidato que mais lhes representava um futuro lu-

crativo. Joaquim apostou no candidato errado, ao menos sob o ponto de vista mais pragmático. Seu preferido perdeu o pleito e aquele seria um prejuízo grande. Por mais que houvesse agora menos bocas para alimentar em casa, as vendas do armazém já não iam bem, e o salário de Dona Linda não era grande coisa.

Por tudo isso, deixar Pacaembu rumo a São Paulo pareceu a melhor opção a todos. Assim, pai e mãe ficariam perto dos filhos mais velhos, e os mais novos, Leônidas e Laízio, poderiam continuar morando com eles, ao menos por mais alguns anos. Leonora, que morava no bairro das Perdizes, na zona oeste paulista, foi quem procurou, na capital, uma casa que acomodasse a família. Encontrado o local, todos fizeram as malas. Com pesar, Joaquim vendeu a Casa Oliveira e a residência da família. Hoje, no lugar da construção de madeira se encontra uma das maiores lojas de roupas de Pacaembu. Lindanora, inspetora de alunos na escola em que seus filhos estudaram, conseguiu uma transferência para exercer o mesmo cargo em São Paulo. Subiram no caminhão da mudança os dois, Nenzão, Zico, Terezinha e a velha nutriz de Raimundo, Maria Pedro.

E Pacaembu ficou, definitivamente, para trás.

Pouco espaço e muita gente

A casa encontrada por Leonora para abrigar a famí-

lia não era ruim. Mas não comportava confortavelmente todos que morariam ali. O sobrado alugado na rua Ministro Godói reuniu novamente parte dos Oliveira, já que Leonora, Lairton e Francisquinha voltaram a morar com a os pais quando todos chegaram em São Paulo. Assim, diminuía-se os gastos. Leonora dividiu quarto com Francisquinha e Terezinha, enquanto Joaquim e Lindanora ficavam com outro. No terceiro e apertado cômodo, uma “dependência de empregada”, dormiam, em uma beliche, Laízio e Leônidas. Lairton ficaria no sofá da sala.

Maria Pedro também morou na casa das Perdi- zes, mas por pouco tempo. Para aquela senhora de idade bastante avançada, o espaço reduzido da casa seria mais prejudicial. Manhê, como Laízio e Leônidas a chamavam quando crianças, era acostumada com outro tipo de vida, em lugares mais tranquilos, onde conhecia os vizinhos e passava mais tempo com a família de Dona Linda. Como



As mulheres da vida de Raimundo, em sentido horário: Sizie (ao centro), Francisquinha, Leonora, Terezinha e dona Lindanora.

se lembra Laízio, “nem mesmo a possibilidade de sentar à noite na porta da casa” Maria Pedro tinha mais, morando em São Paulo. Por isso, em poucos meses Lindanora a alocou em um asilo, após certificar-se de que ela teria lá boa companhia. Ela teve, e recebeu visitas constantes da família. Inclusive de Raimundo, a quem amamentara ainda nos tempos de Exu. Até que, em pouco tempo, um problema no pulmão consumiu rapidamente os últimos dias de Manhê. Parecia mesmo que a maior parte de sua energia vital ficara em Pacaembu, quando cuidava das crianças em casa naquela cidade pacata. O falecimento veio um dia após Laízio, um dos mais apegados à mulher durante a infância, visitá-la e vê-la, como em poucas vezes a viu desde que vieram para São Paulo. Extremamente feliz.

Já nos últimos anos da década de 60, a casa das Perdizes teria uma nova moradora bem mais nova que Maria Pedro. Quando Geraldo, um dos irmãos de Lindanora que saiu com sua família de Exu, separou-se de sua esposa de forma traumática, a filha Eliane ficou em posição delicada, no meio de mãe e pai. Dona Linda ofereceu então um lugar em sua casa já bastante lotada para que a adolescente viesse passar alguns anos em São Paulo, aproveitando para estudar, até que a situação de sua família se resolvesse. Mais tarde, Eliane se mudaria com Lindanora e Joaquim para a casa projetada pela irmã de Sizue na Freguesia do Ó. Depois, moraria com Raimundo e sua esposa no Rio de Janeiro, enquanto durou o jornal *Opinião*.

Laízio segue Raimundo

Instalada em São Paulo, a família Oliveira foi aos afazeres. Lindanora em seu trabalho em escolas, e ainda vendendo seus doces por encomenda. Joaquim, sem recursos para abrir um novo negócio, retomou a venda ambulante dos tempos de mascate. Segundo Laízio, seus perfumes baratos fizeram grande sucesso entre muitas domésticas que trabalhavam nas residências paulistanas nos anos 1960. Lairton trabalhou eventualmente com o pai, e também próximo a Raimundo, quando foi uma espécie de segurança particular de José Dirceu, na época em que este era um expoente da militância estudantil. Leonora já havia concluído o curso de História e agora se arriscava no Direito, carreira que acabaria seguindo. Francisquinha conseguiu estabilidade em empregos administrativos. Ou seja, a casa que era superpovoada à noite ficava vazia durante o dia. Exceto por Terezinha, que cuidava das tarefas domésticas e ainda auxiliava Dona Linda com os quitutes.

E Leônidas e Laízio precisavam concluir os estudos. Ambos conseguiram bolsas na Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo, algo bastante concorrido ontem e hoje. Nesse colégio, Laízio teve como colega de classe Claudio Tozzi, que estudava para entrar na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e, mais tarde, faria o projeto gráfico de *Amanhã*, o jornal militante de Raimundo nos anos de faculdade de física.

A partir desta, multiplicariam-se as coincidências entre as vidas de Raimundo e Laízio. E ficaria clara a admiração do mais novo pelo mais velho. Em 1962, Lorinho cursava engenharia no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, caminho também pretendido pelo irmão. E Nenzão não só entrou no ITA como o fez, assim como Raimundo, após duas tentativas. Assim, ele só conseguiu entrar na instituição em 1964, ano em que o golpe militar abalaria a pretensão de diploma de Raimundo. Dos amigos do irmão, Laízio receberia o apelido de KD, o contrário de DK, iniciais do apelido de Raimundo na faculdade. E, completando as ironias e coincidências em São José dos Campos, Laízio também não terminaria o curso. Ele foi desligado em 1966 por notas supostamente baixas, desculpa que nunca engoliu. Algo parecido com o que tentaram fazer por duas vezes com Raimundo, segundo denunciado por ele e seus colegas da época.

O irmão mais novo pouco prestava atenção nas atividades extra-curriculares do anarquista Dana Key. Na verdade, seus conhecimentos políticos de então não permitiriam sequer que entendesse o que era o tal anarquismo. Raimundo, por sua vez, nunca fez questão de misturar esses assuntos com a família. Por tudo isso, foi grande a surpresa de Laízio quando um amigo lhe procurou na faculdade e disse que seu irmão mais velho havia sido preso e levado para São Paulo. Para que Nenzão compreendesse, foi necessário explicar-lhe até que houve um golpe militar uma

semana antes, e o que isso significava. Foi ele quem comunicou a família sobre a prisão do irmão, episódio de que não se esqueceria tão cedo.

Nos anos seguintes, ainda no ITA, ele se dedicaria a compreender, nos livros, aquela situação e as razões da detenção de Raimundo. Mesmo ainda sem entender muito bem, desenvolveria certa repulsa por aquelas figuras militares que encerraram as chances do irmão na engenharia e nada explicavam dessa e de outras atitudes abusivas que cometiam. Em dezembro de 1965, Laízio presenciou a prisão de um grande amigo seu, Mário Tokoro, enquanto jogava com ele uma inocente partida de futebol. Da mesma forma que Raimundo um ano antes, Tokoro foi levado da faculdade pela Carrocinha, juntamente com dois amigos do irmão mais velho de Laízio: Luiz Maria Esmanhoto e Ezequiel Dias, figuras “subversivas” conhecidas do Centro Acadêmico Santos Dumont. Os dois eram da turma de Dana Key e tinham sido suspensos por um ano do ITA acusados de fazer parte do mesmo grupo subversivo, supostamente liderado por DK, que estaria planejando explodir um pedaço da Via Dutra. Eles e Mário Tokoro estavam há semanas de pegar os diplomas quando foram - novamente, no caso de Esmanhoto e Ezequiel - impedidos pelos militares.

No dia da expulsão de Tokoro e dos outros, Laízio quase arrumou também uma para si ao protestar contra o diretor do Centro Tecnológico da Aeronáutica, o briga-

deiro Henrique Castro Neves, pela expulsão dos colegas. Estavam somados, na indignação de Laízio, o episódio que presenciara mais cedo e também o vivido pelo seu irmão há um ano e meio. Foi carregado pelos amigos para longe da presença de Castro Neves antes que agredisse o militar.

Aquele acabou sendo o fim de sua passagem pelo ITA. Em janeiro de 1966, durante as férias, Laízio recebeu um telegrama que o desligava do curso por “notas insuficientes”. Decepcionado como estava, nem discutiu ou argumentou. Provavelmente não voltaria à faculdade de qualquer forma.

A partir daí, Laízio viveria anos de intensa militância política, paralela à de Raimundo. Curioso é que nenhum dos dois sabia, nem queria saber, das atividades do outro. Nem mesmo quando o mais novo também entrou, ainda em 1966, no curso de Física na USP, onde estava, em um estágio mais avançado, o mais velho. Assim como Raimundo, Laízio aproveitou matérias concluídas na engenharia para pular algumas etapas no novo curso. Mas os irmãos mal chegavam a se cruzar na universidade, já que Raimundo passava mais tempo na redação do jornal *Amanhã*, na sede do Teatro dos alunos da USP, enquanto Laízio logo conseguiu uma moradia no CRUSP, o conjunto residencial da instituição para alunos de outras cidades e/ou de baixa renda. Laízio não era uma coisa nem outra, mas conseguiu, com a ajuda de amigos, infiltrar-se no prédio.

Missão secreta

Se Raimundo Pereira abdicou, nos anos de USP, dos atos de militância para exercê-los na forma de jornalismo, Laízio Rodrigues de Oliveira seria da turma do “corre-corre” na resistência política. Junto de Antônio Martins Rodrigues, aquele que foi preso quando imprimia a sexta edição de *Amanhã*, e de outros colegas, ele teria aventuras constantes durante as noites na Cidade Universitária. Em muitas ocasiões, os prédios dos vários institutos que já compunham a USP amanheceriam manchados por pichações subversivas, ou seriam alvo de coquetéis molotov, obras dos moradores do CRUSP. Passeatas noturnas também eram realizadas, sempre repletas de “demonstrações”, como Laízio chama os atos agressivos de protesto praticados nessas ocasiões:

Já tinha se tornado corriqueiro que, quando surgisse qualquer símbolo imperialista, principalmente do imperialismo norte-americano, (...) tentávamos destruí-los. (...) Sempre que a passeata passava perto de um posto de gasolina, onde os símbolos da Esso, Shell ou Texaco estivessem presentes, começavam a voar pedras, até o momento quando já entusiasmados tentávamos derrubar o poste onde se encontrava o símbolo. No centro de São Paulo, era comum a agressão contra os estabelecimentos estrangeiros, sendo o Citi Bank o preferido.

No entanto, após uma detenção em um desses atos, ele aprenderia que era mais inteligente não integrar a “linha de frente” dessas manifestações. E Laízio vinha se aprofundando nos estudos políticos, ganhando também uma consciência estratégica sobre as táticas de resistência. Em 1968, ele já tinha avançado o suficiente no curso de física para poder dar aulas em escolas de segundo grau, o que passou a fazer no Colégio Batista Brasileiro, localizado na Rua Homem de Melo, próximo à casa de sua família nas Perdizes. Alguns alunos sabiam de seu envolvimento com o movimento estudantil e aproveitavam para procurar uma porta de entrada nas atividades, ainda como secundaristas. A situação era percebida pelos outros professores daquele colégio religioso e conservador, e, em poucos meses, Laízio foi demitido pela direção, que queria evitar qualquer problema com as autoridades.

A demissão acabou abrindo portas para uma participação política maior. Laízio ainda cursava a USP e passou a ficar boa parte dos dias na rua Maria Antônia, colaborando com atividades das organizações estudantis, mesmo com elas na ilegalidade. Na preparação para o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, que ocorreria em Ibiúna dali a um mês, ele foi chamado para uma missão de urgência: levar as informações de data e local do evento à delegação de Belém, no Pará. Laízio saiu em uma viagem que deveria durar menos de uma semana, mas ficou 2 meses no Norte do país, como representante da UNE nas agitações locais.

Do Pará, Laízio viu atônito, pela televisão, as notícias sobre o desmantelamento do Congresso clandestino de Ibiúna, com mais de 700 estudantes presos. O episódio obviamente gerou revolta nos companheiros paraenses, que saíram por vezes às ruas em protesto. Àquela altura já experimentado nas “demonstrações” de resistência nas vias públicas, o irmão de Raimundo assumiu grande preponderância no movimento estudantil local, elaborando táticas de marcha que confundiam a ação policial. Assim ele se lembra:

A assembleia geral(...) foi somente para abençoar o que já estava de antemão decidido: os estudantes de Belém do Pará iriam às ruas novamente, para protestar contra a prisão dos seus colegas no Congresso de Ibiúna. Enquanto a assembleia se realizava num grande auditório, numa sala dos fundos, eu e mais alguns dos estudantes procurávamos elaborar o melhor plano para o sucesso da passeata. Por sorte, para todos estava bem claro que nem o trajeto e nem a hora em que começaria a passeata poderia ser conhecida de antemão pela grande maioria, ou seja, pela grande massa participante. Como eu trazia uma certa experiência das inúmeras passeatas de São Paulo em que havia participado, eu propus que fossem formados grupos de no mínimo cinco pessoas, com um responsável, os quais deveriam estar numa hora certa num ponto determinado da cidade. Ou seja, cada responsável por um grupo receberia uma senha e deveria aguardar, na hora e local determinado, uma pessoa já estipulada pela organização

que lhe diria, finalmente, onde se realizaria a passeata. Com a ajuda de um mapa da cidade, conseguimos espalhar os diferentes grupos a 100 e 200 metros do local onde se iniciaria a passeata, de forma que em cinco minutos todos poderiam alcançá-lo a pé.

Afastada dos principais centros urbanos do Brasil, Belém ganhava corpo, na década de 1960, em função apenas da exploração da Amazônia e formação de latifúndios. Assim, tinha também um movimento estudantil pequeno, frágil e até mesmo inocente em questões políticas, como lembra Laízio. Por isso, acabou sendo relevante sua ajuda aos estudantes de lá. Tanto é que, a certa altura, a polícia paraense tinha informações de um “estudante paulista que estava subvertendo o ambiente estudantil” da capital do Pará, e ele precisou tomar um cuidado maior para não ser descoberto. Quem muito ajudou Laízio, oferecendo moradia e companhia na cidade que ele pouco conhecia foi um estudante de medicina chamado Ruy Antônio Barata. Filho de outro Ruy Barata, poeta e compositor que fora militante do Partido Comunista Brasileiro e, na ocasião do golpe militar, foi aposentado compulsoriamente da função de professor da Universidade Federal do Pará.

Laízio, que viajara para o Pará em setembro, voltou a São Paulo apenas na noite de Natal. Ele passou o período sem se comunicar uma vez sequer com a família, por medo de ser rastreado e envolver, sem querer, os parentes em uma caçada política. Depois de uma viagem de avião até o Rio

de Janeiro e outra de ônibus até São Paulo, ele chegou em casa com uma bagagem política que mesmo Raimundo não possuía na época. “Quando eu toquei a campainha na porta de casa, na madrugada daquele 25 de dezembro, meus pais e irmãos só faltaram chorar de alegria. (...) Creio que foi uma das melhores festa de natal que minha família passou. O filho pródigo tinha retornado à casa paterna”, se recorda.

Às armas

Depois da temporada no Pará, Laízio bem que tentou se afastar da militância e se concentrar nos estudos. Mas, com a dissolução do comando da União Nacional dos Estudantes e a promulgação do AI-5, todo membro restante das organizações estudantis precisaria ser aproveitado. Por isso, Laízio continuou atendendo aos chamados que recebia. E as tarefas dadas eram cada vez mais perigosas. Respondendo à ofensiva do governo, os resistentes radicalizaram sua atuação, e logo surgiam os primeiros grupos armados. Em vez de passeatas na rua, assaltos a bancos e sequestros eram a tática utilizada para mostrar aos militares que eles não governariam tranquilamente. E o irmão de Raimundo não escapou de pegar em armas, embora não tenha precisado puxar o gatilho em nenhuma das vezes. “Eu não estava de nenhuma forma convicto de que aquele era o

caminho correto para derrubarmos a ditadura. No entanto, não havia nenhuma outra perspectiva na época”, recorda.

No movimento de resistência, os contatos entre os militantes eram sempre restritos, para que não fosse facilitada a perseguição policial. Quem se comunicava com Laízio e lhe designava missões era Paulo de Tarso Venceslau, estudante de economia que tomava parte cada vez mais preponderante nas ações da Aliança Libertadora Nacional, a dissidência armada do Partido Comunista Brasileiro liderada por Carlos Marighella. Em uma ocasião, Paulo precisou que Laízio guardasse consigo por um dia um misterioso pacote. Sem muitas explicações, após um chamado apressado, lhe entregou o material: uma sacola repleta de armas e artefatos para montar uma bomba caseira. O jovem estudante de física estava a serviço e não teve escolha. Resolveu esconder o presente de grego na casa de sua família, pensando não haver motivo para que a polícia baixasse ali do nada.

As autoridades não vieram, mas Laízio passou maus momentos. Logo após esconder as armas, se deparou com seu irmão mais novo, Leônidas, então estudante de economia na USP que trabalhava no cursinho preparatório para a faculdade. Nenzão escutou de Zico que, por algum motivo inexplicado, a polícia invadira o cursinho em que trabalhava, levando consigo materiais “suspeitos” e prendendo um dos diretores. Por isso, Leônidas temia que ela visitasse também a casa dos outros integrantes do cursinho, inclusive a sua. Acuado, Laízio explicou sua complicada situação para

o irmão, mas não obteve a compreensão esperada. Zico iniciou uma barulhenta discussão e, em questão de minutos, Joaquim e Lindanora estavam sabendo das atividades semi-clandestinas de seu filho. “Eu não tive nenhuma oportunidade de retrucar ou tentar explicar algo, a histeria era geral. Sem outra alternativa, peguei a sacola e sai de casa”. Preocupado, Leônidas correu atrás do irmão e permitiu que a sacola ficasse guardada no porta-malas de seu carro naquela noite. E, no dia seguinte, as armas estavam novamente em posse de Paulo de Tarso. Poucos meses depois, Paulo participaria do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, quando a ALN e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8, conseguiram a libertação de 15 prisioneiros militantes em troca do diplomata.

Rumo ao exílio

Embora já se considerasse um revolucionário convicto, Laízio não se sentia confortável com o rumo que a resistência política tomava. Admirava a bravura dos colegas, mas não conseguia vislumbrar que aqueles poucos e fragmentados militantes derrotariam, algum dia, todo o aparato de segurança nacional por meio das armas. E não queria acabar preso ou morto por qualquer ato inconsequente. Por isso ficou aliviado quando Leônidas lhe trouxe, já nos últimos meses de 1969, uma proposta de trabalho: ele iria

abrir seu próprio curso pré-vestibular e chamou Laízio para o cargo de diretor pedagógico. Lairton, o mais velho, também entrou no negócio, como diretor administrativo, enquanto o caçula e dono do novo empreendimento cuidaria das questões financeiras. Ocupado no trabalho e mantendo ainda escassas aulas no curso de física, Laízio tentaria se afastar das agitações da subversão, embora não deixasse de agir marginalmente, cumprindo pequenos favores e intermediando contatos entre militantes distantes entre si.

O Curso Diretriz instalou-se no centro de São Paulo, na rua Quintino Bocaiuva, bem próximo à Praça da Sé. Por mais de um ano, Laízio manteve seu emprego normalmente, conciliando-o com uma aula ou outra e a participação mais branda no movimento estudantil. Ele julgava estar se mantendo longe o suficiente do perigo quando, em maio de 1971, um amigo da física lhe trouxe um recado de um terceiro colega, preso naquele momento. Clodoaldo, o militante que estava detido, tinha como advogada Leonora, que atendia perseguidos políticos em dificuldade. Segundo Laízio conta, um agente do governo havia dito para Clodoaldo que “não se mostrasse muito contente, porque o irmão da sua advogada logo viria lhe fazer companhia na prisão”. Embora Laízio nunca tivesse atuado como um dos “cabeças” do movimento subversivo, suas atividades tinham ido de São Paulo ao Pará, passando pelo Rio de Janeiro, e não passaram despercebidas pelo governo. Mesmo no Curso Diretriz era conhecida a sua fama de militante.

Laízio não sabia porque não lhe prendiam logo, se era o que desejavam. Talvez, pensava, os militares estivesse esperando que se envolvesse em nova atividade subversiva. Mas ele não esperaria para ter certeza. Considerou algumas saídas para aquela situação, como entrar de vez no movimento armado de resistência, ou fugir para o Chile, na época sob governo do socialista Salvador Allende. Mas Laízio já deixara de acreditar nas possibilidades de qualquer grande êxito dos colegas clandestinos, e a rota para o Chile era bastante visada pelo governo brasileiro. Quer dizer, nenhuma das opções era segura. Enquanto refletia sobre o melhor caminho a tomar, foi Ruy Barata, o estudante de medicina que conhecera no Pará, e que estava em São Paulo para concluir a residência médica, quem lhe sugeriu uma terceira via.

Mesmo sob o governo militar, resistiam vivos os Institutos Culturais Brasil-União Soviética¹, “órgãos independentes das organizações partidárias dos comunistas, [que] tinham como funções principais estabelecer intercâmbio cultural com entidades congêneres (...) Além disso, selecionar candidatos que desejassem cursar a Universidade Patriice Lumumba”. Ruy explicou a Laízio que a ditadura não impedia que estudantes fossem selecionados e enviados à União Soviética todos os anos, e que ele poderia escapar por aquele caminho. E, além dos alunos, seguiam para lá familiares dos membros do proscrito Partido Comunista Brasileiro – isso sem que o governo brasileiro soubesse – que viviam na clandestinidade. Ruy era ligado ao Partidão,

e poderia conseguir uma bolsa de estudos para o amigo. E Laízio gostou da ideia:

Eu nunca tive tendência para herói e, muito menos, herói morto ou torturado. Eu me alegrava pelo final de cada dia, por não ter passado nada, mas já sentia o aperto no peito pelo que poderia passar no próximo. Foi assim que, movido pelas incertezas em que estava vivendo, aceitei a ideia do Ruy. Dias depois, num encontro com ele e um membro do Comitê Central [do PCB], num restaurante de São Paulo, ficou definitivamente concretizada. (...) Ficou também combinado que, se eu notasse que a casa estava para cair, eles providenciariam imediatamente a minha saída de uma forma clandestina pela Argentina, uma das rotas que, segundo eles, era utilizada para tirar gente do Brasil.

Apenas Leônidas, chefe de Laízio no Curso Diretriz, conhecia a delicada situação por que o irmão passava. Raimundo, que nessa época preparava a edição especial sobre a Amazônia da revista *Realidade*, de nada ficou sabendo. Os pais dos três, mesmo após a confusão com as armas de Paulo de Tarso na casa deles, não sabiam que Nenzão continuava com aqueles atividades, que, de qualquer forma, eles pouco compreendiam. Por isso, Lindanora e Joaquim foram facilmente convencidos quando o filho disse que conseguira, apenas estudando, uma bolsa de estudos no outro lado do mundo. Até uma festa de despedida fizeram para Laízio, sem que ninguém desconfiasse do real motivo da viagem.

Os preparativos foram feitos. E, embora Laízio temesse, nenhuma investida policial veio até o dia do seu voo, em agosto de 1971. Mas foi bom que não ficasse muito mais tempo no Brasil. Três meses depois de sua partida, policiais do DOPS invadiram o Curso Diretriz e, na dúvida, prenderam todos os funcionários que encontraram por lá. Inclusive seus irmãos Leônidas e Lairton, que passaram uma semana nas mãos das autoridades, mas tiveram a sorte de não receber os costumeiros maus tratos que eram destinados à maioria dos visitantes que o largo General Osório recebia. Quem sofreu na prisão foi Paulo Collet, o professor de história que Laízio deixou ocupando as duas posições que tinha naquele momento: de diretor pedagógico no Diretriz, e de colaborador informal do movimento estudantil, mantendo contatos com o pessoal da física. Collet compartilhava dos ideais de Laízio e, por isso, aceitou ficar em seu lugar. Mas os agentes do DOPS encontraram, em uma de suas gavetas, documentos comprometedores sobre planejamentos políticos. Foi o bastante para que o professor passasse mais de um mês sob tortura, até que confessasse qual era o seu envolvimento com militantes subversivos. Deu o nome de Laízio à polícia, conforme o próprio lhe havia orientado, para o caso de problemas com as autoridades. Laízio sabia que, atrás da Cortina de Ferro, não haveria como alcançarem-no e, por isso, autorizara a delação.

Para o alívio de Laízio e do resto da família, Leônidas e Lairton não tiveram maiores problemas. Foram convoca-

dos para mais alguns depoimentos, a que compareceram na companhia da irmã Leonora, mas não havia nenhum tipo de acusação em que pudessem ser envolvidos. No lado das autoridades, quem comandava a investigação sobre o Curso Diretriz era o delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do DOPS e do Esquadrão da Morte, comando paramilitar que perseguia e matava militantes esquerdistas às margens das investigações oficiais. Fleury foi o autor de um dos tiros que assassinaram Carlos Marighella, principal militante da Aliança Libertadora Nacional, organização com a qual Laízio colaborara marginalmente anos antes, inclusive quando levou uma sacola cheia de armas para esconder em sua casa.

Aquele foi, provavelmente, o primeiro encontro cara a cara entre Leonora e Fleury. Em poucos anos seus caminhos se cruzariam novamente, de uma forma que abalaria o convívio da família Rodrigues de Oliveira (e Pereira). Em especial o relacionamento de Leonora com Raimundo.

Duas más notícias

Tão logo chegou em Moscou, Laízio foi conduzido à Universidade Patrice Lumumba, também conhecida como Universidade de Amizade dos Povos². Em sua companhia no voo vieram outros brasileiros com o mesmo destino, mas nenhum com a bagagem de atuação militante que ele tinha. Chegando à universidade, ele viu que havia gente de toda

parte do mundo procurando estudar na capital internacional do comunismo. Era mesmo o lugar onde – quase – todos os povos se encontravam. Pelas dificuldades em se comunicar com a maioria das pessoas, Laízio se agruparia com outros brasileiros e latinos, como chilenos e equatorianos. Aquela Torre de Babel seria vencida, aos poucos, com a ajuda das aulas do idioma russo. Os estudos de Laízio não envolveriam nenhuma conspiração ou atividade política, embora muitos ali se encontrassem com esse propósito. Na verdade, em breve ele sairia da Patrice Lumumba e iria para a Universidade Estatal de Moscou, desde 1940 chamada também de Lomonosov³, onde estudaria cibernética aplicada na economia.

E assim, enquanto Raimundo fazia seu nome na imprensa alternativa, Leônidas conduzia o Curso Diretriz com Lairton, Leonora advogava em favor de militantes, e Lindanora e Joaquim viviam tranquilamente. Os anos se passavam sem grandes sobressaltos. Até que, no início de 1975, quando passava as férias de inverno em uma colônia da universidade, Laízio se deu conta de que havia perdido seu passaporte. Sua desconfiança foi que o documento tivesse caído de seu bolso em uma viagem de ônibus, ou que tivessem mexido em suas coisas na colônia de férias. Mas nunca soube qual foi o real destino dos únicos papéis que garantiam sua vida em segurança fora do Brasil. E agora ele precisava de um novo.

Acontece que, àquela altura, o governo militar já tinha enredado todas as representações do Estado brasileiro,

inclusive o Ministério das Relações Exteriores, para quem Laízio requereu um novo passaporte na embaixada brasileira em Moscou. No entanto, com seu nome na lista de procurados pela ditadura, seria difícil conseguir que seus algozes lhe concedessem, de boa vontade, o documento. O único “favor” oferecido foi um salvo conduto para que ele viajasse ao Brasil e resolvesse em seu país a situação. Uma armadilha óbvia.

Laízio recorreu, então, a meios alternativos. “Em outubro [de 1975], enviei uma carta para minha irmã, Leonora, advogada, explicando-lhe o meu caso e pedindo que ela entrasse com um pedido na Justiça, para a obtenção de um novo passaporte”, rememora. A irmã iniciou os contatos no Brasil e a burocracia se prolongaria. Mas ela estava confiante, pois “um bom amigo”, com certos poderes no país, a estava ajudando. Quando ela visitou Laízio em Moscou, no meio de 1976, ele deixou de lado algumas provas que tinha na Lomonosov para servir de guia turístico à irmã. Depois, ao voltar à universidade para saber quando faria as provas, veio a bomba: Laízio tinha sido desligado da instituição, como que por abandono de suas obrigações estudantis. Na sua teoria, havia ali um complô contra ele, tramado por um desafeto seu no Ministério da Educação que tinha motivado a sua transferência da Patrice Lumumba para a Lomonosov. Laízio recorreu a amigos, à embaixada, até ao próprio Partido Comunista Soviético. Sem passaporte e sem matrícula universitária, ele não tinha onde se apoiar para permanecer na União Soviética, correndo o risco de

ser extraditado de volta para o Brasil. Nesse momento, ele percebeu que estava preso num intrincado jogo burocrático protagonizado por duas ditaduras: a brasileira, militar, e a comunista soviética. Mesmo no lado político que mais lhe agradava, parecia haver pouco ou nenhum interesse em ajudar um estudante estrangeiro que, além de problemas com a universidade, enfrentava dificuldades com os órgãos diplomáticos e estava sem passaporte.

Pior: em um dos passeios que fez com Leonora por Moscou, Laízio a levou até a casa de amigos universitários. Ira era o nome de uma estudante de medicina soviética que julgava ser capaz de prever o futuro das pessoas nas cartas. Laízio era dado a alguns misticismos e pediu para que a aplicasse sua técnica na irmã. O que foi revelado futuro não fez sentido algum para ele. Ira afirmava que Leonora estava envolvida com um homem muito poderoso e muito perigoso, e que ela poderia esperar muita tristeza e muita dor em seu futuro próximo. Ele segurou sua curiosidade por alguns momentos, mas, depois de saírem daquela casa, perguntou à irmã se havia alguma verdade no que as cartas mostraram a Ira. A resposta o fez querer nunca ter questionado aquilo. Laízio ficou sabendo, enfim, a identidade do “bom amigo” de Leonora. Na primeira vez que ouviu detalhes da vida íntima da irmã, ele soube que ela tinha um amante, casado, e que o homem era o repressor Sérgio Paranhos Fleury.

“Ela contou-me, de forma aventureira, sobre os primeiros contatos com ele. Eu lhe preveni de todos os perigos

que incorria, não somente ao aceitar tal tipo de ajuda, mas também em qualquer forma de relacionamento de caráter pessoal com ele. Leonora afirmou que nunca deixaria de utilizar o bom senso para resolver os seus problemas e, além disso, o importante era conseguir o mais rápido possível o meu passaporte”, lembra o Laízio de hoje. Ele acreditou na irmã e não daria grande importância às confidências ouvidas, acreditando tratar-se apenas de um recurso extra utilizado por Leonora para ajudá-lo. “Um grande erro”, ponderaria mais tarde.

Sem vínculos oficiais que permitissem sua permanência no país, Laízio recebeu ordem de saída da União Soviética, que cumpriu em novembro de 1976. Ele foi para Berlim ocidental, na Alemanha capitalista, recusando uma proposta para pedir asilo político no lado oriental. Tinha se cansado do oficialismo burocrático comunista, embora não tivesse deixado de lado suas convicções anti-imperialistas. E, em um país em que não era visto como inimigo pela ditadura brasileira, ele teria maiores esperanças de conseguir seu novo passaporte.

O inimaginável

Leonora Rodrigues de Oliveira era uma mulher bonita. Nem muito alta, nem muito baixa. Morena, grandes olhos escuros e sempre muito vaidosa. Sérgio Paranhos

Fleury era barrigudo e tinha grandes entradas de calvície no cabelo, reveladoras de uma idade já mais avançada – em 1975, ele já tinha 42 anos da idade, 6 a mais que Leonora –, além de cultivar fartas olheiras. Advogada, ela trabalhava na maior parte do tempo defendendo presos políticos. Era irmã de Raimundo Pereira, um dos jornalistas mais conhecidos daquela época na imprensa de oposição ao regime militar, e também de Laízio Oliveira, um militante esquerdista que fugira para o seio do maior regime comunista do mundo. Já a fama de Fleury era a de temido perseguidor e torturador dos militantes considerados subversivos pela ditadura.

Na tentativa de ajudar o irmão que se encontrava de mãos atadas na União Soviética, sem passaporte e sem perspectiva de obter um, Leonora acabou apelando ao todo poderoso delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, Sérgio Paranhos Fleury. Foram seus amigos advogados que lhe asseguraram que, entre as autoridades mais acessíveis, somente o delegado do Dops seria



Leonora e Sérgio
Fleury, amantes
improváveis.

uma pessoa com influência suficiente para ajudar no caso. Com trânsito livre no Ministério das Relações Exteriores, Fleury era a aposta mais certa que Leonora poderia fazer, ao menos em São Paulo.

Foi no começo do ano de 1976 que a advogada entrou no prédio do Dops para falar com o delegado. E foi grande a espera até que conseguisse encontrá-lo. Desconfiado, Fleury logo fez a Leonora uma pergunta que seria decisiva.

- Você é comunista?

A resposta veio curta, grossa e cheia de personalidade:

- Não. Sou anarquista.

Depois de encaminhar os documentos que eram necessários para a emissão do novo passaporte, Leonora perguntou ao homem responsável pela prisão de seus irmãos, 4 anos antes, quanto custaria a ela todo o procedimento burocrático. “Um jantar”, foi a resposta.

Amor e política em cartas

Obrigado a sair da União Soviética, Laízio passou os primeiros meses em Berlim ocidental na casa de um amigo da universidade Patrice Lumumba. Até o início de 1977, ele não recebeu nenhuma novidade de Leonora sobre o envio de seu passaporte. Nessa época, intensificou-se a troca de cartas entre os irmãos para discutir a situação. Ela afirmava

estar empregando todos os esforços possíveis na agilização daquela burocracia, além de contar com os favores do todo poderoso homem do Dops. Ele estava duplamente preocupado: com a emissão do documento que o permitiria viver tranquilamente na Europa e com o grau de envolvimento de Leonora com Fleury. Em uma correspondência recebida em março de 1977, Laízio notou que advogada e delegado estavam cada vez mais próximos. Ela escrevera: “Sei que você está desiludido – eu também. Mas o ‘meu amigo invisível’ me garantiu, e ele nunca falha. Aguarde até o fim do mês [de março] e você o terá [o passaporte]”.⁴

Enquanto o problema se desenrolava, Raimundo Pereira tocava o jornal *Movimento*, sob pressão da ditadura mas de grande sucesso entre intelectuais e oposição. Foi no mesmo mês do grande racha do jornal, abril de 1977, que ele ficou sabendo do envolvimento da irmã com um dos maiores símbolos do regime contra o qual ele e seus companheiros de profissão tanto lutavam. Leonora sabia que ele não receberia bem a notícia, mas não imaginava que a reação do irmão seria tão radical. Ela escreveu para Laízio explicando que Lorinho havia cortado, aparentemente em caráter definitivo, qualquer relação com ela. E que Raimundo, por acreditar que Leonora estava mais prejudicando o irmão que passava dificuldades fora do país do que o ajudando, iria, ele próprio, levar o caso à Justiça, de acordo com os direitos que cabiam a Laízio como todo e qualquer cidadão brasileiro. Sem favores, especialmente vindos de

um de seus maiores algozes. Na carta, ela conta a Laízio também que lhe haviam assegurado que o passaporte tinha sido despachado.

No final daquele mês, ainda sem o documento, Laízio recebeu uma carta de Raimundo, que relatava estar ciente de que Leonora havia se tornado a “amante oficial” de Fleury. Junto com a carta de Lorinho, veio também uma de dona Lindanora. Aflita com a briga entre os dois irmãos, a mãe contava ao filho distante sobre o drama familiar por que toda a família estava passando no Brasil. Com isso, apesar de não ter pedido ajuda diretamente ao “bom amigo” de Leonora, Laízio se sentiu culpado pelo problema surgido entre os irmãos. Escreveu a ambos em tom apaziguador, tentando mostrar para a irmã as possíveis consequências, inclusive políticas, que o caso com Fleury traria para Raimundo. E alertando de que poderia estar, na verdade, sendo enganada pelo amante.

Antes de receber a carta de Lorinho, eu não pretendia interferir pessoalmente no assunto, com opiniões diretas, tendo em vista que sempre acreditei que apesar de todas as divergências e opiniões, e destes conflitos pessoais, o tempo e o bom senso próprio de vocês dois lhes permitiriam chegar a uma solução mais racional do problema.(...) Lorinho me contava (justamente por falta de conhecimento sobre quais foram as razões sentimentais suas que a levaram a isso) que você colocava como razão do seu relacionamento pessoal com o Fleury a necessidade de

obtenção do meu passaporte. Veja como ficam as coisas agora, independentemente de querermos ou não, e em parte por termos levado mal o assunto. Você se encontra como uma mulher que precisou se tornar amante de um agente do adversário político, apenas para atingir um fim político que não valia tanto. Eu fico como o irmão sem moral, que consentiu mesmo inadvertidamente que sua irmã chegasse a tanto. Correto, as coisas não são realmente assim, mas estão justamente assim, quer seja da parte de amigos como de inimigos. Meu raciocínio pretenderá basear-se puramente na realidade, e espero que você me ajude a completá-lo, se possível, com os sentimentos. Desde o primeiro instante em que se inteirou do caso, o verdadeiro objetivo do nosso adversário (chamêmo-lo assim) foi o objetivo político: a luta contra o jornal Movimento e sua oposição política à estrutura governamental, da qual é figura central dos órgãos repressivos o nosso adversário.

Laízo tratava agora Fleury claramente como um adversário, com fins políticos muito bem traçados. O caso do passaporte seria mais uma tática planejada pelo “adversário”.

O caso do meu adversário seria o instrumento inicial para criar um estado de dependência entre você e ele (justamente o problema do meu passaporte não foi resolvido imediatamente porque quebraria esse estado de dependência, o que dificultaria os fins de nosso adversário). (...) E a partir daí atingir nosso irmão e em função dele o jornal Movimento, que é a grande espinha (mesmo que você não queira reconhecer) na garganta do governo

brasileiro. Bom analista, não somente político como também sentimental (veja o resultado que obteve, fazendo com que você se tornasse amante dele), nosso adversário sabia que estava no tempo do seu grande cúmplice conseguir a sua submissão a ele.

Apesar do irmão subestimar-lhe a capacidade de identificar por si própria as intenções de Fleury, Leonora respondeu a carta compreensivamente. “Suas palavras quando a mim dirigidas jamais cairão em terra infértil”, afirmou. Raimundo respondeu também à carta de Laízio endereçada a ele, discordando de vários aspectos que o irmão apontava. Ele estava decidido a conseguir o passaporte pelas vias judiciais, sem os favores do amante da irmã. “Ele concordava e discordava de muitas das minhas proposições, tanto com relação à Leonora, como em relação à forma que eu tinha escolhido para resolver o caso do meu passaporte. Era uma carta pessoal. Era uma carta de irmão para irmão”, lembraria Laízio, décadas mais tarde. A esta altura, Nenzão havia aceitado a proposta de Raimundo, de obter seu passaporte com um pedido judicial. Uma tentativa a mais provavelmente não faria mal.

Mas a verdade é que o delegado que comandava também o temido Esquadrão da Morte estava realmente apaixonado por Leonora. Percebendo as desavenças na família, e talvez por se sentir mal ao ver a amante em maus lençóis com toda a família por sua causa, Fleury entrou em contato com Laízio. Mas da forma menos esperada pelo mi-

litante foragido. No dia primeiro de junho de 1977, chegou um telegrama em Berlim, onde constava: “Assunto passaporte, ligue sem falta dia 2 ou 3 de junho às 19:00 horas (Brasil) fone 221-2341 a pagar c/ dr.sergio. Leonora.”

Ao ligar para o Brasil no dia seguinte, Laízio esperava falar com a irmã. E foi grande o susto que levou quando a voz do outro lado da linha se identificou como sendo o próprio Fleury. Ele se desculpou por ter utilizado o nome da Leonora no telegrama, mas pensou – provavelmente de forma acertada – que, se tivesse colocado o seu, não teria havido resposta. O delegado deu notícias de Leonora a Laízio e fez algumas perguntas relativas à emissão do novo passaporte. “Afirmou-me, também, que a ordem para que eu recebesse o meu passaporte já estava saindo. E, como ele me perguntou, dei alguns recados gerais para a Leonora. Finalmente, nos despedimos, tão cordialmente como eu pude”, lembra Laízio. Ele depois escreveu para a irmã para reclamar do subterfúgio usado por Fleury para conseguir o telefonema, e se deparou com uma resposta áspera, quase que questionando a falta de gratidão do irmão por tudo o que ela e “F” estavam fazendo por ele:

Sim, eu soube do telegrama e do telefonema. Você indaga, no fundo, os motivos. Não sei se você sabe o preço de um telex – é caro. Como ele não queria me onerar, passou o telex em meu nome e depois me disse. Não vi nada de mais ou menos, já que se tratava do seu interesse e não vejo nisto, nem de sua

parte ou minha, alguma corrupção, muito menos da parte dele – que, atualmente, conheço tanto quanto a você. Quanto ao telefonema, eu não posso, realmente, pagar, um telefonema internacional dessa espécie, ou seja, para uma conversa de algum tempo. Como ele se acha na obrigação de resolver o seu caso, foi da própria cabeça dele a resolução de pedir a você que telefonasse para o Dops, a cobrar.

Na mesma carta, Leonora confessou o amor que a unia a Fleury, e disse confiar nele para a obtenção do documento. E insistiu para que, depois de resolvido o problema, o irmão não se sentisse devedor de nada. “Fatalmente brigaremos uma vez ou outra, contudo entre nós haverá sempre a liberdade que o mundo pretende, e você não me deverá, nunca, nada a não ser o respeito humano”, escreveu.

No final do mês de junho, Fleury voltou a entrar em contato com Laízio, dessa vez através de uma longa carta. Afirmava que a saída judicial para a obtenção do passaporte era uma alternativa boba, desgastante e radical. Ele deveria esperar os resultados das movimentações feitas pelo delegado. Fleury falava também em Leonora, e no quanto seu amor por ela era verdadeiro. O homem que virou o símbolo do terror e da tortura nos corredores do Dops se mostrava agora polido, dócil, e procurava um tom amigável para tratar o irmão de sua companheira. O delegado falava ainda em “não radicalização”, e pedia para “caminhos do ódio” serem evitados.

Estudei seu caso e por ele estou lutando, por achar justa sua pretensão e agora, por saber que ela, além da parte material, se afirma também em um grande amor. Porém, peço vênica para falar-lhe com clareza, dureza e sinceridade que, dizem, são características minhas. (...) Você sabe que existe um grande sentimento entre Leonora e eu. Muito bem, por situações anteriores e que não nos foi dado escolher ou adivinhar, não é o nosso relacionamento regular perante a sociedade e a lei. Mas saiba: de minha parte, o respeito e o amor que dedico a Leo é realmente verdadeiro e profundo. (...) Não conversamos de política, respeito seus parâmetros e procuro não modificá-los. A situação de Leonora é mais difícil. Seus pais e irmãos são contrários a este relacionamento. Os motivos são os de ser eu ainda casado. Podem existir outros, mas estes eu considero superáveis e prefiro não comentar, pois não acho que o radicalismo, em qualquer setor humano, conduza a algum lugar. Ao contrário, quem se radicalizar deixa de ser humano e se escraviza a certos limites intransigentes, que conduzem ao caminho da vingança, do ódio e da solidão.

Ao final da carta, Fleury pedia um retorno de Laí-zio por telefone. Quando ligasse, ele deveria chamar pelo “Dr. Barreto”. Lendo aquelas palavras, Nenzão enfureceu-se, pois aquele nome falso dado pelo delegado reavivou antigas memórias suas. “Depois de lê-la [a carta], o que mais me chamou a atenção foi ele ter dado o seu codinome, ‘Dr. Barreto’. Este nome, sim, eu conhecia muito bem, de inú-

meros relatos sobre a tortura no Brasil, publicados pelos órgãos da Anistia Internacional”, lembra Laízio, que não retornou a Fleury, por telefonema nem por escrito. Sua cabeça estava feita, e ele decidiu que só tentaria o novo passaporte pela via judicial. Mas não podia fazer mais nada para mudar as intenções de sua irmã. Ele se recorda, mais de trinta anos depois:

O Fleury nunca foi meu amigo e muito menos meu aliado. O caminho que eu escolhi, antes de sua carta e do seu telegrama, foi o judicial. O caminho que minha irmã, como minha primeira advogada, havia escolhido, eu não podia mais parar, mas não era mais o meu caminho. Eu já havia escolhido, antes que o Fleury me oferecesse suas opções, o caminho que, segundo ele, era “anti-estratégico e radical”, além de “não conduzir a nada”. O caminho judicial que eu havia escolhido seria levado adiante pelo meu irmão Raimundo e não mais pela Leonora. E o Fleury já devia saber disso ao escrever-me sua carta.

Quinze meses após pedir a ajuda da irmã, no dia 28 de julho de 1977, o passaporte de Laízio finalmente chegou à suas mãos. Leonora ficou contente, já que afinal, seus meios haviam funcionado. O sucesso da empreitada carregava também o significado de uma prova de amor de “F”. Raimundo ficou desapontado, já que a tentativa de retomar aos caminhos legais previstos fora tardia. Apesar de, enfim, ter conseguido o que tanto queria, a conquista

deixou um sabor amargo na boca de Laízio, que só o tempo ajudaria a digerir. “Era o preço a ser pago, por ter calculado mal as forças intrínsecas e indômitas da natureza humana”, conta ele. O documento recebido por Laízio era válido por um ano e somente para a Alemanha Ocidental. Ele só conseguiria um passaporte convencional em junho de 1979, após a declaração de Anistia no Brasil.

Durante os anos seguintes, até a morte de Fleury em maio de 1979, ele e Leonora trocariam mais correspondências. O assunto principal das cartas era justamente o relacionamento dela com o delegado, a quem chamava de “Ronc-Ronc”, porque roncava muito. Os textos trocados entre os irmãos adotavam diversos tons, em diferentes ocasiões. Laízio descrevia como Fleury se tornara um dos símbolos da máxima repressão e da violação aos direitos humanos no país, e ela retrucava questionando os métodos e os próprios fins da esquerda brasileira. Leonora ficava enraivecida quando o irmão chamava seu companheiro de torturador. Em carta de abril de 1978, ele falava que o nome de Fleury aparecia em documentos de órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos.

Por exemplo, aqui em Berlim foi editado, pelo Comitê da Anistia Internacional, um depoimento firmado por presos políticos que relatam os vários métodos de torturas utilizados no Brasil e as principais pessoas envolvidas nisso. E obviamente o nome de Fleury consta dele, não só como mandante, mas também como participante.

Paralelamente às discussões com o irmão, Leonora levava com o amante uma vida semelhante à de qualquer casal que não tivesse nada a esconder. Uma relação com momentos de carinho, afeto e ciúmes. O encontro dos dois acontecia na casa de Leonora, no imóvel da rua Ministro Godói, em Perdizes. O lugar onde a família Rodrigues Pereira – que naquele momento morava na residência construída pela cunhada de Raimundo na Freguesia do Ó – viveu logo após a chegada de Pacaembu. O temido Fleury, um dos assassinos de Carlos Marighella, era pessoa completamente diferente quando se dirigia à companheira. Em especial nos bilhetes deixados para ela quando Leonora não estava em casa. Muitas das vezes em que não podia comparecer a algum encontro com a amada por motivos de trabalho, ele se desculpava pedindo compreensão e fidelidade:

20.05 hs. Meu bem. Desde às 14.30 que tento falar com você. Realmente você tem palavra, pois apesar de eu lhe avisar que lhe procuraria e queria lhe ver, você não me permitiu. Porém, já que quem gosta sou eu, o ônus é meu. Até às 21 horas estarei esperando uma comunicação sua. Depois é claro e razoável, o tempo de espera já foi longo e só lhe verei amanhã. Me telefone.

Um beijo.

Sérgio.

Quando Leonora viajava ou tinha um compromisso fora da cidade, Fleury lhe desejava boa viagem, mas que

aproveitasse com juízo.

Minha querida.

Além de lhe amar eu lhe desejo com todas as forças internas e externas da libido. Lembre-se sempre, meu bem, destas afirmativas leais e desinteressadas. Nunca se esqueça, por favor. Eu te amo. Juízo e compreensão, minha querida. Divirta-se se tiver vontade e lembre-se um pouco de quem por lhe amar muito, nunca a esquece e lhe envia um grande e louco beijo.

Sérgio.

O romance, no entanto, seria interrompido de forma inesperada. A morte do delegado aconteceu sob circunstâncias que seguiam não muito esclarecidas quase quatro décadas depois. Conta-se⁵ que, no dia 1º de maio de 1979, aos 46 anos, numa praia do litoral paulista, Fleury inaugurava seu novo barco, chamado de Adriana I. Depois de beber no iate de um amigo, ele retornou para sua embarcação, quando escorregou e caiu no mar. Ele foi retirado do mar ainda com vida, mas morreu depois de poucos minutos. A estranheza da morte reside no fato de que Fleury era conhecido como um ótimo nadador, além de não ter sido realizada uma necropsia em seu corpo. Décadas mais tarde, figuras que faziam parte do regime militar, como o delegado do Dops do Espírito Santo Claudio Guerra⁶, diriam que ele teve sua morte planejada pelo próprio regime, num processo de queima de arquivo. Mas provas materiais disso tampouco foram apresentadas.

Além do drama familiar

Raimundo rompeu completamente as ligações com Leonora quando soube de seu relacionamento, em 1977. E não as retomou mesmo após a morte de Fleury. Para ele, a irmã poderia namorar quem quisesse, mas a situação política vivida naqueles anos impedia que ele cultivasse qualquer proximidade com o delegado odiado pelos militantes esquerdistas. E, além disso, Raimundo diz que mesmo as relações pessoais têm limites específicos “Eu acho que fiz bem de ter rompido com a minha irmã. Era uma pessoa, assim, completamente diferente de mim. Você ser irmão de alguém não significa ter as mesmas avaliações da vida”, afirma.

E, mesmo separado da irmã nos últimos anos da década de 1970, o então editor-chefe de *Movimento* sofreu acusações de caráter político na época. Como Leonora tinha uma relação com Fleury que, apesar de não oficializada, também não era escondida, a aparição dos dois juntos em certas ocasiões fez com que boa parte da intelectualidade política paulista soubesse do que estava acontecendo. Os amigos de Raimundo o poupavam e defendiam, mas havia quem quisesse usar o relacionamento para atingir o jornalista. Durante a cobertura das grandes greves do ABC paulista por *Movimento*, Raimundo sofreu uma agressão de um integrante da Ala Vermelha do PCdoB, que o “acusava” de ser cunhado de Fleury. Era José Miguel o nome do agressor que apareceu em meio ao piquete e, com uma chave entre

os dedos, deu um soco em Raimundo e fez sangrar seu supercílio. “Por sorte lá tinha vários amigos meus, e ele acabou fugindo. Mas são coisas que o sujeito usa. Ainda mais um sujeito como este, que é um desqualificado político, que usou isso publicamente. Por sorte não teve efeito mais grave”, lembra, décadas mais tarde.

Como se percebe pela declaração do jornalista, os dois tinham um histórico mais antigo de desavenças. Raimundo e parte da equipe de *Movimento* acreditavam que o homem era um infiltrado pelo regime militar na oposição. “Ele quis nos ajudar a coletar dinheiro para lançar *Movimento*, e eu cheguei a conviver com ele uns dias por São Paulo. Ele tinha sido preso, e depois nós achamos que era um desses tipos que a polícia prende e solta, aí vai lá no meio da agitação e volta com as notícias”, conta. Sua opinião chegou aos ouvidos de José Miguel, que, antes da agressão durante a greve, já tinha ido à sede do jornal tirar satisfação com o editor. Ele foi enxotado de lá por Sérgio Buarque de Gusmão, mas não esqueceu a história, mesmo depois dos dois incidentes. Dias depois, ele invadiu a casa de Sérgio Buarque armado, e provavelmente só não matou o jornalista porque um irmão de Sérgio, militar, percebeu sua intenção no momento apropriado.

A repercussão futura do caso da irmã em livros e na mídia também irritou Raimundo. O maior exemplo é a biografia de Sérgio Paranhos Fleury, *Autópsia do Medo*, escrita pelo jornalista Percival de Souza e publicado em

2000. Curiosamente, Percival colaborou com *Movimento* em 1975, e é citado nominalmente pelo editor-chefe como “um dos maiores repórteres policiais do país” no editorial que consta no número zero do jornal. Para escrever o livro, o jornalista teve acesso às cartas de Leonora trocadas com Laízio e também aos bilhetes de Fleury endereçados a ela. Mas, segundo os dois irmãos da mulher, o autor do livro comete diversos erros ao relatar a história. No livro de Percival, Raimundo e Laízio são retratados como irmãos radicais, inflexíveis e incapazes de entender o amor da irmã por Fleury. E membros de uma esquerda já vencida, mas que se recusava a enxergar desta maneira, segundo o autor. Laízio é apontado como um oportunista, que aceitou a ajuda de Fleury para obter seu passaporte, e, depois disso, rejeitou a irmã. Após ler a obra, Nenzão enviou uma carta ao autor, apontando, um por um, todos os erros factuais que observou. Mas nunca obteve resposta. Embora traga o registro literal das cartas trocadas por Leonora, Fleury e Laízio, a narrativa de Percival se mostrou carente de checagem de informações e, acima de tudo, de fontes. Raimundo nunca foi ouvido pelo jornalista que elogiou abertamente em 1975.

Laízio só soube da existência do livro quando este já estava publicado, e foi então que Leonora lhe contou sobre as cartas dele que havia cedido a Percival. Depois de muita insistência, a irmã lhe mandou um exemplar de *Autópsia do Medo* para a Alemanha, onde ele mora até hoje. Até os dias

atuais, Laízio se enfurece quando o assunto é o referido livro. “Ele inventou uma história fantasiosa e falsa, que no final me fez sentir como se tivesse sido um hipócrita e traidor dos meus ideais. Ele chegou a me retratar, até, como se eu tivesse sido um protegido do Fleury”. Depois de não receber qualquer tipo de resposta do autor do livro, Laízio conversou com Raimundo sobre os passos que poderiam tomar naquela história. O irmão mais velho achou que qualquer outra medida serviria para dar mais publicidade ao livro, além de trazer à tona um assunto já muito bem enterrado por ele. Já Leonora achava que as mentiras apontadas pelo irmão não tinham grande significado, e que o maior problema da obra era não mostrar o “verdadeiro bom caráter” de Fleury. Depois dessas palavras, foi a vez de Laízio romper as relações com a irmã.

Raimundo só se relacionaria com Leonora novamente em novembro de 2002, por ficar sabendo que a irmã estava em seus últimos dias de vida, com um câncer no cérebro. Vinte e cinco anos após o último contato, ele visitou a irmã no hospital, fez companhia a ela e assistiu à sua morte. Nesses últimos dias, não conversaram sobre Fleury. Raimundo, revelando as marcas internas que o episódio deixou, considera a situação natural. “A minha irmã tinha outros sonhos, outras ambições, não tinha nada a ver comigo. E no final, morreu, eu a assisti. Não tenho nenhum problema com isso, porque é uma outra coisa. É uma pessoa no fim da vida, com um baita de um câncer que a levou em

pouco tempo. Eu considero a Terezinha muito mais irmã, de confiança, alguém que você sabe que pode contar nas mínimas coisas. A Leonora não”.

Já depois da morte da irmã, Laízio ficou sabendo, por meio de “um velho companheiro da Ala Vermelha”, que tudo o que Percival escreveu em seu livro teve como base, além das cartas, os depoimentos da irmã. O “companheiro” era José Miguel, o mesmo que quase havia matado, quase trinta anos antes, o jornalista Sérgio Buarque, e chamado Raimundo de “cunhado do Fleury”. Laízio não tentou mais nenhum contato com o autor de *Autópsia do Medo*, nem qualquer medida judicial contra ele. A história seria ainda uma má lembrança pelos anos seguintes.

Moral da história: minha irmã estava morta e eu só podia continuar alegando que, mesmo assim, ele não tinha o direito de escrever algo sobre uma pessoa. Principalmente quando acusa esta pessoa de algo politicamente incorreto sem ouvir suas argumentações, e, pior ainda, sem ter provas destas acusações. Eu nunca tive nenhum problema com estas acusações, pois todos meus companheiros de luta nunca tiveram uma dúvida sequer com relação às minhas posições políticas. No entanto, ficou até hoje aquele sabor amargo provocado pelo Sr. Percival, lá no fundo da garganta.

Notas

- 1 A história dos Institutos Culturais Brasil-União Soviética é contada no livro *Macaco preso para interrogatório: retrato de uma época*, de João Aveline, publicado pela editora Age.
- 2 A Universidade Patrice Lumumba, também chamada de Universidade Amiza de dos Povos, foi criada pelo regime comunista soviético para atender estudantes do terceiro mundo, em especial aos da América Latina e da África, que sofressem pressões políticas em seus países.
- 3 O nome da Universidade é uma homenagem a Mikhail Lomonosov, um cientista russo de projeção mundial que viveu no século XVIII. Ele foi o primeiro a citar, em estudo científico, a Lei de Conservação das Massas, segundo a qual “Na natureza nada se cria, tudo se transforma”. A ideia só repercutiu, no entanto, quando abordada pelo francês Antoine Lavoisier, autor da célebre frase.
- 4 Esse e os outros trechos das cartas de Leonora, Fleury e Laízio transcritos neste livro foram publicadas na obra *Autópsia do Medo*, de Percival de Souza. Foram fornecidas a ele pela própria Leonora Rodrigues Pereira.
- 5 Essa é a versão dada por Percival de Souza para a morte de Fleury.
- 6 A declaração de Claudio Guerra pode ser encontrada no livro *Memórias de uma guerra suja*, de Marcelo Netto e Rogério Medeiros, publicado pela editora Topbooks.

Para sempre alternativo

“Eu não vejo, hoje, uma redação em que eu teria mais liberdade pra trabalhar do que na *Retrato do Brasil*.”

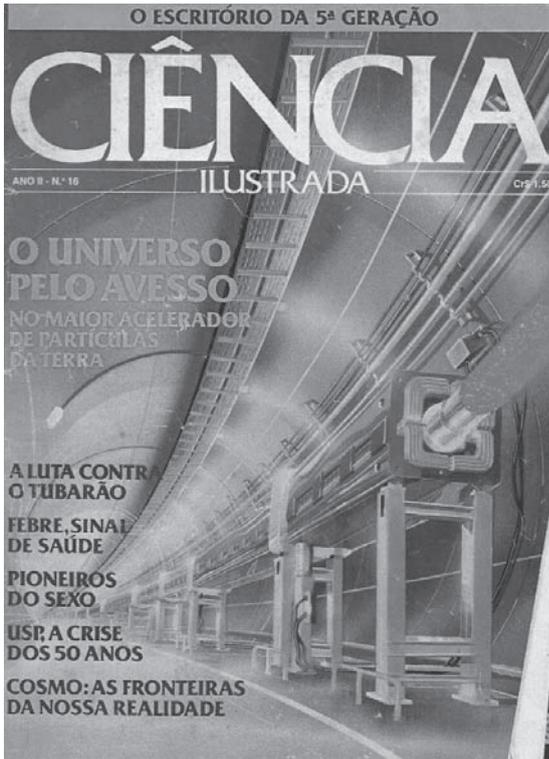
Apesar do fim de *Movimento*, Raimundo estava, no início da década de 1980, longe de deixar de lado os projetos de imprensa alternativa. Mas, em uma complicada situação financeira após o fechamento do jornal que sempre operou no vermelho, ele precisava de um emprego que permitisse melhores condições de vida, ao menos por algum tempo. Logo que a publicação fechou, Raimundo foi convidado por Sérgio Pompeu, conhecido dos tempos de *Veja*, para ser o editor-chefe de uma nova revista que nascia na Editora Abril, a *Ciência Ilustrada*. A publicação foi lançada ainda em 1981, e tinha como grande entusiasta dentro da Abril Victor Civita. “O pessoal da editora nunca gostou muito da revista. Era uma coisa feita para agradar o Victor, mas o pessoal nunca achou muito interessante”, conta Flávio Dieguez, repórter de *Movimento* convidado por Raimundo para integrar a equipe da revista. Junto com Dieguez, vieram também Carlos Machado e Álvaro Caropreso, também ex-

colaboradores do “jornal dos jornalistas”.

Flávio Dieguez tinha 24 anos de idade quando começou a trabalhar em *Movimento*, época em que estudava, simultaneamente, física e jornalismo na USP. Raimundo ficou sabendo de sua atuação em um dos jornais do Diretório Central dos Estudantes e, em 1974, o convidou para fazer traduções de artigos dos jornais *Le Monde Diplomatique*, *The Guardian* e alguns jornais africanos, para serem publicados em *Movimento*. Depois de um tempo, Flávio de Carvalho, editor de Internacional do jornal, precisou de ajuda para fazer as reportagens da editoria, e Dieguez começou a escrever suas matérias.

A familiaridade de Dieguez com textos científicos e estrangeiros foi a principal razão de sua ida para *Ciência Ilustrada*, que, além de reportagens convencionais, trazia também artigos e matérias traduzidos da publicação norte-americana *Science Digest*. Mas a revista sempre teve um custo maior que as vendas, o que fez com que não tivesse vida muito longa. Durou até 1984, e chegou a vender 80 mil exemplares em sua melhor fase. “Sob certos aspectos, a direção da revista tinha razão. Ela custava um absurdo e tinha um preço fora dos limites. Deu uma acelerada e chegou nos 80 mil vendidos, mas depois estabilizou em 50. E 50 mil o pessoal achava pouco. A revista não tinha nenhum apoio promocional”, lembra Dieguez.

Apesar da intensa convivência de todos os membros da redação de *Movimento*, foi na *Ciência Ilustrada* que Flávio



Em *Ciência Ilustrada*, Raimundo volta a usar seus conhecimentos de física e engenharia.

Dieguez teve contato mais próximo com Raimundo, que virou uma espécie de mentor jornalístico para o mais novo. Afinal, ciência era um tema que ambos conheciam bem. Principalmente Raimundo, que terminou o curso e física, ao contrário de Dieguez. Ele ainda se lembra bem das lições que recebeu de seu metódico editor na revista da Abril:

Foi em Ciência Ilustrada que eu realmente aprendi a escrever. Enquanto trabalhei em Movimento, evidentemente tive que aprender jornalismo. Mas quando fomos para a Editora Abril, a perspectiva era diferente, porque era uma coisa estritamente profissional. Então o Raimundo me explicou como que se escreve uma matéria. Ele falava: “imagina um cabideiro. Você coloca a camisa aqui, a calça aqui, vai montando, distribuindo, separando as frases como se fosse num cabide de roupas.

As lições deram resultado. Raimundo e Dieguez ganharam, juntos, um Prêmio interno da Editora Abril por uma matéria sobre a usina hidrelétrica de Itaipú, que seria inaugurada em 1984. A essa altura, o então repórter já dominava bem os atributos jornalísticos que iam além do próprio texto, como critérios para edição e escolha de imagens, títulos e subtítulos. Tudo aprendido sob a batuta do professor Raimundo.

Apesar da política e o jornalismo combativo serem a grande paixão profissional de Raimundo, o afincamento e dedicação com que levava adiante a revista dos Civitas eram iguais àqueles empenhados em outros momentos de sua vida. “Tudo é político, inclusive a ciência”. Foi com essa visão de mundo que ele trabalhou durante aproximadamente um ano na *Ciência Ilustrada*. “Ele via a ciência sob um aspecto político, no sentido de dar notícias que mostrassem certas ideias que achávamos que eram boas. Então tinha uma certa política na maneira de ver

a ciência”, lembra Dieguez. Quando Raimundo saiu da Abril e foi tocar outros projetos, indicou seu aprendiz para ser o novo editor-chefe da revista. A maneira de realizar coberturas científicas aprendida ali marcou o sucessor, que levaria para toda sua carreira profissional a visão do que há uma clara diferença entre jornalismo científico e a simples divulgação da ciência. “Você pode pegar um assunto, como a invenção da eletricidade, que aconteceu há 500 anos, e fazer uma apresentação do que é eletricidade nos tempos modernos. Mas isso não é jornalismo. Jornalismo é aquilo que a ciência está fazendo a cada momento”, define. Foi com essa tese que o jornalista trabalharia, mais tarde, como editor da revista *Superinteressante*, lançada pela mesma Abril em 1987.

Uma nova ideia para novos tempos

O apreço de Raimundo pela ciência e inovações tecnológicas era grande, mas nunca chegou aos pés do deleite que sentia quando fazia jornalismo de cunho social, político e econômico. E isso ele sabia que não poderia fazer com desenvoltura e autonomia na Editora Abril. Por isso, quando saiu pela segunda vez do maior grupo editorial do país, ele o fez em caráter definitivo. Fora alguns trabalhos produzidos em caráter de *freelance* para a revista *Veja* na década de 1990, o jornalista não voltaria a trabalhar na

Abril, nem mesmo em qualquer outro veículo da grande imprensa.

Em 1984, o Brasil voltava a ter uma democracia institucionalizada. E quais seriam os próximos passos? Enquanto muitos já discutiam quando se realizaria uma nova Assembleia Constituinte, Raimundo Pereira enxergou uma necessidade diferente: olhar para trás e compreender o que significaram aqueles 21 anos passados sob um regime de exceção. Até para que os mesmos erros não fossem novamente cometidos no futuro. Por isso, ele começou a unir esforços em torno de uma publicação que conseguisse - ou ao menos tentasse - explicar o momento complexo por que passava o país. A ideia era construir a primeira grande reflexão sobre os anos de chumbo e mostrar qual era o cenário que aquele regime deixara para o novo governo. Resumidamente, um retrato do Brasil. E foi esse o nome escolhido.

Retrato do Brasil foi lançado em um formato diferente de tudo o que Raimundo já havia feito. Era formado por fascículos, produzidos e publicados a cada mês, formando assim uma espécie de almanaque. Para viabilizar a ideia, Raimundo se encontrou com Mino Carta, que saíra da revista *Veja* ainda de 1976. O combinado com o amigo é que o trabalho seria publicado pela Editora Três, criada por Domingo Alzugaray e onde Mino editava a revista *Istoé*. Os fascículos traziam reportagens didáticas e explicativas sobre diferentes temas, e não tinham mais que 25 páginas. Eles

seriam vendidos de modo que não houvesse a necessidade de esperar que o trabalho ficasse pronto, por completo, para ter o retorno financeiro do investimento. Mês a mês a enciclopédia era construída e trazia alguma rentabilidade. “O Raimundo é tanto um gênio jornalístico quanto um gênio de negociante. Ele sempre pensava as coisas com essa dupla faceta, de produzir e viabilizar financeiramente”, comenta Dieguez, que saiu de *Ciência Ilustrada* depois que a revista fechou, em 1984, e passou a colaborar com o *Retrato do Brasil*.

Apesar das tentativas de Mino de integrar os negócios, Alzugaray não confiou nos fascículos. Achou que não trariam um lucro aceitável. Assim, *Retrato do Brasil* acabou publicado pela Editora Política, criada em um esforço conjunto de Raimundo e Mino para viabilizar o lançamento. A ideia era que os fascículos, um a um, fossem montando uma peça maior, um verdadeiro almanaque da história recente do Brasil. Assim, atrás de cada um deles vinham as instruções para a montagem do produto final. Cada fascículo tinha uma matéria especial, diagramada em páginas dobráveis, geralmente com grandes infográficos. A série, que durou cerca de dois anos, foi produzida por uma equipe que reunia vários outros ex-colaboradores de *Movimento*. Além de Dieguez, estavam lá Maria Stella Magalhães (Téia), ex-exposa de Tônico Ferreira, e Tadeu Arantes, editor da seção Internacional do jornal durante um curto período. Além deles, quem contribuiu desenhando

algumas capas dos fascículos foi Elifas Andreato.

O diferencial desse trabalho, como lembra Flávio Diegues, foi o caráter dinâmico de uma enciclopédia construída aos poucos. Havia uma preocupação em aliar contextualizações históricas com o olhar atual sobre os problemas do país, misturando artigos e reportagens. Ele chega até mesmo a comparar *Retrato do Brasil* com uma novidade de 20 anos depois, criada na internet: a Wikipédia, uma enciclopédia online que pode ser atualizada pelos próprios leitores.

A gente fazia um apanhado histórico, meio que delineando o esqueleto da matéria, e dentro do esqueleto a gente colocava os fatos atuais da época. Se a gente ia fazer uma matéria sobre política habitacional no Brasil, pegávamos desde 1890 e vínhamos contando. E aí eu ia na favela, lá no Campo Limpo, no Jardim Ângela entrevistar as pessoas. Tudo isso para dar vida ao fascículo, para não ser uma enciclopédia morta. É como a Wikipédia, você lê numa semana, e na outra você vê que já mudou, porque alguém enfiou ali na frente uma novidade qualquer sobre o assunto.

Anos de frustrações

Depois do almanaque *Retrato do Brasil*, Raimundo achou que tinha a equipe e o aporte material necessário

para iniciar um projeto mais ambicioso: um jornal diário, aproveitando o mesmo nome que usara nos fascículos. O esquema montado para financiar o projeto seria o mesmo do jornal *Movimento*, um sistema de cotas. Juntaram-se cotistas que financiariam o jornal, e seriam, eles próprios, donos de seus próprios narizes e empregos. Os envolvidos eram os mesmo da versão anterior de *Retrato do Brasil*. Dieguez, que depois de editar os fascículos de *Retrato do Brasil* estava trabalhando na revista *IstoÉ*, aceitou o convite de Raimundo para participar da empreitada, mas já previa as dificuldades pelas quais passariam. Ele sugeriu, inclusive, uma versão semanal, que não demandasse tanto dinheiro na produção quanto um jornal diário, mas Raimundo estava decidido a dar mais um passo à frente. Já sabia o que era ter um jornal semanal, mas queria estar ainda mais presente na vida dos leitores. Até para fazer um contraponto à altura dos jornais da grande imprensa, sempre criticados por ele. A ideia de formar uma imprensa popular democrática que se contrapusesse à imprensa tradicional seria levada em diante. Consumindo, inclusive, todo o dinheiro que Raimundo havia ganhado com a publicação dos fascículos, que foram uma experiência bem sucedida.

No entanto, a versão diária de *Retrato do Brasil*, não vingou, durando apenas três meses. A aceitação do jornal pelo público foi pequena, e os elevados custos que demanda a imprensa diária tornaram aquela ideia inviável. Colaborou para isso o caráter antiquado da publicação,

que tinha um aspecto gráfico extremamente simples e era impressa em uma gráfica que não dispunha dos mesmos recursos aplicados nos maiores jornais do país. Mas, mais do que isso, faltava a *Retrato* uma definição de ponto de vista editorial, uma vez que agora não era mais suficiente se dizer “contra a ditadura”. A divisão da esquerda em diversos grupos, num momento em que a Guerra Fria caminhava para vitória do capitalismo sobre o socialismo, e a indefinição de bandeiras políticas após a democratização foram decisivas no insucesso do jornal que procurava se opor ao discurso dominante da mídia tradicional. Para Téia, que desde *Movimento* acompanhou Raimundo em seus projetos jornalísticos, este é um problema que ainda se mostra presente.

Você não consegue fazer um jornal de frente [de oposição] se não existe a frente. Esse é um problema que a gente enfrenta desde lá [versão diária de Retrato do Brasil]. Como era uma nova república, esse sentimento de que você ia mudar as coisas estava muito presente, tinha um certo ânimo de ainda conseguir juntar essas forças em uma certa unidade, mas isso rapidamente se mostrou inviável. Já tinha vários jornais das várias tendências políticas diferentes, cada uma tinha o seu, e ninguém estava disposto a bancar um jornal que não expressava o que a pessoa pensava. Você não lê um jornal que ajuda a formar com ideias de que você não gosta.

De fato, o problema de não ter mais um público definido para si perdurou para Raimundo. Os anos entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira de 1990 foram o período de menor produção do jornalista. Depois do insucesso de *Retrato do Brasil*, ele e Mino Carta ainda tentaram uma segunda cartada no jornalismo diário. O italiano, que participou do grande sucesso que foi o lançamento do *Jornal da Tarde* duas décadas antes, buscava de várias formas entrar novamente nesse nicho da profissão. Já tinha tentado com o *Jornal da República*, que durou apenas 5 meses entre 1979 e 1980. E, depois da frustração na primeira parceria com Raimundo, o segundo lançamento de ambos no jornalismo diário foi um fracasso ainda mais retumbante: o jornal *Política* teve uma única edição lançada. “Essas são tentativas desesperadas. O jornal diário é um absorvedor de dinheiro, uma coisa infernal e muito complicada, precisa ter recursos quase infinitos. Temos que admitir que foi um fracasso de grande porte”, lamenta Mino Carta, décadas depois.

Mino e Raimundo ainda trabalhariam juntos novamente. No início da década de 1990, o italiano chamou o amigo para ser editor e repórter especial na revista *Istoé*, onde ainda trabalhava. Ele foi, mas acabou saindo em poucos meses, junto com Mino, que brigou com o dono da Editora Três, Domingo Alzugaray, o mesmo que retirara o apoio aos fascículos de *Retrato do Brasil*. Nessa mesma época, outra forma encontrada por Raimundo para manter algum

dinheiro foi produzir reportagens para alguns veículos sem vínculo fixo. Trabalhou dessa forma para a própria *Istoé*, poucos anos antes da experiência como jornalista contratado, e também para *CartaCapital*, revista que Mino Carta lançou em 1994, após sair da Editora Três, e *Veja*.

In memorian

Desde quando o mascate Joaquim saiu de Exu, em 1942, sua família só fez crescer. Além dos filhos do patriarca com Dona Lindanora, havia Antônia, cria do primeiro casamento, Maria Pedro, a ama de leite de Raimundo, e ainda as sobrinhas Francisquinha, Terezinha e Eliane. Mas o tempo de superlotação em casa havia passado. Todos seguiram seus próprios caminhos e sobraram apenas Linda e Joaquim na residência da Freguesia do Ó. E seriam eles, tão queridos por todos parentes e agregados, as primeiras baixas na família Rodrigues Oliveira. Os dois vencidos pelo câncer. O pai de Raimundo foi o primeiro a falecer, em 1990, já beirando os 90 anos de idade, em decorrência de um tumor na próstata. Sem o companheiro de toda a vida, Dona Linda não aguentou muito mais tempo, morrendo dois anos depois com um câncer no cérebro.

Foi em decorrência da doença da mãe que Raimundo conheceu Mari Pereira, de quem ficaria muito amigo e seria colega profissional nos anos seguintes. Mari

era filha da empregada doméstica de uma vizinha de Dona Linda quando o jornalista precisou de alguém que cuidasse da mãe em casa. Ela foi indicada e passou praticamente a morar com Lindanora, cuidando dela com grande afeto. Quando a mãe de Raimundo faleceu, Mari já afeiçoara-se à toda sua família, e passou a cuidar da casa que passaria a ter o jornalista como único morador. Sizue, à época, realizava trabalhos de consultoria para a Unicef, agência da ONU em Brasília, onde ela morava e continua morando em 2013. Enquanto isso, as filhas do casal completavam seus estudos, dentro e fora do país. A mais velha, Ana, fora morar com uma irmã de Sizue, cientista, nos Estados Unidos, enquanto Lia foi estudar na França.

A morte seguinte à de Lindanora foi de Leonora, a irmã com quem Raimundo não conversava desde 1977, quando soube do caso amoroso dela com o delegado do Dops, Sérgio Fleury. E o câncer foi, mais uma vez, a doença a diminuir em mais uma pessoa a família do jornalista. No caso de Nora, aconteceu rapidamente: em 2002, ela foi acometida por um câncer no cérebro que consumiu sua energia vital com velocidade que impressionou a família. Houve tempo, no entanto, para um último encontro com o irmão que estava afastado. Raimundo passou com a irmã os últimos dias da vida dela, conversando e a tranquilizando a respeito do destino que a aguardava. Não tocaram no nome de Fleury.

Poucos anos depois, foi Lairton quem faleceu,

deixando Raimundo sozinho entre os irmãos, já que Laizio ainda mora em Berlim. Dos que passaram com ele a infância em Pacaembu, estão vivas também Antônia, a irmã por parte de pai que mora em Penápolis, próximo à cidade onde ambos cresceram; Francisquinha, que passou pouco tempo e São Paulo e, após se casar, foi morar no litoral, em Ubatuba; e Terezinha, a quem Raimundo trata como uma irmã mais nova, por ter cuidado de suas filhas quando recém-nascidas. Terezinha mora sozinha em um apartamento na zona sul de São Paulo, e se tornam cada vez mais raros seus contatos com Raimundo.

Digital e alternativo

A época do jornalismo feito pela ampla frente de oposição contra a ditadura já existia mais. Mas não era com saudosismo que Raimundo encarava o momento vivido. Para ele, a década de 1990 trazia a necessidade de interpretações e análises sobre os novos elementos políticos e econômicos que surgiam no cenário nacional e internacional. Com a derrocada do principal regime socialista do mundo, a influência dos Estados Unidos e outros países capitalistas sobre o terceiro mundo cresceu sem enfrentar barreiras, e o neoliberalismo instalava-se em toda a América do Sul.

Nessa época, algumas personalidades políticas

que eram próximas de Raimundo décadas antes, como José Serra e Fernando Henrique Cardoso, que colaboraram com *Opinião* e *Movimento*, e Luiz Inácio “Lula” da Silva, muitas vezes abordado pelo “jornal dos jornalistas”, disputavam os principais cargos políticos do país. E, para a decepção de Raimundo, nenhum deles implementou as mudanças que esperava na sociedade. Sendo assim, o jornalista não tinha pudor algum de criticar os amigos. Quando o Plano Real foi lançado por FHC, na época ministro da Fazenda de Itamar Franco, em 1994, Raimundo estudou a fundo as mudanças que o presidente implementaria com a nova moeda. Já um crítico do neoliberalismo, anos depois ele chegou à conclusão de que aquela era “uma tentativa de acomodar o Brasil no fundo do poço”, como declarou em entrevista ao *Guia da Vila*, uma publicação do bairro paulistano da Vila Madalena, em janeiro de 1998. O plano de FHC baseava-se em medidas que visavam o equilíbrio fiscal, além de privatizações e medidas de abertura econômica, com um aumento expressivo do número de importações. Diante das medidas, o jornalista, já próximo dos 60 anos, entendeu que, com ou sem ditadura, ainda havia muito o que a “imprensa popular” podia dizer. O momento era de atenção para os adeptos dos modelos políticos mais estatizantes como era Raimundo. A conjuntura apontava para um processo globalizante em que os direitos dos trabalhadores eram cada vez mais deixados de lado, em

benefício dos lucros dos grandes empresários.

Talvez tenha sido essa impressão que relançou o jornalista na mídia alternativa. Foi em meados de 1997 que Raimundo voltou a projetar uma maneira de colocar em prática a “imprensa popular e democrática”. Pela primeira vez, utilizaria um novo recurso que vinha se popularizando no Brasil desde 1995: a internet. Foi na rede mundial de computadores que surgiu, com uma equipe de dez jornalistas, a *Oficina de Informações*, um *website* que listava as notícias do dia consideradas mais importantes pelos autores. Em cima desse noticiário, semanalmente era produzido um artigo de “ponto de vista” ou uma reportagem de maior fôlego. Com a *Oficina*, Raimundo tentava equiparar-se aos grandes jornais diários na velocidade da informação, mas com a economia de recursos que os meios digitais já começavam a oferecer. Um prenúncio da mudança tecnológica que atingiria o jornalismo nas décadas seguintes.

Em junho de 1998, Raimundo explicou ao *Jornal da Casa*, uma publicação de Londrina (PR), o objetivo da *Oficina de Informações*, quando o novo projeto estava prestes a ser lançado. Não era muito diferente do que foi feito em *Movimento*, a não ser pelas condições físicas de produção. A intenção de Raimundo era a mesma: narrar os fatos do ponto de vista do trabalhador, com a missão a elevar o nível de consciência das classes populares. A viabilização também repetiria a estratégia usada no “jornal dos jornalistas”, com a venda de cotas

de participação. Da mesma forma que antes, cotistas poderiam ser também colaboradores na produção do material publicado. A *Oficina* também contava com um Conselho composto por onze profissionais em diferentes estados, como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A base do projeto era a construção de “um grande coletivo nacional de informações”, nas palavras de Raimundo, que reuniria os recursos materiais e humanos para fazer um bom semanário de informações. À época, a expectativa do jornalista e idealizador da *Oficina* era tão grande que Raimundo chegou a declarar que o site seria ainda mais democrático que *Movimento*. Participavam dele antigos companheiros de Raimundo, como Téia, Marcos Gomes

DEZEMBROS

Jornal da Casa

PÁGINA 7

DIREITO À INFORMAÇÃO DIREITO À INFORMAÇÃO DIREITO À INFORMAÇÃO

Uma oficina da imprensa livre

A convite do sindicato, Raimundo Pereira apresentou a Oficina de Informações em Londrina e Maringá

Raimundo Rodrigues Pereira, grande nome da imprensa brasileira, esteve em Londrina e Maringá entre os dias 14 e 16 de novembro, a convite do Sindicato dos Jornalistas. Nas duas cidades, ele apresentou uma nova e interessante organização para todos os que se interessam por uma imprensa livre: a *Oficina de Informações (ODI)*.

Traça-se de uma organização nacional para produção de notícias, reportagens, artigos, ensaios e pautas que não saem moralmente na grande imprensa. O objetivo da Oficina é mostrar o processo de

Oficina de Informações. Individualmente, várias pessoas também compraram cotas durante a visita de Raimundo Pereira à região. Mais informações sobre o sistema de cotas podem ser obtidas no site da Oficina.

Na ODI, existem núcleos para produção de matérias e artigos em diversas cidades brasileiras (além da sede na capital paulista): Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Campinas, Recife, entre outras. No Norte do Paraná, o Sindicato dos Jornalistas está organizando um núcleo de elaboração de material jornalístico para a Oficina. As matérias do *Jornal da Casa* poderão

EXPERIÊNCIA
Raimundo Pereira em Maringá: projeto de jornalismo independente para popularizar o conhecimento

Na década de 1990, Raimundo roda o país criticando neoliberalismo e apresentando seu novo projeto, a *Oficina de Informações*.

e Armando Sartori.

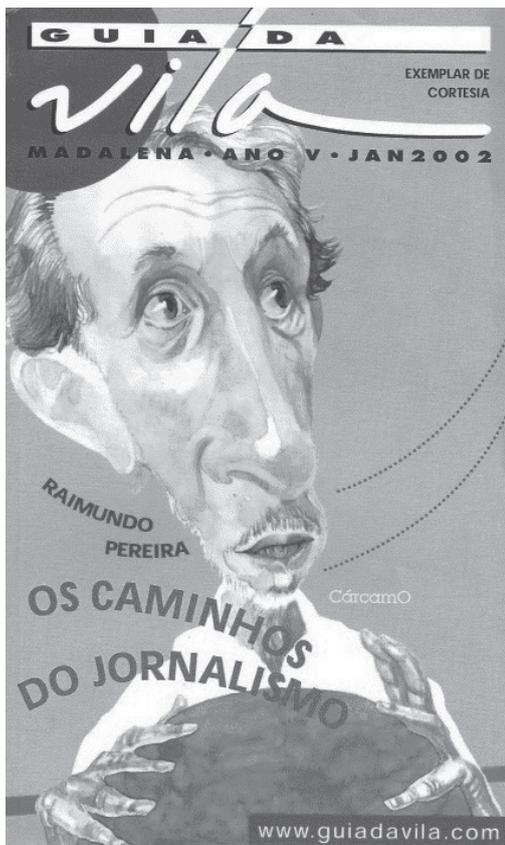
A primeira grande reportagem produzida pela *Oficina de Informações* foi feita pelo amigo de Raimundo sempre presente em seus trabalhos, Carlos Azevedo. Ele foi até a divisa entre Estados Unidos e México conhecer o muro construído pela nação norte-americana para dificultar a imigração ilegal em suas fronteiras. Intitulada *O Muro Americano*, a matéria de Azevedo mostrava que a construção inaugurou uma verdadeira zona da morte na fronteira entre os países, superando até mesmo os números do antigo Muro de Berlim, onde frequentemente cidadãos da Alemanha Oriental morriam na tentativa de fugir para o lado capitalista. Com fotografias do conceituado fotógrafo Sebastião Salgado, a matéria foi publicada em pequena revista chamada *Manifesto*, de 36 páginas, que teve apenas uma edição. E também na *Caros Amigos*, publicação de Sérgio de Souza, amigo com quem Raimundo buscava parcerias nessa época.

Mas, a despeito da ideia inovadora de mídia semanal que a *Oficina* trazia, ela foi mais um projeto de Raimundo a não ter vida longa. A internet ainda engatinhava no Brasil, e não era o suficiente para sustentar um projeto com dezenas de colaboradores. Além disso, se os usuários da *web* já eram poucos, os trabalhadores a quem Raimundo desejava servir com o serviço de informações eram em número ainda menor.

Retrato do Brasil de volta

Oficina de Informações foi o primeiro lançamento de Raimundo Pereira inserido na Editora Manifesto, lançada por ele em 1997 em parceria com o advogado Roberto Davis e o político Sérgio Miranda, então deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil. A editora surgiu de um grupo de discussão iniciado pelos três para analisar as conjunturas política e econômica brasileira, do qual também participavam jornalistas amigos de Raimundo, como Marcos Gomes e Armando Sartori, e outras personalidades políticas, como Aldo Rebelo, também do PCdoB. O grupo buscava produzir estudos que fossem na contracorrente da afirmação neoliberal em curso na época e difundi-los no meio político. Foi numa dessas iniciativas que Raimundo e companhia elaboraram “O Plano do Fundo do Poço”, peça crítica ao governo FHC apresentada abertamente na Câmara dos Deputados.

Mas Raimundo precisava de um novo meio editorial para expor seus pensamentos. A revista *Reportagem* surgiu ainda em 1998 como uma “filha” da *Oficina de Informações*. Na prática, era a missão do projeto online transposto para o formato de revista mensal. Trazer uma abordagem para o trabalhador dos assuntos normalmente tratados pela grande mídia. No projeto, estava a maioria dos envolvidos na *Oficina*. O espaço físico onde o trabalho do *site* era feito era um escritório em Osasco, na grande São Paulo,



Em entrevista para o *Guia da Vila*, Raimundo é retratado em caricatura de Gonzalo Cárcamo.

disponibilizado por Roberto Davis.

A equipe de *Reportagem* se formou em torno de Raimundo e Armando Sartori, principais responsáveis jornalísticos pela publicação. Além dos velhos amigos que lá trabalhavam, como Téia, e outros que colaboravam eventualmente à distância, novos integrantes chegaram e

passaram a formar o círculo jornalístico de Raimundo. Entre eles Tânia Caliari e Sônia Mesquita, até hoje repórteres de *Retrato do Brasil*, nome que Raimundo voltou a utilizar na revista que substituiu *Reportagem* a partir de 2007. Quem também passou a conviver profissionalmente com ele foi Mari Pereira, a jovem que cuidou de Dona Lindanora nos últimos dias de vida e que agora trabalhava na sua casa. Em uma ação direta na sua missão e “melhorar as condições materiais e intelectuais do povo”, Raimundo decidiu dar a Mari um trabalho que abrisse suas perspectivas na vida. Ela foi integrada aos poucos na rotina de trabalho, fazendo inicialmente o “acompanhamento de conjuntura”, método desenvolvido por Raimundo para fazer a leitura das notícias na mídia tradicional, separando os fatos daquilo que considera a interpretação deles, e que está presente nos trabalhos de Raimundo até os dias atuais.

Fazer esse acompanhamento era a forma encontrada por Raimundo para diferenciar-se da grande imprensa sem precisar empregar uma grande quantidade de recursos. A intenção ao separar os fatos das notícias era “descontaminar” as informações puras e simples da interpretação conservadora dos jornais mais vendidos. Para essa tarefa, Raimundo empregou Mari e contratou ainda alguns estagiários, quando a redação de *Reportagem* mudou-se de Osasco para uma casa na Vila Madalena, em São Paulo. Um dos que aprendeu a técnica com Raimundo foi Flávio Dagli, que começou a estagiar na revista em 2003.

O Raimundo e todo o pessoal da revista sempre acreditaram muito na ideia de que, para você ter um acompanhamento concreto dos fatos, você tem que distanciar aquilo que o jornal está falando e aquilo que realmente é notícia. Foi a primeira coisa que a gente aprendeu. Por exemplo: “Foi inventado o remédio que pode ajudar na cura da AIDS”. Não, não é isso. Na verdade, “foi descoberto alguma coisa que vai fazer com que X trabalhe sobre a vírus Y, que é um dos vírus da Aids” . Era esse o grande desafio.

Reportagem durou sete anos, tendo enfrentado diversas crises financeiras até seu final, em 2005. Embora tenha talento para encontrar formas de viabilizar projetos jornalísticos de pouco apelo comercial, Raimundo nunca teve tino comercial para fazer esses trabalhos crescerem como marcas editoriais. Afinal, trata-se de um anticapitalista, em primeira instância. Foi isso que observou Dagli, que trabalhou com Raimundo entre 2003 e 2007. Segundo ele, a vontade de produzir um jornalismo de qualidade, muito movida pelos ideais de Raimundo de uma imprensa popular e democrática, era proporcional à falta de visão de negócios para gerir a revista.

Para levantar novos recursos após o fim de *Reportagem*, a Editora Manifesto decidiu retomar o título *Retrato do Brasil*. Entre setembro de 2006 e janeiro de 2007, a revista foi publicada com os dois nomes, *Retrato do Brasil / Reportagem*, mas o sucesso foi quase nulo. A tática

seguinte foi lançar novamente os fascículos *Retrato do Brasil*, vinte anos após a primeira publicação. Agora, os volumes viriam para contextualizar e analisar o passado recente do Brasil entre 1984 e 2006. Já conhecido de muitos leitores, o título foi também aproveitado na nova parceria entre Raimundo Pereira e Mino Carta. Em quatro edições, a revista *CartaCapital* trouxe o suplemento *Retrato do Brasil*, com longas reportagens sobre os desafios econômicos e sociais do país. Desfeito o acordo no fim de 2007, *Retrato* seguiria sendo publicada, agora como uma revista mensal, da forma que ainda perdura em 2013.

Além do caixa que a republicação dos fascículos gerou, a publicação foi viabilizada pelo patrocínio de empresas estatais do governo federal, por meio de acordos feitos antes mesmo de seu lançamento. Nesse ponto, a manutenção do nome *Retrato do Brasil* foi uma artimanha econômica dos jornalistas que produziam a revista. “A revista era parecida com *Reportagem*, só que a gente precisava aproveitar o título para poder publicar anúncios. Havia o contrato para publicar anúncios numa publicação mensal chamada *Retrato do Brasil*”, explica Armando Sartori, hoje editor da publicação.

A vida financeira da Editora Manifesto nunca foi tranquila. Como apontou Flávio Dagli, faltava uma mentalidade mais comercial naquela equipe, o que fazia com que Raimundo precisasse fazer novamente seus malabarismos para publicar uma revista mensal. *Retrato do Brasil* é mantida

pelos anúncios do governo federal e por acordo semelhantes feitos com prefeituras e secretarias estaduais de Educação, que, ao comprarem grandes quantidades do material, garantem um rendimento razoável à editora.

Ainda quando a revista se chamava *Retrato do Brasil - Reportagem*, Raimundo publicou, em dezembro de 2006, artigo denominado “Destruir o jornal burguês – no bom sentido, é claro”, que representa muito bem a missão da revista editada por Raimundo até os dias atuais. Bem ao seu estilo, o texto se derrama em cinco cansativas páginas, precedido por uma longa contextualização histórica, falando sobre a concentração dos meios de comunicação na mão de poucos e como isso se relaciona às ideias neoliberais propagadas por estes meios. Ali, Raimundo mostra certo entusiasmo com os “novos tempos” para a comunicação, que trazem grandes mudanças no jornalismo com o advento da internet.

Os oligopólios da indústria da informação, no Brasil e no mundo capitalista em geral, enfrentam uma crise que decorre de mudanças na própria base material dessa indústria. As transformações da tecnologia da informação, especialmente as que viabilizaram o surgimento e o desenvolvimento da Internet, lançaram essa mídia numa espécie de vertigem.¹

Retrato do Brasil pode até não contar com a ampla frente de oposição com que contavam *Movimento* e *Opinião*,

mas existe para fazer frente à mídia tradicional oligopolista. A crônica dificuldade financeira vivida pela revista é explicada por Raimundo como fruto da desigualdade nos meios da comunicação, em que poucas vozes hegemônicas ditam as regras do jogo. Mas Flávio Dagli, que trabalhou com ele recentemente, atenta para o fato de que, mesmo com as ferramentas de difusão possibilitadas pela internet e aplaudidas por Raimundo em sua matéria de 2009, a visão de negócio e até marqueteira de *Retrato do Brasil* é muito limitada.

Eles acham que o conteúdo em si vai alavancar as vendas da revista, que o carro-chefe é o conteúdo. Sou um péssimo capitalista, mas acho que eles poderiam ter divulgado de outras maneira, usar mais a internet. Até pouco tempo, todas as revistas desde Reportagem, estavam empoeirando em uma das estantes. É um material super bacana, mas que não está digitalizado na internet. Eles poderiam, por exemplo, montar um estande nas faculdades de jornalismo, investir no estudante, que é alguém com tesão em fazer coisas diferentes, que tem ideias mais revolucionárias. É difícil se manter desse jeito que eles fazem.

Restos de humor

Com o passar dos anos, até por estar sempre em dificuldades para manter seus projetos, Raimundo se

tornou um jornalista mais sério e rigoroso. Como diretor de redação, continua a exigir as informações claras e checadas de seus repórteres. O dia a dia na redação com ele, no entanto, não deixou de ser descontraído. O humor é um traço que aparece ainda em sua rotina, como contam os que trabalham ou trabalharam recentemente com o jornalista, embora ele não seja mais aquela figura que transmitia traços anarquistas de décadas atrás.

Em *Retrato do Brasil*, seu trabalho é de dirigir a publicação, com maior atuação no planejamento e no fechamento das edições. Assim, na maioria dos dias, seu horário na redação nunca foi rigoroso. Muitos dias do mês Raimundo passa viajando a Brasília, onde mora Sizue e a filha Raquel, e ao Rio de Janeiro, onde estão Rute e Lia, a única filha que seguiu os passos do pai no jornalismo. Assim, os integrantes da equipe de *Retrato* nunca sabem exatamente quando vão encontrá-lo na redação. Flávio Dagli se lembra dos dias em que chegava cedo, começava o acompanhamento de conjuntura, lendo os jornais, e comentava assuntos do dia a dia com os que já estavam lá quando, de repente, uma presença estranha surgia da sala ao lado. “Aí a gente descobria que ele estava lá, quietinho, desde às seis da manhã. Ele vinha, perguntava se ‘aquele café genial’ já estava pronto e pedia para trazer um para ele”, rememora Dagli.

Algo que não mudou na vida de Raimundo foi seu desleixo quanto ao vestuário. Certa vez, ele chegou

na redação avisando que teria uma reunião importante, para fechar um patrocínio, em duas horas. Mas simplesmente não tinha o que vestir para a importante ocasião. Pediu então para um dos estagiários: “Meu caro, vai lá na Teodoro Sampaio e compra um terno para mim”. Depois de um tempo, o menino surgiu com a roupa do tamanho exato, e só então Raimundo pôde seguir para sua reunião.

O espírito brincalhão do jornalista ficou muito claro para Flávio quando Ana, a primogênita de Raimundo, voltara de uma viagem à Alemanha com um presente que era a cara do pai.

Num dia de manhã, o Raimundo chegou com uma caixinha de música pequena e falou: “Gente, olha isso que legal”. Ele trouxe também um pôster, que ele pediu para eu e a Sônia segurarmos, e disse “Conforme eu for girando isso aqui, vocês vão abrindo devagar o pôster”. E nós não sabíamos o que era. Aí ele começou a girar a manivela e a música que tocava era a Internacional Comunista. E enquanto abríamos o pôster víamos um monte de palavras escritas que, aos poucos, ia formando um desenho. Estava tudo em alemão, mas era uma foto do rosto do Karl Marx formada com as palavras do Manifesto Comunista. E o Raimundo parecia uma criança, rindo enquanto girava a manivela.

Até o fim

Se Raimundo vai a fundo com investigações jornalísticas de cunho político, é de se imaginar o empenho do jornalista em desvendar histórias que envolvem seus próprios familiares. Entre 1986 a 1997, em meio aos seus projetos profissionais, ele participou de uma investigação em que uma irmã de Sizue, a cientista Thereza Imanishi-Kari, foi acusada de fraudar um artigo publicado por ela e David Baltimore, um americano com Prêmio Nobel de Medicina, na revista *Cell*, sobre cobaias geneticamente modificadas. Thereza trabalhava no Massachusetts Institute of technology (MIT), nos Estados Unidos, e foi acusada lá mesmo, mas a repercussão chegou ao Brasil.

Na época, o jornal *Folha de S.Paulo* publicou um artigo sobre o caso, apresentando provas da acusação. Como costumeiramente faz, Raimundo separou os “fatos” da “interpretação” e julgou que o material apresentado pelo jornal não provava fraude alguma. Thereza então lhe enviou materiais que provariam sua inocência, e, diante dos documentos, o jornalista iniciou sua própria investigação. Ele foi até o Departamento de Biologia da Universidade de São Paulo para conversar com biólogos geneticistas, a fim e entender o tema do artigo e do que sua cunhada era acusada. Como descreve no livro de sua autoria, *O escândalo Daniel Dantas: duas investigações*, em que rememorou o episódio

para criticar a grande imprensa, mesmo depois de quatro horas de conversa com pessoas graduadas em biologia, não conseguiu sequer entender o título do artigo em debate, dada a complexidade do assunto.

Mas ele insistiu e chegou à conclusão que, de fato, a cunhada fora acusada injustamente. Escreveu uma longa carta ao editor de *Folha*, Otávio Frias Filho, pedindo-lhe que o jornal corrigisse as acusações publicadas, já que eram carentes de provas. “Como a *Folha* poderia endossar uma acusação de fraude numa peça científica que, com certeza, nem sequer sabia direito do que se tratava?”², questionou ele. Não obteve resposta nem retratação no jornal.

Raimundo chegou a ir para os Estados Unidos testemunhar em favor da cunhada, que acabou vencendo a batalha judicial travada por lá. Em 1997, com a indefinição do caso que já durava uma década, o governo americano instalou um painel científico em Washington, em que Thereza pôde apresentar sua defesa. No fim, todas as acusações foram refutadas. Os grandes jornais americanos que haviam noticiado Thereza como uma grande plagiadora, como *The New York Times*, *The Washington Post* e *The Boston Globe*, acabaram se desculpando publicamente, em editoriais. A *Folha* noticiou a absolvição em uma tímida nota, merecendo críticas de Raimundo. “Como regra geral, o jornalismo das grandes empresas brasileiras é assim: copia os defeitos da grande imprensa americana e não copia as suas virtudes.”

Mais próximo da política

Depois de tanto falar sobre política em seus projetos editoriais, Raimundo Pereira cogitou entrar efetivamente nesse meio. Isso aconteceu no início da década de 1990, quando tinham falhado suas tentativas de entrar no jornalismo diário. Soaria irônico para muitos, em especial para aqueles que se afastaram do jornal *Movimento* acusando o jornalista de estar a serviço do Partido Comunista do Brasil, que seria essa a agremiação política escolhida por ele para se filiar.

A aproximação ocorreu em 1991. A intenção não era, a princípio, candidatar-se a nenhum cargo público, mas agitar os debates internos na legenda comunista por meio do jornalismo. “Fazer política partidária, jornalismo partidário, mais militante, são coisas interessantes. A diferença é que nós [jornalismo tradicional] não conclamamos ninguém a fazer isso e aquilo. E eu queria ajudar a organizar e mobilizar o povo”. O momento era tão oportuno como crítico para a esquerda. Naquele ano, a União Soviética deixou de existir e o Muro de Berlim caíra apenas dois anos antes. Os simpatizantes do socialismo buscavam novos rumos, e no PCdoB não foi diferente.

A filiação de Raimundo chegou a ser anunciada na edição de outubro daquele ano do jornal *Unidade*, do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. O texto é de louvor ao entrevistado, a começar pelo título:

“O último gesto do maior repórter brasileiro: Raimundo Pereira vai entrar no PCdoB e explica porque (sic)”. Na entrevista, o jornalista chega a polemizar em alguns pontos, surpreendendo até o veículo que estava ali para levantar sua bola. Ao afirmar que “Stalin foi um grande líder, um herói da humanidade”, Raimundo ouve a réplica, assustada: “Herói?! Humanidade?!”. Ele explica, então, que aquela ainda era uma “opinião inicial”, que esperava “enriquecer nos debates internos”. Era mesmo uma tentativa de radicalização do debate. Talvez para salvar o comunismo, que parecia estar a caminho da inexistência em poucos anos.

Mas uma divergência política acabou impedindo a filiação de Raimundo. Na entrevista ao *Unidade* ela já estava nascendo, como o jornalista mostra ao responder “quando formalizaria seu ingresso no PCdoB”. “Deveria ser agora, em outubro [de 1991]. Mas ocorreu um problema, desencadeado pelo famoso artigo do João Amazonas na *Folha* [de S.Paulo], que chamou de ‘alvissareiras’ as notícias do golpe em Moscou [a dissolução da União Soviética]. O artigo foi contestado publicamente por outros membros do partido. A partir daí, em regime de urgência, com debates internos insuficientes (...) a Executiva Nacional, o Diretório e o Comitê Central formalizaram o que acho que é um endosso à avaliação da conjuntura internacional que está por trás do artigo. (...) A prevalecer a decisão atual, que constrange os militantes a defender publicamente as posições atuais do Comitê Central, é evidente que só posso contribuir fora

do partido”. Ou seja: Raimundo discordava da posição do PCdoB em relação à queda da União Soviética, e gostaria que o partido revisse sua posição, ou não se filiaria. Um tanto exigente, principalmente porque João Amazonas, de quem o jornalista discordava, era talvez a figura histórica de maior representatividade dentro da legenda.

Bem ao seu estilo, de registrar todas suas posições sobre todos os debates possíveis, Raimundo queria responder a Amazonas em espaço concedido pelo PCdoB antes de ingressar no partido. Assim, depois ele até poderia seguir a determinação do Comitê Central e se calar sobre o assunto, mas não sem registrar antes a sua discordância. Não permitiram. E uma mistura de orgulho com respeito à posição da legenda o fez esquecer a ideia de se filiar. “Eu resolvi dar um tempo, pensar mais. E o tempo acabou, desisti”.

Na mesma época, Raimundo teve também ligeira aproximação com o Partido dos Trabalhadores. Entre 1991 e 1992, ele colaborou com o jornal Brasil Agora, uma publicação alternativa que tinha seus principais integrantes ligados diretamente ao partido. Foi um dos últimos jornais não comerciais a circular com relevância entre a esquerda antes que, no decorrer da década de 1990, o paradigma neoliberal e sua conseqüente concentração econômica terminassem de vez com o ciclo de veículos alternativos inspirados naqueles dos anos 1960 e 1970.

Raimundo sempre teve muito amigos petistas. Jornalistas próximos a ele nos últimos anos de *Movimento*,

como Perseu Abramo, e amigos mais antigos, como José Dirceu, ajudaram a criar o partido em 1980. Mas, com o tempo, em especial depois que o PT chegou à Presidência da República com Luiz Inácio “Lula” da Silva, em 2002, o jornalista desenvolveria antipatia pela legenda por, principalmente, dois motivos. Um é que o partido, que atraiu de operários a intelectuais para seus quadros, viu se formarem dentro de si variadas tendências políticas, tornando-se uma espécie de colcha de retalhos ideológica. “Eu entendo que um partido tem que ser único. Por isso que eu não entrei no PT, que é um partido de facções. E a briga interna acaba atrapalhando demais”, critica.

O outro motivo, talvez consequência do primeiro, é a “hegemonia irresponsável” que o PT exerceu sobre a esquerda brasileira. Englobando diferentes setores militantes, o partido tirou, na visão de Raimundo, visibilidade e representatividade de outros que eram mais homogêneos. Foi com esses dois argumentos que ele convenceu um amigo seu, o engenheiro Ildo Sauer, a sair das fileiras petistas. Especialista em energia, Ildo foi, junto com Luiz Pinguelli Rosa, um dos principais formuladores das políticas do governo Lula para esse setor, antes da eleição do ex-metalúrgico ao Poder Executivo. Os dois eram os mais cotados para ocupar o cargo de ministro de Minas e Energia a partir de 2003. Mas acabaram perdendo espaço para Dilma Rousseff, recém-chegada do Partido Democrático Trabalhista (PDT) ao PT dois anos antes.³

Segundo o engenheiro, que acabou alocado na diretoria da Petrobrás, Dilma trazia ideias mais liberalizantes para o uso da energia hidráulica. A sua escolha para o ministério teria sido, em um raciocínio com o qual concordam outros setores mais à esquerda do PT, parte da estratégia de Lula para se aproximar de empresários e grupos privados nos momentos decisivos da campanha. “O que a Dilma faz é manter o sistema sob controle público para entregar riqueza aos grupos privados”, afirma. Conhecido nos debates energéticos, Ildo foi procurado por Raimundo



Ildo Sauer em Retrato do Brasil: parceria constante com Raimundo desde 2003.

em 2004 para uma matéria na revista *Reportagem* sobre o setor, que abordava justamente a escolha de Dilma por Lula. “Rapidamente, houve uma convergência entre nós”, lembra.

De fato, os dois se tornaram muito próximos. Ildo é costumeiramente usado como fonte nas abordagens de Raimundo sobre o setor energético. E se tornou também, desde o primeiro contato, um dos amigos mais próximos do jornalista, que já levou mais de uma vez sua família para passar férias em uma casa de veraneio que o engenheiro possui em Ilhéus, na Bahia. Com a convivência, os debates políticos entre eles se tornaram constantes. Raimundo convenceu Ildo, aos poucos, de suas ideias mais recentes sobre o PT, a respeito das várias tendências que o compõem e de sua “guinada conservadora” a partir da eleição de Lula. “Ele sempre foi muito franco e direto comigo dizendo que o PT foi um equívoco, e eu acabei concordando. Raimundo me ajudou a compreender mais cedo o drama em que a gente estava. E a abreviar um pouco o meu sofrimento”, brinca. Ildo acabou saindo da Petrobrás em 2006, pouco depois da ascensão de Dilma ao Ministério da Casa Civil, que culminaria na sua candidatura e eleição à Presidência da República em quatro anos depois.

Dez anos depois de se conhecer Raimundo, Ildo continua servindo de fonte para a *Retrato do Brasil*. Em 2013, a pauta da vez era o leilão do petróleo descoberto na camada pré-sal, que entregou parte da riqueza mineral brasileira a grupos estrangeiros. Coerentemente, os dois

continuam combatendo as políticas energéticas do governo petista.

Do jeito dele

Nos vários projetos jornalísticos conduzidos ao longo da carreira, uma das maiores preocupações de Raimundo Pereira era a coerência editorial do material publicado. Apesar de procurar abarcar o maior número de pessoas e diferentes pontos de vista nas suas empreitadas, os veículos deveriam ter, na sua concepção, uma “cara” única, não correndo o risco de se contradizer ou confundir os leitores. Foi essa preocupação que levou Raimundo a recusar a abertura dos Ensaio Populares a um grande número de pessoas em *Movimento*, por exemplo. E ela continua presente nos trabalhos mais recentes. “Se eu sou o editor e achar que está errado, não vai sair. Se você não quer assinar, não precisa. Mas vai sair uma coisa da revista. Se tem um barco só, ele não anda pra dois rumos ao mesmo tempo”, compara. É o mesmo pensamento que ele aplica aos partidos políticos: pode haver debates internos, mas a posição oficial deve ser uma só.

Mas essa busca intransigente pela coerência rendeu, muitas vezes, o rótulo de autoritário a Raimundo. Pelo menos em três ocasiões ele teve suas relações com amigos e colegas profissionais abaladas por essa característica.

Uma delas tem origem em Realidade, quando Raimundo foi editor-chefe da edição especial Amazônia. O paraense Lúcio Flávio Pinto foi um dos repórteres da publicação que levou quase um ano para ficar pronta. E, apesar do sucesso da revista, que ganhou um prêmio Esso, Lúcio terminou o trabalho irritado com alguns aspectos do que foi publicado. Segundo ele, a edição especial entusiasmou-se demais e contribuiu com um modelo predatório e pouco sustentável de ocupação da região amazônica.

Lúcio não participaria do segundo especial de Realidade editado por Raimundo, Cidades, e voltou para o Pará, onde seria correspondente d'*O Estado de S. Paulo* e, mais tarde, de *Opinião*. E foi aí que começaram as discussões mais duras entre os dois. “Eu escrevia algumas coisas sobre Amazônia, mas ele se achava o intérprete número um sobre o assunto”. Lúcio Flávio, que via de perto o movimento exploratório em direção à floresta, julga que Raimundo, a despeito do bom trabalho feito em Realidade, não atualizou seu conhecimento sobre o tema. “Aprendi muito com ele, que corrigiu vários erros meus. Mas depois eu ganhei autonomia, e ele não poderia discutir Amazônia comigo porque eu vivia isso aqui diretamente. O Raimundo tem muito essa mania de assumir o controle das coisas”, reclama o jornalista.

A partir daí, o relacionamento entre ambos esfriou. Além da polêmica sobre a Amazônia, pesou para

o afastamento entre eles o caráter cada vez mais politizado e “doutrinário”, segundo Lúcio Flávio, do trabalho de Raimundo. Ele conheceu o editor ainda em sua fase mais anarquista, quando a Corja Fedorenta se reunia aos domingos para jogar bola, beber e discutir todo tipo de assunto na praia. E essa irreverência era refletida no que Raimundo escrevia. Com o tempo, afirma Lúcio, ele teria perdido essa capacidade de surpreender o leitor. “O estilo dele era de um texto saboroso, irônico, de bom humor. Ele não se declarava anarquista, mas o que fazia era puro anarquismo. Depois, passou a ser um estilo didático, ensinando o povo, a dialética, se tornou muito chato. Sem a riqueza de contraditório, era uma aula de doutrinação. Ele falando sobre os problemas como se fosse um professor”.

De fato, Lúcio Flávio não é o único com essa queixa sobre Raimundo. Mesmo os amigos da época da engenharia no ITA, que depois colaboraram financeiramente com *Movimento*, viram que Dana Key, o anarquista do grupo de teatro da faculdade, estava “endurecendo” com o tempo. Foi por esse caráter extremamente politizado que Lúcio Flávio se distanciou, aos poucos, da equipe de *Movimento*. Depois, chegou a contribuir com a versão diária de *Retrato do Brasil*, que pouco durou. Desde então, foram escassos os contatos entre ele e Raimundo.

A maior das divergências

Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira ficaram amigos tão logo se conheceram, em 1965, no curso de física da USP. Ao longo dos trabalhos em *Máquinas e Metais*, *Amanhã*, *Grêmio Informa*, *Veja*, *Opinião* e *Movimento*, Raimundo foi uma espécie de “tutor jornalístico” do amigo, ajudando-o a projetar-se na profissão. Fora das redações, o convívio também era intenso, na Corja Fedorenta e na grande amizade entre as famílias de ambos. Mas essa história terminou quando Kucinski saiu de *Movimento* junto com outros 37 jornalistas, no racha de abril de 1977.

Apesar da questão editorial envolvendo os Ensaios Populares ter sido decisiva, a insatisfação de Kucinski com o outrora inseparável companheiro era de ordem pessoal. “Eu me considerei traído por ele, naquela coisa de ter um cara que escrevia os Ensaios e eu não sabia quem era. O fato de ele não ter confiança em mim, de ter julgado que eu não precisava saber, o fato de eu sair da Gazeta Mercantil. Quer dizer, abandonar um puta de um emprego bem remunerado, num projeto bacana, e não saber disso”, explica. Quando *Movimento* foi lançado, Kucinski abandonou seu emprego na Gazeta Mercantil para aderir à iniciativa, fato de que se arrepende amargamente até hoje. Segundo ele, apesar do coletivismo, era pequena a cumplicidade daquele grupo de jornalistas. Na época, a irmã de Bernardo, Ana Rosa Kucinski, uma militante da Aliança Libertadora Nacional,

estava desaparecida, provavelmente sequestrada pelo governo militar. Nesse período difícil, quem o apoiou não foi o pessoal do “jornal dos jornalistas”, segundo ele. “Eu estava muito perturbado, e o pessoal da Gazeta Mercantil me deu muita força, entende? Coisa que a turma do Raimundo nunca me deu”.

A partir da decepção em *Movimento*, o jornalista refletiu sobre a divergência em torno dos Ensaio Populares como uma grande conspiração política, cujo início remete ainda aos tempos de Amanhã. Para ele, Raimundo sempre cumpriu o papel desejado por uma determinada corrente da esquerda nos veículos alternativos de que participou, em detrimento de outras. Em 1967, ano em que foi lançado o jornal dos estudantes da USP, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, conhecido como “Toledo”, deixaram o Partido Comunista Brasileiro e criaram a Aliança Libertadora Nacional, que combateria a ditadura por meio das armas. Segundo Kucinski, Amanhã surgiu a mando de Toledo, para dar base à sua forma de agir contra o governo. E, de fato, a edição apreendida do jornal continha uma matéria sobre as guerrilhas urbanas na América Latina, coerente com a tática da ALN. Mas não há, entre os outros participantes do jornal, quem corrobore a tese. O nome apontado pela maioria como responsável por Amanhã é o de José Arantes, amigo de Raimundo desde a época do ITA, e que também cursava física na USP.

Depois, quando Raimundo e Kucinski saíram de

Veja em 1970, ambos foram procurados por Luiz Eduardo Merlino para produzir um livro com o material reunido pela equipe da revista no dossiê sobre as torturas. Afinal, naquela edição publicada foram abordados apenas três das centenas de casos encontrados. Segundo Kucinski, Raimundo deu respostas evasivas e não quis fazer o trabalho, que acabou produzido por Merlino, Kucinski e Ítalo Tronca, e foi lançado apenas na França, onde Merlino tinha contatos políticos e editoriais. Além da recusa do amigo, Kucinski surpreendeu-se ao saber que outro jornalista próximo a Raimundo, Carlos Azevedo, estava produzindo outro livro com o mesmo teor. Azevedo era militante clandestino do PCdoB, partido que exerceu, na visão de Kucinski, o controle editorial sobre o jornal *Movimento*. O jornalista concluiu que Raimundo não só estava envolvido com o projeto de Azevedo como já planejava o dossiê para ajudar o amigo e seu partido. “A minha teoria mais sólida é de que ele já fez a proposta do dossiê pro Mino carta por orientação do PCdoB”.

Carlos Azevedo não nega que mantinha contatos com Raimundo na época, e que o aconselhou a “ficar de olho” no que os militares andavam fazendo, quando um acidente vascular cerebral tirou o general Costa & Silva da Presidência.⁴ “Eu falava com ele, já que ele estava na parte de política da *Veja*: ‘Ô Raimundo, vocês deviam prestar atenção nos militares. Havia divergência entre eles, era aquela época de sucessão, ia entrar o Médici, tinha

vários generais querendo se presidentes. Eu falava: ‘Presta atenção nisso’”. Azevedo não falava, no entanto, em orientações partidárias, prevendo que um livro fosse feito depois. E Raimundo nega que a ideia tenha surgido dessa maneira. Sua versão, confirmada por Mino Carta, diretor de redação de *Veja* na época, é de que se resolveu abordar as torturas partir da declaração mal pensada do assessor de Médici, de que o presidente “não admitia” maus tratos aos prisioneiros políticos.

Provavelmente Kucinski relevou, ou ainda não desconfiava, da existência dessa conspiração na época. Porque continuou trabalhando com Raimundo. À distância, é verdade, já que durante a contribuição com o jornal *Opinião* ele estava na Inglaterra. Mas ele reclamaria, novamente, do centralismo autoritário de Raimundo, “a serviço do PCdoB”, que levou a equipe de jornalistas a romper com Fernando Gasparian. E depois, em *Movimento*, que levou ao racha já citado.

A teoria de Bernardo Kucinski ficou exposta, décadas mais tarde, em sua tese de doutorado na USP que virou livro. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa estabelece um panorama geral sobre as publicações “nânicas” que serviram como alternativa ao adesismo generalizado dos grandes veículos à ditadura militar. Boa parte desse trabalho se dedica aos conflitos internos em *Opinião* e *Movimento*, e Raimundo é apontado como responsável por um suposto controle do PCdoB

sobre o jornal. Os contatos com Carlos Azevedo, que contribuía informalmente com o jornal, são interpretados como “diretivas” do partido clandestino enviados à publicação. Duarte Pereira, o autor dos Ensaios Populares que era mantido em segredo pelo editor-chefe, seria outra peça fundamental dessa trama. A maioria dos que saíram com Kucinski de *Movimento* no racha de 1977, destacando-se Ricardo Maranhão e Chico de Oliveira, concordam com essa tese. Mas outros, que seguiram no veículo, a negam. O único consenso geral é que o grande erro de Raimundo Pereira foi esconder Duarte dos demais, contribuindo para criar um obscurantismo sobre a militância política e jornalística da época, que já atuava às margens da oficialidade devido à perseguição imposta pelo governo aos seus opositores.

Numa época em que a esquerda se dividia em grupos e siglas que discordavam sobre a melhor forma de combater o regime militar, é coerente apontar que havia uma disputa entre elas para exercer o controle hegemônico sobre as publicações opositoras de maior relevância, como era *Movimento*. O erro talvez esteja em apontar o PCdoB como o único expoente dessa estratégia. E, principalmente, em desconsiderar os conflitos que rondavam o próprio partido clandestino na época. É assim que pensam alguns dos principais integrantes do jornal. “Ele não tinha nada a ver com o PCdoB. Ao contrário, o pessoal do PCdoB não gostava dele na época, porque ele tinha resistido à

incorporação com a Ação Popular. Ninguém era de partido. O que aconteceu foi que o jornal foi se esfacelando com as divisões da esquerda”, explica Tonico Ferreira, que não teve mais contatos com Raimundo desde o fim de *Movimento*.

Armando Sartori, que teve seu primeiro contato com Raimundo ao chegar no jornal e ainda trabalhava com ele em 2013, concorda com Tonico. “Teve gente do PCdoB que lia *Movimento* e achava que era um jornal do PCdoB. Mas aí o jornal começou a publicar aqueles textos dos documentos do Araguaia e isso mudou”. O episódio citado por Sartori é emblemático para colocar em dúvida a tese de Bernardo Kucinski. Teria havido um rompimento na aliança política feita por PCdoB e *Movimento*? Ou era uma questão meramente editorial, em que horas concordava-se, e horas discordava-se do partido?

Se a amizade dos dois já andava conflituosa por causa das divergências acumuladas na imprensa alternativa, ela seria ainda mais comprometida pela tese de doutorado apresentada por Kucinski. Quando Raimundo soube do teor do trabalho, ficou furioso. Chegou até a pedir que a banca examinadora da USP revisse a aprovação dada ao trabalho. Para isso, além de escrever à universidade, remeteu também uma carta à revista *Veja*, onde trabalhava, na época, seu amigo Paulo Moreira Leite. No documento enviado a ele, Raimundo chama o estudo do amigo de “lixo cultural e político”, diz que ele “não passa a limpo a história da imprensa alternativa no Brasil, (...) passa a sujo”,

e ironiza o trabalho, afirmando que ele só foi aprovado por “compadrio entre a banca examinadora e o nosso novo doutor, Bernardo Kucinski”.

O pedido não foi sequer considerado, mas gerou certa discussão nas comunidades acadêmica e jornalística ligada à USP. A polêmica foi abordada pelo jornal *Unidade* – o mesmo que entrevistou Raimundo quando ele quase entrou para o PCdoB – em fevereiro de 1992. A edição trazia, além de Raimundo, mais dois insatisfeitos com o trabalho de Kucinski: Duarte Pereira e Narciso Kalili, este da primeira equipe de *Realidade* e também de *O Bondinho*.

Prezado Senhor,

O livro de Bernardo Kucinski "Jornalistas e revolucionários", resultante de sua tese de doutoramento na USP, é lixo cultural e político. Não "passa a limpo a história da imprensa alternativa no Brasil, nos anos 60-80" como diz *Veja*; passa a sujo; procura jogar lama nos jornalistas-militantes da esquerda em geral, e em algumas pessoas particularmente. Mas não o faz com fatos, pesquisa séria; mas com manipulações, distorções deliberadas.

Através de *Veja* gostaria de reivindicar da digna Universidade na qual me formei uma audiência pública para reexaminar esse trabalho; ele representa uso do dinheiro do povo para denegrir pessoas e entidades que não o merecem; e só pode ter sido aprovado com nota dez e distinção por compadrio entre a banca examinadora e o nosso novo doutor, Bernardo Kucinski.


Raimundo Rodrigues Pereira

Indignado, Raimundo escreve à revista *Veja* e pede que seja revista a aprovação dada pela USP ao trabalho de Kucinski.

De outro lado, Jair Borin, jornalista e um dos integrantes da banca de avaliação da tese de doutorado, não somente defendeu Bernardo Kucinski como afirmou que “Raimundo está com stalinismo”, frase utilizada no título do artigo e corroborada pela outra entrevista do jornalista ao Unidade um ano antes. Ou seja: a divergência entre os dois integrantes da Corja Fedorenta era pessoal, profissional e também ideológica. Ela deixaria marcas permanentes na relação entre os dois, chegando até a discussões acaloradas no meio da rua.

Depois de alguns anos de rompimento, Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira voltaram a ter ao menos um relacionamento cordial, nem que fosse apenas em nome dos velhos tempos. Raimundo enviou correções para a segunda edição da obra – que se tornou referência para estudantes de jornalismo que estudam a imprensa alternativa dos anos 1960 a 1980, assim como o livro de Carlos Azevedo. Já 20 anos após a polêmica com a tese, as diferenças amainaram-se e, apesar dos dois não negarem as diferenças que se tornaram abissais entre eles, visitam as casas um do outro com alguma frequência.

Separados por um Daniel Dantas

Mino Carta era outro amigo e parceiro profissional de longa data de Raimundo Pereira. Foi quem deu a ele

a primeira chance de fazer trabalhos de fôlego com uma grande quantidade de recursos. Quando chamou aquele redator de Máquinas e Metais e deu liberdade para que ele trouxesse mais pessoas de confiança para *Veja*, Mino estava garantindo a salvação da revista após um desastre inicial de vendas, em 1968. As coberturas dos voos à Lua e das denúncias de torturas foram os marcos iniciais da colaboração jornalística entre eles, que se estenderia por quase três anos na publicação da Editora Abril.

Mino continuou nos grandes veículos enquanto Raimundo fez sua história na imprensa alternativa na década de 1970, mas não deixou de admirar a importância das publicações de oposição declarada ao regime militar. Já nos anos 1980, ambos viveram juntos o sucesso dos fascículos de *Retrato do Brasil* e o fracasso do jornal diário de mesmo nome. Depois tentaram, novamente sem sucesso, um novo jornal, o *Política*, que teve apenas uma edição publicada.

Difícilmente alguém que desconhece a história dos dois jornalistas diria que eles pudessem ser grandes amigos. Mino Carta e Raimundo Pereira tinham várias diferenças entre si, a começar pelos costumes e comportamento. O italiano é pintor, admirador da alta cultura, anda sempre bem vestido. Já Raimundo, que ia de bermuda trabalhar na maior editora do país, não mudou muito seus costumes desde então. Só anda de ônibus, é um anticapitalista convicto e desapeito às formalidades. O que uniu os dois

foi a ojeriza que sentiam pelo governo dos militares e um apreço pelo jornalismo responsável e factual, em que a exatidão das informações tenha peso maior que os compromissos comerciais. Mesmo Mino Carta, que passou mais tempo nos veículos mais ricos brasileiros, passou a manter distância deles após a década de 1980. “Ele não teria emprego na grande imprensa. Poderia fazer matérias, como fez algumas, mas emprego não tinha. E eu também não. Então tivemos que inventar empregos”, lembra.

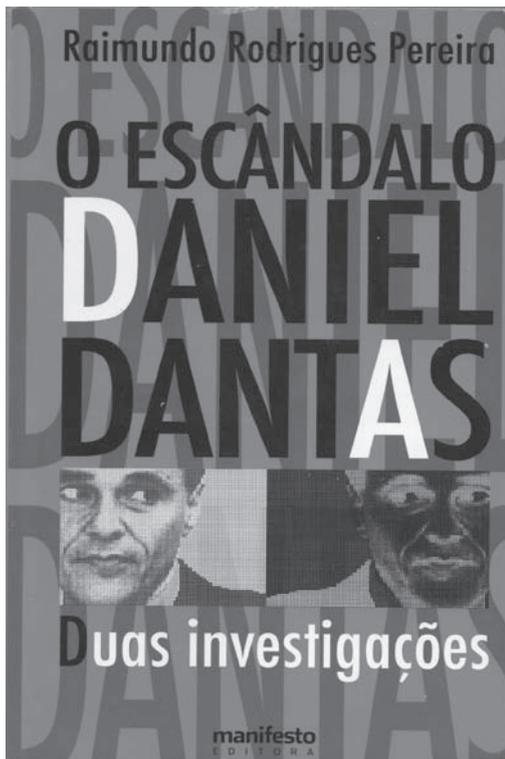
A cumplicidade entre ambos ainda gerou mais frutos: algumas colaborações de Raimundo na revista *Istoé* e *Istoé Senhor*, entre o fim dos anos 1980 e o início dos 1990. E, mais tarde, na união entre a segunda coleção de *Retrato do Brasil* e a revista *CartaCapital*, que Mino criou em 1994. Foi nessa última colaboração, que durou alguns meses em 2007, que os dois tiveram os primeiros atritos em sua relação. Depois que os fascículos terminaram, Raimundo e Mino costuraram, com a ajuda do engenheiro e amigo de ambos Ildo Sauer, um acordo para transformar *Retrato do Brasil* em um suplemento de *CartaCapital*, abordando os desafios econômicos e de infraestrutura do país para os próximos anos. A iniciativa durou pouco. As matérias longas, bem ao estilo de Raimundo, não geraram efeito positivo de vendas, e algumas abordagens críticas, em especial sobre a política energética brasileira, tocaram em pontos sensíveis aos patrocinadores da revista. Ildo Sauer, que desde 2003 se tornou amigo e fonte preferida

de Raimundo para as questões de energia, se lembra do conflito, que envolveu também a publisher de *CartaCapital* e filha de Mino, Manuela Carta. “Houve um estresse sobre a linha editorial, o que foi o começo [das divergências]. E a Manuela Carta diz que recebeu telefonemas de empresários, que não gostavam da linha da matéria que tava sendo dada, que quem inspirava era eu, e que o Raimundo escrevia a minha visão sobre o setor elétrico”. O mal estar envolvendo anunciantes constrangeu tanto Raimundo quanto Mino. E não havia muito o que fazer, já que era a filha de um deles que estava no centro da questão.

Parceria desfeita após apenas 4 edições publicadas em conjunto, os dois ainda mantinham uma relação amigável. Até que, em 2010, Raimundo decidiu entrar de cabeça em uma investigação que surpreendeu praticamente todos que o conheciam à época. No ano 2000, tornou-se conhecida a figura de Daniel Dantas, o financista responsável pelo fundo de investimentos Opportunity. O fundo comprou, em um consórcio formado com empresas estrangeiras, a empresa de telefonia Brasil Telecom, em 1998. O negócio foi um dos vários com capital estrangeiro que surgiram no Brasil com a política de privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso, que atingiu também o setor de telefonia com o fatiamento do Sistema Telebrás. Dois anos depois, começaram a pipocar na grande imprensa denúncias de irregularidades cometidas por Dantas em fundos geridos em paraísos fiscais. Após *Veja* e

O *Globo*, *CartaCapital* embarcou nas denúncias, que tinham a colaboração de outros sócios do negócio feito com a Brasil Telecom. O veículo de Mino Carta foi o que mais insistiu no assunto durante os anos seguintes, pedindo a prisão de Dantas semana após semana.

Uma investigação se seguiu e Daniel Dantas chegou a ser preso, em 2008, em meio à Operação Satiagraha da Polícia Federal, comandada pelo delegado



O livro de Raimundo Pereira sobre o caso Daniel Dantas, publicado pela Editora Manifesto em 2010.

Protógenes Queiroz. A reviravolta começou quando foram observadas irregularidades na investigação de Protógenes. A manipulação de escutas telefônicas e o uso indevido de agentes da Associação Brasileira de Inteligência, além de uma ação planejada juntamente com a Rede Globo para prender um parceiro de Dantas por um suposto suborno, levaram Protógenes do céu ao inferno. O delegado que prendera o criminoso financeiro agora seria indiciado por fraude processual. Acabou inocentado, mas foi afastado da Polícia Federal. De qualquer forma, ficou com a fama de justiceiro no noticiário nacional, pela tentativa de prender aquele que era apontado como um dos maiores criminosos financeiros do País. Dantas também acabou livre das acusações contra si, após fazer um acordo com seus antigos sócios. Ficou fora também do negócio de telefonia no Brasil.

Assim como *CartaCapital*, a revista *Retrato do Brasil* acompanhou o caso de perto. Mas, para a surpresa de todos, a publicação de Raimundo tomaria a posição de defender Daniel Dantas dos crimes que lhe eram imputados. Foram pelo menos 7 matérias publicadas entre agosto de 2008 e fevereiro de 2010 defendendo que Daniel Dantas era, na verdade, alvo de uma conspiração entre os sócios do consórcio comprador da Brasil Telecom que queriam a parte do empresário no negócio. E defenestrando Protógenes Queiroz, revelando em detalhes como ele tinha armado as prisões de Dantas e seus parceiros à base do mau uso de algumas evidências e da criação deliberada de outras.

Ainda em 2010, Raimundo compilou as reportagens em um livro, denominado *Daniel Dantas: duas investigações*, acompanhadas de um longo relato ligando cada ponta da história. E, além das questões específicas do caso Protógenes/Dantas, Raimundo não deixou de fazer, em sua revista e no livro, suas observações críticas sobre o comportamento da imprensa na abordagem do episódio, citando, também a revista *CartaCapital*. Ele diz que “por trás das matérias, estavam sócios de Dantas jogando bombas nos acordos assinados com ele”.

Mino interpretou as críticas de Raimundo como uma ofensa praticamente pessoal. Decepcionado com a iniciativa do amigo em publicar um livro para defender quem considerada um criminoso convicto, ele escreveu no site de *CartaCapital* na internet, em 11 de fevereiro de 2011:

Fosse da autoria dos advogados do banqueiro orelhudo [Daniel Dantas], pareceria a nós de CartaCapital em tudo e por tudo justificado. Causava espanto, isto sim, a autoria da obra: Raimundo é conhecido pela seriedade do seu trabalho. (...) Raimundo afirma que o nosso é mau jornalismo. Na minha visão, o dele nem é jornalismo, é a defesa paradoxal (ou o elogio?) do mais conspícuo herói da predação nativa. Ainda nos acusa de servir a interesses escusos, e também de ingenuidade. Eu espero por quinhentas boas razões que a ingenuidade seja dele.

O problema com a crítica de Mino Carta a Raimundo

é que, nesse mesmo texto, ele admite não ter lido o livro escrito em defesa de Daniel Dantas que afirma “nem se tratar de jornalismo”. Tivesse lido, teria notado que Raimundo foi a fundo na investigação que durou anos. Checou as escutas da polícia, leu as letras miúdas dos processos, e apresenta suas conclusões com base em uma documentação que torna difícil a negação de sua versão. Chama a atenção, no entanto, o súbito interesse do jornalista de esquerda em passar meses dedicando-se à defesa de um agente do mercado financeiro, do “grande capital” que Raimundo tantas vezes demonizou em sua vida.

Dois pontos são importantes para entender a questão. O primeiro é que uma das intenções – talvez a principal – de Raimundo com essa cobertura foi desmoralizar a feita pela grande imprensa, à qual sempre foi muito crítico. Em diversos pontos do livro ele coloca os principais veículos do país como agentes de *desinformação*, manipuladores de interesses e informações não pautadas pelo interesse público. Evoca, inclusive, nomes históricos do jornalismo comercial. “Como os grandes editores comerciais brasileiros sabem, desde [Joseph] Pulitzer e [William] Hearst, os mestres do jornalismo comercial americano do final do século XIX, para ganhar dinheiro deve-se subestimar o nível de inteligência do povo”. Aí está o primeiro ponto da discórdia assumida por Mino carta. Ele ficou decepcionado com o amigo por ele ter ladeado a sua revista, com a qual colaborara pouco tempo atrás, aos

outros grandes veículos do país, aos quais Mino também é muito crítico. “Podemos cometer erros, muitos talvez. Embora eu entenda que o resto da imprensa brasileira é ridícula em comparação à *CartaCapital*”. Estando ou não o criador de *CartaCapital* correto, é fato que sua publicação difere em muito das maiores publicações brasileiras, ao menos na posição editorial adotada nos principais debates políticos. Nos anos 2010, é muito comum o conflito entre *CartaCapital* e *Veja*, sempre em lados opostos e muitas vezes trocando acusações públicas.

O segundo ponto é que a ideia de compilar as reportagens em um livro, explicando a história por completo, não foi de Raimundo, mas foi trazida a ele por Luiz Eduardo Greenhalgh, um dos advogados de Daniel Dantas. Greenhalgh era advogado do jornal *Movimento* e tem amizade de longa data com o diretor de *Retrato do Brasil*. Mas é visto com maus olhos por Mino Carta, até por ter assumido a defesa do dono do *Opportunity*. No mesmo texto em que Mino diz que o trabalho de Raimundo “nem é jornalismo”, ele completa:

Mas que Luiz Eduardo Greenhalgh esteja por trás do seu livro ele próprio [Raimundo] admite. Pois é, Greenhalgh, notável do PT. Na qualidade de advogado de Dantas assumiu sua defesa enquanto o banqueiro entregava à revista Veja um farto dossiê em que o próprio presidente Lula era apontado como titular de uma conta secreta em algum paraíso fiscal. Isto sim é fidelidade,

demonstrada por mais um varão de Plutarco da pseudoesquerda verde-amarela. Sublinho, pseudo.

Ficou, assim, posta a distância entre Raimundo Pereira e Mino Carta, interrompendo a boa convivência que os dois cultivavam desde 1968. Diferentemente da relação com Bernardo Kucinski, essa amizade não havia sido retomada até os últimos meses de 2013.

Nem Bernardo Kucinski, nem Mino Carta, no entanto, questionam a capacidade jornalística de Raimundo, mesmo após duros embates com ele na profissão. “Ele é um bom jornalista, tem uma série de qualidades notáveis. Certamente um dos bons jornalistas que cruzaram pela minha vida. Se eu fosse fazer conta certa, diria que passaram pela minha vida 100 jornalistas entre bons e ótimos, e ele é um dos ótimos”, elogia Mino. Já Kucinski delimita até onde vão as qualidades de Raimundo: “Acho que ele tem uma enorme importância do ponto de vista jornalístico. E teria mais se ele não se autolimitasse politicamente, ideologicamente. Ele é um grande jornalista que se diminuiu devido a uma adoção de uma visão maniqueísta da política”.

Desmascarando a Globo

Em seu livro sobre o caso Daniel Dantas, Raimundo

comenta também sobre um polêmico episódio da política brasileira, ocorrido em meio às eleições de 2006, para servir de base às suas críticas dirigidas à grande imprensa. Às vésperas do primeiro turno do pleito que elegeria governadores e presidente, irrompeu a denúncia de que pessoas ligadas ao PT, partido pelo qual Lula concorria à reeleição da Presidência da República e Aloísio Mercadante tentava chegar ao governo do Estado de São Paulo, negociavam a compra de um dossiê com informações que incriminariam José Serra, então candidato ao governo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), maior rival do PT nas duas disputas. No pleito presidencial, quem concorria pelo partido era Geraldo Alckmin.

Já no mês das eleições, a Polícia Federal deteve dois envolvidos no caso e apreendeu 1,7 milhão de reais, dinheiro que seria usado na compra do dossiê, além do próprio documento com que tentavam incriminar Serra. Afoito por afastar o escândalo de sua campanha, o presidente Lula chamou os petistas envolvidos de “um bando de aloprados”. A mídia deu publicidade à declaração e aquele virou, então, O Escândalo dos Aloprados.

As eleições ocorreriam no dia 1º de outubro de 2006, em um domingo, como convencionou-se fazer no Brasil após a redemocratização do país, em 1984. No sábado, dois dos jornais mais vendidos no país, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foram às bancas com capas idênticas, em que retomavam a denúncia dos dias anteriores

mostrando semelhantes fotografias do dinheiro apreendido pela Polícia Federal. Não havia fatos novos sobre o caso, a única novidade era a imagem do dinheiro. Abaixo, os jornais mostravam Lula, em campanha eleitoral, com um capuz sobre o rosto em um dia de chuva. E o *Estado* ainda acrescentou um Geraldo Alckmin sorridente recebendo um beijo de um eleitor, ao lado do presidente que tentava a reeleição. Tanto *Folha* como *Estado* creditaram a entrega das fotos a uma fonte que não quis se identificar. O grande



No dia 30 de setembro de 2006, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* vão às bancas com capas quase idênticas: destaque maior para o dinheiro dos aloprados e menor para o acidente aéreo que matou mais de 150 pessoas.

volume de dinheiro estampado em dois jornais de grande circulação nacional ajudou a levar a eleição presidencial, que caminhava para a vitória de Lula no primeiro turno, para o segundo.

Na mesma capa, os dois jornais também noticiaram o choque aéreo entre um avião comercial da companhia aérea Gol e um jato da Empresa Brasileira de Aeronáutica, a Embraer. A primeira aeronave, com mais de 150 pessoas a bordo, sumiu dos radares, e seus destroços só foram encontrados no dia seguinte, em meio à floresta amazônica, com todos os passageiros e tripulantes mortos. *Folha* e *Estadão* noticiaram o desastre aéreo com destaque menor, tanto na capa como nas páginas internas do jornal. Além dos veículos, o *Jornal Nacional*, informativo da TV Globo que possui a maior audiência do jornalismo brasileiro, dedicou quase que a totalidade de sua edição da sexta-feira 29 de setembro ao escândalo petista, e nenhum segundo sequer ao acidente entre os aviões, que já era conhecido na hora que o jornal foi ao ar.

Nesse ponto da descrição em seu livro sobre Daniel Dantas, Raimundo Pereira conta como acabou envolvido na investigação do Escândalo dos Aloprados:

Particpei da análise dessa cobertura por acaso. Estava no Rio, e um jornalista veio me contar a história de um amigo seu, da Rede Globo, que tinha ido cobrir o caso da prisão dos petistas flagrados com o dinheiro e ficou surpreso quando, ao chegar, viu,

diante da sede da Polícia Federal em São Paulo, onde estavam os presos, carros de duas outras equipes de televisão: um, da propaganda eleitoral de José Serra e, outro, da propaganda eleitoral de Geraldo Alckmin. (...) Liguei, então, para o Mino Carta, diretor do semanário CartaCapital, meu velho amigo, e acabei fazendo, de início sozinho, depois com outro amigo, Antônio Carlos Queiroz, a cobertura dos acontecimentos para a revista. Foram três capas consecutivas de CartaCapital, entre 18 e 27 de outubro.

Não se sabe quem são os amigos citados por Raimundo. Mas houve um repórter da Globo que participou ativamente do desenrolar da história dos aloprados, que envolveria a própria emissora. Luiz Carlos Azenha ganhou notoriedade em 1988, quando foi o primeiro repórter não soviético a entrevistar de forma exclusiva um líder da potência comunista, no caso o último deles antes do fim do regime, Mikhail Gorbachev. Desde então, atuou por canais de televisão como correspondente internacional e, mais tarde, em grandes coberturas nacionais. No site que administra atualmente na internet, *Viomundo*, ele conta ter recebido, no dia em que as imagens do dinheiro estamparam as primeiras páginas dos grandes jornais, uma gravação que mostra o delegado da Polícia Federal responsável pelo caso, Edmilson Bruno, acertando com alguns repórteres como ocorreria o vazamento das imagens do dinheiro.⁵

Azenha disponibilizou o áudio na internet. Nele,

fica perceptível a intenção do delegado de divulgar estrategicamente aquelas fotografias de modo que alterasse os rumos da eleição do dia seguinte. Ao entregar o CD com as imagens aos jornalistas, o delegado combina com eles que não deve aparecer nos jornais a marca da Protege, empresa seguradora de valores que administrava a quantia apreendida pela PF. Bruno sugeriu ainda aos repórteres que digam que “alguém roubou e deu para vocês” a mídia com as fotos. Era ele, o delegado responsável pelo caso, a fonte de *Folha* e *Estado* para aquelas capas com as fotos do dinheiro. Raimundo narra o caso, explicando sua investigação para a *CartaCapital*:

Ouvimos quase todos os repórteres convocados pelo delegado no 29 de setembro para lhes repassar as fotos feitas ilegalmente. Ouvimos também alguns chefes desses jornalistas. Reconstituímos a história com precisão. O delegado primeiro chamou quatro repórteres. Entre os quatro estavam uma moça da Folha, outra de O Globo, um repórter da rádio Jovem Pan e um de O Estado de S. Paulo. Aos quatro o delegado Bruno pergunta se por perto está alguém da Rede Globo de televisão, para que receba uma cópia. Mas sugere que a fita não deve ser entregue ao César Tralli. Diz que este “está muito visado”. (...) Ao entregar a fita para ser levada à TV Globo, o delegado Bruno revela sua principal preocupação: “Tem de sair hoje à noite na tevê. Tem de sair no Jornal Nacional. E dá uma cópia do CD com as fotos, mais 3 CDs em branco para que eles tirem uma cópia para

cada um. E, revelando sua perfidia, corre com outro CD com as fotos para entregar justamente a Tralli, que ele, para enganar os repórteres, dissera querer deixar de lado.

A farsa do delegado teve a confirmação do próprio Cesar Tralli, entrevistado por Raimundo. Mais à frente no livro, ele conta ter ouvido de terceiros que Ali Kamel, então editor de jornalismo da Rede Globo no Rio de Janeiro, teria decidido que a emissora manteria distância da gravação que comprovava a armação do delegado com os repórteres, fingindo mesmo que o áudio não existia. Kamel teria dito que “não nos interessa ter essa fita. Para todos os efeitos, não a temos”. Nesse ponto não há confirmação, já que Raimundo não conseguiu contato direto com o editor da Globo. Mas é fato que a gravação estava em posse de Luiz Carlos Azenha, que provavelmente foi quem informou Raimundo da fala de Kamel. Azenha rescindiu seu contrato com a Globo no ano seguinte, em 2007, e desde então é outro crítico contumaz da grande mídia comercial. Raimundo teve aí sua última parceria de sucesso com Mino Carta antes que brigasse por causa de Daniel Dantas. E, a despeito dos aloprados, Lula foi reeleito presidente da República em 2006.

Por menção a esse caso, Raimundo ensaia, no livro, um discurso sobre o mau jornalismo praticado, segundo ele, pelos grandes veículos. E sobre qual seria o papel social do jornalista “comprometido com o movimento

democrático popular”:

Deve ter como centro de suas preocupações a elevação do bem estar material e do nível de cultura e consciência política do povo; deve, como dizem os mais sábios, entender que a prática é o critério da verdade; ir à luta, tomar partido nessa batalha difícil, de procurar a verdade nos fatos. O jornalismo conservador, que é o que se pratica no Brasil – infelizmente, também, em muitas publicações que se dizem democráticas e populares – torna-se um apêndice irrelevante das ideias dos donos da publicação. O repórter sai a campo para buscar fatos que confirmem as ideias dos patrões. Os editores vão aumentando o tamanho dos títulos e diminuindo as exigências de aprofundamento da qualidade dos textos, para privilegiar o escândalo, que mais atordoia do que se esclarece, porque assim se vende mais jornal.

Correto ou não, Raimundo revela aí, mais uma vez, sua face de missionário do jornalismo. De quem renunciou, nos anos 1970, aos holofotes da grande imprensa para criar jornais que sobreviveram poucos anos e sempre em dificuldades financeiras. E, como consequência disso, de quem aproveita qualquer espaço possível, como um livro sobre um caso específico do setor financeiro, para tecer suas longas e críticas considerações sobre o jornalismo, o povo, o grande capital e o “movimento democrático e popular”.

A última investigação?

Quando o deputado Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), denunciou, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, um esquema de compra de votos no Congresso Brasileiro comandado pelo Partido dos Trabalhadores, a cobertura política no país mudou de patamar. O caso que ficou conhecido como Mensalão eclodiu em 2005, mais ou menos um ano antes do Escândalo dos Alopados. Mas se desenrolaria por pelo menos mais 8 anos em meio a desmentidos, novas acusações, várias instâncias de apuração e um demorado julgamento.

Fato é que, mais uma vez, Raimundo Pereira estava lá para confrontar a grande mídia comercial, ávida por grandes manchetes escandalosas. Sua revista, *Retrato do Brasil*, tem uma das mais extensas e aprofundadas coberturas sobre o Mensalão, focada em erros identificados por Raimundo e sua equipe na apuração do Poder Judiciário. Depois de algumas abordagens mais tímidas, a publicação trouxe, em fevereiro de 2012, sua primeira grande investigação sobre o tema. Depois, pelo menos mais 8 longas reportagens seriam publicadas até novembro de 2013. Essa está sendo a maior odisseia jornalística de Raimundo depois do fim de *Movimento*, mostrando que, com 73 anos de idade, o jornalista pode ter perdido o bom humor e o poder da ironia, mas não a capacidade de empreender uma investigação rigorosa e focada em fatos e dados.

A tese de Raimundo aborda o ponto mais nevrálgico da ação considerada criminosa: o desvio de dinheiro público do Banco do Brasil a parlamentares aliados do PT, para que esses votassem projetos de lei conforme a vontade do governo. Sem esse elemento, 37 réus não teriam sido levados a um julgamento iniciado em agosto de 2012. E é esse desvio que Raimundo alega não ter existido. Para chegar a essa conclusão ele analisou, como de costume, praticamente todo o material existente sobre o caso estudado. Incluindo os relatórios da Polícia Federal e do ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, o relator da ação penal no Judiciário, que basearam as condenações de 25 dos envolvidos. E conversou também com boa parte dos acusados, incluindo figuras que nunca se pronunciaram abertamente sobre o episódio. Como Marcos Valério, o publicitário cuja agência teria sido o operador financeiro do esquema de corrupção.

A tese do jornalista foi, obviamente, bem aceita pelos setores petistas, que o convidaram muitas vezes para integrar palestras em que “desmascaravam o conluio feito entre mídia e o STF” para condenar o partido. Sua amizade com políticos do partido, como José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil do governo Lula, e o próprio ex-presidente da República, levou conhecidos antigos de Raimundo a colocar em dúvida sua credibilidade jornalística. Bernardo Kucinski, por exemplo, diz não saber “até que ponto ele ainda está fazendo jornalismo honesto, ou política através

do jornalismo”, no caso do Mensalão. Mas admite não ter lido as matérias.

É difícil crer que os esforços de Raimundo sejam para livrar seus conhecidos na política. Até porque também incluem-se entre seus amigos na área José Serra e Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, ex-colaboradores de *Opinião* e *Movimento* e tradicionais rivais dos petistas nas eleições pós-1984. Seria mais crível afirmar que a obsessão do jornalista é apenas desmentir a grande imprensa que renegou. Mas também muito reducionista. Contrariar o tipo de jornalismo que condena só motiva Raimundo porque ele não só acredita, mas tem absoluta certeza, de que está correto. É a sua missão quase religiosa: buscar a verdade para elevar o nível de consciência política e cultural do povo.

Além, é claro, de dar publicidade ao seu trabalho. Como todos os projetos jornalísticos do jornalista desde que saiu de *Veja*, a *Retrato do Brasil* atual está sempre cambaleante nas finanças. Raimundo, que nunca teve vergonha de sair passando chapéu para recolher recursos, a sustenta com poucos e longos contratos de publicidade, estabelecidos geralmente com empresas estatais. Um dos que mais o ajudou nesse sentido nos últimos anos foi Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco e candidato à Presidência da República em 2014. Sabendo que com a menor turbulência seu negócio pode naufragar, Raimundo aproveita cada ocasião em que o tema é Mensalão para não só expor sua

tese sobre o caso, mas apresentar a própria revista e seu processo exaustivo de apuração, com a intenção de atrair novos leitores e anunciantes.

Quando não chegam oportunidades de mostrar seu trabalho, Raimundo as cria ele mesmo. Foi assim no vídeo de 27 minutos produzido pela equipe de *Retrato do Brasil* sobre o Mensalão. A não ser pelo fato de ser uma produção visual, e não escrita, a exposição pode ser considerada uma síntese da forma de trabalhar do jornalista. Conta com a participação do renomado escritor e amigo de Raimundo, Fernando Morais, e se dedica a três objetivos: apresentar a revista, criticar a cobertura da grande mídia e fazer uma longa exposição sobre o caso. Morais inicia o vídeo fazendo referência a William Hearst, “pai” da imprensa sensacionalista ocidental.⁶ “Se você quer ganhar dinheiro, não escreva sobre coisas complicadas. O povo gosta de coisas simples e escandalosas. A *Retrato do Brasil* é diferente”. Em seguida, faz uma curiosa comparação entre a Justiça empreendida pelo STF no Mensalão, com algumas condenações determinadas sem que houvesse comprovada materialidade do crime⁷, e a que existia na Idade Média: “Se praticou uma injustiça que lembra os tempos medievais. (...) Não se partia do crime, mas do suspeito de ser o criminoso. Pegava-se a bruxa, ela era torturada. Se confessasse, o crime estaria esclarecido. Se não confessasse, pior para ela: ter resistido à tortura era prova evidente de que ela tinha um pacto com o demônio”. Daí para frente, o vídeo debruça-se

sobre as questões técnicas que embasam o pensamento de Raimundo.

É nessa cruzada que Raimundo segue, aos 73 anos de idade, sem dar mostras de cansaço.

Notas

- 1 Matéria de Raimundo publicada na revista *Retrato do Brasil*, edição de novembro de 2006.
- 2 A história completa contada por Raimundo pode ser encontrada no livro *O Escândalo Daniel Dantas: Duas Investigações*, de sua autoria, publicado em 2010 pela Editora Manifesto.
- 3 A história da ascensão política de Dilma Rousseff e de sua divergência com Ildo Sauer e pode ser lida na edição nº 34 da revista *Piauí*, de julho de 2009.
- 4 Quando o general Arthur da Costa e Silva sofreu um derrame cerebral que o tirou da presidência da República, em 31 de agosto de 1969, quem assumiria seu lugar seria o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo. Mas, já no dia seguinte, o Ato Institucional nº12 impediu que isso acontecesse e deu o poder provisoriamente aos ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica, até que um novo sucessor fosse escolhido. No dia 30 de outubro, Emílio Garrastazú Médici foi empossado e iniciou-se o período mais violento da ditadura militar brasileira.
- 5 A gravação pode ser encontrada na rede social de vídeos *YouTube*, no endereço <http://www.youtube.com/watch?v=1MYr-vjYtXc>
- 6 William Randolph Hearst foi um magnata norte-americano que construiu um império midiático de quase 50 veículos entre o final do século XIX e as

primeiras décadas do século XX. Suas publicações se notabilizavam pelas manchetes escandalosas e sensacionalistas. Foi em Hearst que Orson Welles se inspirou para escrever e dirigir o filme *Cidadão Kane*.

- 7 Para condenar José Dirceu como chefe do esquema do Mensalão, os ministros do Supremo Tribunal Federal utilizaram a teoria jurídica do Domínio do Fato. Segundo a doutrina, a posição hierárquica de uma pessoa em determinada situação indica que ela tinha conhecimento do que se passava, mesmo não havendo provas concretas.

Epílogo

No dia 22 de outubro de 2013, Raimundo Rodrigues Pereira recebeu a segunda grande premiação de sua carreira. Após o Prêmio Esso pela execução de *Realidade Amazônia*, em 1972, foi-lhe concedido o Prêmio Especial Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, concedido anualmente pelo Instituto Vladimir Herzog em parceria com outras 10 entidades como homenagem a uma carreira a serviço dos direitos humanos. Raimundo foi lembrado juntamente com seu amigo já falecido, Perseu Abramo, e Marco Antônio Tavares Coelho.

Ao ser anunciado, o jornalista ouviu, do palco do Auditório Simon Bolívar, no Memorial da América Latina em São Paulo, uma recapitulação de sua quase quinquagenária carreira. Foi André Freire, secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, quem leu o texto elogioso a Raimundo, apresentando-o como “maior nome da imprensa alternativa brasileira”. A programação era que a homenagem viesse de Aldo Rebelo, amigo de longa data do jornalista. Mas, com uma agenda atribulada em função dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, o atual ministro dos Esportes não compareceu à premiação, enviando em lugar de sua

presença uma carta a Raimundo.

Em seguida, o próprio homenageado fez seu discurso. Surpreendentemente curto, mas nem por isso sem as marcas que lhe são características: críticas à grande imprensa e ao grande capital, e a promoção de seu atual trabalho.

Essas foram as palavras de Raimundo Rodrigues Pereira, com 73 anos de idade e 48 de jornalismo:

Dos vários trabalhos citados aqui nessa noite, há vários companheiros de Opinião, companheiros de Movimento, periódicos na época da ditadura, e tem também vários companheiros de Retrato do Brasil, que é de um período de amplas liberdades políticas no país. E eu queria destacar o seguinte: a ditadura que nós vivemos de 1964 a 1984 era simples de ver. A ditadura sob a qual nós vivemos hoje, na imprensa, que é a ditadura do grande capital, é difícil de ver. Eu recomendo a vocês – fazendo praticamente um comercial da revista Retrato do Brasil –, para vocês entenderem o que é a ditadura do grande capital na mídia, a nossa série de 10 reportagens e investigação do Mensalão. Nós vamos publicar uma edição especial no fim do ano, com alguns números das edições atrasadas, um trabalho que estamos fazendo já há 2 anos. E, por incrível que pareça, não há nada comparável com o nosso trabalho na grande mídia conservadora do país, que é hegemônica. Então, é preciso estar atento, porque a democracia sob a qual nós vivemos tem, no fundo, essa complicação. É uma democracia num regime de

concentração de capital enorme, que torna necessário um esforço maior para que a imprensa preste um serviço maior ao povo.



Observado por Marco Antônio Tavares Coelho e Zilah Abramo, viúva de Perseu Abramo, Raimundo faz seu discurso no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Fotografia de João Paulo Brito/Oboré.

Lista de entrevistados

Ana Imanishi Rodrigues
Antônio Carlos (Tônico) Ferreira
Armando Sartori
Bernardo Kucinski
Carlos Azevedo
Clemilce Parente (antiga moradora de Exu)
Ezequiel Pinto Dias
Flávio Dagli
Flávio de Carvalho
Flávio Dieguez
Gilberto Maringoni
Gílcio Amaral Martins
Ildo Sauer
José Valentim (antigo morador de Pacaembu)
Laízio Rodrigues de Oliveira
Lia Imanishi Rodrigues
Lúcio Flávio Pinto
Maciel Corpa (prefeito de Pacaembu)
Marcos Gomes
Mari Pereira
Maria Célia Ruggieri
Maria Stella (Téia) Magalhães
Mário Thiago “Babão” Ruggieri
Mino Carta
Mohammed Mustafá

CONTRACORRENTE

Raimundo Rodrigues Pereira

Raymundo de Oliveira

Teresa Cristina Ribeiro Leite

Terezinha Mancin Rodrigues

Walter Ribeiro Leite (marido de Teresa Cristina)

Referências bibliográficas

Livros e publicações acadêmicas

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

AZEVEDO, Carlos. Jornal Movimento: uma reportagem. 1ª Ed., Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

MARANGONI, Nivaldo. Pacaembu 60 anos. Ed. do autor, São José dos Campos, 2008.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. O escândalo Daniel Dantas: duas investigações. 1ª Ed., São Paulo: Editora Manifesto, 2010.

AVELINE, João. Macaco preso para interrogatório: retrato de uma época. 1ª Ed., Porto Alegre. Editora Age, 1999.

SOUZA, Percival de. Autópsia do medo. 1ª Ed., Rio de Janeiro. Editora Globo, 2000.

GONÇALVES, Maria Cristina de Oliveira. O Jornalismo Radical de Raimundo Rodrigues Pereira. Monografia, São João da Boa Vista, 2007.

SOUZA, Maria Iláide Carvalho de. O crescimento da cidade Exu e suas implicações ambientais de 1995 a 2003. Monografia, Exu, 2004.

SEGANFREDO, Sônia. UNE: instrumento de subversão. Versão para ebook da eBooksBrasil, 2008. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/une.html>>

Acervos jornalísticos

Opinião (Hemeroteca Digital Brasileira:
<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/opini%C3%A3o>)

Movimento (CD que acompanha o livro *Jornal Movimento: uma reportagem*)

Veja (<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>)

Folha de S. Paulo (<http://acervo.folha.com.br>)

Retrato do Brasil (http://www.oretratodobrasil.com.br/edicoes_anteriores/index.asp)

Reportagens na internet

ASSUNÇÃO, Moacir. “Brigas entre famílias no Brasil Colônia duram até hoje”. Aventuras na História: Para Viajar no Tempo. Mar. 2012. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/brigas-familias-brasil-colonia-duram-hoje-678927.shtml>>

MOTA, Fábio. “Seu Januário, o mestre dos 8 baixos”. Nov. 2006. Disponível em <<http://fabiomota1977.wordpress.com/2006/11/21/seu-januario-o-mestre-dos-8-baixos/>>

ALENCAR, Raidson Jenner N de, e FONTELES, Alexandre. “A Origem da Família Alencar no Brasil”. Data desconhecida. Disponível em <<http://www.casadorre.org.br/alencar.htm>>

“Povo clama pela presença do Rei do Baião para pacificar o Exu”. Folha de Pernambuco, autor e data desconhecidos. Disponível em: <http://www1.folhape.com.br/cms/opencms/fohape/pt/Hotsite-LuizG/Gonzaga_Militar/Povo_clama_pela_presenca_do_Rei_do_Baixo_para_pacificar_o_Exu.html>

“Carlos Lacerda”. Portal UOL Educação, autor e data desconhecidos. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/biografias/carlos-lacerda.jhtm>>

“Faculdade Nacional de Filosofia”. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Data desconhecida. Disponível em <<http://www.fe.ufrj.br/proedes/arquivo/fnfi.htm>>

“A UFRJ: História”. Portal da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor e data desconhecidos. Disponível em <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=HISTORIA>

“Ex-professores e ex-alunos do ITA recebem declaração de anistiado político”. Notícia do portal do Ministério da Justiça, 19/05/2005. Autor desconhecido. Disponível em <<http://www.ita.br/online/2005/itanamidia05/mai2005/minjustica19mai05.htm>>

“História do Teatro da USP”. Portal da Universidade de São Paulo. Autor e data desconhecidos. Disponível em <http://www.usp.br/tusp/?page_id=9>

“Polop-POC: uma matriz das esquerdas”. Portal Observatório das Violências Policiais. Autor e data desconhecidos. Disponível em <http://ovp-sp.org/hist_polop_poc.htm>

“O ISEB e o desenvolvimentismo”. Alzira Alves de Abreu, no portal do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Data desconhecida. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>>

Este livro foi composto na fonte Goudy Old Style
e impresso em novembro de 2013 pela gráfica
Pigma, sobre papel pólen bold 90 g/m².